

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

BOLETINS DA FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS

XII

HISTÓRIA
DA
CIVILIZAÇÃO

N. 1



1939

A. PICCAROLO

AUGUSTO E SEU
SÉCULO

SÃO PAULO

1939

Uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras como a de S. Paulo, que entre as suas finalidades tem, em primeiro lugar, a de estimular o amor pelas letras clássicas e fazê-las voltar ao antigo brilho, não podia deixar passar despercebido e na indiferença o bimilenário do grande vulto que deu o nome ao século mais brilhante da Literatura Latina

Senti-me, portanto, profundamente honrado, quando fui convidado pelo então Diretor Senhor Dr. Ernesto de Souza Campos a me encarregar dessa tarefa num curso de conferências, que agora a Faculdade acha oportuno publicar, seja porquê a história exposta sob o meu ponto de vista e com o método por mim escolhido representa para S. Paulo uma quasi novidade, seja porquê é prova dos altos ideais de cultura, que animam a jovem escola que em boa hora veio preencher uma falha desde muito lastimada nos estudos brasileiros; ou seja ainda porquê este gesto representa uma homenagem àquela pátria comum, que deu origem à civilização latina, que é ainda tamanha parte das civilizações modernas.

De minha parte, dou-me por satisfeito, em ter concorrido, embora mui modestamente, a reanimar, neste país aqueles estudos clássicos, a que consagrei a parte melhor da minha existência.

A. PICCAROLO.

Faltaria ao mais elementar dos deveres si não deixasse aqui consignados os meus sinceros agradecimentos para o Prof. Sud Mennucci que, com a competência e generosidade que lhe são peculiares, encarregou-se da revisão deste trabalho.

I - A Fortuna de Augusto

Idibus martiis: 15 de março do ano 44 antes do nascimento de Cristo. O céu de Roma, pintado de cobalto pelos raios do sol nascente sobre o Apenino, brilha em toda a sua gloriosa luminosidade primaveril. São dez horas da manhã. O Senado, numeroso, já está reunido na Cúria de Pompeu, no Campo de Marte, esperando a chegada de César. Prolongando-se a demora, devido a uma leve indisposição do ditador, é enviado Décimo Bruto, já lugar-tenente de César, para convidá-lo. Chega afinal e senta-se na sua curul. Aproxima-se dele o Senador Túlio Cimbro, fingindo falar-lhe de um irmão que se achava em exílio, para o qual solicitava o perdão. Os outros conjurados, no entanto, circundam César, o qual, sentindo-se sufocar, faz o gesto de levantar-se. Décimo então puxa-lhe levemente a toga, de modo que o busto dele fique descoberto. Era o sinal. Os conjurados com os seus punhais atiram-se sobre ele como feras e o crivam de golpes. Inutilmente César tenta defender-se, e levanta-se para fugir. Dá alguns passos e cai num lago de sangue, aos pés da estátua de Pompeu.

Uma comoção acompanhada de terror pânico, invade os Senadores, que se levantam numa gritaria infernal, e na máxima desordem, abandonam a Cúria, deixando os conjurados, aterrorizados eles próprios pelo crime perpetrado. Espalham-se pela cidade, difundindo em toda parte a fúnebre notícia, que desperta admiração em alguns, repulsa em outros, desordem e espanto em todos, na previsão das consequências que tão grave acontecimento provocaria.

As horas que se seguiram ao assassinio de César foram das mais terríveis e tenebrosas para a cidade eterna. Os Senadores, os próprios cesarianos, fugiram dominados pelo terror, fechando-se nas próprias residências, não pensando sinão na própria salvação. Alguns, até, na previsão de prováveis desordens, abandonaram a cidade para a

tranquilidade das vilas que possuíam sôbre as colinas que circundam a cidade, ou na Campânia. O próprio colega de César no consulado, Marco Antônio, dominado também pelo terror, fechou-se na própria casa. Os conjurados, não encontrando no povo o apôio que esperavam, retiraram-se para o Capitólio, e aí entrincheiraram-se esperando os acontecimentos. Roma ficou por vinte e quatro horas desgobernada, sob o domínio da desordem e do terror.

Sômente no dia seguinte, Antônio, como único cônsul supérstite, saiu de casa, indo tomar posse dos tesouros públicos deixados por César, e no dia seguinte convocou o Senado para reorganizar o govêrno. Nessa reunião os partidos, ainda profundamente impressionados, pareceram dispostos a transigir, de um lado como do outro, decretando uma anistia, proposta por Cícero, que salvava os conjurados e ao mesmo tempo, o nome e a organização estabelecida por César, juntamente com os numerosos interêsses dependentes.

Tudo parecia assim acalmado e a cidade estava voltando à sua vida normal, quando, no dia dos funerais de César, não se sabe bem se a 21 ou 22 de março, a multidão, diante do cadáver do ditador, e sobretudo pelas disposições testamentárias do defunto, que deixara grandes quantias para serem distribuídas entre a plebe, prorrompeu em violentas manifestações contra os conjurados, alguns dos quais foram mortos e outros obrigados a fugir. Antônio ficou dominador absoluto da cidade e disposto a tomar o lugar do ditador assassinado.

Eis, porém, que a turvar os sonhos e as esperanças de Antônio apresenta-se de repente um moço de 19 anos, herdeiro universal, sobrinho segundo e filho adotivo de César. Surpreendido pela morte do seu ilustre parente, enquanto se achava em Apolônia, cidade do Epiro, resolvera voltar a Roma, enquanto Antônio estava se preparando para a sucessão.

Caio Otávio nascera em Roma a 23 de setembro do ano 63 antes de Cristo, de uma sobrinha de César, filha esta de uma irmã do ditador. Tendo perdido o pai quando não completara ainda quatro anos, e tendo a mãe passado a segundas núpcias, foi educado pela avó materna, Júlia. Desde os primeiros anos mostrou-se muito nervoso, delicado, doentio, mas muito inteligente, prudente e estudioso. Caindo nas graças do ditador, obtivera, a-pesar-de muito novo, alguns cargos honoríficos, e fôra enviado a Apolônia

para se preparar e acompanhar o tio na campanha que ia iniciar contra os Partos.

Nada ainda tinha feito êste moço, nada se sabia dos seus sentimentos e intenções; mas protegido e filho adotivo do ditador, dotado de inteligência e de ambição, não podia deixar de disputar a Antônio a herança de César, que aquele queria usurpar. O dissídio entre os dois, portanto, começou desde os primeiros dias em que se encontraram. Otávio apressou-se em pedir a Antônio o dinheiro que se achava nos cofres de César; enquanto Antônio não somente se apropriara dêsse dinheiro, mas começara a tecer intrigas para que os comícios curiados protelassem e dificultassem a ratificação da adoção de Caio para sua introdução na família dos Júlios.

Aproveitando-se destas dilações, Antônio conseguira firmar o seu poder, e no dia 2 de junho era-lhe confirmado, pelos comícios tributos, o govêrno da Macedônia e o da Síria, e pouco depois, por uma lei *de permutatione provinciarum*, o govêrno da Gália Cisalpina com a faculdade de transportar para aí as legiões da Macedônia; o que significava a oportunidade de invadir Roma a qualquer momento.

Os conjurados, diante desta situação, pareciam liquidados de modo irremediável, quando vieram a encontrar um poderoso aliado no próprio Otávio, o filho adotivo de César, o qual, por haver sido aprovada a adoção, já se podia chamar C. Júlio César Otaviano. Disposto a obedecer às obrigações que lhe haviam sido impostas pelo testamento de César e a obter dêste modo, grande popularidade, o jovem Otávio, ao qual Antônio negara a herança de César, vendeu tudo o que possuía, recorreu ao auxílio dos parentes mais próximos e dos cesarianos mais facultosos, conseguindo com êstes esforços distribuir a cada cidadão pobre de Roma a quantia designada pelo testamento de César; acrescentando a sua custa, festas públicas e jogos, apelidados de Jogos da Vitória, que lhe renderam grandes simpatia e favor entre o povo.

A inimizade entre os dois pretendentes avultava. Disse-se mesmo que Otaviano, no dia 4 ou 5 de outubro, tentara assassinar Antônio na própria casa dêste, mediante sicários venais. O dissídio tornou-se tão áspero, que o filho de César, não vendo outra saída, exposto como se achava aos golpes de Antônio, acabou por se oferecer aos conjurados como seu defensor; no que foi aceito, porquê êstes já estavam

sem chefe. Pelos meados de outubro, Otaviano dirigiu-se também para a Campânia com todas as riquezas que conseguira reunir, afim de recrutar, entre os veteranos de César, um corpo armado, e defender — como dizia — a República contra Antônio.

O gesto de Otaviano era audacioso e perigoso. Sua sorte estava suspensa por um fio.

As forças reunidas com tantos sacrifícios, perceberam-no e começaram a abandoná-lo, considerando a causa perdida. Foi nessa hora que o adversário se encarregou de levantar-lhe a sorte. As legiões, cansadas de suportar a disciplina de Antônio e, frequentemente, a violência de que se deixava empolgar, abandonaram-no, passando para o lado de Otaviano. As condições dos contendentes mudaram-se e o fraco senado não demorou em se mostrar favorável à causa de Otaviano, abandonando o outro.

Dêsse estado de cousas nasceu a guerra mutinense, na qual Otaviano se encontrou combatendo ao lado dos assassinos de seu pai, contra Antônio, que era colega de César no momento do assassinio e que se declarava seu continuador e vingador. Estranha e difícil posição, que o colocava num beco sem saída, e tornava-lhe perigosa tanto a vitória quanto a derrota; porquê vencendo, deveria dividir as vantagens do triunfo com os assassinos de seu pai; e isso lhe haveria alheiado os veteranos que tinham combatido sob as ordens de César e que por êle conservavam um verdadeiro culto.

A sorte, porém, não o abandonou; e desta vez apresentou-se-lhe na pessoa de M. Emilio Lépido, amigo de César e do próprio Otaviano. Lépido fora o último *magister equitum*, comandante da cavalaria de César e um dos seus mais íntimos amigos. No dia 15 de março, depois da morte de César, único entre os cesarianos, correrá junto de Antônio, tornando-se em seguida seu aberto partidário. Ninguém, portanto, mais do que êle se achava em condições de fazer-se intermediário entre os dois contendentes. Foi por sua obra que Antônio e Otaviano entraram num acôrdo e que se constituiu o segundo triunvirato, Otaviano, Antônio e Lépido, dividindo entre êles o império, com o nome de *triumviri reipublicae constituendae*, eufemismo sob o qual se escondia a verdadeira finalidade dessa coalisão, que era propriamente a de dominar a república e submetê-la à nova triarquia. Reunidos pouco longe de Bolonha, os três, em

breve, completaram o acôrdo acêrca da forma do novo govêrno.

Otaviano, que, no entanto, entrara em Roma, obtivera do Senado, já obediente à vontade do vencedor, o que, em outros tempos, seria considerado um escândalo, isto é, a concessão do consulado, quando não contava ainda vinte anos, os meios para pagar aos soldados o que lhes promettera, os legados deixados por César ao povo, e, por fim, o que nenhum dos cesarianos tivera a coragem de pedir: o deferimento, a um tribunal especial, dos autores da morte de César, daqueles mesmos de que se servira pouco antes para combater Antônio, afim de serem condenados a *interdictio aquae et ignis*, isto é, ao exílio, e ao confisco dos bens.

Este último fato despertou tanto entusiasmo entre os cesarianos e as antigas legiões, que todas se voltaram em favor de Otaviano, aquelas mesmas que, até aquele momento, haviam seguido o partido pompeiano; de modo que na guerra contra os últimos partidários do Senado que acabou com a batalha de Filípi e a derrota dos conjurados, a-pesar-de ter representado um papel muito secundário, e de ter sido derrotado no ponto em que êle tinha o comando, Otaviano foi considerado o verdadeiro triunfador.

A batalha de Filípi foi o golpe derradeiro no partido do Senado, representante da antiga aristocracia que fizera a grandeza de Roma e do Império. Chegara a hora da repartição entre os vencedores. Lépidio que, durante êsse tempo, se mostrara incapaz e indolente, abandonando o govêrno de Roma nas mãos de Fúlvia, mulher de Antônio, foi eliminado do triunvirato sob o falso pretexto, de ter mantido relações com Sexto Pompeu. Ficaram únicos dominadores Antônio e Otaviano. Antônio achava-se no Oriente, com o fim de apaziguá-lo. Tornando Otaviano a Roma e encontrando-a em poder de Fúlvia e de Lúcio Antônio, irmão do triúmviro, tratou imediatamente de coibir o abuso, o que conseguiu facilmente com a breve guerra de Perúgia. Mais difícil, porém era o acôrdo com Antônio, que, voltando do oriente, ameaçava uma nova guerra civil. Esta foi evitada, no momento, pelo tratado de Brindisi, concluído no outono do ano 40; pelo qual todo o Oriente, passava sob a dominação de Antônio, ficando o Ocidente com Otaviano. A paz foi selada com um casamento. Morta Fúlvia, mulher de Antônio, êste casou com Otávia, irmã do colega, viúva desde pouco tempo.

Este acôrdo foi seguido por outro, concluído com Sexto

Pompeu, o último supérstite do partido anticesáreo, que se mantinha em armas, especialmente com a sua frota poderosíssima. No fim do ano 39, no golfo de Miseno, depois de longas negociações foi concluído o acôrdo entre Otaviano e Antônio de um lado e Sexto do outro, sob as seguintes condições: Sexto teria a Sicília, a Sardenha e o Peloponeso pelo espaço de cinco anos; seria nomeado cônsul no ano 33, faria parte do colégio dos pontífices, e receberia 70 milhões de sestércios como ressarcimento do confisco dos bens paternos. Por sua parte, obrigava-se a não mais molestar as costas da Itália, a não oferecer asilos aos escravos fugitivos, e a combater os piratas.

A paz assim estava ou parecia estar concluída. Em que condições, vê-se facilmente. Roma, como Cristo, teria podido exclamar: *et dividerunt vestimenta mea*.

A paz parecia concluída, disse. Na realidade havia demasiada diferença de temperamento, de ambições e de interesses entre Otaviano e Antônio, para que se pudesse esperar uma paz sincera e definitiva. Nem Otaviano era homem para se adaptar facilmente a dividir com outros o poder. Não por nada: era filho e herdeiro de César, o homem que, segundo a tradição, preferia ser o primeiro numa pequena aldeia dos Alpes, a ser o segundo em Roma. Para Otaviano, era apenas questão de oportunidade, e a ocasião, desta vez, foi-lhe fornecida por Cleópatra, a famosa rainha do Egito.

Esta mulher, filha de rei, bellissima, inteligentíssima e ambiciosíssima, já tinha feito o seu aparecimento na história de Roma, quando César, perseguindo o vencido de Farsália, chegara ao Egito e se envolvera nas brigas que dilaceravam os dois irmãos para a sucessão no trono dos Faraós. Tendo ficado quasi sitiado no Palácio real, juntamente com Cleópatra, esta tentou atraí-lo e vinculá-lo aos interesses egípcios, fazendo-o seu espôso, e por conseguinte Rei do Egito. César, porém, não era homem para cair facilmente nas redes de uma mulher, a-pesar-de bela e astuciosa. Uma vez recebidos os socorros que pedira, e livre do cêrco em que passara cinco meses, voltou para Roma abandonando Cleópatra, que recolocara no trono, deixando-lhe por lembrança um filho. Renovava-se assim a tradição de Enéias com a cartaginesa Dido. Não inutilmente César se dizia descendente de Enéias.

A coisa passou-se bem diversamente com Antônio. Já da primeira vez, depois de concluído o triunvirato, êste

fôra para o Oriente. Depois de reorganizadas, do modo melhor possível, as suas regiões, foi passar o inverno do ano 41-40 no Egito, hóspede de Cleópatra, a qual aproveitou a ocasião para retomar os projetos interrompidos pela partida de César; isto é, induzir Antônio a casar com ela e tornar-se Rei do Egito. Sonhava assim a ambiciosa mulher reunir num único grande império todas as regiões do Mediterrâneo o que significava, naquele tempo, todo o mundo civilizado e conhecido, transportando a sede do Império para Alexandria.

Que Antônio aderisse, desde logo, aos designios de Cleópatra, não parece verdade. Mais provável é que, meditando na grande campanha contra os Partos, e precisando por isso, de grandes riquezas, pensasse em obtê-las de um modo ou de outro, no Egito, mercê do consentimento e do apóio de Cleópatra. Em todo caso, as notícias que correram acêrca dêstes acontecimentos, não deixaram de provocar numerosos comentários e grande descontentamento em Roma, e disso se aproveitou Otaviano para os seus fins.

O escândalo em Roma fez-se maior, quando, no ano 37, depois do tratado de Taranto, pelo qual Otaviano e Antônio estabeleciam a renovação do triunvirato por cinco anos, êste voltava para o Oriente, insatisfeito por se ter visto colocado em posição quasi de inferioridade pelo colega e cunhado, e disposto a se refazer e tornar mais forte o seu nome com a conquista da Pércia, empresa que com certeza lhe teria proporcionado a immortalidade.

Mas para tamanha façanha, precisava um grande exército, o que conseguiria somente com muito dinheiro, coisa que naquele momento não podia esperar de Roma, já esgotada, e atualmente sob o contróle direto de Otaviano. Não lhe restava portanto sinão uma solução: aceitar os oferecimentos de Cleópatra, casar com ela e tornar-se de fato, si não de nome, rei do Egito, para tirar livremente dos tesouros dos Lágidas o que precisava para a sua empresa. Casando com Cleópatra, Antônio pensava unicamente em acrescentar o Egito aos países que já estavam debaixo do seu domínio e em obter os meios que, de nenhum outro modo, teria podido conseguir, sem intenção de iniciar um romance amoroso, para o qual sentia pouca propensão.

Chegando em Corfú, a antiga Corcira, mandou a espôsa Otávia, com os filhos, voltar para Roma, e, ao mesmo tempo, enviou um mensageiro a Cleópatra, convidando-a a vir

encontrá-lo na Síria. Aí, em Antióquia, no comêço do ano 36, foi celebrado o casamento, com grande solenidade e pompa. Antônio mimoseou a espôsa, em compensação, pensava êle, das quantias que teria de tomar do tesouro de Alexandria, com algumas pequenas regiões desmembradas do antigo reino egipciano, já sujeitas ou dependentes ou pertencentes a províncias romanas, como a ilha de Cipro, uma parte da costa da Fenícia, a região de Jericó e algumas partes da Cilícia e de Creta.

Cleópatra logo, vencera; mas sômente em parte. Porquê si Antônio consentira em confundir a sua pessoa de procônsul com a de rei do Egito, continuava, porém, a fazer questão muito mais da primeira que da segunda, bem sabendo que em toda parte teria muito mais autoridade apresentando-se como procônsul de Roma que como rei do Egito. Dominado pelo seu temperamento impulsivo e violento não viu o mar de contradições a que se atirava, pretendendo conciliar e dominar dois mundos inconciliáveis, e creando um estado de coisas que o teria levado à ruína.

A primeira foi a das suas relações familiares; pois, não julgando conveniente divorciar-se de Otávia, para não ofender o cunhado e levar diretamente o escândalo em Roma, aceitou a condição de bigamo, própria dos costumes orientais, mas contrária a monogamia que dominava em Roma. E quando se tratou de cunhar a nova moeda, como se costumava fazer a cada reinado novo, fez colocar a sua imagem ao lado da de Cleópatra, não com o título de rei, mas sim com o de *triumvir* e de *imperator*, que traduziu no termo grego de *autocrator*.

E' de se excluir desde já o romance de amor, que, em redor desta união, foi tecido mais tarde. Cada um dos cônjuges aceitando êste casamento tinha em vista unicamente o interêsse próprio; Cleópatra pensava em estender os seus domínios fora do Egito, e abater mais facilmente as oposições internas ao seu govêrno; Antônio procurava sômente os meios para a sua expedição pártica. Iniciava-se dêste modo uma aliança para auxilio mútuo e, ao mesmo tempo, uma luta para decidir sôbre qual dos dois sobrepujaria o outro.

Otaviano viu de mau ôlho êstes acontecimentos, não tanto pela ofensa que estava sendo feita à irmã, quanto pelo aumento do poder de Antônio, que, acrescentando o Egito às províncias romanas, dispunha de fôrças muito superiores às suas. Fingiu-se, contudo, indiferente, esperando o mo-

mento oportuno para tirar a desejada desforra: no que foi auxiliado por Lépido, o qual não tolerando a humilhante posição que lhe fôra creada no triunvirato, tentou jogar a partida da fortuna com uma nova guerra civil. Os seus soldados, porém, que o tinham em pouca estima, diante dêste gesto insensato, o abandonaram e passaram para Otaviano. Êste viu, assim, de repente, aumentadas gigantesca-mente as suas fôrças, ficando de posse de 43 legiões, 600 navios e de um império, que abrangia grande parte da África setentrional, a Espanha, a Ilíria, a Gália e a Itália, com um poder quasi absoluto, numa república irremissivelmente condenada.

Cleópatra, no entretanto, continuava a sua obra de orientalização de Antônio para induzi-lo definitivamente a abandonar Roma e a Itália, e se dedicar por completo às coisas do Egito, procurando todos os modos de impedir-lhe, ou, pelo menos, tornar-lhe difficil a empresa que êle sonhava e preparava: a conquista do Oriente. E quando Antônio, com um último gesto daquela energia viril que se ia apagando entre as molezas voluptuosas de que o cercava a astuciosa rainha, resolveu tentar verdadeiramente a expedição contra os Partos. Cleópatra quis acompanhá-lo e tanto insistiu, que Antônio se rendeu aos seus desejos. Esta viagem foi a derrota definitiva de Antônio. Plutarco nos deixou um relatório fiel da comédia representada por Cleópatra durante a viagem. Abandonando o seu normal comportamento altivo, que lhe era habitual nas festas e nas alegrias em que passava o tempo, recorreu a todos os meios para emagrecer e empalidecer, fingindo-se doente; sem, entretanto, queixar-se ou manifestar os seus fingidos sofrimentos; mas tomando um ar de resignação, como de quem tudo sofre por amor da pessoa querida. Encobertamente, porém, procurava, por meio dos cortesãos, que lhe eram fiéis, sobretudo por um tal Alesis, natural de Laodicéia, que de tudo Antônio ficasse ao par: que a Rainha se achava profundamente aflita e angustiada e em continuo sobresalto de medo de ser abandonada; e que estava resolvida a suicidar-se si êle a abandonasse. Antônio, de natureza mais violenta que forte, enfraquecido pela vida mole e luxuriosa que a astuciosa mulher lhe proporcionava, entregou-se aos desejos e aos caprichos de Cleópatra, apesar da instância de Otaviano, em que se reconciasse com Otávia, que estava em caminho para se reunir ao espôso.

Sabendo que sua mulher legítima já se achava em Ate-

nas, escreveu-lhe que não continuasse a viagem, porque pretendia voltar à Parcia e recommençar a guerra contra aquele povo. Na realidade, porém, voltou para Alexandria, onde passou quasi todo o ano 34, preso nas redes da encantadora sereia. Na segunda metade dêsse ano, depois de uma fácil campanha contra a Armênia, que conquistou, expulsando o rei dessa região, celebrou o triunfo dessa vitória; mas não em Roma, como devia, na sua qualidade de procônsul romano, e sim em Alexandria; onde, numa festa solene, celebrada no Ginásio, proclamou Cleópatra rainha dos reis; fez partícipe do reino do Egito, ampliado nos seus limites pelo acrescentamento de Cipro e de Celesiria, a Cesarião, filho legítimo de Cleópatra e de César; proclamou Ptolomeu, menino de dois anos, nascido dele e da rainha, rei da Fenícia, da Síria e da Cilícia; doou ao irmão dêste, Alexandre, com seis anos de idade, a Armênia e a Párcia ainda por conquistar, e à sua gêmea, a pequena Cleópatra, a Líbia e a Cirenaica, até a Grande Sirtis.

Antônio, dêste modo, reconstituía o império dos Ptolomeus, à custa da República romana, e tentava crear, novamente, no Oriente um daqueles grandes impérios, contra os quais Roma combatera durante séculos. Mais grave ainda era o fato de que êle, comportando-se como rei do Egito, e dispondo com uma desenvoltura admirável de províncias e de reinos, nada attribuía a si mesmo e continuava a se considerar representante de Roma, com a qual pretendia manter as antigas relações; de modo que, imediatamente depois de ter disposto de tantas conquistas como senhor absoluto, mandou a Roma um relatório sôbre a sua obra, pedindo a aprovação do Senado.

A razão de tudo isso compreende-se facilmente. Para fundar uma dinastia precisava de um forte exército; e êste não podia obtê-lo sinão na Itália. Mas Otaviano não era homem para deixar-se embair tão facilmente, ainda mais agora que se lhe apresentava a ocasião de vingar a afronta feita à sua irmã, abandonada por uma estrangeira impudente e aventureira e conseguir, ao mesmo tempo, rebaixar e talvez liquidar para sempre o homem que maiores embaraços podia oferecer aos seus desígnios. Proclamando Cesarião filho legítimo de César, Antônio creava ao seu colega um concorrente, com direitos superiores aos dele que era simples filho adotivo, na herança do ditador eliminado pelos conjurados.

Aproveitando-se, portanto, do descontentamento que la-

vrava em Roma pelas notícias chegadas do Oriente contra Antônio, Otaviano, valendo-se do seu direito de *princeps senatus*, convocou o Senado para o dia 1.º de janeiro de 33, pondo-o ao par das doações feitas por Antônio, contrárias aos interesses de Roma, e pediu que fossem reprovadas. Entrementes os seus amigos e os seus encarregados iniciaram uma vigorosa campanha contra Antônio, exagerando as suas culpas, pintando com côres carregadas as suas orgias, acusando-o de se haver tornado um simples escravo de Cleópatra, e desvendando os presumidos desígnios que estava maquinando contra os interesses e a própria existência de Roma.

Antônio, por sua parte, vendo que nenhum acôrdo era já possível, arquitetou um plano para eliminar o adversário. O *triumvirato*, reduzido a *duovirato*, vencia com o ano 33. Encarregou, portanto, os seus amigos de apresentar ao Senado a sua renúncia ao poder, com a condição de que Otaviano também renunciasse, com o fim de restaurar a República, dizia; na realidade para ficar êle só no poder, bem sabendo que Otaviano, não se fiando nele, não teria aceito a proposta, colocando-se assim em posição desfavorável.

A 1.º de janeiro de 33 acabou o poder ditatorial. Antônio que não estava em Roma continuou, segundo as disposições constitucionais, com o comando do exército. Otaviano, para ficar nas mesmas condições, saiu de Roma sob um pretexto qualquer. Mas apenas Otaviano se afastou da capital, os amigos de Antônio começaram uma campanha cheia de ameaças, de modo que para acabar com estas tentativas de eliminação, Otaviano voltou à cidade, e acompanhado por numerosos soldados e amigos armados, entrou no Senado e pronunciou um discurso violentissimo contra Antônio e contra as intrigas dos amigos dele, prometendo dar no dia seguinte as provas das suas acusações.

Foi dito que, neste ponto, começa a verdadeira luta aberta entre Antônio e Otaviano. Começa, ou melhor, recomeça algo mais do que uma luta pessoal: recomeça a antiga tragédia entre o Oriente e o Ocidente.

Diante do gesto de Otaviano, Roma ficou em profunda comoção. Os cônsules e numerosos senadores não se sentiram mais seguros. Nas ameaças de Otaviano, viram uma ameaça à própria pessoa, e como apesar das doações e das outras loucuras, Antônio era ainda considerado o mais forte e o mais seguro esteio da República, muitos abandonaram

Roma, para se transportarem junto dele, que já se achava em Éfeso, onde estava reunindo um grande exército para mover contra o adversário e restaurar as sortes da República romana, como dizia. Ai, juntamente com as dezenove legiões que obedeciam a Antônio, encontravam-se todos os soldados recolhidos na Ásia entre os reis, dinastas e tetra-cas do país, mais a frota egípcia conduzida por Cleópatra com o tesouro e um numeroso exército de cortesãos. A razão da vinda de Cleópatra é fácil de compreender-se: não queria que Antônio se empenhasse nesta guerra ao ponto de, si vencedor, ser obrigado a voltar para a Itália como chefe da República. Ela queria que voltasse para Alexandria, como soberano e fundador da nova dinastia.

Assim, porém, não pensavam os senadores, os quais contavam exatamente com Antônio para derrubar Otaviano, e reorganizar as coisas romanas. *Res romanas restituere*, teria dito *pater Ennius*. Manifestaram-se, portanto, profundos dissídios desde os primeiros dias entre Cleópatra e os mais eminentes romanos que aí se achavam, pondo Antônio em graves dificuldades. De um lado, ele era levado a seguir os desejos de Cleópatra, porque precisava do Egito e das suas riquezas; do outro lado, não podia deixar de atender aos desejos dos senadores, porque da Itália não precisava menos que do Egito, sendo que daí lhe vinha a parte melhor do exército.

Otávia foi o primeiro objeto desta luta entre os senadores e Cleópatra. Esta insistia, desde muito e agora mais do que antes, para que Antônio repudiasse a espósa, enquanto os senadores a isso se opunham, sabendo o mau efeito que esse passo teria produzido em Roma. Cleópatra acabou por triunfar, e nos últimos dias de maio de 32, de Atenas, onde chegara com o exército, Antônio mandou a Otávia a carta com que a repudiava.

Este gesto desgostou muita gente em Roma, mesmo entre os amigos de Antônio; e Otaviano aproveitou o fato para desacreditar ainda mais o adversário, pintando-o como enlouquecido pelos filtros que Cleópatra lhe propinava. Chegou até a obrigar a Vestal Máxima a lhe entregar o testamento de Antônio, do qual constavam novas doações feitas por ele aos filhos que lhe dera Cleópatra, e a disposição de que seu corpo fosse sepultado em Alexandria. Estas revelações aumentaram o descontentamento, de que Otaviano se aproveitou para provocar aquilo que se chamou *coniuratio Italiae*, consistindo num acôrdo entre os magistrados das

principais cidades italianas para se substituírem ao Senado completamente desautorizado, e apoiar Otaviano na sua luta.

Contudo, Antônio era ainda o mais forte, pelas riquezas de que dispunha, pelas armas e pelo prestígio de que era circundado, e teria com certeza superado o seu adversário, si Cleópatra a isso não se tivesse oposto, pelas razões que já conhecemos. E os seus conselhos obtiveram pleno resultado. Antônio, de fato, não se preparou para atacar a Itália, mas manteve-se sobretudo na defensiva, deixando onze legiões à guarda do Egito, e disseminando as outras fôrças em diversos pontos do Mediterrâneo. Ele, com uma parte das legiões e a frota egípcia, foi postar-se no golfo de Ambrácia, onde também, a pouca distância, colocara-se Otaviano com o seu exército.

Aí deu-se um fato curioso. Otaviano não atacava Antônio porquê não tinha a coragem de fazê-lo: Antônio não atacava Otaviano, porquê, Cleópatra não queria. Mas os exércitos não podiam ficar assim, olhando-se eternamente. Os senadores que se reuniram a Antônio, insistiam para que ou se fizesse a paz ou se iniciasse o combate; mas Cleópatra queria voltar ao Egito com o exército intacto. Nos últimos dias de agosto, afinal, Antônio pareceu resolver-se por uma grande batalha naval; mas dispôs as coisas de modo que não se compreendia bem si estava se preparando para combater ou para fugir. Mandara de fato 22.000 soldados embarcar em 70 navios de transporte, e o tesouro de Cleópatra foi também carregado em 60 navios egípcianos.

Sòmente no dia 2 de setembro deu-se o combate, que foi duro e encarniçado durante as primeiras horas. Já os navios de Antônio, pesados e guarnecidos de torres, estavam dominando os mais leves e mais rápidos, mas menos resistentes de Otaviano, quando, de repente e com espanto geral, deu-se um fato que desvendou o mistério que desde alguns meses atormentava muita gente. Aos primeiros sopros do vento do norte, que, naquela estação nunca falta no Mar Egeu, os navios egípcios de Cleópatra deram à vela e passaram rapidamente, com gesto audacioso, entre as duas armadas combatentes, dirigindo-se para o Oriente. Ao mesmo tempo Antônio, abandonando o combate, passava rapidamente para uma quinquereme e seguia a rainha. Manifestava-se assim, de modo indisfarçável, que a batalha não fôra sinão uma ficção, e que Antônio, suggestionado por Cleópa-

tra, abandonava o propósito de restaurar a República na Itália, para dedicar todos os seus cuidados ao império do Egito.

A admiração e o pasmo, nos primeiros momentos, foram gerais.

Ao atordoamento sucedeu o desânimo no exército de Antônio, de modo que o combate não continuou, ficando a vitória com Otaviano, sem maiores esforços. Primeiro os Romanos de maior autoridade do séquito de Antônio, em seguida, as tropas e os príncipes orientais e, depois de sete dias, as legiões e a armada passaram-se para o lado de Otaviano. Antônio não tinha mais no Ocidente um soldado nem um navio.

Tinha-os, porém, uns e outros, no Oriente, e em número suficiente para opor séria resistência a quem ousasse atacá-lo. E isso bem compreendeu Otaviano, que, satisfeito com a vitória quasi inesperada, voltou para a Itália. Assim, porém não pensava o povo de Roma e de toda a Itália, que não podendo admitir que tanto esforço se perdesse dessa maneira, permitindo que um homem perigoso como Antônio, pudesse fazer novos preparativos, e ameaçar novas guerras e novos desastres, impôs a continuação da guerra e a conquista do Egito, desde tanto tempo cobiçado pelos Romanos.

Antônio fizera alguns preparativos de defesa, e com as onze legiões que ainda lhe ficavam e as riquezas de que dispunha teria podido opor uma resistência encarniçada e mesmo vitoriosa a quem o atacasse. Mas o golpe de Ácio tinha-o desautorado e desacreditado, desvendando a todos a sua política equívoca e as suas secretas intenções. Ao aproximar-se de Otaviano, as tropas e a armada de Antônio passaram para seu adversário, que deste modo pôde entrar em Alexandria sem encontrar resistência.

O drama terminava. Antônio suicidou-se na hora mesma em que Otaviano entrava na cidade. Cleópatra, que muitos historiadores julgaram ter sido a causa do desastre e acusam de ter fugido de medo, teve um final épico. Resolvida a viver como rainha ou a morrer, quando não teve mais esperanças de salvação, deu-se a si mesma a morte.

Foi encontrada no seu leito, enfeitada com seus mais ricos ornamentos régios, entre uma escrava já morta e outra agonizante.

Otaviano ficava, deste modo, único dominador e triun-

fador do império romano preexistente, ao qual acrescentava o Egito.

Voltando a Roma iniciou a obra de reorganização da República, que constitue a segunda parte da sua vida e da sua glória, não inferior certamente à primeira.

O senado e o povo romano, S.P.Q.R., como costumavam denominar-se nas ocasiões solenes, gratos pela paz de que podiam gozar, depois de tantas discórdias, de tantas guerras e devastações, no dia 16 de janeiro do ano 27, três dias depois de sancionada a nova constituição que reorganizava a República, conferia-lhe aquele título honorífico de *Augustus*, com o qual passou à história, e com o qual o indicaremos nas nossas futuras palestras.

II - Origem do Império

“Na idade de dezoito anos aprestei um exército, por minha iniciativa e a minha custa, com o qual reivindiquei a liberdade republicana oprimida pelo predomínio das facções. Porisso o Senado, com decreto especial, admitiu-me na sua ordem e elevou-me ao consulado. Ao mesmo tempo, conferiu-me o império. O Senado entregou-me a república, afim de que a defendesse, na qualidade de pretor. O povo, no mesmo ano, elegeu-mé cônsul, por haverem sido os dois cônsules precedentes mortos em guerra, e nomeou-me triúmviro para reconstituir a república”. Estas palavras, que constituem quasi o testamento político de Augusto, foram gravadas solenemente em tábuas de bronze, das quais foi enviado um exemplar à todas as cidades dependentes de Roma. Delas sobrevivem dois exemplares descobertos em duas cidades bem longínquas da capital do império: uma em Ancira, atualmente Ankara capital da Turquia, outra, em Antióquia.

Uma grande confusão nasce em nosso cérebro, querendo interpretar esta inscrição com o sentido que damos modernamente às palavras nela contidas. Que é êsse império de que Augusto se diz investido pelo Senado? Como é possível conciliar o título de imperador com o de cônsul que Augusto recebe do Senado, e para o qual é eleito pelo povo no mesmo ano? Não é interessante o caso de um individuo que apresta um exército para defender a república, e o Senado desta república lha entrega como império? E êsse triúmviro e imperador ao mesmo tempo, encarregado de reconstituir a república, não é pelo menos bastante curioso?

Eis uma série de perguntas e de contradições às quais é impossível responder com o sentido moderno das palavras e o valor das instituições correspondentes. Indispensável, portanto, antes de procurar a origem do império, ver o que significava império para os Romanos, e qual era a função

dessa que boje é considerada como a suprema autoridade política.

Roma dos primeiros séculos não conhecia imperadores, como autoridades políticas. Roma era governada pelos reis, que regiam, isto é, guiavam o povo, mas não comandavam, não imperavam. “Imperator”, comandante, era somente o general que durante a guerra comandava os exércitos, como prescreve a disciplina militar; e isso também só no que diz respeito à disciplina militar, porque ao lado do general havia sempre um magistrado civil, um *quaestor* com o encargo de prover às necessidades do exército, tanto pelo que diz respeito aos viveres, como às armas.

O poder dos reis era limitado pelo Senado, formado pelos chefes das antigas famílias aristocráticas, que constituía mais ou menos o que são os nossos modernos Parlamantos, e pelas Assembléias populares, reunidas em Comícios, curiatos, tributos, centuriatos, segundo as ocasiões e as deliberações, que, porém, representavam sempre o pensamento do povo. Esta forma de regimento continuou em Roma pelo espaço de 240 anos, segundo a tradição, enquanto os reis se limitaram a reger e não a imperar. Quando, porém, um desses reis quis ir além dos limites marcados pela Constituição e pelo uso ou, mais provavelmente, quis introduzir novidades econômicas contrárias aos interesses da classe dominante, está derrubou-o e expulsou-o da cidade. Roma desde aquela época não quis mais ouvir falar em reis; e tanta foi a aversão e o ódio que se enraizou no coração dos Romanos contra essa instituição, que as palavras *rex* e *regius*, se tornaram sinônimos de inimigo e de malvado. Quando, de fato, os povos da Espanha, libertados por Cipião, proclamaram-no seu rei, o digno romano respondeu: *Regium nomen alibi magnum, Romae intolerabile est*; isto é, o nome de rei muito estimado em outros lugares, em Roma é intolerável. E outra vez, falando da expulsão dos reis e da nomeação dos cônsules, o mesmo historiador escreve: *Postea creatis consulibus, adeo regis nomen exosum fuit Romanis, ut eo invidiam conflandam potentissimis civium uterentur*: depois de instituídos os consulados, o nome de rei tornou-se tão odioso para os Romanos, que se serviam dele para excitar ódio contra os cidadãos demasiadamente poderosos. Todos os que tem cursado o ginásio, aliás, e que ainda devem ter os ouvidos cheios do famoso *quousque, tandem*, lembram-se com certeza de que Cícero, para designar com palavra infa-

mante as ações de Catilina, as chama de *vere regia*, verdadeiramente reais.

Este modo de ver, continuou até o fim da República. O poder civil era confiado aos cônsules que ocupavam o cargo durante um ano, e eram eleitos pelo povo. Estes cônsules, em tempo de guerra, eram investidos também do poder militar, que se chamava *imperium*, donde o nome de *Imperator*, imperador. Este porém, não tinha maior poder que o de um general, e perdia-o imediatamente apenas voltava à cidade. E quando por graves dificuldades ou por algum desastre militar se tornava necessário o comando único, o que acontecia em casos excepcionalíssimos, era nomeado um ditador, cujos poderes, porém, eram brevíssimos, geralmente não passavam de quinze dias, tão grande era o medo que tinham do poder absoluto.

As cousas, porém, transformaram-se com a modificação das condições e sobretudo com a modificação do exército. Este que, nos primeiros séculos, era formado de cidadãos que, acabada a guerra, voltavam à própria casa e às ocupações habituais, com o tempo transformou-se em exército profissional, especialmente quando os soldados, em vez de viver do próprio, começaram a receber o soldo. Além disso, estendendo-se as conquistas, multiplicando-se as guerras, os Romanos, nos últimos tempos da República, já viviam quasi que exclusivamente dos produtos destas e o povo tinha perdido o amor e o costume do trabalho, preferindo viver desta vida parasitária de presas de guerra. As guerras permitiam aos que nelas tomavam parte, o enriquecimento rápido, com que os chefes faziam ricas doações de trigo e outros alimentos ao povo, como também ofereciam festas e jogos, de que os Romanos eram avidíssimos.

O valor do *imperator*, d'este modo, cresceu desmedidamente na consciência do povo, daquela plebe que, durante cinco séculos, lutara energicamente para a conquista dos direitos civis e políticos, e que agora, cançada e desconfiada, vivia pobremente das doações que lhe eram feitas, migalhas do banquete preparado à custa dos povos e das nações vencidas. Nestas condições, o general tanto mais valia, quanto maior era a presa que levava para Roma, e esta plebe tão servil estrepitava e protestava quando o comandante em vez de trazer meios para donativos, voltava vencido e com as mãos vãsias. Não se deve pensar, contudo, que já fosse possível falar em govêrno monárquico, ou mesmo em abolição da república. A repulsa contra qualquer forma de govêrno

unitário e tirânico era ainda tão profunda, que ninguém julgava possível qualquer tentativa nesse sentido. Valha o exemplo de Sila. Depois de uma longa e terrível guerra civil, que devastara a maior parte das regiões dependentes de Roma e ameaçara a própria sorte da República, L. Cornélio Sila ficou único dominador de Roma, e o Senado conferiu-lhe a ditadura por tempo indeterminado, colocando-o numa posição em que lhe teria sido fácil usurpar o nome e as funções de rei. Sila, porém, depois de ter tomado todas as vinganças possíveis contra os seus adversários, e ter feito leis que faziam renascer os privilégios e o predomínio da parte aristocrática, abandonou o cargo e retirou-se à vida privada, seja porque nele havia ainda um fundo de respeito àquelas instituições que tinham feito a grandeza de Roma; seja — e isto talvez com maior probabilidade — pela convicção de que Roma não teria tolerado por muito tempo um poder tirânico. O poder imperial (Sila entrara em Roma como comandante de um exército vitorioso, *imperator*) retirava-se, cedendo o lugar ao governo civil. *Cedant arma togae*, dirá Cícero um quarto de século mais tarde; retirem-se as armas diante do direito.

Mais expressivo ainda é o caso de César, que muitos consideram como o verdadeiro fundador do Império. Este homem, que foi talvez o mais nefasto para as liberdades republicanas, vinha das fileiras, ou pelo menos tinha abraçado a parte democrática, e, através de longas lutas, conseguira abater o partido aristocrático, vencer as últimas resistências, no próprio Senado e obter a ditadura decenal, que equivalia à ditadura vitalícia, nas condições em que se realizara. Ainda mais que os cesarianos, entre as grandes honras e privilégios concedidos ao triunfador, introduziram também o direito de usar perpetuamente como prenome hereditário, o título de *imperator*.

Nascera assim o Império, pelo menos no título concedido ao grande conquistador. E tudo parecia concorrer em tornar definitiva esta transformação nas coisas de Roma; a repugnância pela forma monárquica parecia superada e não somente o povo, mas o próprio Senado, último baluarte da resistência republicana, parecia vencido e debelado. Símbolo desta rendição foi a oração de Cícero *Pro Marcello*. O servilismo, a bajulação a que desce, nesta oração, o homem que já nesse mesmo Senado trouxera contra Catilina em defesa da República, são unicamente comparáveis com

a humilhação do próprio Senado que, de joelhos, pede perdão para o colega Marcelo que se achava no exílio.

A dedicação, porém, era mais exterior, aparente, do que íntima e real. O espírito republicano estava vigiando em silêncio, e os Idus de março provaram que não era fácil suprimir uma tradição de cinco séculos, enraizada no coração de um povo, disposto a renunciar à vida antes de renunciar à liberdade. A primeira tentativa de império, logo, falhara sob os punhais dos conjurados.

Otaviano, portanto, último supérstite dos numerosos êmulos que lhe contenderam a supremacia, tinha diante de si exemplos evidentes e expressivos demais para cair no erro do seu predecessor. A sua natureza, aliás, prudente e cauta, concorreu muito para salvá-lo dêsse perigo; mesmo contra os incitamentos que lhe vinham do Senado e do povo, que o circundavam de admiração e de respeito, mostrando-se dispostos a lhe conceder todos os poderes que lhe aprouvesse pedir.

E' opinião comum de todos os historiadores do século XIX que Augusto se prevaleceu da sua fortuna, para crear em Roma uma monarquia absoluta, tendo, porém, a previdência de circundá-la com as velhas formas. Mas esta doutrina não tem fundamento nas fontes e nem mesmo na razão histórica. Os escritores contemporâneos ou pouco posteriores nunca falam de Augusto como de um monarca; mas sim de um chefe, seja mesmo com autoridade superior à comum, mas sempre de um chefe republicano. Suetônio, Tácito e os outros pouco posteriores falam de Augusto, chamam-no de César; mas nunca lhe atribuem autoridade que possa indicar nele o monarca, ou algo de semelhante. Para achar um escritor que chame Augusto de monarca, é preciso chegar até Dião Cássio, escritor oriental e acostumado àquela forma de engrossamento, dir-se-ia modernamente, própria dos países do sol nascente, escritor que viveu no terceiro século da nossa era. Não é coisa difícil, aliás, provar que Augusto, mesmo querendo-o, não teria conseguido fundar uma monarquia, nem abertamente, nem debaixo das aparências republicanas. Que é que significava, de fato, naquele momento fundar uma monarquia? Substituir a autoridade própria e da própria família à do Senado e do pequeno número de grandes famílias que tinham creado e regido o império até aquele tempo; substituir a estas famílias e às magistraturas republicanas uma burocracia esco-

lhida pelo novo soberano em todas as ordens sociais e em todas as partes do império, a qual, portanto, reconheceria sòmente a êle como única autoridade.

Augusto teria podido realizar tamanha revolução, sòmente si a opinião pública da Itália o tivesse consentido, porque o seu poder era baseado especialmente nas legiões, e as legiões eram compostas, naquele tempo, exclusivamente de italianos. Mas, Augusto tinha diante dos olhos o caso de seu pai que, apesar da sua grande autoridade, caíra em virtude do descontentamento que as suas tendências monárquicas tinham provocado na classe aristocrática, e, mais próximo ainda, tinha o exemplo de Antônio que, apesar do apóio com que contava na classe senatorial, caíra por ter provocado a reação das classes médias e da plebe, profundamente ofendidas nos seus sentimentos tradicionais e nas suas mais enraizadas convicções. E um dos sentimentos mais profundos de toda a Itália era exatamente a veneração pelo Senado, pelas instituições seculares, que tinham feito a grandeza de Roma. As lutas duras e ferozes que ensanguentaram Roma não davam grande vantagem à democracia, que, na realidade, foi mais um movimento de aristocráticos e patricios descontentes, os quais excetuados os Gracos — procuravam servir-se do nome da democracia e das paixões populares para alcançar cargos e honras. Não havia um verdadeiro partido nascido e crescido na consciência do povo; êste em todas estas lutas, procurara sòmente obter trigo, dinheiro, donativos e leis menos severas, mais que cargos públicos.

O próprio sentimento que guiara a plebe, nas suas lutas seculares pelo nivelamento dos direitos, enfraquecera-se e em parte apagara-se, deixando lugar a uma espécie de fervor tradicionalista que se manifestava em todas as classes sociais. As guerras sociais, com todas as suas devastações e todos os seus terrores, tinham feito os homens mais assidos e repellido os espíritos espantados para o passado; efeito que se observa sempre depois das grandes calamidades sociais, trate-se de guerras civis ou externas; como podemos observar diretamente, depois do grande cataclismo de 1914. Tito Lívio, que mais tarde será o grande amigo de Augusto, naquele tempo começara a escrever a história de Roma para glorificar o antigo regime republicano e os seus fautores, a-pesar-de vencidos nas guerras civis, e para deprimir os homens do partido vitorioso, César compreendido, como afirma Sêneca. E' êste o periodo em que, aos escritores mais

ilustres da geração precedente, são preferidos os antigos, como Ênio, Plauto, Terêncio; em que o epicurismo, que tanto favor encontrara pouco antes, vai perdendo terreno, expellido pelo pitagorismo e pelo estoicismo; em que Virgílio se apresta a escrever o maior poema moral e religioso da romanidade, é o período em que surgiu, e tornar-se-á em breve numeroso e ameaçador, um partido que quer banir de Roma, a golpes de leis, o que chama de corrupção, isto é, os vícios importados pelas conquistas, pela riqueza e pelo orientalismo, a impudicícia das mulheres, a condescendência dos maridos, o luxo e toda espécie de rebaixamento moral.

Em condições tais, nem mesmo um homem como César teria conseguido fundar uma monarquia. Ainda menos, portanto, podia pensar nisso um homem como Otaviano, que não era um grande general, nem um grande ambicioso; mas simplesmente um administrador honesto e avisado, um político hábil e prudente, e que casara desde pouco com Lívia, a mãe do futuro imperador Tibério; mulher de grande inteligência, de grande habilidade, mas profundamente imbuída do espírito e da tradição da antiga nobreza romana.

Modestos, logo, foram os primeiros propósitos de Augusto. Voltando do Egito com tantas riquezas, foi recebido em Roma com festas, como nunca se tinham visto, celebradas nos dias 13, 14 e 15 de agosto do ano 29, e foram-lhe decretadas honras divinas: que o seu nome fosse inscrito no *Carmen saliare*, que as sacerdotisas rezassem também em intenção dele nas funções públicas, que em todos os banquetes fossem feitas libações em sua honra.

Tantas honras e tamanho poder teriam induzido um homem, menos sereno e menos avisado que Otaviano, a aproveitar da ocasião para firmar melhor o seu poder pessoal. Sobre Augusto exerceram efeito oposto; impressionaram-no tão profundamente que, ou porque cansado de tantas fadigas e de tantas agitações, ou porque espantado pela grande responsabilidade que caía sobre os seus hombros, teve pela segunda vez a tentação de se retirar à vida privada, como diz Suetônio, historiador de seriedade indiscutida: *De reddenda republica bis cogitavit: primum post oppressum statim Antonium... ac rursus taedio diuturnae valetudinis*. Pretendeu resignar o poder em duas ocasiões. A primeira logo à derrota de Antônio... A segundo num momento de debilidade, motivada por longa moléstia. An-

tes de entrar em Roma, de fato, ficara algum tempo em Atela, para se tratar de uma doença que contraira no Egito.

Mas assim não pensavam o Senado e a plebe, os aristocratas e os populares, convencidos todos de que Roma somente podia ser salva por um govêrno forte, dirigido por um homem que tivesse autoridade suficiente para se impor às facções ainda não completamente eliminadas, mas só adormecidas, e que de um dia para outro podiam recommençar as antigas lutas com grave perigo para a República. E este homem não podia ser sinão Otaviano, o qual, pelas insistências que lhe vinham de todos os lados, se viu obrigado a desistir do seu propósito e dedicar-se à reorganização do Estado.

O plano de Augusto era bastante simples: restaurar, quanto lhe fosse possível, a antiga república aristocrática, restituindo às instituições a autoridade e o respeito de que os triunviratos as tinham despojado, corrigindo-lhes, porém, todos os defeitos que no passado foram causa da desordem e da guerra civil. Dois eram os defeitos fundamentais e de maior importância: o esmiuçamento dos comandos militares, e a anualidade e colegiatura dos magistrados. Pelo parcelamento da direção do exército entre numerosos generais, muitas vezes discordes entre si e dependentes unicamente do Senado, fraco e longínquo, acontecera frequentemente que esta excessiva independência encorajara alguns deles à indisciplina e a fazer servir, o que era exército de Roma, às próprias ambições. A divisão das magistraturas entre dois colegas de poder igual foi muitas vezes causa de discórdia, sobretudo si estes pertenciam a partidos diversos e opostos, dando assim origem ao enfraquecimento e à corrupção da própria função a que a magistratura se dedicava.

Logo, si era necessário reconstruir a república, convocar novamente os Comícios, recolocar a magistratura na sua antiga autoridade, precisava também estabelecer uma autoridade bastante forte para conter as facções e reprimi-las quando fosse indispensável, reorganizar as magistraturas e o exército, de modo que não pudessem abusar do seu poder, nem se embaraçar reciprocamente.

Já Cícero, desenvolvendo um antigo conceito de Aristóteles, no *De República*, mostrara como, nos países dilacerados pelas discórdias, único meio para a salvação do Estado seja um magistrado único e supremo, que, estando sujeito como os outros cidadãos às leis comuns, e portanto

republicano, mas investido de um poder mais duradouro e mais amplo, possa constringer os outros a cumprir o próprio dever.

Inspirando-se neste princípio, que aliás era princípio bem latino, já em vigor nos primeiros tempos dos reis, foi que Augusto, auxiliado pelos homens mais cultos e pelos mais profundos jurisconsultos do seu tempo, preparou a Constituição que foi sancionada solenemente no dia 13 de janeiro do ano 27. Em obediência às disposições dessa nova magna lei, e a convite do Senado, Augusto assumia o proconsulado de todas as províncias onde se achavam exércitos romanos; tornando-se deste modo comandante de todas as legiões, de modo que todos os comandantes das forças armadas dependiam dele, e a êle respondiam pelas suas ações, em vez que àquela entidade fraca e anônima que era o Senado.

O mesmo, mais ou menos, acontecia para o governo de Roma, onde também se precisava de uma autoridade para vigiar os magistrados urbanos e estimular o próprio Senado, o qual dominado pela desídia, esquecia-se de se reunir, mesmo nas ocasiões mais importantes. Para êste fim, Augusto não se arrogou uma autoridade vitalícia, como fizera César nos últimos tempos, mas estabeleceu apresentar cada ano a sua candidatura ao consulado, prestando deste modo homenagem à lei, e evitando aquele poder vitalício tão em contraste com o sentimento e com a tradição romana.

Deste modo, respeitando a lei, Augusto era cônsul e procônsul ao mesmo tempo, governando Roma e as províncias; pois, quando estava em Roma comandava as legiões por meio de *lugares-tenentes*, e quando saía de Roma para visitar as províncias ou para a guerra, governava Roma, na sua qualidade de cônsul, mediante os seus representantes. Esta, que parece uma revolução no sistema constitucional, não era uma novidade, porque já Pompeu a tinha praticado no ano 51, acumulando os dois cargos, com a diferença de que Pompeu fizera isso por um ato de autoridade pessoal, enquanto Augusto recebia êsses poderes pelos seus legítimos detentores. Em suma, Augusto colocava-se na direção da República como primeiro magistrado, como presidente, si querem, como *princeps*, no sentido que esta palavra tinha antigamente, isto é, de primeiro *inter-pares*, e não no que teve mais tarde e que tem nos nossos dias; mas com poderes legítimos e bem determinados na lei. “Otaviano — escreve Guilherme Ferrero — punha em prática o conselho que

Cícero em vão dirigira a Antônio, no dia 2 de setembro de 44 no Senado: *libertaté esse parem caeteris, principem dignitate*; ser o primeiro cidadão numa república de iguais; e aceitava a nomeação para presidente único por dez anos da República romana com o comando de todos os exércitos e poderes amplísimos, mas constitucionais, que o aproximavam mais ao presidente da confederação americana, que a um monarca asiático". Horácio comentava êste novo estado de coisas com a segunda ode do primeiro livro, em que a posição de Augusto é resumida no verso: *Hic ames dici pater atque princeps*: aqui folgarás ser chamado pai e primeiro (cidadão).

Convém, a êste respeito, desfazer um êrro, ou má interpretação de um grande historiador de Roma, que ainda hoje, por muitos, é considerado o maior dos historiadores da cidade eterna, Teodoro Mommsen, que considera a posição de Augusto uma ficção para mascarar o seu verdadeiro poder monárquico e tirânico. Para mais facilmente conseguir o seu fim, Augusto teria reunido na sua pessoa todos os poderes republicanos, políticos, militares, civis e religiosos, aproveitando para isso da fraqueza e da depressão moral em que caíra o Senado. Mas contra esta opinião levantam-se os fatos, levânta-se toda a obra de Augusto depois da batalha de Ácio.

Já vimos a repugnância de Augusto em aceitar a responsabilidade do poder, e como, sòmente porque solicitado com insistência, a ela se submetesse no interêsse da República, nos primeiros anos. Que esta repugnância não foi uma ficção, provam-no os acontecímêtos que se seguiram, até a sua morte. Quando na primavera do ano 23, devido a uma grave doença que o levava até as portas da morte, Augusto pretendeu novamente, e com maior veemência, abandonar os negócios públicos, um terrível espanto apossou-se de Roma, que nisso via a ameaça de novas guerras civis; e só pelas vivas insistências do Senado, Augusto rendeu-se, com a condição de que, mesmo conservando grande soma do poder, seria em parte aliviado, renunciando ao consulado, que constituía a tarefa mais pesada do seu cargo e ficando sòmente com o govêrno das províncias; renunciando assim ao título de *princeps*, que lhe vinha exatamente do poder que exercia em Roma, sobretudo no Senado. Com isso, porém, não concordaram as classes médias e ínfimas, que em Augusto viam, juntamente com o defensor da paz interna, o defensor dos seus direitos contra os ricos e

poderosos, e tanto fizeram, tanto insistiram, que o induziram, a aceitar outro cargo, com título muito querido pela plebe, isto é, a podestade tribunicia, com duração vitalícia, que consistia no direito de veto, de propor leis aos comícios e ao senado; podestade genérica e indefinida, que lhe permitia intrometer-se em todos os negócios públicos; como aconteceu pouco depois, quando, por ocasião de uma carestia, o povo, necessitado de pão, insurgiu-se contra a incúria dos magistrados, pedindo que Augusto assumisse o consulado, e este foi obrigado a tomar os plenos poderes anônários, cargo que exercêu por meio de dois *praefecti frumenti dandi*, prefeitos para prover ao trigo.

Não satisfeito com isso o povo, que cada dia mais se convencera da necessidade de uma administração mais forte e segura, reclamou que Augusto assumisse imediatamente o consulado, ou a ditadura vitalícia, ou qualquer outra forma de autoridade rápida e enérgica. Augusto, que bem conhecia as dificuldades e os perigos dessas formas de governo, mostrava-se relutante em aceitar; mas as insistências foram tais, que precisou chegar a um acôrdo. O Senado, sem falar em censura ou ditadura, concedeu a Augusto a faculdade de emanar éditos toda vez que o julgasse conveniente no interêsse da República, como si fosse cônsul; isto é, Augusto recebia também para Rôma e para toda a Itália aquele poder discricionário que pouco antes recebera para as províncias. Era a velha aristocracia que, não resistindo mais ao péso do governo, e não havendo outra ordem social para substituí-la, descarregava todo o péso do império sôbre Augusto, o qual, quisesse ou não, a isso devia submeter-se.

O mesmo ano 23 foi testemunha de outro acontecimento mais importante para provar como Augusto relutava em aceitar os cargos que o fraco Senado sôbre êle queria descarregar: a embaixada dos Partos. Fraate, rei dos Partos, povo que os Romanos inútilmente tentaram submeter ao seu domínio, no ano 23 mandou uma embaixada a Roma para pedir a restituição de um seu filho prisioneiro dos Romanos e a entrega de Tiridade, prófugo parto, hóspede de Roma. Os embaixadores, pouco práticos desses negócios, dirigiram-se a Augusto, o homem mais conhecido de Roma e que êles, súbditos de uma monarquia, consideravam como rei da cidade. Segundo a Constituição estabelecida no ano 27, porém, não Augusto, mas o Senado devia resolver essa questão; porque sômente o Senado era competente para tratar com os Estados estrangeiros. Augusto que, de fato, observava es-

crupulosamente a constituição, e também, talvez, para evitar uma grave responsabilidade, enviou a embaixada ao Senado. Era a primeira vez, depois de meio século, que o Senado se achava diante de uma importante questão de política exterior, com faculdade de resolvê-la livremente, reasumindo a antiga autoridade que cinquenta anos de discórdias e de lutas intestinas lhe tinham usurpado; dessa solução ter-se-ia visto si o Senado era ainda digno e capaz de administrar os interesses mundiais de Roma. Foi logo, um momento solene aquele em que os embaixadores, seguindo o ceremonial tradicional, foram introduzidos perante a augusta assembléia. A prova, porém, foi infeliz, e depois de poucas palavras o Senado reenviou os embaixadores a Augusto, afim de que êle desse solução ao caso.

Os historiadores não dizem a causa dêste fato singular; mas é fácil compreendê-la. O Senado deshabitudo de qualquer negócio de importância e de responsabilidade, ficou espantado diante dos Partos e não achou modo melhor para se fízar do embaraço do que descarregar a responsabilidade sôbre Augusto. Não era êle que resolvia todas as questões mais difíceis? Resolvesse esta também. Augusto, de fato, resolveu a questão com muita habilidade e tacto finíssimo, evitando a guerra, salvando a honra e a dignidade de Roma e obtendo vantagens territoriais. Poucos dias depois Roma soube que Augusto concluíra com os Partos um acôrdo satisfatório e disso alegrou-se; mas ao mesmo tempo ficou sabedora de que no momento em que o Senado conferia a Augusto o encargo de tratar da questão mais importante que se apresentara depois da restauração da República, collocava a primeira pedra do edificio monárquico que estará acabado sômente dois séculos mais tarde; e que com aquele *senatusconsulto*, aquela que fôra a mais solene assembléia de Roma durante sete séculos, declarava-se incapaz para dirigir as relações do império com os estrangeiros, transferia para um homem e uma família a direção da política estrangeira, e contribuía muito mais eficazmente do que Augusto, e contra a vontade dêste, à fundação da monarquia.

Por êstes e por outros fatos da mesma espécie, como a divisão do poder com Vipsânio Agripa por êle ideada, e o exílio a que condenou a filha Júlia, apesar do grande amor que tinha por ela, para se mostrar obsequente às leis da República, aparece evidente que si, no longo govêrno de Augusto, se encontram indícios de domínio monárquico, êstes

são devidos mais à fraqueza e à desídia do Senado que à ambição de Augusto, cujos desígnios eram, como disse, a restauração da república aristocrática. Mas a República na qual queria infundir nova vida, mumificou-se nas suas mãos, num governo equivoco, contraditório, fraco e enrijado no mesmo tempo, do qual unicamente a sua pessoa e o seu prestígio conseguiram salvar a autoridade e a existência.

Estranha condição a de Roma nesta quadra da sua história! Não se sabe dizer si o seu governo foi republicano ou monárquico, porquê, enquanto o Senado e o povo tudo fazem para induzir o homem que tem nas suas mãos as sortes da República, a se fazer monarca, aceitando o poder absoluto que com tanta insistência lhe é oferecido, o indigitado monarca esforça-se para reanimar e dar vida nova à agonizante República. Para o povo, Roma já é um império; para Augusto é ainda uma República. Estado que tem analogias com a Alemanha republicana depois da grande guerra, quando foi proclamada a República, continuando-se, porém, a chamar de império; o que sugeriu a um poeta humorista o verso *das reich ist eine republik*; o império é uma república.

— O Império logo, não existia nos tempos de Augusto? — pode-se observar neste ponto.

Para responder a esta observação é preciso voltar ainda sobre o sentido que tem e que nós queremos dar a esta palavra. Si por império entendemos o que a palavra significava desde os primeiros tempos, isto é, autoridade, mando militar, êle existia; mas não tem com o nosso assunto nenhuma relação. Si por império entendemos poder unitário, como se entende ainda hoje vulgarmente, poder reunido nas mãos de uma pessoa única com forma monárquica, podemos afirmar resolutamente que não existia, e que demorou muito ainda antes de existir, continuando, os que modernamente chamamos de imperadores, a ser conhecidos pelos historiadores seus contemporâneos como Césares, como Augustos, até como Divos, como faz Suetônio, que sempre fala em *Divus Augustus*, *Divus Tiberius*, e nunca em *Imperator Augustus* e *Imperator Tiberius*; apesar destes já terem autoridade absoluta e verdadeiramente monárquica; mas conservando-se as formas republicanas, com o Senado e as outras instituições próprias da República. Nos tempos de Vespasiano ainda se conservava no Senado — pelo menos pró-forma — a verdadeira e única fonte do po-

der, que era transmitido aos imperadores, como consta pela *lex de imperio Vespasiani*, segundo a qual se concedem a êsse imperador poderes como foram concedidos ao *divo Augusto*, note-se bem, ao *divo Augusto*, e não ao imperador Augusto.

Mas si por império entendemos aquela autoridade que não se restringe a uma pessoa, mas estende-se a todo o mundo antigo e reside em toda a cidade eterna, no poder que esta cidade exerce sôbre todos os países conquistados, neste caso a coisa muda completamente de aspecto, e sem hesitação podemos afirmar que o império nos tempos de Augusto já existia, não só, mas que já existia desde muito antes. O império começou no dia em que Roma estendeu o seu poderio fora das primitivas muralhas quadradas levantadas por Rômulo, levando a toda parte a força das suas armas e a ordem do seu direito, permeando os povos conquistados com uma nova civilização, que devia vencer os séculos e triunfar sôbre os homens e as coisas, “E nella fausta sorte e nella ria”, como diz o poeta da dor. Giacomo Leopardi.

Fustel de Coulanges coloca a formação do império no período que corre entre os anos 350 e 140 antes de Cristo. O período da formação do império é muito mais amplo, não sômente porque as conquistas começam muito antes e acabam muito depois; mas sobretudo porque o império não é sômente obra de conquista, mas obra de penetração política, linguística e moral, obra de assimilação e de convicção, de unidade étnica e intelectual, que infunde nos povos a certeza de que o império de Roma é coisa mais que humana e tem em si algo de fatal e de indeprecável, sobretudo algo de universal.

A universalidade do Império de Roma não existia sômente no espaço, que compreendia todo o mundo civilizado daquela época, mas também no tempo. Apesar dos maus sucessores de Augusto, que, feitas raras exceções, formam uma escala decrescente, o nome e a força moral do Império seguiu um caminho oposto ao valor dos seus titulares. E até quando, em 476, um Rei bárbaro, conquistada a Itália pelas armas, declarou morto o Império de Ocidente, na mesma certidão de óbito, sentiu a necessidade e a oportunidade — tanta era ainda a força moral e o respeito que incutia também nos bárbaros a instituição imperial — de prestar homenagem ao Império, declarando que êle occupava o reino unicamente em nome dos seus exércitos. Odoacre, de fato, não vestiu a púrpura imperial, nem a entregou a outros.

Satisfeito do título de *Patricio*, como fizeram outros reis bárbaros, pediu a confirmação da usurpação e do título que se arrogara, ao Imperador do Oriente residente em Constantinópla, como ao único e verdadeiro Augusto; o que equivalia a reconhecer como única e suprema autoridade o representante do Império romano, que transportara a sua sede às plagas orientais, donde primeiramente partira com Enéias, segundo a tradição, “Contra il corso del ciel, ch’ella seguio — Dietro all’antico che Lavinia tolse”, como diz Dante.

O Império verdadeiro, porém, desaparecera. O Império bizantino, que sobreviveu quasi dez séculos ao de Roma, não teve e não podia ter nada de comum com a instituição romana; porque êle não era o império dos Césares e dos Augustus, mas o império oriental, mais próximo ao que ideara Antônio sob a sugestão de Cleópatra, que o iniciado em Roma pelo gênio de Augusto.

Foram feitas numerosas tentativas de ressurreição, mas sempre inutilmente. Há mortos de uma grandeza tal, que impossível e absurda se torna qualquer veleidade de ressurreição. Podem-se imitar, não reproduzir. Quando ruiu o famoso campanário de Veneza foi aberto um inquérito entre os intelectuais sôbre si se devia reconstruir aquele monumento glorioso, admirado pelo mundo inteiro. Entre as numerosas respostas despertou grande interêsse a do poeta Josué Carducci, que num telegrama ultra-lacônico respondia simplesmente: *Não*. Perguntado sôbre o que pretendia dizer com aquele *não* tão absoluto, acrescentava: Porquê pode-se reconstruir materialmente o monumento ruído; mas o que nunca se lhe poderá dar é a alma que com êle morreu eternamente.

Outras formas, outras glórias, outras grandezas nasceram, estão nascendo, nascerão. Para estas a nossa atividade, os nossos entusiasmos. Para o passado a nossa admiração e a merecida apoteose.

III - A Cidade de Roma

Urbem, quam dicunt Romam, Meliboe, putavi
Stultus ego huic nostrae similem, quo saepe solemus
Pastores ovium teneros depellere fetus.

“Tolo que eu fui, oh Melibeu, julgando a cidade que chamam de Roma, parecida com esta nossa, à qual nós pastores costumamos levar as tenras crias das ovelhas”; dizia Virgílio, ocultando-se sob os trajes de pastor. E acrescentava:

Verum haec tantum alias inter caput extulit urbes
Quantum lenta solent inter viburna cupressi.

“Mas esta levanta a cabeça entre as outras cidades, tanto quanto os ciprestes o levantam entre os flexíveis vimes”.

Estes versos escrevia Virgílio no ano 41 a. C., comparando Roma com a sua cidade natal, Mântua.

Sete séculos decorreram desde que um grupo de pastores levantavam sobre o Palatino um grupo de pobres choupanas cobertas de palha, que, pela forma trapezoidal da colina, foi mais tarde chamada de cidade quadrada. As choupanas primitivas acompanharam o desenvolvimento do povo que os habitava, e enquanto os Romanos estendiam o seu poder sobre o mundo, a pequena aldeia se tornava a cidade que tanto pasmo despertava em Virgílio no ano 41; isto é, quando Augusto tinha somente 22 anos e estava ainda tão longe da grandeza a que devia chegar e que devia permitir-lhe reformar *ex imis* a cidade, já grande naquele tempo e que com êle e com os seus sucessores devia tornar-se o símbolo mais completo da grandeza antiga, da cidade *caput mundi*, da cidade eterna. Existiam já naquela época cidades que tinham extensão igual e até maior que a de Roma,

como Alexandria e Antióquia; existiram mais tarde e existem atualmente cidades que a superaram de muito, como Paris, Londres, New York e outras. Nunca, porém, na antiguidade ou nos tempos modernos se viu uma cidade ocupar lugar tão eminente e dominador, representar um papel tão relevante e exercer tanta influência sobre o mundo contemporâneo; nunca se viu uma capital centralizar e resumir em si não somente o poder político e a vida econômica, mas o próprio espírito de uma dominação tão vasta e de um império compreendendo tão numerosos e diferentes povos, como fez Roma nos últimos séculos da República e nos primeiros do Império.

Como todas as grandes cidades, Roma não foi construída de uma vez e em um só dia. As duas grandes transformações a que esteve sujeita, foram devidas a duas grandes catástrofes; uma anterior e outra posterior a Augusto: o incêndio dos Gauleses do ano 391 a. C. e o incêndio de Nero do ano 64 da nossa era. Até os tempos do segundo incêndio Roma, apesar da sua grandeza, não era ainda o que se pode dizer uma bela cidade. Devido à pressa com que fôra reconstruída depois da destruição a que a submeteram os Gauleses, faltava-lhe ordem e simetria, tendo cada um construído a seu capricho, no ponto que mais lhe agradava, frequentemente invadindo até o terreno do vizinho. O que foi respeitado não somente nessa ocasião, mas sempre, como prescrição religiosa e jurídica, foi o *pomoerium*, zona de território contíguo às muralhas que circundavam a cidade, do lado interno como do externo; limitada no comêço ao Palatino, e estendida por Sêrvio Túlio às outras colinas; sendo a violação dêste território punida com a morte. Na cidade reconstruída depois da invasão gaulesa, logo, não havia senão quarteirões irregulares, ruas estreitas e tortuosas numa grande confusão de casas altas, com telhados de tábuas, que davam à cidade um aspecto ainda mais triste e sombrio, como já dizia Cícero e como afirmava Plínio, o Velho. Quando, nos últimos tempos da República, Roma já tinha conquistado toda a região mediterrânea, apesar da sua imensa população, era, em fato de edilícia, muito inferior a outras cidades italianas, especialmente a Cápua, que Cícero considera como um perigo para a capital da República.

Os progressos e embelezamentos da cidade, de que falam Cícero e Sêneca; aqueles mesmos promovidos por Augusto, na maior parte referem-se a edifícios públicos, que só levemente modificaram o conjunto da metrópole, pelo que diz

respeito ao traçado das ruas e das casas particulares. Ainda nos tempos de Tibério, de fato, lamentava-se a excessiva altura das casas e a estreiteza das ruas, como também os perigos devidos ao fácil desmoronamento em caso de incêndio, para os que procuravam fugir às chamas. Este fato serve para explicar a facilidade com que o fogo se comunicou de uma a outra casa, de um a outro quarteirão na ocasião do incêndio atribuído a Nero, que destruiu a maior parte da cidade. A causa deste excesso de altura das casas deve-se procurar na escassez dos terrenos e nos altos preços por que eram vendidos; coisa que acontece também nas grandes cidades modernas, e que justifica os arranhacéus que invadem as grandes metrópoles.

Essa altura, que espantava os antigos Romanos, foi limitada primeiro por Augusto, que, segundo Strabão, estabeleceu um máximo de 70 pés, correspondentes a 20m,60, permitindo, porém, para as dependências interiores uma elevação superior, licença de que os proprietários não deixaram de aproveitar. Nero reduziu ainda este limite, e Trajano acabou por fixá-lo em 60 pés, isto é 17m,70, sendo o pé romano de 0,295 e meio. A primeira dessas elevações não dava mais do que quatro andares, mais uma sobreloja. Mas em Roma um apartamento no terceiro andar já assustava a gente: "*et scalis habito tribus, sed altis*", diz Marcial para dissuadir o importuno que lhe pedia o livro dos epigramas emprestado, em vez de comprá-lo: "e moro no terceiro andar, mas muito alto". No quarto moravam somente os pobres, em certas águas furtadas, onde, ao dizer de Juvenal, punham os ovos as pombas: *molles ubi reddunt ova columbae*.

O que devia dar a essas casas uma aparência mais alta do que eram na realidade, era a estreiteza das ruas e a sua tortuosidade. A configuração natural do solo, com a sua alternância ininterrupta de barrancos e de colinas, constituíra em toda parte obstáculo ao estabelecimento de ruas direitas, compridas e de largura suficiente; ainda mais que as baixas eram geralmente ocupadas por praças e mercados, passeios, jardins e outros logradouros públicos. Muito raras deviam ser as exceções, como a *Alta Semita*, a rua Alta, que provavelmente corria na direção da moderna rua de Porta Pia, e a *via Lata*, rua Larga, que devia igualar em largura o moderno Corso.

A arquitetura da capital do Império, aliás, contrastava com a moderna em muitos outros particulares: os frequentes

desvios da linha reta em muitas fachadas das casas, as janelas isoladas ou abertas irregularmente nos andares superiores, a desigualdade de altura nas diversas partes do mesmo corpo de casa, e sobretudo o grande número de construções acessórias estabelecidas aos lados, ou na frente das casas, que restringiam a vista exatamente nas ruas mais frequentadas e animadas. O andar térreo não tinha portas ou janelas abertas do lado da rua; somente onde havia arcadas e pórticos o comércio varejista achava lojas para se estabelecer; mas somente nas grandes ruas havia pórticos. Em toda parte, aliás, tavernas, boticas, lojas de fazenda, oficinas e vendas de bebidas ocupavam quiosques que atravancavam a rua; pelo que, com o movimento incessante e tumultuoso da multidão nas ruas de Roma, os inconvenientes devidos a essas lojinhas eram às vezes tais, que se tornava urgente providenciar. Roma inteira parecia, antes era, no dizer de Marcial, uma imensa taverna, *nuper magna taberna fuit*, onde bufarinheiros e mercieiros de toda espécie, açougueiros, taverneiros e barbeiros se tinham de tal modo apossado da rua, que encobriam e entulhavam em toda parte o solo e a entrada das habitações particulares. Tascas enfumaradas e sujas ocupavam estas ruas em quasi toda a sua largura, e o pretor, como o mais humilde dos transeúntes era obrigado a caminhar na sujeira que tudo entulhava.

Roma, embora sua postura e suas ruas muito deixassem a desejar, era contudo uma cidade sem igual. O que nela impressionava sobretudo e impunha-se à admiração era o movimento tumultuoso, confuso e continuo de uma imensa população vinda de todos os países do mundo antigo, o espetáculo deslumbrante, o alarido ensurdecedor desse ajuntamento universal, a grandiosidade, o esplendor e o grande número dos edificios públicos e estabelecimentos de toda espécie, como a vastidão da cidade. O visitante, olhando em redor do alto do Capitólio, via aos seus pés um dédalo de construções magnificas, de palácios e monumentos de toda espécie, espalhados entre casas que se extendiam a perder de vista, por montes e por vales, sobre um espaço de muitas milhas. A extensão que hoje se vê toda coberta de ruínas na direção dos montes Albanos, era naquele tempo uma planície coberta de casas e entrecortada de ruas cheias de povo e de vida. A cidade não tinha limites bem definidos, mas de todos os lados invadia o campo, como as grandes metrópoles modernas se espalham em numerosos

subúrbios e vilas que a circundam de todos os lados, perdendo-se nas construções novas de esplêndidas moradias, circundadas de jardins, de templos, de monumentos, cujos pináculos, fachadas e cúpulas cortavam o ar na luminosidade resplandescente de um céu cristalino, sôbre o fundo verde dos bosques e dos parques espalhados em toda parte.

Strabão descreveu o imponente aspecto da cidade de mármore deixada por Augusto para testemunhar o brilho do seu govêrno. A vasta planície banhada por três lados pelo rio, cuja superfície oferecia campo livre à circulação dos numerosos carros, e dos cavaleiros, misturados com inumeráveis pedestres que iam, voltavam e se entregavam a toda espécie de exercícios corporais, o tapete de relva sempre verde, a soberba moldura de edifícios públicos e de monumentos, um labirinto de pórticos com uma multidão de colunas, de cúpulas e de fastígios entremeados pela folhagem dos bosques e das avenidas; depois, como fundo do quadro para coroar o horizonte, os cumes e os declives das colinas que se elevam como um anfiteatro sôbre a margem oposta do rio que corre aos seus pés, todo êsse conjunto formava um espetáculo, de que os olhos não se afastavam senão com pena, e depois do qual a cidade parecia não devesse mais oferecer senão um interêsse secundário. Mas uma vez dentro dela, passa-se ainda de surpresa em surpresa, à vista dos grandes palácios que se sucediam, dos ricos templos, do Capitólio com as suas construções monumentais, do Palatino ou da colunata de Livia, e fica-se quasi a olvidar todo o restante. “Tal é — diz Strabão, tomado de admiração pela cidade descrita — a cidade de Roma”. O que pereceu destas maravilhas pelos incêndios que se deram nos reinados de Nero e de Tito, foi brevemente reconstruído ou substituído por obras ainda mais ricas e magníficas, de modo que o número dos edifícios e estabelecimentos públicos, aumentando continuamente pelas construções novas, foi-se tornando cada dia maior.

Não era, porém, sômente o esplendor incomparável das suas praças e dos seus edifícios públicos, que fazia de Roma uma cidade maravilhosa. Outros e mais interessantes espetáculos ofereciam a cada passo novas atrações. Em toda parte a arte antiga e moderna espalhara as suas obras e prodigalizara os seus ornamentos. Os pórticos e os templos eram abrilhantados por pinturas dos mais afamados artistas; as praças, as ruas, os edifícios públicos e particulares estavam cheios de estátuas de bronze e de mármore.

Os palácios eram quasi sempre circundados por vastos parques com magnificas árvores antigas, nas quais aves mansinhas cantavam *vario carmine*, no dizer de Rutilio Numanciano. As colinas dos arredores eram cobertas de jardins, na maior parte dos quais havia passeios abertos ao público.

Mas o melhor enfeite de Roma antiga eram as suas obras hidráulicas, tão notáveis pelo seu número e pela sua beleza. As nascentes das montanhas, levadas para a Metrópole na distância de muitas milhas, por meio de canais subterrâneos, ou de aquedutos pênseis, espalhavam-se em toda parte com doce murmúrio de grutas artificiais e de fontes artísticas, que refrescavam e purificavam o ar quente do verão, ao mesmo tempo que serviam a matar a sede: *Frigidus aestivas hic temperat halitus auras — Innocuamque levat purior unda sitim*, diz ainda o nosso poeta: “um fresco só-pro tempera os calores estivais e uma água puríssima mata brandamente a sede. Frontino, na sua obra *De aquis urbis Romae*, conta, entre outras, trinta e nove fontes artísticas, ou castelos de água, *munera*, como diziam os Romanos, a mais grandiosa das quais era a famosa *meta sudans*. Diz-se que só Agripa, durante o período da sua edilidade, estabeleceu até setecentos chafarizes de água com tanque (*lacus*); enquanto outros fazem menção de mil, trezentos e cincoenta e dois.

O tráfico com o mundo inteiro oferecia a Roma outra fonte de espetáculo inesgotável, que variava de dia a dia. Acumulavam-se nos armazéns, nas boticas e nos quiosques dessa cidade, os produtos mais raros e mais preciosos dos países mais longínquos, como as mais belas e prodigiosas obras da indústria e da arte de todos os povos. Em Roma podiam-se examinar descansadamente as mercadorias do mundo inteiro. Plínio chama o Tibre de *rerum in toto orbe nascentium mercator placidissimus*, mercador placidissimo das coisas que nascem em todo o mundo. Ai chegavam, de fato, as lãs da Espanha e a seda da China, o vidro colorido e artisticamente trabalhado, fazendas finissimas de Alexandria, o vinho e as ostras das ilhas gregas, os peixes do Mar Negro e os queijos dos Alpes. Havia em Roma depósitos com sortimentos completos das ervas medicinais da Sicília e da África, especiarias e incensos da Arábia, pérolas do Mar Vermelho e dos bancos do golfo Pérsico, como de diamantes das minas da Índia, mármore de côr extraídos em grandes blocos das montanhas da Asia Menor e madeiras cheias de magnificas veias para os mais preciosos traba-

lhos de ebanistaria, provenientes dos montes atlânticos. Os melhores negócios achavam-se no mercado chamado de *Septa*, lugar fechado. Ai a gente rica ia prover-se de belos escravos, de móveis de luxo, de toda espécie de objetos de madeiras finas, de marfim, de bronze ou de cobre de Corinto, de estátuas gregas, de taças antigas artisticamente trabalhadas, de cristais, baixelas e utensílios de toda qualidade.

A *Via Sacra* era o centro dos ourives e dos joalheiros. O maior depósito de mercadorias do Egito e da Arábia achava-se no *fórum* da Paz, o depósito principal de sedas, perfumes e drogas encontrava-se na rua dos Toscanos, *vicus Tuscus*, e sob os pórticos do *circus maximus*.

Para bem avaliar êstes elogios, que alguém poderia julgar excessivos, é bom lembrar que não são de um póstero, entusiasmado pelas lembranças de tamanha grandeza como foi a de Roma, mas que foram emitidos por um contemporâneo, por um Grego, que em matéria de beleza e de arte podia ser mestre, por Aristides, que no seu *Encomium Romae* não duvida em concluir: “Em suma, tudo o que o comércio e a navegação podiam prover, a agricultura e as minas produzir, tudo o que nascia e crescia sôbre a terra, as indústrias e as artes creavam e forneciam, tudo isso confluía e encontrava-se no mercado de Roma”. Tudo, portanto, concorria para fazer dessa cidade o centro da dominação do mundo e de um império universal, que aí se podia ver de relance, como do alto de um observatório.

Também tudo o que se descobria de extraordinário quanto a curiosidades naturais, era enviado para Roma, onde era exposto ao público. Já desde os tempos da República havia o uso destas exposições em ocasião de triunfos ou de festas públicas. Pompeu, no triunfo celebrado pela vitória sôbre Mitridate, mandara expor uma árvore de ébano, até então desconhecida em Roma, como diz Plínio; e, depois dele, árvores exóticas e raras figuraram frequentemente nos prédios dos triunfadores. Os templos eram muitas vezes transformados em museus, onde o povo podia admirar os objetos raros e curiosos que eram enviados de todas as partes do mundo e que os Romanos qualificavam de *miracula*; como aconteceu com a ossada de algum animal gigantesco prehistórico, que a credulidade do povo julgou reliquias dos antigos heróis da mitologia.

Além das feras, que serviam para os combates nos circos, Augusto gostava muito de animais raros e curiosos, que

êle mandava vir de longe, e que não deixava de expor ao público, como aconteceu com uma serpente, longa cincoenta côvados, que fez expor no comício, um rinoceronte, que collocou no *sépta* e um tigre, que appareceu na cena de um teatro.

O gôsto pelas cousas monstruosas, que ia aumentando com o progresso da corrupção nesta sociedade de decadentes, nunca foi levado tão longe como entre os Romanos. As deformidades físicas que se manifestam de vez em quando na espécie humana, eram as que mais excitavam a curiosidade. Anões, gigantes, idiotas, ermafroditas eram procurados em Roma, especialmente pelos ricos que, com refinada, perversão apreciavam êsses tristes espetáculos. Houve até em Roma um mercado de abortos. Augusto expôs ao público um rapaz que não chegava a dois pés de altura e pesava sòmente 17 libras, mas que, em compensação, tinha uma voz baritonal como a de Tita Rufo. Entre os presentes que Artábano, rei dos Partos, fez a Tibério, havia um judeu alto 7 côvados, e durante o reinado de Cláudio mostrava-se um gigante árabe de 9 pés romanos de estatura. A admiração por êstes monstros chegava até a conservar cuidadosamente os seus restos mortais. Plínio conta ter visto cadáveres de anões fechados em vasos, e nos jardins de Salústio via-se um túmulo com os restos mortais do casal gigantesco de Posião e Secundilha, que viveram no tempo de Augusto. Na ano 61 da nossa era foi enviada a Nero, uma criança de quatro cabeças com os restantes membros normais. Lembra-se também que comilões famosos alegravam a côrte e a cidade com o espetáculo da sua voracidade.

Não faltavam em Roma os que exploravam a tolice e a credulidade do vulgo. O homem selvagem, monstros verdadeiros ou fingidos, nos quais a superstição dos tempos reconhecia seres fabulosos da antiga mitologia, eram bastante comuns. De Olisipo foi enviada a Tibério a noticia de que aí fora constadada, na borda do mar, a presença de um tritão e a agonia de uma nerêida. Pausânia afirma ter visto com os seus olhos um tritão de pêlo verde e o corpo coberto de escamas de peixe. Dizia-se que um hipocentaurro fôra preso nas montanhas da Arábia; mas que não conseguindo mantê-lo vivo, fôra coberto de mel e enviado para o Egito.

Não se pense que êstes eram os únicos espetáculos que delectavam o povo romano. Outros havia, que ofereciam atrações de ordem muito superior à gente culta e a quantos

conservaram o gôsto das letras, das artes e das ciências. Artistas de todos os países e de todo gênero, arquitetos, esculptores, pintores, musicistas, cantores, tocadores de flauta e de cítara acorriam a Roma, campo onde podiam desenvolver as suas aptidões e os seus talentos, expor as suas obras ou concorrer à coroa nos concursos romanos, como o *Agon actiacus et Capitolinus*. Com êles também vinha grande número de poetas, oradores, filósofos, retóricos, sofistas e sábios da Grécia, de Tarso e sobretudo de Alexandria. Nas salas e nas galerias de numerosas bibliotecas, o amador das ciências, das letras e das artes podia facilmente satisfazer os seus gostos entre milheiros de rolos de pergaminhos e de papiros; ao mesmo tempo que nos círculos de sábios que frequentavam êstes lugares, encontrava-se toda espécie de estímulo e de encorajamento.

As termas, cujas numerosas divisões, desde a bacia de natação até as estufas, ofereciam, em todas as estações do ano, banhos de toda espécie para milhares de banhistas, com lugares reservados, de um esplendor mais que real, pelos exercícios ginásticos, pela conversação e pelas distrações que ofereciam, eram muito frequentadas. As termas eram edificios de estilo elegante e grandioso, onde o simples popular podia recrear-se e divertir-se à vontade. Os mais notáveis espetáculos, porém, desta cidade encantadora eram as representações, os jogos e os combates, da cena, do circo e da arena. Aí todas as fantasias da imaginação mais delirante transformavam-se em atordoantes realidades.

Quanto mais Roma se tornava o centro do mundo daquela época, tanto mais crescia o ajuntamento de todas as nações. Já Cícero chamava Roma de cidade universal, *civitas ex nationum conventu constituta*. Mas a grande imigração das províncias só começou depois do fim da República. Roma, então, tomou verdadeiramente o caráter de cidade comum a todos os povos, resumo, epitome do mundo. E o que aumentava ainda mais o movimento, sempre grande da cidade, era o concurso dos estrangeiros, que, sobretudo na ocasião dos grandes espetáculos, chegava a proporções verdadeiramente excepcionais. Falando das nauquaías do reinado de Augusto, Ovidio escreve na *Ars amandi*:

Nempe ab utroque mari iuvenes, utroque puellae
Venere, atque ingens orbis in urbe fuit.

(Pois de um e de outro mar vieram moços e moças, e

o imenso orbe veio à urbe): traduzo ao pé da letra, para manter a aliteração tão do gôsto dos Romanos.

Roma, dêste modo, teve o privilégio de exercer atração irresistível sôbre as tendências mais marcadas, como sôbre as mais profundas paixões. Numerosas linguas zumbiam ao ouvido dos transeúntes, tipos de todas as raças e de todas as côres, costumes de todos os povos apareciam misturados. Aquí, os elefantes da casa imperial eram conduzidos por escravos pretos; acolá, galopava um esquadrão de louros alemães, pertencentes à guarda imperial, cobertos de armas resplandescentes. Egipcios de cabeça raspada e cobertos de longos roupões de linho carregavam, em procissão, a deusa Isis. Atrás de um sábio grego, vinha um moço Indú com uma braçada de rolos de pergaminhos. No ano 19 chegou uma embaixada indiana que trazia os primeiros tigres apreciados em Roma. Filhos de príncipes orientais, com a cabeça coberta de altas carapuças, vestindo roupas amplas de fazenda de côres variadíssimas, atravessavam silenciosamente, com as pessoas do seu séquito, a multidão que se lhes aglomerava em redor. Dião Cássio refere que, diante de tantas magnificências, o chefe bretão Caractaco, levado a Roma, prisioneiro, se pôs a gritar: Como é possível que vós, Romanos, possuindo coisas tão grandes e tão belas, cobiceis as nossas pobres choupanas?

Não dispendo de dados exatos relativamente à população de Roma, devemos nos contentar com algarismos aproximados, que estão, contudo, sujeitos a grandes variações de um autor para outro. Com muita probabilidade, pode-se admitir que, depois de Augusto, a população de Roma atingia, mais ou menos, à cifra de milhão e meio, de habitantes, embora alguns estudiosos a elevem até a três e a quatro milhões. O critério de maior probabilidade, para estabelecer o número de habitantes de uma cidade, é o do consumo do trigo. Ora, segundo o historiador judeu Josefo Flávio, o consumo do trigo em Roma subia a sessenta milhões de módios, e calculando-se o consumo de quarenta módios anuais por cabeça, compreendidas as mulheres e as crianças, teríamos exatamente um milhão e meio de habitantes.

A classe mais elevada e o baixo povo, embora colocados nos dois extremos, eram os que tiravam as maiores vantagens da cidade; os primeiros, porquê podiam gozar de todos os divertimentos, de todas as distrações e do confôrto que oferece uma grande urbe; os outros, porquê viviam à custa do Estado, pelos donativos de que já falamos. As di-

ficuldades ficavam para as classes médias, para as que deviam viver do próprio trabalho e da própria produção. O preço elevadíssimo da vida e o de todos os objetos de primeira necessidade estavam em pleno contraste com a vida barata das províncias, onde os preços eram baixíssimos. Marcial pinta este contraste em dois versos:

Egisti vitam semper, Line, municipalem,
Qua nihil omnino vilius esse potest.

(Passastes sempre uma vida municipal, oh Lino, e dela nada absolutamente há de mais barato). Desde os tempos de César, os alugueis em Roma subiram ao quádruplo do que se pagava em qualquer outra cidade da Itália. Juvenal diz que em Frosino (Frosinone) ou em Sora podia-se comprar casa com jardim pelo preço que, em Roma, se pagava de aluguel anual por um miserável apartamento. Si a isso acrescentarmos as exigências da vida de cidade, aquele luxo, ou pelo menos, aquela exterioridade a que está sujeita também a classe média, que deve salvar, como se diz, as aparências, compreende-se facilmente como os verdadeiros pobres não fossem os pobres, mas o termo médio, sobretudo os funcionários e pequenos proprietários, obrigados a sair de toga, enquanto, em casa, lhes faltava o indispensável. Havia muito daquilo que os franceses chamam de *misère dorée* e as falências estavam na ordem do dia.

Alarido e tumultos não escasseavam em Roma. Horácio já se queixava desse barulho incessante de dia e de noite, como do movimento contínuo que atravancava as ruas, preferindo fugir deste mar em continua tempestade para a tranquilidade dos seus montes sabinos: *Scriptorum chorus omnis amat nemus et fugit urbes*, diz, depois de ter descrito a agitação e o rumor da cidade. Desde os primeiros alcores, os padeiros iam apregoando os seus pães; depois os meninos das escolas começavam em câro, sob a direção do *tudismagister*, a soletrar as suas lições, enquanto serras e machados punham-se em movimento. Carros de toda espécie e animais carregados de mercadorias passavam, guiados pelos seus almocreves, e interrompiam o trânsito, com grande satisfação dos ratoneiros, que aproveitavam a confusão para mais facilmente fazer os seus trabalhinhos. Mascates e mercadores ambulantes apregoavam com grandes gritos as suas mercadorias, enquanto dos templos saíam cantos de devoção em todas as línguas e em todos os ritos.

Este barulho não cessava nem mesmo durante a noite. Nas grandes casas dos ricos, onde os quartos para dormir estavam no interior, podiam-se dormir sonos tranquilos; mas, nas casas dos pobres ou nas hospedarias, cujos quartos geralmente davam para as ruas, o sono não era assim fácil. O movimento dos carros, aos quais era proibido o tráfego durante o dia, perturbava sobremodo a tranquilidade pública, especialmente com os bruscos movimentos das esquinas estreitas e de passagem difícil. Havia, além disso, o rumor que faziam os soldados e os vagabundos que, em grupos, infestavam as ruas, como as serenatas dos namorados que invocavam os favores das suas belas, quando não tentavam introduzir-se junto delas pela violência.

Quando, afinal, casas e tavernas se fechavam e o silêncio se restabelecia, as ruas tomavam um aspecto sinistro e tornavam-se perigosas para o viandante solitário. Grande era a insegurança pública, em Roma, naquela época; os roubos eram comuns e os casos de pessoas assaltadas no meio da rua e despojadas eram muito frequentes. Razão pela qual nos tempos de Plínio, o Velho, fechavam-se com caixilhos pesados as janelas que davam para a rua. As portas das casas eram dotadas de campainhas que tocavam ao mínimo movimento. Muita gente devia temer o punhal de algum desses bandidos que caíam sobre Roma, cada vez que eram ocupadas militarmente as suas tocas nas marenhas Pontinas, ou nas florestas, ao sul do Volturmo.

Outros perigos ameaçavam o desgraçado que voltava para casa nas horas mortas, guiado pela luz de um pedaço de vela, se tivesse a má sorte de encontrar algum moço rico, voltando de uma orgia acompanhado por numerosos amigos e precedido por portadores de tochas e lanternas.

O infeliz era detido, chasqueado e submetido a vários maus tratos, entre os quais o que chamavam de *sagatio*, que consistia em fazê-lo pular e atirá-lo para o ar, indo cair sobre um pano estendido no chão. Em geral o barulho e as desordens noturnas faziam parte dos divertimentos preferidos pela mocidade rica, pelos filhos de papai, dir-se-ia hoje. O Digesto prevê e estabelece o castigo também, contra um outro perigo que corria o itinerante noturno, e que se chamava *detectum effusumæ*, isto é, o lanço das janelas para a rua de vasos cheios de matéria não muito parecida com os perfumes de Coty.

O ilustre Prefeito da nossa cidade removeu, muito acertadamente, os bondes do triângulo. Os Romanos porém,

já tinham ido, neste campo, muito além; durante os dois primeiros séculos do Império, por serem as ruas muito estreitas, proibiu-se a circulação de qualquer veículo na metrópole durante dez horas, a partir do despontar do dia, isto é, nas horas em que era mais animado o movimento dos pedestres, e não havia exceção a esta disposição, senão para as carroças que levavam materiais para a construção de templos ou edifícios públicos, para as cerimônias religiosas e as pessoas sagradas que nelas tomavam parte, como as Vestais, os flâmines, os generais vitoriosos que voltavam em triunfo, os carros para as corridas dos jogos públicos e poucos outros do mesmo gênero. O Imperador Vespasiano chegou ao ponto de proibir a entrada das carroças e outros veículos demasiadamente carregados.

Um perigo ainda mais grave ameaçava, em Roma, os habitantes das casas de aluguel, construídas com uma leviandade deplorável, devido à avidez dos empreiteiros que, para realizarem gordos lucros expunham a população a riscos ainda maiores. As casas, assim construídas, davam excelentes lucros, quando tudo ia bem; mas pela frequência dos incêndios, havia perigo de perder em breve o capital empregado. Os empreiteiros, deste modo, tinham todo interesse em construir com o menor gasto possível, afim de retirar em poucos anos, mediante alugueis elevados, o capital acrescido de relevantes lucros. Os andares superiores eram exclusivamente de madeira, como indicam as palavras *tabulata*, *contignationes*, etc., que se encontram no Digesto.

O estado dessas casas, assim construídas, constituía, portanto, um perigo contínuo para os moradores. “A maior parte das nossas infelicidades — diz Sêneca — devemos-la aos nossos telhados”. Até nas salas das grandes casas, ornadas de elegantes pinturas, a gente permanecia com medo, e pronta a fugir ao mínimo estalo. Uma grande parte das casas ameaçava ruína; mas os proprietários não cuidavam dos concertos indispensáveis, ou a êles proviam insuficientemente; pelo que, desde os últimos tempos da República, os desmoronamentos, juntamente com os incêndios, figuravam entre as maiores calamidades de Roma. A morte do filósofo Ateneu de Selêucia foi devido a um desses desmoronamentos. Catulo considera, ironicamente, como uma das vantagens dos pobres não estar sujeitos a essas desgraças. Tanto era o medo que delas se tinha, que era isso suficiente para tornar desagradável a permanência em Roma para as pessoas medrosas.

Os incêndios eram não somente frequentes, mas apresentavam caráter triplicemente funesto pelos defeitos já indicados, isso é, pelo sistema de construção, pela altura das casas e pela estreiteza das ruas. O grande número de construções acessórias e de quiosques aderentes às casas alimentavam o fogo e o propagavam com uma rapidez espantosa por toda a cidade. A história de Roma é uma série de grandes incêndios, cujos escombros concorreram grandemente ao levantamento do solo, sob o qual se acham atualmente as ruínas da cidade primitiva.

Roma estava também sujeita a outros flagelos naturais, que se repetiam a intervalos mais ou menos breves. Os terremotos eram bastante frequentes, e, muitas vezes, estas convulsões eram acompanhadas de inundações. Em nenhuma parte do seu curso o Tibre transbordava tão amplamente como em Roma; onde as águas, especialmente na primavera e no outono, repelidas pelas tempestades do mar, inundavam toda a parte baixa da cidade.

Vidimus flavum Tiberim retortis
Litore etrusco violenter undis
Ire deiectum monumenta regis
Templaque Vestae

canta Horácio: Vimos o louro Tibre, com as suas águas repelidas violentamente pelo mar etrusco, ir derrubar os monumentos do rei e os templos de Vesta.

Chegando alguma vez até os quarteirões mais elevados, as águas arrebatavam homens e animais no seu irrefreável curso. Foi assim destruída a antiga ponte de madeira, *pons sublicius*, sôbre o Tibre. Dos quarteirões submersos não se via mais que a parte superior das casas mais altas; e durante alguns dias nas ruas não se viam mais que botes, que serviam para fornecer alimentos aos habitantes isolados pelo volume das águas, que impediam qualquer outra forma de comunicação. Provavelmente essas inundações destruíam grandes provisões de trigo, que se achava nos armazéns próximos ao Tibre. Acabada a inundação e retirando-se o rio ao seu álveo, começava o desmoronamento das casas minadas pela água.

Entretanto a fome, da qual Roma conheceu os horrores, entrava em ação. A preocupação principal dos impedidores estava sobretudo em evitar os incidentes que causavam a escassez e a carestia, numa cidade cuja numerosa

população vivia unicamente dos produtos dos países de além-mar. A falta de trigo representava um dos mais graves perigos de revolta do povo faminto, que vivia a custa do Estado. Durante uma carestia que se seguiu a um transbordamento do Tibre, e que durou do ano 6 ao ano 8 da nossa era, o trigo subiu a preços exorbitantes. Foram expulsos numerosos escravos e estrangeiros, para tornar a carestia mais suportável, mas foram necessários contudo grandes esforços para evitar uma revolta, que ameaçava a cidade. Outra carestia no ano 19, da qual fala Tácito, deu origem a uma crise do mesmo gênero, e até mais grave.

Os gérmenes de epidemias destruidoras foram aí frequentes também, quasi inerentes ao solo, de uma notoriedade proverbial pela sua insalubridade. Desde os tempos mais antigos os colonos dêsse lugar levantaram altares aos gênios maus, que mandavam a febre. Uma atmosfera carregada pesava sôbre Roma, um ar viciado pelas exalações das tavernas inumeráveis, cujos vapores nauseabundos confundiam-se com os turbilhões da poeira e de outros maus cheiros inqualificáveis, lembrados por Marcial. No tempo da República, como no do Império, sucederam-se em Roma graves epidemias, frequentemente a breves intervalos, fazendo vítimas inumeráveis; como aconteceu no ano 65 da era presente, quando, nos poucos meses do outono, foram registrados mais de trinta mil mortos no obituário, que os Romanos chamavam de *Libitina*, do nome da deusa que presidia aos funerais.

A-pesar-de todas estas contrariedades, o povo de Roma continuou a aumentar durante os primeiros séculos do Império, fazendo da cidade romúlea a primeira cidade do mundo, a *Roma caput mundi, quae regit orbis frena rotundi*; como dizia o distico medieval, a cidade cabeça do mundo que dirige os destinos de todo o orbe.

IV - A Côrte Imperial

O estabelecimento de um chefe supremo na República, como vimos, consistiu na elevação de uma família da condição particular, comum a todas as famílias aristocráticas, à posição especial que comportava o novo cargo. A forma primitiva da côrte imperial em Roma, portanto, foi regulada sôbre a constituição de uma grande casa particular. Em breve, porém, esta casa começou a se distinguir e a apresentar características especiais, sobretudo por obra de Livia, que, ao lado de muitas e ótimas qualidades, tinha, porém, tendências rigorosamente aristocráticas, acompanhada nisso e encorajada pelo partido conservador, que se insinuou na côrte, conseguindo rapidamente dominá-la e amoldá-la segundo as suas tendências e os seus gostos, e apesar da resistência de Augusto, que sinceramente pretendia reformar os costumes romanos inquinados pelo orientalismo, e fazê-los voltar à simplicidade primitiva.

Por sua vez, a côrte não podia deixar de influir fortemente nos costumes, em virtude do espirito que sempre dominou nos povos, especialmente nas classes aristocráticas, de imitar o que se faz na côrte. Muitíssimos usos e costumes extravagantes e ridiculos são devidos à imitação de gestos, às vezes casuais e involuntários, de um soberano. Assim, em Roma, as idéias, os gostos, as manias dos imperadores ou dos membros da sua família eram tomados como padrões da moda e do bom gosto e servilmente imitados, não só em Roma, mas também nas províncias, onde tudo o que vinha da capital era aceito como ouro de lei, fazendo-se assim do Império uma grande cópia de Roma e dos seus costumes, ao ponto que Claudiano podia cantar.

Regis ad exempla totus componitur orbis

(todo o mundo vive imitando o rei). Este espirito de imitação, com o tempo transforma-se em submissão dócil e ser-

vil, de modo que já Plínio, o moço, no panegírico de Trajano, que êle pronuncia em presença do imperador, pôde dizer, perante o Senado, e sem se envergonhar: “Dóceis como somos, nós somos dirigidos pelo nosso príncipe para onde êle quer, e o acompanhamos em tudo; porque a nossa mais alta ambição é a de conseguir a sua benevolência e aprovação; coisa que em vão esperam os que não lhe seguem os costumes. A vida do imperador é como a função de um censor, mas de um censor vitalício. E’ por êle que nós nos orientamos, sôbre as suas pégadas que nós caminhamos, sem precisar das suas ordens, porque é suficiente o seu exemplo”.

Como estamos longe dos Cincinatos e dos Fabrícios!

As tendências intelectuais e morais dos imperadores não exerciam sôbre o povo influência menor, do que os costumes exteriores. O rigor mostrado por Augusto em matéria de costumes, o respeito à moral e à religião, tornaram-se comuns entre a boa sociedade romana, mesmo entre os mais devassos e corruptos, os quais, em público, se sentem no dever de se fingir moralistas, de bons costumes e de sentimentos religiosos. Quando Augusto começa a proteger as letras, todos se tornam literatos ou amigos dos literatos; “o imperador que ama a música faz os musicistas”, diz Plutarco; e quando é filósofo, ou simpatiza com a filosofia, a cidade enche-se de filósofos, que infestam as ruas e as praças públicas, como diz argutamente Luciano, com os seus bordões, as suas barbas crescidas, os seus rolos de pergaminhos e capas esburacadas.

Do mesmo modo, as iguarias preferidas pelo imperador tornam-se imediatamente os pratos da moda, afirma Plínio; houve um tempo, por exemplo, em que todos comiam ênula campana (*inula*), quando Júlia, filha de Augusto, fizera desta erva o seu regime diário; e outro, em que a procura de raiz de alcorovia foi extraordinária, porque Tibério dela gostava muito e cada ano mandava vir grande porção da Alemanha.

Destarte, as tendências e os hábitos das classes superiores, as únicas das quais temos noticias de uma certa importância, esforçavam-se por imitar os costumes da côrte, substituindo o espirito de bajulação à sinceridade do caráter e à solidez das convicções.

A côrte, no seu sentido mais amplo, compreendia, além do pessoal numerosíssimo, hierarquicamente organizado,

los funcionários e dos servidores, todos aqueles que se diziam amigos do Imperador.

Nos primeiros tempos do Império, os imperadores, como os particulares, serviam-se dos seus escravos, ou dos seus libertos, não somente para os serviços comuns; mas também para os negócios mais importantes. A razão desse fato encontra-se no desejo, especialmente sob Augusto, de dar a ilusão ao povo de que a casa do Imperador era uma casa como todas as outras. Além desta razão, essencialmente política, havia outra sobretudo prática: era a maior capacidade e instrução, que ambas facilmente se encontravam entre os escravos e os libertos, gregos e orientais, alguns dos quais dispunham de sólida cultura. Tal acontecia com Tirão, liberto de Cícero, e que deste era secretário, amigo e confidente nas coisas mais íntimas e delicadas.

Esses libertos chegaram a ocupar os cargos mais importantes do Estado, como seriam os modernos ministros de Estado, ou chefe de ministério: o ministro imperial, que ratava diretamente dos negócios pessoais do Imperador, compreendida a sua correspondência, chamava-se *minister ab epistulis*; o encarregado da fazenda, do tesouro e da contabilidade, *a rationibus*; o dos negócios internos, petições, etc., *a libellis*, e outros.

O aumento gradual da importância das funções da corte do palácio, como da consideração que se lhes atribuía, estabeleceu a medida do progresso e desenvolvimento do imperialismo, que, partindo do princípio da conservação das formas exteriores da República, acaba por se cristalizar nas do absolutismo oriental. Os empregos que, no começo, com Augusto, eram, na aparência, simples funções e serviços pessoais e domésticos, em breve tornaram-se alvos de grandes ambições, para a carreira não mais dos libertos, mas dos próprios cavalheiros. Só assim de fato, através uma longa série de funções burocráticas, se chegava aos mais altos graus na hierarquia imperial.

Os antigos patricios, que nada mais tinham da primitiva dignidade e do orgulho do *civis romanus*, foram tomando os lugares ocupados pelos libertos. E quando todos os outros cargos deixaram de ser acessíveis aos libertos, ficou sempre, como privilégio, o de grande camareiro, *cubicularius*, pelo qual conservavam ainda grande probabilidade de chegar aos mais altos postos. A importância que, com o tempo, tomou este cargo foi extraordinária, devido também à prevalência dos usos e costumes orientais. O propósito do

quarto de dormir do Imperador, *praepositus sacri cubiculi*, tornou-se um dos lugares mais importantes e ambicionados, e mesmo depois da queda do Império, ficou no cerimonial de algumas côrtes, como a de França, onde existia ainda às vésperas da revolução.

Foi nos países orientais, na Grécia, na Ásia Menor, na Síria, no Egito, que, nesse tempo, se recrutou o pessoal da côrte imperial e das maiores casas romanas; enquanto os países setentrionais e ocidentais davam os guardas do corpo, aos quais os imperadores confiavam a própria pessoa. Acontecia dêste modo que, esquecendo o antigo orgulho, os Romanos entregavam os próprios negócios, e mesmo as coisas de maior importância, a indivíduos pertencentes a povos pelos quais alimentavam o maior desprezo. E isso porque os orientais, sobretudo os Gregos, tinham maior argúcia, maior sagacidade e versatilidade em todos os negócios. Juvenal, na sátira III, faz um retrato do grego, tão comum naquela época em Roma, a invadir o Esquilino e o Viminal, certo de conquistar em breve o espirito e depois a propriedade dos grandes palácios romanos. “Nada lhe falta — diz o poeta — nem inteligência pronta, nem sagacidade, nem audácia desenfreada, nem a fala pronta e mais fluente que a dos histriões. Por quanto pensas que cada um deles vale? Por vinte, no mínimo; porque de tudo êle entende: êle é gramático e orador, ou si preferes, é augur ou mago, arquiteto, pintor, médico, acrobata”. As côres da paleta juvenalesca estão um tanto carregadas, como são sempre as do satírico e do caricaturista. Não deviam, contudo, estar muito longe da verdade, pelo que nos dizem Tácito e outros escritores da época.

Pior ainda era o caso, se tratando dos Sirios e dos Egipcios, que já Júlio César chamara de *homines ingeniosissimi atque acutissimi; ventosa et insolens natio*, segundo Marcial, ou segundo um historiador augústeo, *virii ventosi, furibundi, iactantes, iniuriosi, atque adeo vanti, liberi*, etc. acrescentando a isso um fanatismo religioso dominado por toda a espécie de superstições. Foi esta gente que introduziu, na côrte, as funções caracteristicamente orientais, e os cargos a elas correspondentes, como o de *praegustator*, encarregado de experimentar as comidas antes de serem levadas para a mesa; inspetor de mesa e dos triclinios, *tricliniarca*; *curator* ou *procurator* dos jogos gladiatórios, *curator munerum*; das caças, *curator venationum*, das águas, *curator aquarum*, e outros semelhantes, postos mais ou menos insignificantes,

mas que serviam aos mais astuciosos para se intrometerem nos segredos dos imperadores, e captar-lhes a confiança e a benevolência. E isso ia tão longe que, frequentemente, cidadãos romanos de grande valor, procuravam a amizade e a proteção destes intrigantes, para conseguir favores, que doutro modo não teriam obtido. A um destes inspetores de mesa, de nome Eufêmio, dirigiu-se com certeza Marcial, pedindo-lhe que apresentasse ao imperador o seu livro no momento em que os vapores do vinho o fornavam mais alegre e expansivo:

Hora libellorum decima est, Eupheme, meorum
Temperat ambrosias cum tua cura dapes
Tunc admitte iocos.....

Um destes libertos, tal Prosenes, segundo a inscrição encontrada num sarcófago da via Labicana, começou como cubiculário, arrumador de quarto; mas tendo conquistado os favores imperiais pelos seus modos alegres e chocarrieiros, subiu aos mais altos cargos, como os de *procurator thesaurorum*, ministro da fazenda; *procurator patrimonii*, administrador do patrimônio particular do Imperador, e *procurator castrensis*, intendente de campo. Como estamos vendo, os Chalaças não são uma novidade nem uma prerrogativa de D. Pedro I.; mas têm predecessores clássicos.

Augusto, que fazia ostentação de rigorismo e de simplicidade na vida particular, mostrou-se, às vezes, contrário, aos exageros destes libertos, que, com as suas riquezas e o seu luxo, escandalizavam Roma, recaindo porisso o escândalo sobre a casa imperial. Mas, nas províncias, elles tinham maior liberdade, e permitiam-se toda espécie de abusos e de extravagâncias; como aconteceu com o Gaulês Licínio, antigo escravo de César, que, sob Augusto, sendo procurador em Lião, exercia sobre a sua pátria um poder absoluto e tirânico, accumulando imensas riquezas, que o tornaram proverbial, como um segundo Crasso. O seu mausoléu de mármore junto da via Salária, um dos mais ricos da antiga Roma, foi objeto de um epigrama mordaz, que por muito tempo correu na bôca de todos os Romanos.

Marmoreo Licinius tumulo iacet, et Cato parvò, Pompeius nullò. Quis putat esse deos?

Licínio descança num túmulo de mármore, Cato num túmulo pobre. A Pompeu falta-lhe o túmulo. Quem acredita na existência dos deuses?

Uma das razões do grande poder de que gozavam êstes cortezãos, vindo de condições ínfimas e, às vezes, desprezíveis, como aquele Icele, favorito do Imperador em modo especial, indivíduo de antecedentes infames, que Suetônio diz proveniente *e veteribus concubinis*, estava na intimidade que êles tinham com os seus senhores e no conhecimento de todos os seus segredos nem sempre confessáveis; muitas vezes na participação de crimes que se cometiam na côrte. Um dêstes, Cláudio, alcunhado de *Etruscus*, talvez porquê de origem etrusca, morto quasi centenário no ano 90 no império de Domiciano, entrara na côrte nos últimos anos de Augusto, e servira dez imperadores, seis dos quais pereceram de morte violenta. Quem pode dizer o que sabia, o que conhecia êste homem? Nem todos, porém, sabiam, conquistar tanta confiança para chegar a uma idade tão adiantada continuando nas graças de tantos donos. A maior parte parecia exatamente pelo mêdo que incutia a possibilidade de se tornarem delatores dos crimes conhecidos.

Não eram raros os casos em que êstes favoritos, aproveitando a influência que gozavam junto do imperador, pretendiam dinheiros dos que precisavam obter empregos ou honras dependentes da autoridade imperial; seja falando diretamente ao monarca, seja fazendo chegar às mãos dele requerimentos ou outros documentos. Êste uso creou uma nova fonte de lucros para os favoritos, que dêste modo arrancavam dinheiro aos incautos, mesmo sem nada fazer, ou fingindo gozar de uma autoridade e de uma influência de que na realidade não gozavam. Muitas vezes, de fato, estas pretensas influências não eram sinão fumaça, *fumi*, como diziam desde aquele tempo. Em um dos seus mordazes epigramas Marcial, dirigindo-se à um indivíduo honesto e pobre, que pretende viver em Roma, pergunta-lhe: como pretendes tu viver, que não és capaz de te fazeres rufião, adulator ou delator; que não és capaz de

Vendere nec vanos circa Palatia fumos?

(nem vender fumaça vã nos arredores do palácio imperial?)

Raça de gente perversa, que não desapareceu, apesar das perseguições a que foi submetida em todos os tempos, e que infelizmente existe ainda. As repetidas medidas tomadas pelos imperadores contra êsse tráfico de fingida influência, mostram a impossibilidade de impedir a repetição dêsse gê-

nero de abusos. Essa forma de crime generalizara-se ao ponto que Antonino Pio, estabeleceu, contra os que dele se tornavam culpados, os mais graves castigos, compreendido o suplicio da cruz, ao pé da qual se fazia grande fumaça, de modo que o culpado morria sufocado, enquanto um heraldo, disse encarregado, ia repetindo em voz alta:

“Assim perece pela fumaça, quem vendeu fumaça”.

Apesar do grande favor de que gozavam, e das suas imensas riquezas, êsses favoritos viviam desprezados pelos homens livres e dignos que ainda havia em Roma, Horácio, por exemplo, que na mocidade combatera ao lado dos conjurados contra Augusto, mais tarde esteve entre aqueles que aderiram, ou melhor se adaptaram às novas condições políticas, e sob a proteção de Mecenas, viveu em boas relações, com Augusto. Nunca, porém, quis fazer parte das rodas que medravam à sombra da côrte de Augusto, a-pesar-de todos os esforços que êste fez para atraí-lo a si. Conhecemos de fato uma carta que Augusto escreveu a Mecenas pedindo-lhe Horácio: *Horatium nostrum a te cupio abducere*, quero roubar-te o nosso Horácio, aduzindo como pretexto que precisava dele para auxiliá-lo na correspondência, *et nos in scribendis epistolis iuvabit*. Horácio, porém, nunca quis se imiscuir com essa canalha de cortesãos e à *mensa regia* que Augusto lhe oferecia, preferiu a vida tranquila e a mesa sóbria da sua quinta nas montanhas da Sabina.

Depois dêstes grandes funcionários, ocupavam lugar de destaque, na côrte, os atores, os mímicos e os bailarinos, em geral também libertos. Entre muitos, são famosos os nomes de Batilo, Pilade. Mnester, Paris, etc. Batilo fôra liberto de Mecenas, mas depois da morte do seu dono passou à casa de Augusto; Mnester, morto no ano 48, juntamente com Messalina, de quem fôra um dos numerosos amantes, fôra liberto de Lépidio; ao próprio Augusto pertenceu, como liberto, Paris. Frequentemente êstes histriões encontravam os favores das matronas que frequentavam a côrte. Paris, que reinava na cena, excitou de tal modo os ciúmes de Domiciano, que êste repudiou a mulher e mandou assassinar o pantomimo. Mais de um dêstes “virtuosos” da dansa vangloriaram-se dos favores intimos de uma imperatriz.

Não inferior à importância dos mimos e dos dansarinos, era na côrte a das libertas, ou mesmo das escravas, especialmente depois de Augusto, quando os seus sucessores já tinham creado verdadeiros haréns. Famosíssima entre todas foi a escrava Acte, pela qual Nero concebeu a paixão

mais sincera e duradoura da sua volúvel existência, e da qual falaremos em outra palestra dedicada a este assunto.

Sem fazer parte propriamente da côrte, eram considerados como adidos à mesma os médicos, os preceptores e os astrólogos.

A côrte possuía um verdadeiro exército de médicos, presidido por um protomédico, *super medicos*, auxiliado por um *decurio medicus*; e isso não dispensava o serviço dos especialistas, mesmo si estes não pertenciam ao corpo dos médicos imperiais. O tratamento destes médicos era magnífico, sendo muito bem recompensados pelo seu trabalho, recebendo, desde os tempos de Augusto, vencimentos de 250.000 sestércios. A profissão de médico da côrte oferecia, contudo, os seus inconvenientes, e bastante graves, sendo frequentemente acusados pelos seus inimigos de envenenamento, ou de adultério com as princesas, junto das quais tinham livre acesso, em vista da sua profissão. Plínio e Tácito lembram o médico Vécio Valente, de Rimini, amante de Messalina, que também foi morto com ela; e Eudemo, médico da nora de Tibério, Livia, que foi o intermediário e confidente dos amores adúlteros desta princesa com Sejano, participando êle mesmo do adultério. *Suntitur in conscientiam Eudemus* — diz Tácito — *amicus ac medicus Liviae, specie artis frequens secretis* (é chamado a fazer parte do conluio, Eudemo, amigo e médico de Livia, que na sua qualidade de médico, estava a par de todos os segredos).

Os preceptores da familia imperial eram geralmente homens de grande valor. Desde os últimos tempos da República, as grandes familias romanas faziam grande empenho na escolha dos preceptores para a mocidade. Augusto chamou da Grécia os melhores mestres para a educação da sua única filha e dos seus filhos adotivos e netinhos. Sêneca já era senador, quando foi convidado para educar Nero na idade de oito anos, pelo que foi, mais tarde recompensado com a morte, para mostrar como o aluno aproveitara dos seus ensinamentos. O famoso retórico Teodoro de Gábara foi preceptor de Tibério.

Quando estes mestres eram solteiros, hospedavam-se, geralmente, no palácio imperial. Augusto, quando nomeou preceptor dos seus netinhos, o célebre gramático Vérrio Flaco, admitiu-o em sua casa juntamente com toda a sua escola, não lhe pedindo sinão o compromisso de não aceitar discipulos novos, além dos que já tinha, e lhe assinou ven-

cimentos de 100.000 sestércios, correspondentes a trinta contos de réis, ao câmbio antigo.

Não faltavam na côrte os astrólogos, que eram geralmente gregos ou orientais, principalmente caldeus, de modo que caldeus, na lingua latina, se tornou sinônimo de adivinho.

Tendo sido a astrologia causa de numerosos inconvenientes, em virtude das predições politicas, foi repetidas vezes interdita e ameaçada de graves castigos; contudo ella continuou a ter numerosos prosélitos entre os próprios imperadores, e Tibério manteve junto de si, até a morte, o astrólogo Trasilo, sendo elle próprio iniciado nos mistérios dessa pretensa ciência.

Nos últimos tempos da República chamavam-se de amigos todos aqueles que tinham ligação com alguma pessoa politica. Entre estes, porém, havia os mais íntimos, os que tinham algo de comum; estes eram distinguidos com o apelido de familiares, como faz Cícero, isto é, quasi pertencentes à mesma família.

Durante o império, o sentido da palavra amigo modificou-se, porquanto vem a significar a pessoa que era regularmente convidada a tomar parte nas deliberações imperiaes, ou simplesmente nas reuniões de toda espécie convocadas pelos imperadores. Havia porisso amigos de diversas classes: primeira, segunda e terceira classe; *primae admissionis*, *secundae*, *tertia admissionis*. Os que acompanhavam também o Imperador nas suas viagens, tomavam o título de *comites*, companheiro, título que mais tarde, com o império de Carlos Magno, passou a ser título de nobreza — conde.

Mas desde o início do império, as relações de amizade na côrte tomaram novas formas, introduzidas pela influencia oriental, onde a nobreza apresentava diferentes graus hierárquicos, cada qual com privilégios especiaes. Alexandre Magno transportara estes costumes para a Macedônia, donde passaram às dinastias fundadas sobre a sua herança, especialmente aos Seleucidas e aos Ptolomeus. Em Roma, chegaram, mui provavelmente, através do Egipto. A ordem hierárquica destes amigos dependia menos das qualidades pessoais que das relações individuais que cada um tinha com o Imperador. Por esse motivo, davam-se frequentes casos de amigos da segunda ou terceira classe que foram promovidos para a primeira, como fez Augusto com vários deles, com Mecenas, com o historiador Salústio e outros; Tibério com Sejano.

A terceira classe era geralmente formada de indivíduos que os imperadores procuravam manter em redor de si pelos serviços ou pelas distrações que deles podiam receber, sem olhar muito à origem de onde vinham, ou à posição social que occupavam. Havia, portanto, nella filósofos, homens de letras, poetas, artistas, conforme os gostos e as tendências pessoais dos imperadores. Assim, na côrte de Augusto gozou de grande favor, sendo comensal e companheiro inseparável do Imperador, o filósofo Areu de Alexandria, como os seus filhos Denis e Nicanor, dos quais se serviu Augusto, para ampliar as suas noções de literatura grega. Nas mesmas condições viveu nessa côrte, o estóico Atenodoro, que lhe fôra mestre em Apolônia, e que reteve junto de si até que êste quis voltar para a sua terra natal. Um dos comensais bem aceitos, como já o fôra de César, foi o cantor Tigélio, procurado não menos pelo brilho da sua conversa do que pela sua arte. Augusto tentou, como já disse, atrair a si Horácio, mas não o conseguiu.

As estranhezas e as deformidades eram também admitidas nesta categoria de amigos do Imperador. Tácito lembra um Vatínio, crescido numa sapataria de Benevento, deforme e duma comicidade irresistível, que em breve se tornou o favorito de Nero, pela sua perversidade de espião e caluniador. Parece que devia, em grande parte, sua fortuna a um nariz desmedido. Não podendo beber nos copos comuns, Nero mandou fabricar-lhe um copo especial, de que faz lembrança Marcial num dos seus epigramas:

Vilia sutoris calicem monimenta Vatini
Accipe; sed nasus longior ille fuit.

(Eis aqui o cálice, monumental do sapateiro Vatínio: o nariz, porém, era maior do que o cálice).

Estas deformidades eram elemento importante de successo para os bufões da côrte. Tácito conta que Cláudio, já antes de subir ao trono, gostava dêsses companheiros, e que de um deles, um tal Júlio Pelinhe, fez o governador da Capadócia. Juvenal e Marcial falam de outros dois bobos de côrte, Gaba e Capitolino, que conseguiram grande renome e fortunas fabulosas.

Bem difficil era a vida dêstes amigos do Imperador, em vista das intrigas e das calúnias que dominavam na côrte, e que os punham sujeitos, a perder a graça imperial de um dia para outro. Porisso, viviam em continuo sobressal-

to com os olhos fitos no Imperador, esforçando-se por adinhar-lhe os pensamentos e os desejos, e por imitá-lo em tudo quanto fazia. Galieno conta que os cortesãos de Marco Aurélio usavam todos cabelos rapados, porquê assim gostava o Imperador; mas que com o seu colega Lúcio Vero, que ridicularizava esse costume, todos deixaram crescer longas cabeleiras.

A posição dos amigos do Imperador não era somente difícil; era também cheia de perigos. A ruína repentina e precipitada de homens que pouco antes ocupavam cargos elevadíssimos, testemunhava em demasia a inconstância do favor dos déspotas. Um cortesão, ao qual foi perguntado como fizera para chegar a uma idade bastante adiantada, coisa assaz difícil nas côrtes, respondeu: — Foi engulindo todas as afrontas recebidas, e respondendo sempre: muito obrigado. Para estes infelizes era sempre um susto o serem chamados à presença do príncipe. Di-lo-nos Juvenal na sátira IV:

.....Vocantur

Ergo in consilium proceres, quos oderat ille;
In quorum facie miserae magnaëque sedebat
Pallor amicitiae.

(São chamados a conselho os próceres, que êle odeia; nas faces dos quais reside o palor da grande e triste amizade.)

Nada, de fato, havia de pior, do que cair na desgraça do Imperador. Tendo Augusto proibido a Galo que lhe frequentasse a casa e morasse nas suas províncias, a proibição foi seguida pelo abandono de todos os aderentes desta personagem e numerosos acusadores se levantaram contra êle. O senado apressou-se em proscrevê-lo, confiscando-lhe os bens. Galo evitou ser preso, suicidando-se. Fábio Máximo, já cônsul, um dos amigos mais íntimos de Augusto, revela à sua mulher um segredo importantíssimo, do qual só êle era conhecedor. O Imperador sabe disso e declara-o em desgraça. Pouco depois corre a notícia da morte voluntária de Fábio Máximo. Estes e outros casos semelhantes encontram-se nos Anais de Tácito, historiador acima de qualquer dúvida.

Era privilégio dos amigos do Imperador, especialmente dos da primeira classe, o serem admitidos, cada manhã, à *salutatio*; isto é, a cumprimentar o monarca. Esta prerrogativa constituía, aliás, ao mesmo tempo, um dever, que não

podiam deixar de cumprir, sem grave perigo, embora nem todos os imperadores usassem o mesmo rigor. Augusto, é preciso reconhecê-lo, que queria manter ou fingia manter simplicidade primitiva, dispensava de boa vontade o Senado desta visita. Em geral, porém, viam-se os senadores, individualmente ou incorporados, apresentar-se, ao despontar do sol, para cumprimentar o primeiro dignitário, *princeps*, da sua ordem. Algumas vezes eram recebidos também os cavalleiros, e, mais raramente, as pessoas da terceira ordem. A recepção geral, *promiscua salutatio*, realizava-se geralmente nos dias festivos, especialmente no dia primeiro do ano. Só em casos excepcionais realizavam-se recepções por parte das imperatrizes. Dião lembra que Lúvia, depois da subida ao poder de seu filho, aumentou muito as suas pretensões, julgando-se superior a todas as mulheres que a precederam, e que recebia como imperatriz o Senado e as pessoas de outra condição que desejassem obsequiá-la.

No dia da recepção geral, o vestibulo do palácio ficava cheio de uma multidão de gente de toda espécie, à espera de seu turno para as homenagens. A recepção dava-se de manhã, muito cedo, e muitas pessoas já estavam presentes antes do despontar do sol. Uma coorte inteira de pretorianos, mil homens, montava a guarda, e às vezes, quando havia alguma suspeita de conjuração ou de ameaça, revisstavam-se os visitantes antes destes serem admitidos à presença do soberano. Augusto usou desta precaução, mesmo contra os senadores, quando, para depurar este corpo, eliminou um certo número deles. No interior do palácio, um grupo de domésticos vigiava para a manutenção da ordem, anunciando os visitantes e introduzindo-os.

O Imperador, como também as pessoas que o visitavam, apresentavam-se de toga, uso que vinha da República e que se manteve em Roma também nos últimos séculos do Império. Somente diante dos amigos íntimos é que o Imperador aparecia de túnica, hábito que os Romanos usavam somente na intimidade.

Os amigos de primeira classe eram recebidos pelo Imperador com um beijo, forma de saudação comum entre iguais em Roma, depois da constituição do Império. Este costume de beijar, como outros, tem a sua origem na corte da Pérsia, onde era privilégio dos parentes o abraçar e beijar o rei, e parece que foi introduzido por Alexandre Magno na corte da Macedônia. A corte imperial de Roma, porém, foi muito além, pois admitiu à honra do beijo também

os membros do Senado, como iguais do Imperador na hierarquia social.

Independentemente das audiências públicas e dos grandes banquetes, oferecidos ao povo no circo, no teatro ou em outros lugares, os imperadores davam também, e frequentemente, festas públicas, *caenae publicae*, *convivia publica*, das quais participavam numerosos convidados. Júlio César, Augusto, Cláudio, banquetearam assim os amigos nos seus palácios. No império de Cláudio, que gostava muito da mesa, êstes banquetes reuniram até seiscentos convidados. Augusto, que era muito difícil na escolha das pessoas, e fazia questão da qualidade dos comensais, não admitia à sua mesa libertos, afora os que ocupavam ou tinham ocupado cargos elevados, e sòmente depois que haviam conseguido o direito de ingenuidade, que se obtinha mediante uma fórmula jurídica especial. Si esta exclusão dos libertos da mesa de Augusto foi tão notada, significa que os seus sucessores não foram tão rigorosos a êste respeito, o que se explica pela crescente influência desta classe no exercício das funções públicas, como já observamos. Parece que a êstes banquetes assistiam frequentemente também as mulheres dos senadores; assim, pelo menos, parece pelas palavras de Tácito, quando Cláudio, na ocasião de um dêstes festins, pergunta a Cipião *cur sine uxore discubisset*, (porquê não trouxera consigo também a espôsa).

As maiores personalidades faziam grande questão de ser convidadas à mesa de Augusto. Em que conta fosse tido êsse convite no-lo diz Marcial no epigrama seguinte:

Ad cenam si me diversa vocaret in astra
Hinc invitator Caesaris, inde Iovis,
Astra licet propius, Palatia longius essent,
Responsa ad superos haec referenda darem:
“Quaerite qui malit fieri conviva Tonantis:
Me meus in terris Jupiter, ecce, tenet.

(Si me convidassem para a ceia em diversas partes, — de um lado o representante do Imperador, de outro o de Júpiter, — e as estrêlas estivessem próximas, e o palácio longe, — eu mandaria esta resposta aos celestes: — “procurai outro que prefira a mesa de Júpiter: — eu já tenho o meu Júpiter aqui na terra.)

Davam-se às vezes casos desagradáveis nestes grandes festins, tratando-se de uma sociedade tão misturada. À

mesa de Cláudio, um convidado da ordem pretória, Tito Vínio, que mais tarde conseguiu grande influência com Galba, deixou a suspeita de haver roubado um copo de ouro. No dia seguinte foi ainda convidado, mas diante dele foi colocado um copo de barro.

Os modos dos imperadores com os seus hóspedes variavam naturalmente, segundo o carácter de cada um daqueles. Augusto tratava os seus do modo mais amável e familiar possível, convidava-os a tomar parte na conversação, quando êles calavam, ou falavam baixinho entre si; e esforçava-se por lhês proporcionar divertimentos com declamações, dansas e cenas alegres e chõcarreiras. Frequentemente êle não comparecia sinão depois que o banquete começara, e afastava-se antes que acabasse, não permitindo que seus hóspedes se incomodassem com isso. Muito gabados, também, eram os festins de Tito, mais pela amabilidade que pela suntuosidade. Segundo Plínio, Domiciano costumava empaturrar-se bem antes do meio dia, e, à hora dos convidados, sentava-se à mesa simplesmente como um observador, para espiar os gestos e as palavras deles. Mandava atirar, mais do que servir, na mesa as gulodices, fingindo desgosto pela comida; entretanto, apenas terminava o banquete, retirava-se aos seus apartamentos e recomecava as suas orgias secretas. Uma anedota, contada por Dião Cássio, mostra a que espécie de tratamento eram submetidos os hóspedes de Domiciano. Uma vez convidou as personagens mais importantes do Senado e da ordem equestre. A sala do banquete estava enfeitada de preto, os domésticos, metidos em roupas pretas, pareciam espectros ambulantes, e as comidas foram servidas em pratos pretos, como num banquete fúnebre, ao lado de cada convidado havia uma chapa com o nome dele e um castiçal aceso, como nos funerais. Acabado o estranho banquete, os convidados aterrorizados voltaram para as suas casas, onde pensavam encontrar uma ordem de prisão e de morte. Ao contrário encontraram cumprimentos e presentes preciosos.

A toga, traje de grande etiqueta, constituía a roupa de rigor para os convites da noite, como também para os visitantes da saudação da manhã; costume que, como disse, vinha da República e se manteve quasi até o fim do Império. Parece, porém, que depois de começada a refeição, si o Imperador dava o exemplo, a toga era despida e colocada de um lado, ficando todos em túnica, para maior comodidade.

O uso de baixelas de ouro parece ter sido privilégio im-

perial, depois de que Tibério o proibira para todos os particulares, no ano 16 da nossa era, excluídos os sacrifícios religiosos; como também eram proibidas as fardas reservadas para uso imperial.

Dêste modo, a côrte imperial ia-se sempre afastando dos antigos costumes que formaram a característica e a grandeza de Roma, e aproximando-se do luxo e da moleza oriental, que foi uma das causas da decadência de Roma, da Itália e do Império.

V - As Classes Sociais nos Tempos de Augusto

Os tratadistas de Direito romano, chegando às classes sociais, costumam falar em três classes: senadores, cavaleiros e plebeus, começando pelos mais elevados socialmente, para descer à classe infima; nada dizendo dos escravos, numerosíssimos em Roma, talvez em número superior a todas as outras classes reunidas; porquê os escravos no direito romano não eram pessoas, mas coisas, bens fungíveis, dos quais se ocupava o direito das coisas.

Nós, ao contrário do que se costuma fazer, começaremos pelos escravos, não somente porquê depois de amanhã cumpre-se o primeiro cincoentenário da abolição da escravatura, e o Brasil todo comemora essa data faustosíssima; mas pela importância que na vida romana tinha essa classe, sobre a qual se baseava grande parte da vida econômica e também da vida moral.

A importância do escravo na vida econômica de Roma pode-se comparar somente com a da máquina, do carvão e da eletricidade na economia moderna. Toda a energia que ativava a produção, era representada pelo escravo. Basta ver o que o escravo representa na agricultura romana, lendo as obras dos escritores de ciência agrária daquela época, desde Catão até Varrão, Columela e Paládio, para compreender como a agricultura era baseada exclusivamente no trabalho escravo, sem o qual a produção agrícola teria sido impossível; como aliás teria sido impossível no Brasil nos séculos XVI e XVII. Lendo o que escreviam os nossos cronistas de dois ou três séculos atrás, especialmente o que escrevia o Antonil no seu *Tratado sobre a Cultura e opulência do Brasil pelas suas drogas e minas*, encontram-se frases

e expressões já usadas por aqueles antigos escritores romanos.

O escravo, porém, não é somente elemento indispensável à economia agrícola; mas é também indispensável a toda forma de produção industrial, como à administração pública e particular, pois os serviços mais humildes, como os mais elevados eram executados por escravos, desde a ordinária Cibala do *Moreto* virgiliano, que se levanta antes do dia para preparar a comida de Símulo, seu senhor, pobre camponês, até os milhares de cozinheiros, copeiros e outros servidores que enchem as casas mais ricas e mais elegantes de Roma. Escravos também eram, como já vimos, os atores, os gladiadores, os mimos e frequentemente os próprios autores dramáticos, os preceptores, os profissionais e funcionários públicos. Horácio, na sátira terceira do primeiro livro, dá a medida da riqueza pelo número dos escravos. O volúvel Tigélio *habebat saepe ducentos, saepe decem servos*, tinha às vezes duzentos, às vezes dez escravos; sendo este último número o mínimo que podia ter um romano de condições mediocres, sem ser considerado avaro e sórdido.

A presença de um número tão elevado de escravos, em Roma, e em todas as partes do império, provenientes de todos os países, por mais longínquos e bárbaros, não podia deixar de exercer grande influência sobre os costumes e sobre a moral também dos cidadãos livres. Instrumento e testemunha, frequentemente conselheiro e exemplo do livre, o escravo está sempre presente e acompanha ininterruptamente o cidadão em todos os seus atos, bons e maus, gloriosos e abjetos, desde o berço até o túmulo; pois, como acontecia com a mucama brasileira, o escravo ou a escrava toma conta do recém-nascido e cuida da sua primeira educação, dá-lhe a instrução como preceptor, diverte-o no circo, às vezes com o sacrifício da própria vida, procura-lhe o pão com o trabalho do campo e o ouro com a dura vida das minas, serve-o em todos os seus caprichos e em todas as suas necessidades, e muitas vezes morre com êle, quando as condições assim o pedem.

Algumas vezes, quando a opressão é excessiva, os escravos revoltam-se, provocando terríveis revoluções que chegam a pôr em perigo a própria existência de Roma, como foi a chefiada por Spártaco, à qual correspondeu uma reação ainda mais terrível, que deu por resultado a crucificação de dez mil destes infelizes ao longo da Via Ápia, sendo

os outros submetidos a perseguições cruéis e marcados na frente com o sinal da infâmia.

Saia-se da escravidão pela manumissão, ato simbólico pelo qual o dono declarava livre o escravo; e isso ou por resgate mediante uma certa quantia de dinheiro, que o escravo conseguia amealhar com muitas dificuldades, ou por benemerências devidas ao seu comportamento e à sua capacidade, que, muitas vezes, transformavam o escravo em amigo e confidente do patrão.

Saindo da escravidão, passava-se à classe dos libertos, escravo fôrro, como diziam os portugueses, isto é, uma classe que, mais moralmente do que juridicamente, era ainda inferior ao verdadeiro homem livre. Devido ao fato de que êstes indivíduos às vezes no entusiasmo da nova condição, abusavam da liberdade, como quem depois de ter passado muita fome, achando-se diante de uma comida gostosa e abundante, come até ter indigestão, veiu a palavra libertino, indivíduo que abusa da liberdade, até tornar-se licencioso. Isto, porém, não justifica aqueles que pretendem descarregar sôbre os libertos a licença, a decadência dos costumes, a corrupção que invadiu Roma. Si houve, durante o império, libertos de costumes reprováveis — e os houve na realidade — isso não significa que, além das próprias, a classe tenha de carregar também as culpas dos outros. A corrupção veiu, em Roma, de muitos coeficientes, veiu sobretudo da preguiça e da moleza pelas quais os próprios Romanos se deixaram dominar, em virtude do fenômeno a que a miúdo assistimos, pelo qual a pais ativos e virtuosos, que acumulam as riquezas, sucedem filhos vadios e cheios de vícios, que as esbanjam.

Acusar os libertos da corrupção e da decadência de Roma, é como si nós, em vista de se encontrarem, depois de 13 de maio de 1888, alguns indivíduos forros, que se abandonaram a desordens e atos reprováveis, afirmássemos que todos os escravos libertados pela Lei áurea se tornaram desordeiros, e foram a causa de todas as desordens que, depois daquele dia, se manifestaram no Brasil. Roma é devedora à escravidão de grande parte do seu progresso e da sua civilização. E mesmo quando numerosos libertos invadiram as ruas e os palácios romanos, tomando parte na vida da cidade e na administração pública, os escravos continuaram o seu trabalho na indústria, no comércio, nos serviços de toda espécie, sobretudo na agricultura, que na época imperial viveu unicamente pelo trabalho escravo. E quando

desapareceu a escravidão também nos campos, foi unicamente para dar lugar a outra forma de escravidão, à servidão da gleba, forma esta também de trabalho coagido, mais conforme com as novas condições creadas pelo latifúndio; onde esta nova forma de trabalho dava lucros e vantagens superiores aos da precedente escravidão.

Em todos os tempos, os escravos foram os mártires da civilização, as vítimas imoladas no altar do progresso. Por isso, o Brasil hoje, comemorando festivamente o cincoentário da abolição, comemora um dos períodos mais férteis da sua história, em que se realizaram as maiores conquistas sôbre o meio hostil e quasi impenetrável.

Acima das coisas, as pessoas; acima dos escravos, as três classes, às quais fiz alusão no começo; a plebe, a ordem equestre e a ordem senatorial.

A plebe, a gloriosa plebe romana, que fôra tamanha parte na formação da cidade, já não existia nos tempos de Augusto. Os artesãos, os pequenos comerciantes, em número limitadíssimo, tendiam sempre a diminuir; seja porquê a concorrência que lhes fazia o trabalho escravo, tornava difícil a sua existência, seja porquê as distribuições que se faziam à custa do Estado, induziam muitos, já pertencentes ao artesanato, a abandonar o trabalho para viver da esmola pública. A plebe, agora, na sua grande maioria, era a que pedia *panem et circenses*, pão e jogos; e vivia sentada sôbre os degraus do Circo, às vezes passando aí também a noite, para não perder o lugar, comendo o pão e o toucinho que a autoridade mandava distribuir. Isto não significa que também nesta classe não houvesse pessoas abastadas e até ricas, especialmente entre os que não desdenhavam exercer profissões, que os Romanos reputavam humilhantes, mas que, na realidade, eram muito lucrativas, como as emprêsas funerárias, as padarias, as casas de banho, as emprêsas das cloacas e da limpeza pública em geral. Juvenal, na sátira III, diz ao amigo Umbrício, que pretende abandonar Roma pela vila: “Fiquem os que facilmente se adaptam a tomar emprêsas de edificios e de canais, de portos e de cloacas, quem costuma especular sôbre os funerais ou gritar nos públicos leilões”.

Por estas últimas palavras, vê-se que em Roma os leilões eram frequentes, talvez mais do que em S. Paulo, onde já são numerosos, e que davam bastante lucro para os leiloeiros, *praecones*. O historiador judeu, José Flávio, diz que Arrôncio Evereste, leiloeiro, era um dos romanos mais ricos

do seu tempo, e que gozava de grande influência. Marcial diz que dez poetas, sete advogados, três tribunos e dois leiloeiros pediram a mão de uma moça. O pai desta não hesitou em concedê-la a um destes últimos. O mesmo poeta, no interesse de um moço que está entrando na vida, aconselha o pai a que não lhe mande dar ensino clássico, nem a fazer versos, mas que, ao contrário, lhe permita dedicar-se à cítara ou à flauta, ou, si é de cabeça dura, ao leilão. Os músicos e todos os que trabalhavam para o luxo ou divertimento público, eram em geral muito bem pagos, sobretudo os atores e os dansarinos.

As profissões douradas, como as belas artes e as profissões técnicas, quando não eram abandonadas aos escravos, eram quasi que exclusivamente exercidas por pessoas desta classe. As principais destas profissões eram a medicina, a retórica, a música, a geometria e a aritmética, a lógica, a astronomia, a gramática e o direito, às quais se acrescentaram, mais tarde, as artes plásticas e gráficas. Sôbre a triste condição destes profissionais, em geral, fala Juvenal, na sátira VII, talvez com um pouco de exagêro, mas no fundo com verdade; sobretudo pelo que diz respeito aos preceptores. O ensino, nos primeiros tempos do Império, não era considerado de interesse público, mas simplesmente particular; os professores eram quasi sempre pessoas de condição modesta que se dedicavam ao ensino, especialmente libertos das províncias. Júlio César e Augusto se haviam empenhado em atrair grande número deles.

O grosso viera das províncias gregas, o que explica o favor que, no ensino, gozava a língua grega. A maior parte desses mestres não ensinava por vocação, mas por acaso ou necessidade, ou porquê não encontrara successo em outra carreira. O célebre Orbilio começara como caixeiro de negócios, em seguida passara a empregado de um advogado, servindo depois como soldado. Marco Valério Probo, mais célebre ainda, dedicou-se aos estudos linguísticos somente quando perdeu a esperança de arranjar um lugar de official subalterno, que solicitara por muito tempo. Um terceiro, antes de ser professor, figurara como atleta nos combates de "box"; um quarto correu os teatros, prestando a sua colaboração nas farças em que tomava parte. Único a começar como professor foi Pertinace, que deixou a carreira de professor para ser imperador.

Os retóricos, mestres da arte oratória, estavam sujeitos, mais ou menos, às mesmas condições, a-pesar-de ser a ora-

tória considerada como a forma mais importante para abrir caminho na vida, e grangear os mais altos cargos. Os que eram dotados de maior faculdade de elóquio, porém, abandonavam o ensino pela advocacia, ou passavam de um para outro, como diz Marcial:

Dum modo causidicum, dum te modo rhetora fingis,
Et modo decernis, Laure, quid esse velis,

(Enquanto te fazes causidico, e te fazes retórico oh Lauro, estudas o que desejas ser...). Os advogados que eram oradores célebres, conduziam uma vida faustosa e brilhante; ao oposto do que acontecia com os numerosos rúbulas, que geralmente eram pagos — quando o eram — em gêneros, mais ou menos estragados, como galinhas mortas de morte natural e vinho azêdo.

Em vista do seu grande número, muitos advogados havia, dispostos sempre a defender qualquer causa, justa ou injusta, estipulando preventivamente os honorários, à moda dos piratas, diz Quintiliano, e como explica Marcial nos versos seguintes:

Egi, Sexte, tuam pactus duo millia causam,
Misisti nummos quod mihi mille, quid est?
“Narrasti nihil, inquis, et a te perdita causa est”
“Tanto plus debes, Sexte, quod erubui.

(Tratei a tua causa, oh Sexto, sendo estipulado o honorário de dois mil dinheiros, e me mandaste só mil: o que é isto? — Nada fizeste e perdeste a causa — Ainda mais me debes, oh Sexto, porque enguli também a vergonha).

O que se tornava a medicina nas mãos desta gente, é fácil imaginá-lo. Gente sem sentimento de responsabilidade, nem submetida a exame de qualquer espécie, dava-se ao exercício da arte de curar, conseguindo renome e riqueza, quando o acaso a favorecia com algum sucesso. Sapateiros, carpinteiros, tintureiros, ferreiros, coveiros abandonavam o próprio officio, para se tornarem médicos, ou de médicos voltavam à própria arte; o que fez Marcial escrever:

Nuper erat medicus, nunc vispillo Diaulus.
Quod vispillo facit, fecerat et medicus.

(Há pouco Diaulo era médico, agora é coveiro. O que faz o coveiro, fazia-o também o médico).

Todos estes curandeiros eméritos, tinham escola, e quando iam visitar um doente eram acompanhados pelos seus discípulos, verdadeiro suplicio para o pobre paciente. Di-lo Marcial.

Languēbam, sed tu comitatus protinus ad me
Venisti centum, Symmache, discipulis.
Centum me tetigere manus aquilone gelatae.
Non habui febrem, Symmache, nunc habeo.

(Estava doente, e tu oh Simaco, imediatamente vieste visitar-me, acompanhado por cem discipulos. Cem mãos geladas pelo vento me apalparam. Não tinha febre, oh Simaco. Agora estou com febre).

Além da astrologia, da qual já falamos, as profissões lembradas pelos escritores daquela época, como próprias da terceira classe social, havia a agricultura, que Columela exalta como a mais bela das profissões, a carreira militar, a indústria marítima, o comércio, a usura, a clientela. Mas era especialmente para a milícia que accorria a mocidade popular. O presídio de Roma, formado por um corpo de mil pretorianos, e de quatro a seis mil soldados das coortes urbanas, era recrutado exclusivamente entre os homens livres por nascimento; como também o corpo dos bombeiros (*vigiles*), organizado militarmente, que montavam também guarda durante a noite. Uma das atrações da vida militar era a impunidade de que os soldados gozavam em relação aos civis, podendo usar de qualquer espécie de violência, como diz Juvenal, na sátira XVI. E' verdade que a carreira do simples soldado não oferecia grande futuro, como não oferece em nossos dias; pois ela acabava geralmente com o centurionato, salvo casos excepcionais. Contudo, pela ilusão que permitia e por alguns privilégios que oferecia, não deixava de ser a mais procurada.

O mais característico, porém, da terceira classe encontrava-se nos clientes.

A clientela é um fenómeno tão típico da Roma daquela época, que merece uma atenção particular. Nada de comum tinha esta clientela com a dos tempos primitivos. Esta fôra uma verdadeira instituição jurídica, um contrato tácito, concluído entre o cliente e o patrono, quando a sociedade não oferecia ainda segurança suficiente e defesa para o fraco. Este oferecia ao patrono as suas homenagens e os seus serviços, recebendo como recompensa protecção e auxilio nas

suas necessidades. Constituía-se assim um vínculo quasi sagrado, como a hospitalidade junto dos povos primitivos, que muitas vezes se transformava em profundo vínculo moral, de respeito e de amor.

Nada disso existia mais nos tempos do império. A clientela tornara-se de um lado simples forma de abjeção servil, prestada para obter favores vulgares, às vezes humilhantes e deprimentes; enquanto do outro servia para ostentar poder e autoridade, ou para satisfazer ambições, nem sempre justificadas. De um lado, tornara-se um meio de viver sem trabalhar; de outro, um meio de ostentar autoridade e crédito.

O modo de remuneração do cliente era variadíssimo. As espórtulas, que êle recebia, podiam consistir em refeições, em alimentos recebidos diretamente; ou também numa pensão alimentar, forma que parece ter sido substituída às precedentes, desde o tempo de Columela, nascido no começo do primeiro século da era vulgar; pois êste autor chama os clientes de *mercenarii salutatores*, e qualifica as suas visitas diárias de *quotidianum tributum*. Esta pensão consistia, geralmente, em cem quadrantes por dia, isto é, em dez sestércios, quantia que dava somente para não morrer à fome.

Além da remuneração ordinária, os clientes gozavam, de vez em quando, de alguns extraordinários, como seria um convite para a mesa do patrono, quando havia algum lugar vago. Os clientes recebiam também, às vezes, alguns presentes; como uma túnica usada, uma toga lavada diversas vezes e desbotada, ou algumas geiras de terra, como recompensa final de longos serviços continuados durante a vida inteira; mas isso somente quando as fôrças não aguentavam mais o pobre cliente, como diz Juvenal:

Quantum erat exhausti lumbos donare clientis
Iugeribus paucis.

Êste magro salário devia ser ganho por uma série de serviços pesados, o mais enfadonho dos quais era a visita diária que, pela manhã devia o cliente fazer ao senhor. As visitas faziam-se na primeira e segunda hora do dia, cabendo-lhe ser exato no cumprimento dêste dever. Para tanto, devia levantar-se quando ainda era noite, o que muitas vezes, especialmente para o que morava longe, não lhe dava nem o tempo para dormir suficientemente. “Quando a luz

das estrêlas começa a se fazer incerta — diz Juvenal — o pobre cliente é obrigado a levantar-se, a vestir-se com tanta pressa que muitas vezes esquece de atar os cordões das botinas de mêdo que o exército dos visitantes já tenha terminado o seu desfile antes dele chegar”.

Outra maçada era a etiqueta que os clientes deviam seguir, e que não lhes permitia o se apresentarem perante o dono sinão no costume de rigor que usavam os Romanos, isto é, em toga, espécie de capa muito pesada e muito quente, *sudatrix toga*, como diz Marcial. E’ neste traje que, de manhã, muito cedo, quando Roma ainda dormia, os pobres clientes iniciavam a sua corrida para chegar a tempo de saudar o patrão, qualquer que fosse o tempo, bom ou mau, chovesse ou soprasse o vento do norte.

Além desta saudação matinal, os clientes eram obrigados a outros serviços, que geralmente lhes tomavam todo o dia. Assim, êles deviam preceder ou seguir a cadeirinha ou a liteira dele, acompanhando o patrono nas suas visitas e em toda parte onde lhe aprovesse ir. Sempre submissos, deviam aprovar e louvar tudo o que o dono fazia ou dizia, mesmo quando isso era absurdo. Sêneca narra a êste respeito uma anedota muito interessante. Cejava uma noite em casa de Célio, que era muito irascível, um cliente de uma paciência a prova de canhão, o qual, à força de dizer sempre sim, conseguira evitar toda espécie de discussão. Aquele dia, porém, Célio, cansado dessa continua aprovação, perdeu a paciência e acabou por gritar em face do individuo: — “Mas contradize-me uma boa vez, afim de que eu possa ter a sensação de que somos dois a conversar”.

Os clientes estavam sujeitos às maiores humilhações, não sômente por parte do patrono, mas também por parte dos escravos, que serviam na casa do mesmo dono, os quais se refaziam sôbre êles das provocações e das injúrias recebidas. Ordinariamente, o dono de casa, de manhã, apenas tomava conhecimento da saudação dêste rancho de visitantes, fazendo-os desfilar na sua presença, sem abrir a boca para responder-lhes aos cumprimentos.

Em nenhum momento, porém, os clientes eram tratados em modo mais humilhante, que quando sentavam à mesa dos seus patronos. Juvenal dá uma descrição impressionante destas refeições. As comidas, as bebidas, os talheres e o serviço, tudo era diferente entre uns e outros, e nada se poupava para fazer sentir aos clientes a diferença que existia entre êles e os convidados que se queria honrar.

Plínio, o Moço, fala de um indivíduo sórdido que faz servir três qualidades de vinho: uma para êle e para os convidados privilegiados; outra, para os amigos dos quais faz menos caso; uma terceira para os clientes e os libertos. Convém lembrar, a êste respeito, que a maior parte dos que se rebaixavam a tamanha humilhação, era gente de ínfima condição, de capa esburacada, como diz Juvenal.

Os cavalleiros, *equites*, propriamente, tiram o seu nome do cavalo, *equus*. Eram, originariamente, os soldados, que, mesmo sem pertencer ao patriciado, achavam-se, contudo, em condições econômicas de possuir e manter um cavalo, e que, portanto, iam à guerra montados. Isto nos primeiros séculos, até a época dos Gracos, isto é, até a segunda metade do século segundo antes de Cristo. Nesta época, a que era uma ordem militar, transformou-se numa ordem econômica, da qual podiam fazer parte sômente os que possuíam 400.000 sestércios, que fossem livres, descendentes de pai livre, de conduta irrepreensível e que não exercessem profissão deshonesta e vil. No ano 775 de Roma, 21 depois de Cristo, foi confirmada a disposição que não podia ser cavalleiro sinão *qui ingenuus ipse, patre, avo paternoque, juisset*, que fosse livre êle, o pai e o avô paterno. A perda do censo, qualquer que fosse a causa, produzia a perda do titulo de *eques*. Marcial referindo-se a um dêstes cavalleiros, Macro, que, ao que parece, esbanjava o seu dinheiro com as mulheres, diz:

Dum donas, Macer, anulos puellis,
Desistis, Macer, anulos habere.

O anel de ouro era a senha do cavalleiro, porisso Marcial diz a Macro: Enquanto presenteias as mulheres com anéis, oh Macro, tu perdes o teu anel.

O anel em Roma, naquela época, era um pouco como o titulo de doutor atualmente entre nós: todos queriam usar anel, como hoje todos são doutores. Mas o cavalleiro gozava de certos privilégios de que não goza hoje o doutor, como o de sentar-se em lugares distintos no teatro, e outros semelhantes. O abuso do anel, no comêço da nossa era, tornou-se tal, que foi preciso tomar providência contra êle; o que foi feito no ano 23. No ano 47 um cavalleiro, Flávio Próculo, citou não menos de quatrocentas pessoas perante o juiz, pelo porte abusivo de anel. Mas, apesar dêsse rigor, com o tempo, o uso do anel tornou-se comum, e Marcial já

via o seu Zoilo, tipo perfeito do liberto orgulhoso, fazer impunemente mostra do seu anel.

Já com Augusto começara esta decadência da dignidade equestre. Ele próprio honrara com a concessão dessa dignidade a T. Vínio Filopeme, que, dizia-se, o tinha ocultado quando proscrito, e outros libertos, como Antônio Musa e Vêdio Polião. Acabou assim o anel por perder completamente o seu antigo sentido; e viam-se no teatro, sentados nos lugares dos cavalheiros, filhos de medianeiros e de gladiadores. A emancipação e um presente de 40.000 sestércios faziam cavalheiro de quem servira de penteador à sua protetora:

Qui tonsor fueras tota notissimus urbe
Et post hoc dominae munere factus eques

(Tu, que foste cabeleireiro conhecidíssimo em toda a cidade e que depois, pelos favores da tua patroa, te tornaste, cavalheiro, escreve Marcial, depois de tantas honras, voltarás a ser cabeleireiro; *iterum tonsor eris.*)

Aos cavalheiros mais distintos, por nascimento e por censo senatorial, os imperadores concediam as largas listas de púrpura, distinção senatorial. Estes cavalheiros (*equites illustres, splendidi*) formavam uma classe separada, mais próxima à ordem senatoria, de modo que muitos preferiam pertencer a ela antes que ao Senado, para evitar todos os cargos que este comportava. Ao lado destes, que formavam o grau supremo da ordem, havia também numerosos cavalheiros que vinham do exército, velhos militares, que tendo iniciado a carreira como soldados rasos, conseguiram elevar-se até o primeiro centurionato, e que no ato da aposentadoria recebiam 400.000 sestércios e o título de cavalheiro. Mas, os cavalheiros de nascimento, especialmente os que contavam uma longa série de antepassados pertencentes a esta ordem, olhavam com desprezo estes novos colegas, eles, que, no dizer de Ovídio, *Non modo militiae turbine facti equites*, foram feitos cavalheiros não somente pelo torvelinho da milícia.

Foi assim que Marcial se tornou cavalheiro, e os seus versos provam suficientemente o que havia de incômodo e de humilhante na situação do cavalheiro que não possuía meios para viver segundo o grau que ocupava. Estes cavalheiros dependiam completamente da assistência e do apoio de alguns ricos protetores; e o próprio Marcial não se envergonhava de pedir continuamente, a um e a outro, favores e

presentes. Os seus desejos eram muito modestos: pedia, às vezes, o presente de uma boa capa, e cantou, em dois dos seus epigramas, uma bonita toga que lhe fôra doada pelo camareiro-mor do Imperador, Partênio. Durante anos a fio, submeteu-se aos serviços mais humilhantes de cliente; e a sua musa estava a serviço de quem a pagava melhor.

O Senado também perdera a sua antiga solenidade tradicional. Já no comêço do Império, o número das antigas famílias que constituíam o Senado diminuira consideravelmente; e muitas, como as dos Atilios, dos Metelos, dos Cúrios, dos Fúlvios, tinham desaparecido naturalmente ou perecido nas guerras civis, Outras caíram debaixo das proscricções, outras ainda apagaram-se nos primeiros tempos do Império como os Emilio Scauros, ou foram reduzidas a tristes condições, como a dos Hortênsios. Daí, a necessidade de introduzir sangue novo nas veias vãs e enfraquecidas desta ordem, mediante aqueles *homines novi*, dos quais já se falava desde os tempos de Júlio César e de Cícero.

Alguma vez, êstes novos senadores eram escolhidos entre os homens de verdadeiro valor intelectual e moral; como aconteceu com aquele Cúrcio Rufo, filho de um gladiador, que Tibério elevou aos mais altos graus. E a quem lhe observava a origem obscura do seu preferido, respondia: “Mas que quereis! Cúrcio Rufo parece-me descendente de si mesmo”. Infelizmente, porém, não era sempre assim, e muitos dêstes novos senadores não se mostraram dignos do elevado cargo, tornando-se humilde instrumento nas mãos dos imperadores, que os tinham favorecido, concorrendo para deprimir o nome e a dignidade da ordem, que possuía a mais nobre tradição, não sômente em Roma, mas em toda a antiguidade.

A nobreza, aliás, caminhava rapidamente para uma lastimável decadência. As poucas famílias que ainda existiam, lembrando os tempos de Rômulo, e portanto, uma nobreza de oito séculos, na falta de merecimentos próprios, exagerava até o ridículo a própria antiguidade, ostentando origens divinas mais que humanas. Os Júlios faziam começar o seu estípite desde Enéias, figurando na sua árvore genealógica, juntos com Rômulo, os reis albanos. Os Quintílios, aos quais pertencia aquele Varo, que pereceu na floresta de Teutoburgo, diziam-se de origem albana. Os Antônios diziam-se descendentes de Hércules; os Pisões referiam a sua origem a Numa Pompílio; Galba, da nobre família dos Sulpícios, mandara colocar, no átrio do seu palácio, uma árvore genea-

lógica, pela qual a sua família remontava até Júpiter na linha paterna e à Pasifaé, aquela que preferiu ser vaca antes que mulher, em linha materna. E neste ridículo caíam também homens de grande valor e responsabilidade histórica. Assim Júlio César, pronunciando a oração fúnebre de sua tia Júlia, não deixou de lembrar que ela descendia de Anco Márcio, de um lado, e de Venus, mãe de Enéias, do outro.

Evidentemente é pelas suas fortunas principescas, mais que pela antiguidade, que brilha a maior parte das famílias senatoriais. Dizia-se de fato, *patrimonium laticlavium*, fortuna senatorial, para significar uma grande fortuna. Não possuíam somente grandes bens em toda parte da Itália, mas também terras imensas nas ilhas do Mediterrâneo e em todos os países de além-mar, naquele tempo conhecidos. Os vastos distritos cultivados por escravos acorrentados, as pastagens que, pela sua extensão, pareciam províncias, eram comuns na posse dos senadores, e em toda parte, sobre todos os lagos e todos os mares, dominavam os seus palácios e as suas vilas, de riqueza e beleza incomparáveis. Frontão, que não figurava entre os senadores mais ricos, mandou construir uma sala de banhos que custou 350.000 sestércios, isto é, 100:000\$000 de réis. Cada uma destas grandes casas, com os seus milhares de escravos e libertos de todas as nacionalidades, formava como que um pequeno estado, que se bastava a si mesmo, cujos servos não eram empregados somente na exploração de todas as riquezas naturais, para a manutenção e aumento do domínio; mas satisfaziam também a maior parte das necessidades pelas quais trabalham e produzem as indústrias modernas. Mesmo os senadores de segunda e de terceira categoria possuíam ainda fortunas consideráveis, cuja renda anual variava entre mil e mil e quinhentos contos. O censo mínimo de um senador devia ser de um milhão de sestércios, mais ou menos; isto é, . . . 250:000\$000. Esta quantia era suficiente para o tratamento do senador solteiro, não para uma família senatorial, cujo trem de vida era custosíssimo. As famílias senatoriais, competindo entre si em fausto e prodigalidade, porfiavam em se sobrepujarem, reciprocamente, na magnificência dos palácios, no luxo dos móveis, na riqueza do vestuário, acabando por esbanjar imensas fortunas e, crivadas de dívidas, caírem na indigência.

O que obrigava o senador a despesas ainda maiores do que comportavam as suas posses, eram os cargos públicos,

em vista das despesas enormes que requeriam, especialmente para os jogos e as festas que deviam oferecer ao público, e que, às vezes, absorviam todo ou quasi todo o censo senatorial. A mulher que se separa do marido antes que este tome o cargo de pretor, pode estar certa de ter feito um bom negócio, diz Marcial:

Discidium non est hoc, Proculéia: lucrum est;

(Não é um desquite este, oh Proculéia, é um lucro.)

Enquanto os senadores estavam sujeitos a tamanhas despesas, achavam-se legalmente na impossibilidade de aumentar as suas fortunas. A antiga lei claudiana do tempo da segunda guerra púnica que proibia aos senadores ou filhos de senadores possuir navios superiores à capacidade de 300 ânforas, foi confirmada por Júlio César, o que significava proibição de comerciar, importar e praticar outros negócios, como também qualquer espécie de usura. Nestas condições nada há que admirar si, frequentemente, famílias senatoriais caíam na indigência, e eram obrigadas a recusar os cargos, ou a resignar-se a aceitá-los, com grande dificuldade. Muitos senadores preferiram serem degradados à classe dos cavalheiros, antes do que enfrentar as dificuldades dos cargos senatoriais. Os requerimentos de senadores pedindo auxílios ao Imperador, ou, pelo menos, de aceitar suas demissões do grau, eram numerosíssimos, desde os tempos de Augusto. Tibério eliminou os que empobreceram por causa das suas prodigalidades.

A assistência mútua era geralmente reconhecida como um dever comum entre os membros da primeira ordem. Si a casa de um senador se incendiava, todos concorriam para reconstruí-la e para prestar auxílio ao que fôra objeto desse infortúnio; conquanto, alguma vez, fosse suspeito de ter êle próprio causado o incêndio — diz Juvenal. A cousa passava-se diversamente, acrescenta o mesmo poeta, em se tratando de individuo de classe inferior, porque este

...“*Nudum et frustra rogantem
Nemo cibo, nemo hospitio tectoque iuvabit*”,

nu e inutilmente pedindo, ninguém o auxiliará com alimento, com hospitalidade ou com a sua casa.

O grau e o estado das mulheres regulava-se sobre o do marido, como aliás dispunha o Digesto; sempre, porém,

sendo a mulher inferior ao homem do mesmo grau: Diz de fato o Digesto. Livro I, Título IX: *Consulari feminae utique consularem virum praeferendum nemo ambigit*: ninguém põe em dúvida que em todos os casos os homens consulares devem ser preferidos às mulheres consulares. E querem as senhoras conhecer a causa desta preferência? E' o mesmo Digesto que responde: *quia maior dignitas in sexu virili*. Em que consista esta maior dignidade do sexo masculino nem o Digesto diz, nem eu o consegui descobrir. Em todo caso, é assim; e as senhoras, especialmente as feministas, farão muito bem si "boicotarem" o direito romano.

Estas foram as classes sociais de Roma, cujas linhas divisórias iam se tornando sempre mais incertas e esmorecendo-se ao ponto de permitir a passagem de uma para outra e a intromissão de elementos novos, até fazer um amálgama de todas as nacionalidades, sobretudo pela introdução contínua de massas de escravos, trazidos para a capital de todas as partes do Império, e pela ascensão de grande número deles, que adquiriram a liberdade, não só na terceira, mas na segunda e na primeira classe. E' preciso ter em conta também, a este respeito, a imigração contínua de uma multidão de indivíduos livres, provenientes de todas as províncias, especialmente da parte meridional do Império, da Grécia e da Ásia Menor, parecendo, como diz Juvenal, que o Oronte transbordara no Tibre.

Roma, dêste modo, tornou-se um cadinho étnico, no qual iam fundir-se todos os elementos conhecidos da antiguidade, e o povo da cidade romúlea, no terceiro século da nossa era, já podia-se considerar a síntese etnográfica do mundo antigo.

VI - O Ventre de Roma

“Peccato confessato, mezzo perdonato” diz o rifão italiano. Na esperança de ser completamente perdoado, confesso desde já que o título da palestra de hoje não é meu. E’ de Emile Zola, que assim chamou um dos seus mais bellos romances. Achei-o muito cômodo e muito próprio para o que hoje vou dizer e não tive dúvidas em apropriar-me dele. Haverá sempre uma diferença: Zola, sob o título de *Le Ventre de Paris*, escreveu um magnífico romance enquanto eu com o *Ventre de Roma* vou infligir uma palestra maçante.

Já tive ocasião, nas palestras precedentes, de dizer que para Roma afluía tudo o que de bom, de belo e de interessante se produzia no mundo. *Mercato placidissimo* da produção mundial era o Tibre, já no tempo de Cícero; mercado que tudo absorvia, sem nada, ou bem pouco dar em troca. Tal é a Roma imperial, que vive sôbre o direito de conquista pelas armas, e que não precisa mais trabalhar, porquê para ela trabalha o mundo.

Quem, não lhe conhecendo a história, se achasse em Roma no tempo do Império, nunca imaginaria o seu passado, isto é, o que ela foi durante muitos séculos, naqueles que foram os seus tempos mais gloriosos. A quem lê a descrição dos lautos banquetes, que já se davam nos últimos anos da República, mas que chegaram ao seu auge durante o Império, custaria muito a acreditar na sociedade dos Romanos primitivos, que viviam de pão e água, acrescentando no máximo um pouco de queijo e alguma fruta. *Sunt nobis castaneae molles et pressi copia lacti*, diz o pastor virgiliano, para gabar a sua mesa, como uma das melhores entre os antigos habitantes do Lácio.

Assim continuaram a se manter os costumes de Roma por muito tempo. O luxo e a elegância oriental, nos banquetes, eram ainda desconhecidos no ano 188 antes de Cristo. Quem as introduziu em Roma — diz Tito Lívio — foi Mânlio Vulso, por ocasião do seu triunfo sôbre os Gauleses da Ásia. “O luxo das nações estrangeiras — diz o nosso historiador — entrou em Roma sômente com o exército da Ásia. Foi êle que introduziu na cidade os leitos de bronze, os tapetes preciosos, as cobertas de cama feitas de tecidos de fio, coisa considerada de grande luxo. Foi então que se apresentaram pela primeira vez, nos banquetes, cantores e tocadores de harpa para alegrar os convidados, que se deu mais elegância e magnificência aos banquetes e que os cozinheiros, dantes tidos como os últimos entre os escravos, começaram a tornar-se mais caros, e o que dantes era um officio desprezível, passou a ser uma arte”.

Parece, contudo, que êsses costumes demoraram ainda bastante tempo antes de triunfar; porquê muitos anos depois, as escravas particulares cozinhavam ainda o pão nas casas particulares, como si na cidade não houvesse padarias. No ano 161, a engorda das galinhas escandalizava a tal ponto que os censores emanaram um édito proibitivo, que vigorou por muito tempo. Os Romanos, porém, que contra a opinião de muitos, tinham bastante espirito, acharam o modo de burlar o decreto, engordando galos em vez de galinhas. E’ Plínio o Velho que o diz, na sua História Natural; *Gallinas sagitare Deliaci coepere, unde pestis exorta, etc.* A importação de aves e de ostras estrangeiras veiu muito mais tarde; no ano 78 antes da nossa era appareceu um édito que proibia êsses artigos. Nesse tempo também, mais ou menos, nos banquetes mais luxuosos, serviam-se vinhos gregos e nunca mais de uma vez.

Foi também nesta época que foram introduzidos em Roma os triclinios, isto é, os leitos ou sofás sôbre os quais os comensais se deitavam para comer. De fato, enquanto nós dizemos “sentar-se à mesa”, os Romanos diziam deitar-se, “discumbere”. A mesa de forma quadrada era occupada, em três de seus lados, por êstes sofás, ficando o quarto livre para o serviço. Nos grandes festins collocavam-se tantas mesas quantas fossem necessárias deixando, porém, o centro da sala livre; e neste espaço, achavam-se os cantores, os tocadores de flauta e de harpa, os dansarinos e os outros que concorriam a tornar alegre e brilhante a festa.

O luxo da mesa e a riqueza das iguarias aumentaram

em breve. Varrão, o mais doto polígrafo de Roma, que morreu no ano 27 a.C. já lastimava estas inovações, considerando-as como indicio de decadência e de corrupção, como consta de um trecho de uma das suas numerosas obras perdidas, relativa ao comer, no qual em forma satírica (sátiras menippeas) *lepide ac scite*, elegante e espiritualmente, descreve as delicias exquisitas dos pratos, que se serviam nas ceias; entre as quais são lembrados os pavões de Samo, as galinhas bravas da Frígia, os grouns de Melica, os cabritos de Ambrácia, os atuns da Calcedônia, as murenas de Tartésia, os aselos de Pessinúncio, as ostras de Taranto, os esturjões de Rodis, os sargos da Cilícia, as nozes da Tásia, os palmitos do Egipto, as bolotas ibéricas, e outras raridades, mostrando como já naquela época os Romanos conheciam e levavam para Roma o que havia de melhor no mundo, *reperitas non per usum vitae necessarium, sed per luxum animi parata atque facilia fastidientis per improbam satietatis lasciviam*" (descobertas não para o uso indispensável da vida, mas preparadas por simples ambição e para mais facilmente satisfazer à deplorável lascívia dessa gente cançada de tudo).

Assim falava Varrão que era um erudito e um moralista, gente sempre um tanto cacete e enfadonha, valha o exemplo de quem vos está falando. Um economista teria falado muito diversamente; pois nesse fato teria visto um incitamento ao comércio e ao aumento da riqueza. Assim pensa, por exemplo, Tucídide, que além de um grande historiador é economista, para os seus tempos, o qual considera muito vantajosa para Atenas a circunstância de importar os produtos de todos os países, de modo que as mercadorias estrangeiras se tornaram para os atenienses tão familiares como nos seus países de origem. Fato que, aliás, se tornou comum nos nossos tempos, em que ninguém julga reprovável ou antipatriótico que em S. Paulo se encontrem vinhos da França e da Itália, caviar da Rússia, nozes de Sorrento, ameixas de Smirna, passas de Atenas, e muitas outras gulodices que nos vêm de todas as partes do mundo. Varrão era um troglodita em fato de economia.

Exagêro, também, parece haver nos escritores da primeira época imperial, quando falam da atrocidade da caça e da mania de explorar todas as terras e todos os mares para descobrir novas gulodices; como fazem Salústio, que na catilinária diz que *vescendi causa terra marique omnia exquirunt* (para comer vão revistando a terra e os mares)

ou Sêneca, que, dirigindo-se aos gulosos, assim os exprobra: *vos quarum profunda et insatiabilis gula hinc maria scrutatur, hinc terras* (vós, cuja profunda e insaciável gulodice está devassando os mares e as terras).

Trata-se de evidente exagêro; e só se poderia aplicar aos tempos do imperador Vitélio, em que, efetivamente, a guloseima manifestou o seu mais alto poder. Escreve Suetônio na vida de Vitélio: “Fazia regularmente três repastos e algumas vezes quatro; almoço, janta, ceia e orgia, satisfazendo-se facilmente, em todos êles, pelo hábito de vomitar. Convidava-se a si mesmo, num mesmo dia, para comer na casa de diversas pessoas, e cada festim dêsses não custava menos de quatro mil sestércios. O mais famoso de todos foi, sem dúvida, o banquete que seu irmão lhe ofereceu por ocasião da sua chegada, e onde se serviram dois mil peixes e sete mil pássaros da melhor espécie. Esta profusão, entretanto, viu-se superada pela apresentação dum prato a que êle chamou o “escudo de Minerva”, no qual havia misturados, ligados de escaros, miolos de faisões e de pavões, ovos de moreias pescadas por navarcas em triremes, desde o país dos Partos, até o estreito de Gibraltar”.

Desde que se pronunciou a palavra feia, que indica o uso mais feio ainda de desembaraçar o estômago afim de poder comer uma segunda e uma terceira vez, para não voltar a falar dêste costume pouco elegante, aproveito o ensejo para dizer que êle era bastante comum entre os antigos. E que, dêste modo, podiam, durante as suas orgias noturnas, ceiar duas, três e até quatro vezes, sem tomar indigestão. Para que ninguém se admire e pense que isto é invenção minha, ou dos escritores dos quais tiro estas notícias, lembrarei, e mais de um dos presentes com certeza pode testemunhar da verdade do que estou dizendo, que ainda hoje entre alguns povos, existe êsse costume: eu próprio vi em certos hotéis e restaurantes de luxo, lugares especiais elegantísimos, todos de mármore branco, com duas colunetas para o freguês se apoiar afim de aliviar-se mais comodamente. Mas voltemos... “in piú spirabil aere”; ou, pelo menos, em ar mais agradável e mais saboroso.

Quem visitasse o mercado das aves, na Roma imperial, teria encontrado as qualidades mais finas e mais raras dêstes animais, como a galinha africana, a mais apreciada dessa família, já lembrada por Varrão e que, parece não ter desfrutado as simpatias de Horácio. Êle cantou: “nunca descerá ao meu estômago galinha africana nem galinha brava”;

o que aliás não deve admirar, porquê Horacio, em negócio de comida, tinha numerosas idiossincrasias, o ódio ao alho, por exemplo, que lhe inspirou uma ode: A quem matou seu pai, quem vituperou sua mãe, quem traiu seu irmão, quem violentou sua irmã, quem cometeu os maiores crimes, *edat alium*, faça-se-lhe comer alho. O parricídio em Roma era castigado com a pena de morte. Para Horácio, porém, comer alho era castigo mais forte do que a morte. Mas voltando ao mercado encontramos todas as aves que vêm da Scícia, do Mar Negro e de Mármara, do Ganges e do Egito, no dizer de Columela, os fenicópteros flamantes e os pavões orgulhosos, lebres e toda espécie de animais selvagens e domésticos, a preços elevadíssimos. Um faisão engordado, (*pastus*), por exemplo, pagava-se 250 sestércios, não engordado (*agrestis*) 225; um ganso engordado, 200 sestércios, não engordado 100, uma lebre 150, etc.

Êstes preços, porém, já pertencem ao império. Durante a República, as viandas importadas eram raríssimas e apresentavam-se só em casos excepcionais. Conserva-se o cardápio de um festim sacerdotal da segunda metade do século que precede a nossa era, isto é, nos últimos anos da República, e no qual se encontra um único prato preparado em parte com ingredientes estrangeiros, mas pouco custosos. E' preciso não esquecer que êstes banquetes sacerdotais eram os mais custosos. Neste banquete, logo, foram servidos para começar, ovos cozinhados e azeitonas (era tradicional em Roma começar sempre com ovos e acabar com as frutas, donde veio a frase *ab ovo usque ad malum*, do começo até o fim), ostras, duas qualidades de mexilhões, um tordo sóbre aspargos, uma franguinha cevada, um guisado de ostras e mexilhões, com castanhas pretas e brancas; depois ainda diversas espécies de mariscos e peixes de mar, com papa-figos, filés de javali e de cabrito, uma espécie de patê de aves com papa-figos. O prato principal era composto de peitos de leitoads, uma cabeça de porco, um guisado de peixes, duas espécies de pato cozido ou preparado de outro modo, lebres, aves assadas, uma massa de farinha e de pães do Piceno. Êste festim que reuniu o que havia então de mais distinto em Roma, no qual, figurou, também o próprio Júlio César, na sua qualidade de Pontífice máximo, juntamente com grande número de sacerdotes e de sacerdotisas, foi um dos mais suntuosos da época anterior ao Império, mesmo entre os banquetes sacerdotais, que eram suntuosíssimos, sendo considerado digno de menção especial.

O período do maior luxo da mesa entre os Romanos começou somente depois da batalha de Ácio, em consequência da qual Augusto ficou único dominador de Roma. O surto de prosperidade tomado pelo comércio, especialmente depois da abertura das relações comerciais com a Índia, pela via do Egito, contribuiu grandemente a êste sucesso. Foi somente a partir desta época que Roma se tornou um vasto mercado onde afluíam todos os produtos, naturais, e manufaturados, os mais caros e mais raros de todas as regiões, que podiam satisfazer o paladar dos gastrónomos romanos nas suas orgias. Foi nesta época que começaram aqueles festins, dos quais falam com tanta admiração e quasi com espanto os escritores do tempo, sobretudo Plínio, o Velho, e Sêneca.

Não se pense que o grande custo dêstes festins consistisse, exclusivamente nas comidas e nas bebidas. Já, desde aquele tempo, as maiores despesas eram representadas pelos adornos e embelezamentos das salas, pela música, danças e outros divertimentos, a que os Romanos se haviam habituado, depois da conquista do Oriente. Numa festa oferecida por um amigo de Nero, durante o inverno, as rosas, por si sós, custaram mais de quatro milhões de sestércios. No banquete famosíssimo, que custou a Lúcio Vero seis milhões de sestércios, a prodigalidade do anfitrião manifestou-se especialmente nos ricos presentes que êle fez a todos os convidados, entre os quais havia belíssimos escravos e escravas, vasos de metais preciosos, carros montados em prata com os seus animais e respectivos cocheiros.

As quantias prodigiosas, aliás, que se gastavam nestes festins, sobretudo os preços elevados de certas gulodices, não devem ser atribuídos exclusivamente à glotoneria mas também, e talvez muito mais, à moda e à vaidade rumorosa, à ostentação e ao desejo que o anfitrião tinha que se falasse dele nas rodas do mundo elegante e dos patuscos refinados. “Os esbanjadores — diz Sêneca — desejam que a vida que êles levam, seja objeto continuo das conversações, e pensam haver perdido o seu tempo, si não se fala deles. Para fazer nome entre esta gente não é sufficiente ostentar vida luxuosa; é preciso impressionar a atenção pública”. Foi exatamente para despertar rumor e admiração que mais de um pródigo chegou a pagar por um peixe de peso extraordinário, quantias loucas. Assim tal P. Otávio pagando cinco mil sestércios por um peixe que pesava cinco e meia libras romanas, comprou realmente por êsse

preço a glória de ser o adquirente de uma mercadoria, que não somente o Imperador Tibério, mas o príncipe dos “gourmets”, Apício, o Brillát-Savarin de Roma, achara demasiadamente cara. Este preço, economicamente, faz parte dos preços de ostentação, que têm por limite unicamente a capacidade e solvabilidade do adquirente.

Plínio, falando dos cozinheiros mais famosos daquela quadra, diz que um cozinheiro no seu tempo custava mais do que, nas eras passadas, o triunfo de um general vitorioso. Sêneca fala, como de uma monstruosidade, de um prato famoso, que se tornara objeto das conversações de toda a capital. Os comestíveis mais procurados e mais delicados, como ostras e outros moluscos exquisitos, ouriços, lagostas limpas da sua casca, que ordinariamente são servidas separadamente nas grandes festas, eram misturadas de tal modo num molho especial, que nada mais se distinguia nessa mistura. O luxo grosseiro de P. Servílio Rulo, na época de Sila, introduzira o uso de servir nos banquetes, mesmo nos menos numerosos, um javali inteiro. O javali e o porco eram para os Romanos pratos muito apreciados, que os preparavam de variados modos.

O luxo da mesa, ao lado dos efeitos danosos, foi causa de não poucos benefícios econômicos, como já disse, o primeiro foi o estímulo para transplantar para o território romanc, e ali as aclimatar, muitas espécies de animais e vegetais estrangeiros.

Uma grande parte dos animais e vegetais que servem para o consumo e o luxo, já haviam sido introduzidos na Itália desde os tempos da República. A maioria, porém, e os mais raros e procurados, foram introduzidos com o Império. No tempo de Tito, o prefeito da frota, Optatus Elipécio, conseguiu aclimatar nas águas do litoral ocidental da Itália, entre Óstia e a Campânia, um dos peixes mais apreciados, o sargo, que vivia entre as ilhas de Creta e de Rodés, o que fez dizer a Plínio: Eis como a gula proporcionou um novo elemento para a boa vida, e deu ao mar romano um novo habitante, porquê de hoje em diante ninguém mais se admirará vendo ayes estrangeiras por ovos em Roma. Os próprios censores do luxo da mesa achavam que a coisa não era má, quando viam que se tornava economicamente vantajosa, observa Dureau de la Malle, na sua Economia Política dos Romanos. O próprio Varão, que vimos tão acérrimo adversário desse luxo, no único livro dele que sobrevive completo, sobre os quatrocentos

e tantos que escreveu, dá minuciosas instruções acêrca do modo de criar e propagar artificialmente a caça, as aves, os peixes e os moluscos de espécies exóticas, como as galinhas pintadas da África, as lebres e os coelhos da Gália e da Espanha, os caracóis de Ilíria, tal como crescem na terra de origem. Foi assim, segundo Plínio, não somente a gulodice, mas o amor do lucro que auxiliou a invenção de parques de ostras no lago Lucrino e em Bordéus.

Os animais introduzidos na Itália, devido ao aumento do luxo foram aves, em maior número. O pavão, que Hortênsio, em primeiro lugar mandou servir assado, já não era novo com o advento do Império. Aumentando a procura, a criação dos pavões tornou-se uma verdadeira indústria; especialmente nas ilhas próximas à Itália, que se transformaram em verdadeiros parques de pavões. O faisão, que nos tempos de Varrão e de Horácio não tinha ainda feito a sua aparição na mesa dos Romanos, ao tempo de Marcial não somente era conhecido e procurado, mas também criado na Itália. Mais tardio e mais raro apresenta-se o faisão chamejante, cuja língua Apício pôs em evidência como sendo manjar de grande delicadeza.

A aclimação das árvores frutíferas na Itália deu-se em escala muito maior do que a dos animais exóticos; e foi, em seguida, pela Itália que estas árvores se difundiram em outros países europeus. Os gregos da Magna Grécia introduziram a videira na península itálica, e ali se deu tão bem, que, em breve, superou a produção da terra de origem, de modo que no quinto século a.C. chamava-se a Itália de terra preferida por Baco. Da Grécia veio também, em época remotíssima, talvez contemporaneamente à videira, a oliveira, e só mais tarde, das ilhas e da Ásia Menor, veio a figueira, porquê, nos tempos de Varrão e de Horácio, ainda se comiam figos de Chio, da Lídia, da península Calcídica e da África. A denominação de nozes, amêndoas, castanhas aparece na Itália muito tarde, sendo importadas da Ásia Menor, especialmente da região do Ponto. Catão conhecia a amêndoa, mas no seu nome grego de *amygdala*, doce e amarga. Em Virgílio encontramos pela primeira vez a palavra *castanea*, enquanto a noz, *iuglandes* (glandes de Júpiter) remonta a Cícero. Raras eram as ameixas no tempo de Catão, que já são comuns sob Augusto enumerando Plínio muitas espécies delas, sendo a melhor a de Damasco. A romã, ao contrário, já era comum nos dois séculos antes da era vulgar. O marmelo, que os gregos rece-

beram diretamente da ilha de Creta, era também antigo na Itália; enquanto a cereja foi introduzida por Lúculo, que a trouxe do Ponto.

Também a aclimação das flores teve grande impulso nos últimos tempos da República e no começo do Império. Excetuada a rosa, proveniente dos jardins orientais e trazida para a Itália pelas primitivas colônias gregas, como também o lírio, e que daí se espalharam ambos para os outros países europeus, no começo do Império, achamos nos jardins romanos o croco (açafraão), que crescia especialmente nos jardins da Cilícia. Apresentavam também os mesmos jardins, como um triunfo de aclimação, o incenso e a mirra.

Impossível torna-se dizer de todas as outras espécies de árvores frutíferas, introduzidas na Itália nas primeiras décadas da nossa era, e da Itália transplantadas para os países ocidentais, chegando até à Britânia com a expedição feita durante o reinado de Cláudio, no ano 27 depois de Cristo. Entre todas, porém, foram a oliveira e a videira, que, pela sua importância, influíram grandemente na difusão da civilização e na organização econômica. As costas mediterrâneas da Itália, da França, da Espanha; as do Oceano Atlântico da península ibérica cobriram-se dessa benéfica árvore, que já os Gregos consideravam como presente da deusa Atena-Minerva. A videira, mais resistente ao frio, conquistou a região mais ampla ainda, estendendo-se mais para o norte.

Dêste modo, cumpria-se aquilo que parecia uma predição dos primitivos colonizadores gregos, os quais admirados da rica produtividade do solo itálico, sobretudo na produção vinícola, chamaram êste país de Enótria, isto é, terra do vinho.

Toda a Itália, portanto, o Império, o mundo conhecido trabalhava e produzia para manter a cidade que sobre todo êste mundo estendera o seu poder. Roma, nos primeiros séculos do império, tornara-se o ventre do mundo, um estômago formidável, onde ia acabar o que de melhor produziam a natureza e a atividade do homem. Como vimos, Roma quasi nada produzia, a não ser em pequenas indústrias de consumo particular, limitado quasi aos próprios produtores. Desde a infima plebe, até os Senadores mais ricos, até a côrte imperial, todos viviam à custa do mundo.

E como viviam!

A plebe contentava-se com o pão e o toucinho que lhe

eram distribuídos pelos poderes públicos. Nada mais a preocupava e só ameaçava fazer revoluções quando elles faltavam. As classes superiores, porém, viviam numa orgia quasi continua. Já disse algo dos banquetes romanos, em que não se sabe si é maior a falta de critério ou o espirito de dissipação. Onde, porém, esta falta de bom gosto e este espirito de dissipação manifestavam-se mais abusivos e ridiculos, era entre os *homines novi*, os que os francezes chamam de *parvenus* ou *nouveaux riches*, que supriam a falta de bom gosto com o esbanjamento. Nós temos a descrição de um destes banquetes, conservada num livro curiosissimo e do máximo interesse; uma das mais belas jóias da literatura latina; o *Satyricon*, de Petrônio; um romance que modernamente chamar-se-ia de naturalista, e que poderia muito bem ser escrito por Emile Zola ou por Eça de Queiroz. E' o banquete de Trimalcião, que este, individuo recém-enriquecido, oferece a um grupo de convidados de toda espécie, com o único fim de ostentar a sua riqueza. E' este banquete, literariamente, um prato tão delicado, que eu desejaria oferecê-lo completo aos Senhores, com a sua finissima ironia, com as suas côres naturais, de uma expressão insuperável, si o tempo mo permitisse. Infelizmente não é possível, porquê levar-me-ia muito longe, mais do que permittem os limites de uma palestra que não queira ser excessivamente enfadonha. Limitar-me-ei, portanto, à parte gastronômica, à descrição dos pratos, das iguarias, dos vinhos, e os Senhores verão que isso já é sufficiente para dar uma indigestão.

Quando todos, menos o dono de casa, se deitaram nos seus triclinios, foi servido o primeiro prato, como *hors-d'oeuvre*. Sobre um pequeno burrinho, em bronze de Corinto, com os seus alforjes cheios, de um lado, de azeitonas brancas, do outro, pretas, estavam colocados dois vasos de prata, na borda dos quais estava gravado o nome de Trimalcião. Pequenos arcos em forma de pontes sustentavam arganazes bem condimentados com mel e papoulas. Havia também salsichões quentes sobre uma grelha de prata, e acima da grelha ameixas da Síria juntamente com grãos de Romã.

Neste ponto, entra Trimalcião, carregado por escravos e mais parecido com um manequim, coberto de riquezas ostensivas e grotescamente distribuídas, do que com um homem verdadeiro. Quasi contemporaneamente surgem dois escravos carregando uma galinha de madeira, circundada

de ovos de pavão, como si estivesse chocando, ovos que são distribuídos entre os comensais, acompanhados de uma pesada faca de prata para quebrá-los “— Vejam si já não estão chocados e se ainda se podem comer. — diz Trimalção. Os convidados quebram os ovos, e o primeiro impulso é de jogá-los fora, tanto se parecem com ovos podres. Olhando melhor, porém, vêm que, em cada ovo, há um papa-figo com mólho de gema de ovos apimentado.

Já todos beberam vinho melado, como aperitivo, quando entraram dois escravos etíopes tendo na cabeça ânforas, como as que servem para regar o solo, cheias de vinho. Não é esse vinho para beber, e sim para lavar as mãos, como se usava nos grandes banquetes, entre um prato e outro, pois não existiam ainda garfos e os convidados tomavam os alimentos com os próprios dedos, ou os recebiam pelas mãos dos escravos. O vinho para beber vem, desde já, em pequenas ânforas de cristal bem fechadas, trazendo cada uma, um rótulo que assim rezava: FALERNO OPIMIANO DE CEM ANOS.

Chega no entanto, o segundo serviço, que foi para os convidados uma desilusão. Um montão, em forma de globo, em redor do qual estavam representadas as doze constelações do zodiaco, e sôbre estas diversas comidas em relação mais ou menos com o nome da constelação. Sôbre o Ariete, havia grãos de bico arietinos, sôbre o Touro, um pedaço de boi cozinhado, sôbre os Gêmeos, rins e testículos, sôbre o Câncer, uma simples coroa, sôbre o Leão, figos africanos, sôbre a Virgem, uma matriz de porquinha, sôbre a Libra, uma balança que de um lado sustentava um bolo e de outro uma torta, sôbre o Escorpião, um pequeno peixe de mar, sôbre o Sagitário, uma lebre, sôbre o Capricórnio, uma lagosta, sôbre o Aquário, um ganso, sôbre os Peixes, duas sardas. No centro desse belo globo havia uma moita que sustentava um favo de mel. Um escravo egípcio passava de um para outro lado, servindo pão quente num pequeno fôrno.

Enquanto os convidados estavam olhando, desapontados, a comida que lhes parecia ordinária, o anfitrião dá um sinal e quatro escravos correm e levantam a parte superior do pseudo globo. Surpresa geral: um novo prato feito de aves-finíssimas, uma leitoazinha, uma lebre com azas figurando Pégaso. Nos quatro ângulos desse grande prato, havia quatro sátiros trazendo odres dos quais saíam molhos que corriam para uma bacia onde peixes nadavam. Foi

uma explosão de aplausos e um ataque em toda a regra ao prato succulento.

Não quis, porém, o anfitrião deixar passar a ocasião no dever de dar uma ampla explicação acêrca do sentido de mostrar a sua cultura, pois, acabado o prato, sentiu-se do globo que cobria as iguarias. Foi uma verdadeira lição de cosmologia bestialógica, que os comensais receberam com os aplausos devidos a tão generoso anfitrião. Não tinham ainda acabado os aplausos, quando entraram novos escravos trazendo tapetes bordados, representando cenas de caça, fato que despertou em todos grande curiosidade, porquê não atinavam com a significação disso. Aumentou ainda a curiosidade, quando veio de fora grande barulho de cães latindo e muitos dêstes começaram a correr pela sala, acompanhando um grande javali fêmea sôbre um prato, com a cabeça coroadada e pendendo-lhe da bôca duas cestinhas de palmeiras entrelaçadas, uma das quais continha tâmaras da Síria, e a outra, da Tebaida. Em redor achavam-se porquinhos feitos de massa cozidos ao forno, em posição de chupar as tetas da javali. Estes porquinhos foram distribuídos entre os convidados, com licença para os levarem consigo. Para trincar a javali, veio um sujeito em traje de caçador, com grandes bigodes e um facão, que encravou com violência no peito da javali. Nova surpresa: da abertura feita pelo caçador-trinchante, saíram numerosos tordos, que começaram a voar pela sala, sendo, porém, imediatamente presos e distribuídos entre os comensais. Então Trimalcíão gritou: “— Vejam se esta gulosa Javali enguliu todas as glandes da floresta”. A esta ordem, os escravos correram, tiraram as tâmaras que se achavam nos dois cestinhos e as distribuíram em partes iguais entre os convidados.

Depois de uma dissertação de Trimalcíão sôbre as suas propriedades, eis que aparece, sôbre uma grande bandeja que cobria grande parte da mesa, um porco enorme. Enquanto admiram a diligência do cozinheiro, Trimalcíão finge olhar atentamente o animal, e depois exclama:

“— Mas êste porco não está limpo, e ainda tem as entranhas... Chamem o cozinheiro”. E quando êste chega, depois de tê-lo ameaçado de graves castigos, impõe-lhe abrir imediatamente o porco, do qual em vez das entranhas, pulam na mesa pedaços de chouriços, de linguças e outros petiscos. Trimalcíão gostosamente ri-se da proeza cumprida, exaltando o seu cozinheiro.

Nova interrupção e novas elocubrações de Trimalcíão

que fala de tudo, exaltando as suas obras de arte, os seus pratos, os seus vasos, com um exibicionismo que trai toda a sua ignorância e a sua vulgaridade; entre uma fingida admiração dos comensais, que fazem esforços sobrehumanos para não desabotoar numa risada homérica. E os discursos eram acompanhados pelos atos e pela cena. Assim, quando o liberto Asilte contradiz os homeristas e Trimalcião conta como Ajax perdeu a razão, cortando à direita e à esquerda, entram na sala alguns escravos gritando e carregando sôbre uma bandeja enorme um bezerro cozido, seguidos por Ajax, que, com a espada nua e imitando os gestos de um individuo furioso corta o bezerro em todos os sentidos, e com a ponta da espada distribue êstes pedaços aos convidados, estupefatos.

Não passara ainda a estupefação, quando, de repente, o fôrro da sala começou a estalar, de modo que os triclinios e toda a sala tremeram. Todos levantam os olhos temendo um desastre; mas eis que as tábuas do fôrro se entream, e, através da abertura, desce um amplo cesto com coiros que os escravos colocam sôbre as cabeças dos comensais, juntamente com perfumes delicadíssimos. Entretanto, destacando os olhos do fôrro e voltando-se para a mesa acham-na coberta de pratos e bandejas cheias de bolos e, no meio um Priapo de massa, que ocupava o centro da mesa, e, que segundo o costume, trazia uma grande cesta, cheia de uvas e de frutas de toda espécie. Já os convidados ávidos estendiam as mãos para experimentar essa gostosa sobremesa, quando os espera uma nova surpresa. A cada tentativa para tocar os bolos e as frutas que estavam na mesa, estas esguinchavam um líquido saboroso, mas incômodo, que ensopava a cara dos comensais. Isto, porém, não impediu que, passada a maravilha, todos fizessem uma completa devastação nas frutas e nos magnificos doces que cobriam a mesa.

Continuam a passar perante os olhos as gulodices de toda espécie e os vinhos mais finos do mundo antigo, começando assim aquela orgia geral em que acabavam geralmente as ceias dos Romanos, protraindo-se até o canto do galo, e até mais tarde, entre cantos, recitações de versos, brincadeiras de toda espécie, e no nosso caso, as asneiras do anfitrião, que nunca deixa de exaltar as suas riquezas, as suas vilas e tudo quanto lhe pertence, compreendido o seu passado, na esperança de fazer esquecer que êle na verdade era um simples liberto enriquecido.

Para completar as suas ostentações, Trimalcião, a certo ponto, acha conveniente resumir, para melhor impressionar os comensais, com falsa modéstia e fingindo esquecer muitas coisas, o que fôra o banquete, no modo seguinte: “Afinal, o que é que nos serviram? Vou vos dizê-lo, si me for possível, pois tenho memória tão fraca, que às vezes, esqueço o meu próprio nome. Nós tivemos, no comêço, um porco coroadado de chouriços e circundado por linguças, moelas muito bem preparadas, abóboras, e pão de trigo integral, que eu prefiro ao pão branco, porquê é fortificante, laxativo e me faz aquele efeito que os senhores sabem, sem dôr alguma. O segundo serviço era composto de uma torta fria, molhada com mel quente de Espanha deliciosissimo; pelo que não experimentei a torta, mas quanto ao mel eu o lambi até os dedos. Em redor, estavam grãos de bico, tremoços, nozes em abundância e uma maçã para cada um, excetuado eu, que tirei duas. Minha mulher faz-me lembrar um petisco que eu estava esquecendo. Foi-nos servido um pedaço de urso, e Scintila, tendo-o experimentado, sem saber o que era, rejeitou quasi as entranhas. Quanto a mim comi dele quasi uma libra, porquê tinha um gostinho delicioso de javali e porquê pensava que, si os ursos comem os homens, é mais do que justo que os homens comam os ursos. Finalmente, nós tivemos um queijo mole, vinho cozido, alguns caracóis, tripas miudinhas, fígados pimentados, ovos coroados de molho, rabões, mostarda, um pequeno prato de frutas de mar e conchas de toda espécie, um par de atuns novinhos; circulou também uma pequena barquinha cheia de azeitonas brancas e pretas, que os convidados disputaram grosseiramente a golpes de unha: quanto ao presunto, nós o devolvemos sem o experimentar”.

Cardápio tentador nesta hora que precede ao jantar e provoca mais ativos os estímulos do estômago, sem necessidade de aperitivo.

Que todos portanto os meus ouvintes, especialmente às gentis senhoras, voltando para as suas casas encontrem uma mesa tão bem guarnecida, é o que desejo; menos, é claro, as grosserias e as vulgaridades de Trimalcião. Porquê neste caso seria preferível a mais modesta das mesas, ou como dizia Horácio:

Inde domum me

Ad porri et ciceris refero laganique catinum

(volto a minha casa para comer um prato de alho porro, grãos de bico e fogaça).

VII - O Exército e as guerras de Augusto

No curso destas palestras já tive ocasião de dizer que Augusto não foi o que propriamente se chama um guerreiro, como o fôra César. Fez guerras quando foi preciso, quasi diria, quando não era possível evitá-las, quando os seus interesses pessoais, ou os interesses da República o exigiam. Nunca, porém, fôï procurá-las. As suas foram guerras de defesa, não de conquista, mesmo quando tais pareciam, a exemplo das guerras contra os povos Germânicos, como veremos.

Já vimos que, diante da repulsa de Antônio em lhe entregar o que lhe pertencia, na sua qualidade de herdeiro de César, Otaviano formou um exército a sua custa, mas não se sentindo com ânimo de enfrentar sozinho o seu adversário, tratou de se aproximar dos conjurados que lhe haviam morto o pai, os quais só pelo apôio dele se reanimaram, considerando-o chefe, e preparando assim a chamada guerra mutinense, a primeira combatida por Augusto. Nesta, porém, o verdadeiro comandante não foi êle, mas Hircio, amigo e discípulo de César, com quem combatera nas Gálias e nas guerras civis, e autor do VIII Comentário sôbre as guerras gálicas, que por muito tempo foi tido de autoria de César. E quando, na batalha de 21 de abril, nas proximidades de Modena (Mutina), o general Hircio caiu combatendo heroicamente e Otaviano viu-se obrigado, contra sua vontade, a assumir o comando do exército e combater como um soldado, tomou-se de tal impressão que fácil se tornou a tarefa de M. Emilio Lépido, isto é, a de conciliar Otaviano com Antônio. Entretanto, nessa batalha o futuro *imperator*, com um pouco de audácia e de espírito guerreiro,

teria podido cortar a retirada de Antônio e acabar de uma vez a luta, que devia ainda, durante doze anos, ensanguentar os campos de batalha e causar tantos danos à Roma e à República. Consequência desta conciliação foi o segundo triunvirato *Reipublicae constituendae*, que devia dar um golpe terrível na república, entregando-a a uma ditadura tríplice, composta de Otaviano, Antônio e Lépido, e que fez tão numerosas vítimas em Roma. Uma das mais ilustres, foi Cícero, abandonado à vingança de Antônio, que lhe fez pagar com a vida as quatorze orações contra êle pronunciadas no Senado, e que, à imitação das que Demóstenes pronunciara contra Felipe, se chamaram Felípicas.

A defecção de Augusto enfraquecera os conjurados, mas os não abatera; porquê a-pesar-de expulsos de Roma e proscritos, dispunham ainda de um forte exército que Bruto reunira e organizara na Macedônia, ao qual se haviam reunido as fôrças supérstites, que tinham conseguido sair de Módena, além das que trouxera Cássio e que estavam reunidas na Ásia Menor. Começava assim uma nova guerra, na qual Otaviano, preposto às fôrças marítimas, era obrigado a abandonar a Sicília diante das fôrças de Sexto Pompeu, filho do grande adversário de César, que reclamava a herança que lhe deixara o pai.

Através de uma série de escaramuças, chegou-se à batalha, ou melhor, às batalhas de Filipi, porquê, na realidade, foram duas batalhas distintas. Os exércitos dos dois partidos acamparam perto de Dirrachium, a moderna Durazzo, na Albânia. O exército dos conjurados era dividido em dois corpos, fortemente colocados e separados por uma planície alagadiça. Também o exército dos cesarianos era dividido em dois corpos; um ao norte, comandado por Otaviano, outro, ao sul, comandado por Antônio. Assim ficaram longamente inertes nos pesados e tristes dias outonais do ano 42 a. C.; procurando os conjurados evitar a batalha, na esperança que os inimigos, fartos de meios e do apóio de uma frota, se consumissem na inércia e na ignávia dos acampamentos. O III épedo de Horácio, que tomou parte nesta guerra ao lado dos conjurados, adido aos acampamentos de Cássio, épedo escrito mais tarde, mas pensando com certeza naquela ocasião, descrevê a desídia de que eram tomados os soldados. "*Horrida tempestas*", começa o épedo: uma horrível tempestade encobriu o céu; o firmamento dissolve-se sôbre nós em chuva e em neve; já sôbre o mar já sôbre os bosques muge o vento da Trácia. Aproveitemos,

oh amigos, a ocasião destes dias, e enquanto as forças nos sustentam e nos é permitido, apaguemos da nossa frente as precoces rugas senis. Venha uma ânfora de vinho fechada no ano em que nasci, e não coisa alguma mais te preocupe: um Deus, talvez, recomporá as cousas e reporá tudo em ordem.

Mas si os conjurados tinham todo interesse em procrastinar o combate, bem diversas se apresentavam as coisas no campo dos triúnviros. Diante do perigo lhes via faltar tudo, procuravam, por todos os modos, apressar o combate, provocando continuamente o inimigo, até que este, sob a ameaça de ser atacado pelas costas, aceitou a luta, pensando empenhar-se somente numa das comuns escaramuças, quando ela, ao contrário, se generalizou em verdadeira batalha. As tropas comandadas por Bruto caíram sobre as de Otaviano e desbarataram-nas de tal forma, que o próprio comandante foi obrigado a se esconder num paul para salvar a vida; enquanto as de Cássio foram desbaratadas pelo exército de Antônio, que entrou no acampamento dos conjurados saqueando-o e destruindo-o. Cássio suicidou-se, ao que parece, para não cair nas mãos dos inimigos.

Os dois exércitos, colocados na estranha situação de serem ambos metade vencidos e metade vencedores, quando chegou a noite, recolheram-se aos seus acampamentos, dispostos a recommençar a batalha, apenas se apresentasse a ocasião favorável. Isso não demorou muito, porque num dia do mês seguinte, decidiram-se definitivamente as sortes dos conjurados: o exército de Bruto foi desfeito de modo irreparável, e este, retirando-se para um vale próximo, —, como conta Plutarco — auxiliado pelo retórico Strabão, que lhe fôra mestre de eloquência, deu-se serenamente a morte, sem um gemido, sem um sinal de fraqueza, como convinha a um verdadeiro patricio romano.

Entre as condições estabelecidas depois da batalha de Filipi, havia uma que se referia à recompensa devida aos veteranos combatentes sob as ordens dos triúnviros, dos quais uma boa parte ainda eram credores, desde os tempos de César, das gratificações que lhes haviam sido prometidas. Tendo Antônio escolhido o Oriente e tendo ficado a Itália com Otaviano, este viu-se em grande dificuldade para cumprir as promessas feitas aos veteranos. Na Itália, não havia mais *ager publicus* para distribuir; os cofres públicos estavam vazios, e a venda dos bens confiscados aos proscritos não dava suficientemente para pagar o que se devia

aos antigos legionários cesarianos. Foi necessário, portanto, recorrer às propriedades particulares, desapropriando os possuidores, com a promessa de pagamento cōngruo das terras desapropriadas.

Contra estas providências levantaram-se grandes protestos por parte dos antigos proprietários, apoiados nisso por Lúcio Antônio, irmão do colega de Otaviano no triunvirato, e por Fúlvia, mulher do próprio triúmviro, os quais, durante a ausência de Otaviano, e aproveitando-se da fraqueza de Lépido, tinham usurpado em Roma o poder e gozavam-no em forma quasi absoluta. Para melhor conseguir o seu escopo e crear indisposições e ódios contra Augusto, Lúcio e Fúlvia instigavam os proprietários desapossados, dizendo que isso era feito unicamente por Otaviano, contra o desejo de Antônio, o verdadeiro triunfador de Filipi, pois só a êste cabia decidir da recompensa que se devia dar aos veteranos. Por êste motivo, o descontentamento cresceu em modo tal, que Augusto se achou na necessidade de tornar mais brandas possíveis as disposições tomadas, renunciando a muitas dessas desapropriações, e devolvendo as terras a alguns que já tinham sido desapropriados. Entre êstes, estava Virgílio, pequeno proprietário do Mantuano, que, porisso se julgou no dever de agradecer a Otaviano com a écloga primeira, em que Otaviano já é chamado de deus, e como tal invocado:

O Meliboee, Deus nobis haec otia fecit.
Namque erit ille mihi semper Deus; illius aram
Saepe tener nostris ad ovilibus imbuet agnus

(oh Melibeu, foi um Deus que nos deu êste descanso; pois êle sempre será para mim um Deus, e um cordeiro tenro do nosso rebanho imbuirá com o seu sangue o altar dele). O descanso de que pode gozar Melibeu (Virgílio) é devido a Otaviano, e representa a maior delicia a que podia aspirar o proprietário que não verá as suas terras em poder de um soldado ordinário.

Impius haec tam culta novalia mīles habebit?
Barbarus has segetes?

(Um soldado brutal terá êstes alqueives? Um bárbaro estas messes?) e acaba com uma descrição da paz agreste, de tão delicada doçura, que faz lembrar o *Angelus* de Millet.

*Et iam summa procul villarum culmina fumant,
Majores que cadunt altis de montibus umbrae.*

versos que eu não me atrevo a traduzir, preferindo reproduzir a tradução que deles fez Odorico Mendes:

E ao longe dos casais fumando os cumes,
Dos montes caem já maiores sombras.

Estas concessões, porém, não podiam satisfazer os interessados proprietários, nem deixavam de indispor os veteranos, que viam em parte menosprezado o que julgavam o seu direito, situação embaraçosa agravada por Lúcio e Fúlvia, os quais abandonando toda reserva, collocaram-se abertamente contra Otaviano, attribuindo-lhe desejos e designios ditatoriais, enquanto êles se proclamavam defensores da República.

Somente depois de verificar que não havia meio de chegar a um acôrdo pacífico, depois que Lúcio se recusara a comparecer perante uma espécie de tribunal de árbitros, constituído por velhos veteranos. Otaviano resolveu-se a combater os dois adversários, que já pregavam abertamente a revolução. Enquanto êle tentava uma empresa contra algumas cidades meridionais, com resultados pouco satisfatórios, mandou sitiar Perúgia, onde se haviam recolhido Lúcio e Fúlvia com as legiões de que dispunham, pelo general Vipsânio Agripa. Era êste um fiel amigo de Otaviano, que êste trouxera consigo de Apolônia, quando daí voltara, depois da morte de César, e do qual, até aquele momento, ninguem falara. Devia, entretanto, em breve, occupar lugar de grande destaque nas empresas de Augusto, revelando-se general de qualidades e dotes militares superiores, e braço direito de Augusto nas coisas militares.

A chamada guerra de Perúgia, mais que uma guerra, foi uma paródia das precedentes guerras civis; porquê não houve combates verdadeiros. Os revolucionários fecharam-se na cidade, onde foram cercados pelas forças de Agripa, e depois de alguns meses, no começo de março do ano 41, os sitiados entregaram-se, sem maior resistência. Otaviano, não querendo irritar Antônio, tratou muito bem os vencidos, deixando Lúcio em liberdade e convidando os milites que o acompanhavam, a se passarem sob suas bandeiras. Mas, exasperado pelo perigo corrido e para satisfazer a cólera dos veteranos irritados por esta guerra, e ainda mais para

aterrorizar a Itália e induzi-la a aceitar as suas determinações, mandou matar os decuriões de Perúgia e uma parte dos senadores e cavalheiros caídos prisioneiros. Algumas famílias ilustres acabaram-se nesta ocasião, e a cidade, que devia ser entregue ao saque, incendiou-se, ao que parece, incidentalmente.

Enquanto isto acontecia, Virgílio, entre os anos 41 e 40, escrevia aquela égloga IV, que é um hino à paz e ao renascimento dos costumes, auspiciando um mundo de fraternidade entre os homens.

Magnus ab integro saeculorum nascitur ordo.
Iam redit et Virgo, redeunt Saturnia regna;
Iam nova progenies coelo demittitur alto

(Grande ordem já de séculos decorre: — Tornam Saturnios tempos, torna a Virgem (a Justiça) — Do céu nova progênie enfim descende) como traduz Odorico Mendes. Julgar-se-ia isso ironia, si não fosse bem conhecida a singeleza e a probidade do poeta mantuano.

A luta entre o irmão e a mulher de Antônio, de um lado, e Otaviano, do outro, não tinha dissolvido, mas tinha, por certo, enfraquecido de muito as relações entre os dois colegas, entre os quais, já desde os primeiros tempos depois da morte de César, não existia boa camaradagem. Para aumentar a influência de Augusto, em prejuízo de Antônio, perante os Romanos, deram-se dois fatos: o insucesso da campanha dêste contra os Partos, e o successo de Augusto contra Sexto Pompeu. De fato, enquanto o exército comandado por Antônio, depois de graves perdas, era obrigado a se retirar, chegando em lugar seguro sòmente depois de ter deixado no caminho numerosas tropas, Augusto conseguia relevantes resultados contra Sexto, que continuava a molestar a tranquilidade de Roma e do Império. O Tratado de Miseno, concluído no ano 39 entre os triúnviros e Sexto, tinha danificado bastante a fama de Augusto, pelo que êste esperava o momento oportuno para se refazer do abalo sofrido.

O início desta campanha cifrara-se numa série de desastres para Otaviano. A expedição tentada no ano 38, contra a Sicília, acabou na forma mais deplorável, sobretudo pela incapacidade e pela falta de coragem bélica de Augusto que se encontrou sem frota, e que teria caído nas mãos do inimigo, si não fosse o valor dos seus generais.

Mas si Augusto não era um guerreiro, era, porém, homem de uma exemplar firmeza de propósitos. A derrota não o desanimou e, voltando a Roma, dedicou-se completamente ao preparo de uma nova expedição, convencendo Lépido a nela tomar parte. No ano 36, de fato, com uma frota numerosíssima, e com o concurso de Lépido, que vinha da África com as suas legiões, assentou atacar a Sicília por três lados. Desta vez, também, o começo da luta foi outra série de desastres, devido sobretudo a incerteza do próprio Augusto, que esteve a pique de ser aprisionado. O número, porém, sobrepujou o valor. Tendo Augusto conseguido desembarcar numerosíssimas tropas na ilha, e vendo-se Sexto na impossibilidade de opor-lhes resistência, tentou, como última esperança, uma batalha marítima. Aqui também, contudo, o número extraordinariamente superior dos navios de Augusto, infligiu-lhe uma derrota, que não lhe deixava mais esperança para continuar a luta; pelo que embarcou no único navio que lhe restava, juntamente com a filha e os seus tesouros, e abandonou definitivamente o campo.

Esta vitória exalçou imensamente o poder de Augusto entre os Romanos, ainda mais pela comparação com os insucessos de Antônio nas suas campanhas párticas. A completar o êxito de Augusto, concorreu Lépido que, desgostoso pelo tratamento que lhe dispensavam os colegas de triunvirato, e cioso da glória de Otaviano muito mais novo do que ele, quis reconquistar, no triunvirato, a posição que ocupava dantes e começou a promover sedições, que o descreditaram até perante as suas legiões, que o abandonaram, passando ao lado de Augusto. Dêste modo, êste na idade de vinte e seis anos se achou, de repente, chefe de quarenta e três legiões, de seiscentos navios e de um império que compreendia grande parte da África setentrional, da Espanha, da Ilíria, da Gália e da Itália, com autoridade quasi absoluta, numa república impotente e incapaz de qualquer resistência.

Estavam, no entanto, amadurecendo mais graves acontecimentos. Otaviano, voltando a Roma vitorioso, em vez de se entregar a vinganças e a crueldades, como fizera antes, e como todos esperavam, revelou-se um homem completamente novo; dedicando-se às reformas políticas e morais, sobretudo a renovar os costumes, purificando-os da corrupção em que tinham caído. Espêlho dêsse novo rumo que Augusto Otaviano deu ao regime público, foi a literatura. Foi neste tempo que Virgílio publicou as Geórgicas,

nas quais, especialmente no livro segundo, exalta a simplicidade e a pureza da vida campestre, e Horácio publicou o primeiro livro das sátiras, verdadeira lição de moral pública e particular.

Ao passo que Otaviano ia conquistando simpatias em Roma, Antônio, com a sua política orientalista e as suas estranhas concessões aos caprichos de Cleópatra, ia cada dia perdendo terreno no coração dos seus patrícios, que viam de mau ôlho os propósitos de crear uma monarquia egípcia sob o seu poder. A sua conduta dúbia em relação a Otaviano, quando, ao terminar o período triunviral, propôs êste demitir-se, em condições que o teriam deixado em posição de absoluta inferioridade, convenceu Augusto da necessidade de romper com o antigo colega. Começaram assim os primeiros conflitos, que deviam conduzir à luta aberta entre os dois triúmviros e acabar com a batalha de Ácio, na qual a vitória da parte otaviana mostrou, ainda uma vez, a pouca capacidade guerreira de Augusto, mas a grande habilidade política que o assistiu sempre em todas as suas empresas.

Como já tive ocasião de dizer, a batalha foi vencida não pelo valor de Augusto, mas sim, pelas intrigas de Cleópatra, que queria afastar Antônio dos interesses de Roma o que não teria conseguido, si êle tivesse saído vitorioso, e pela traição de uma parte dos soldados de Antônio, antes de começar a batalha, fato lembrado por Horácio, no épodo IX, quando, deplorando que Romanos pudessem submeter-se aos caprichos de uma mulher egípcia, diz que, irritados por essa vergonha,

Ad hoc fremenſes verterunt bis mille equos
Galli, canentes Caesarem

(frementes por tanta vergonha, dois mil Gauleses voltaram aos seus cavalos, aclamando altamente César). Por todos êstes motivos pode-se dizer que Augusto ganhou a batalha de Ácio sem vencê-la; isto é, sem combater, ficando assim, sem grande esforço, único dominador de Roma e do império.

Mas si a habilidade de Otaviano não se manifestou durante a batalha, teve ocasião de se evidenciar imediatamente depois, em condições não menos graves, nem menos difíceis do que fôra o combate. Os veteranos na Itália rumorejavam, ameaçando revoltas, porquê ainda não haviam

sido satisfeitos nas suas pretensões. Avisado deste fato, Augusto compreendeu, de relance, o perigo que o ameaçava, não tanto em si, quanto pelos efeitos que podia produzir, si a notícia chegasse a conhecimento de Antônio e dos seus amigos. Sem perda de tempo Otaviano voa para Roma, promete dinheiro e terras aos veteranos, começa por espremer a si mesmo e aos seus amigos, arrecada quanto lhe é possível e, assegurando que o restante seria pago, em breve, com os tesouros que tiraria da Alexandria e das riquezas de Cleópatra, acalma os espiritos, ajusta momentaneamente as coisas e volta precipitadamente para a Ásia, resolvido a acabar com a questão oriental.

Todos conhecem o desfêcho desta luta e o fim de Antônio e de Cleópatra. Augusto pôde, assim, apossar-se do tesouro dos Lágidas, com o qual, voltando a Roma, pôde não somente satisfazer os veteranos, mas fazer ricos donativos populares. O povo respondeu com festejos e alegrias, como nunca se viram, glorificando e exaltando o vencedor com honras quasi divinas, pela paz que finalmente, depois de tantas guerras civis, pôda estender as suas azas sôbre o mundo. Foi então que Horácio, já completamente preso de admiração por Augusto, pôde cantar

Nunc est bibendum, nunc pede libero
Pulsanda tellus

(chegou oh amigos, a hora de bebêr e de dansar livremente).
E fazendo-se eco das vozes que se propalavam, acrescenta:

Antehac nefas depromere Caecubum
Cellis avitis, dum Capitolio
Regina dementes ruinas,
Fumus et imperio parabat
Contaminato cum grege turpium
Morbo virorum,

(Anteriormente não era lícito tirar o Cecubo das adegas avitas, enquanto uma rainha demente preparava ruínas e mortes para o Capitólio e para o império, com um exército de homens contaminados por doenças torpes e vergonhosas.)

A paz, que parecia dever ser eterna, não demorou muito em ser interrompida, não somente para desiludir os Romanos, já pouco amantes das lutas, mas para mostrar, ainda uma vez, a inaptidão de Augusto no que dizia respeito à guer-

ra. Os Cantabros e os Asturianos, bem sabendo que, uma vez vencidos, seriam escravizados e encurralados nas montanhas a escavar ouro para os dominadores, opuseram viva resistência à invasão romana, mantendo-se independentes até a época de Augusto. No propósito de submeter também esta região, tão rica em metais, e na esperança de desfazer a fama desfavorável de que era circundado como militar, Augusto resolveu levar a guerra a estes povos, tomando êle próprio a direção do exército invasor, fazendo para isso grandes preparativos.

Entre as muitas reformas introduzidas ou tentadas por Augusto, não faltaram as relativas ao exército que, em virtude das longas guerras civis e da consequente indisciplina, estava em plena decadência. Si há forma de organização em que seja indispensável a hierarquia, é certamente o exército, baseado como é na disciplina. Mas esta desaparecera quasi por completo do exército romano, devido aos falsos democráticos, aos demagogos que, para adquirir popularidade, e servir-se do exército para fins pessoais, deixaram cair a disciplina em grande desleixo, até abolir toda distinção hierárquica, chamando a todos de companheiros. Augusto restabeleceu a ordem hierárquica, e repôs em uso o nome de soldados. Ao mesmo tempo expulsou do exército os numerosos libertos e até escravos que nele se haviam introduzido durante as guerras civis, na esperança de fazer reviver a antiga dignidade das legiões romanas, com o antigo sistema de castigos severos e de recompensas. *In re militari et commutavit multa et instituit atque etiam ad antiquum morem nonnulla renovavit, disciplinam severissime rexit.* (nas coisas militares fez muitas modificações e muitas inovações, fazendo reviver não poucas das antigas instituições, restabelecendo uma disciplina severíssima) diz Suetônio, enumerando em seguida as reformas introduzidas por Augusto.

Mas si era bom reformador também nos assuntos militares, não era bom militar, quando se tratava de passar da teoria à prática e dirigir um exército em tempo de guerra; já o sabemos. Os valentes Cantabros e Asturianos opuseram ao exército comandado por Augusto uma resistência tal que êste se encontrou em grandes apuros. Felizmente uma doença providencial veio tirá-lo das dificuldades. Para se tratar, retirou-se para Tarragona, deixando o comando do exército a dois legados. Restabelecido, voltou a Roma,

onde mandou levantar um templo votivo a Júpiter Tonante, por havê-lo salvo de um raio durante uma marcha.

Tornado prudente por êstes insucessos, quando, no ano 16, se tratou de submeter os povos dos vales alpinos, que se achavam em plena revolta, limitou-se a fazer a guerra de longe, por meio de Legados, que foram os dois filhos de Lívia por êle adotados, Tibério e Druso, ambos muito queridos em Roma, especialmente o segundo, muito novos ainda, um de 26, outro de 22 anos, mas muito valorosos, que conduziram a campanha com rara virtude, submeteram todas as populações alpinas, até o Danúbio, despertando na cidade eterna um entusiasmo desde muito desconhecido. Dêste entusiasmo, fez-se expoente Horácio, a convite do próprio Augusto, em duas belíssimas odes, especialmente a primeira, em louvor de Druso, que compara com uma aguia que cai em cima dos Vindelícios: *Quatem ministrum fulminis alitem*. Os poetas, naquele tempo, conservavam ainda algo do vate antigo, e sua arte era considerada indispensável para crear a grandeza da pátria e o culto dos heróis.

Abyssus abyssum invocat, um abismo chama outro abismo, uma guerra provoca outra guerra, uma conquista, para sustentar-se, precisa de outra conquista. A conquista da Gália, feita por César, que induzira Tito Lívio a perguntar si ela fôra mais vantajosa do que danosa para Roma, e Sêneca a duvidar si não teria sido preferível que César nunca tivesse nascido, deixara atrás de si gravíssimas consequências e problemas que pediam solução. Depois da prova das riquezas que Roma podia tirar da Gália, ninguém mais pensava na possibilidade de abandoná-la. Mas o fato de conservá-la não apresentava menores dificuldades, não somente porquê os Gauleses difficilmente se resignavam a obedecer e a serem explorados pelos governadores romanos, como acontecia com os povos orientais, acostumados, desde tempos imemoráveis, a obedecer e a pagar; mas porquê os Germanos, repellidos por César além do Reno, continuavam a rumorejar nos limites do império, faziam frequentes incursões nos territórios dominados pelos Romanos, e nem sempre se resolviam a se retirar sem combater, como aconteceu no ano 16, quando, a chamado do governador Lólio, incapaz de repelir os Germanos, que haviam transposto o Reno, bastou a presença de Augusto e o seu nome de filho de César, para induzir os invasores a voltar às suas sedes.

A conquista da Germânia, logo, apresentava-se como condição impreterível para a defeza e manutenção da Gá-

lia; e Augusto, apesar da sua adversão à guerra, que manifestara desde o primeiro dia depois da batalha de Ácio, e a sua aspiração pela paz, acabou por se convencer dessa necessidade e decidir-se a tentar a empresa.

A estas, porém, outras dificuldades juntaram-se para procrastinar-lhe o intento: uma revolta na Panônia, primeiro, facilmente sufocada, e a morte de Agripa, que era o homem sobre o qual especialmente contava Augusto para a execução do seu plano. Mais que tudo, porém, precisava resolver a questão militar que, depois de algum tempo de calma, renascera mais violenta do que nunca. Cada ano, tornava-se mais difícil o recrutamento, na Itália, de tropas novas, porquê, devido ao aumento da riqueza, os indivíduos hábeis encontravam na pátria os meios de viver muito mais facilmente do que ir militar em terras longínquas e inhóspitas; a despesa anual, com a aposentadoria dos veteranos, tornava-se pesada e fazia inexequível a promessa feita por lei, no ano 14, mandando reformar os militares depois de 16 anos de serviço; era necessário aumentar continuamente o número das tropas auxiliares, o que equivalia a diminuir a força do exército, enchendo-o de gente heterogênea; e havia por fim as exigências sempre crescentes dos soldados, que se queixavam de não poder viver com o soldo de dez asses por dia, pois, com essa quantia, tinham de prover ao vestuário, às armas e ao restante de que precisavam, pedindo, por isso, um aumento de soldo. Tornou-se, portanto, indispensável uma nova lei militar, pela qual o serviço duraria 16 anos para os legionários e 12 para a guarda imperial. Findo esse tempo, todos seriam compensados não com terras, como se costumava anteriormente, mas com uma quantia em dinheiro, cujo total não conhecemos exatamente, mas que devia ser bastante elevado.

Estas dificuldades e a morte de Agripa pareceram no momento induzir Augusto a abandonar a idéia da expedição germânica. Na segunda metade do ano 12, porém, o imperador retomou o seu projeto, valendo-se do plano estabelecido por Agripa. Enviado Tibério a submeter a Panônia, novamente em armas contra os Romanos, o irmão d'este, Druso, foi encarregado da empresa germânica. Este na segunda metade do ano 12 fez um primeiro reconhecimento nos países a noroeste da Germânia, penetrando naquele que modernamente se chama Zuider-Zee, e ocupando o país dos Frisões, ou Holandeses. No ano seguinte, 11 a. C., Druso entrou nas terras dos Germanos, segundo o plano de Agripa

e as ordens de Augusto, embrenhando-se até o rio Weser e o Elba; mas, aproveitando-se das discórdias dos Germanos, em guerra entre eles, com um golpe audacioso, e abandonando o plano e a prudência que Augusto lhe recomendara, adiantou-se muito a dentro do país, e obrigou quasi toda a região a se submeter ao poder romano. A falta de viveres e a esterilidade do país coagiram-no, contudo, a retroceder, para retomar o plano preestabelecido. Na retirada foi surpreendido por uma cilada e correu o risco de se perder juntamente com todo o exército. Escapando a êsse golpe, conseguiu chegar ao rio Lipe, onde, segundo o plano que lhe fôra traçado, construiu um castelo a que deu o nome de Aliso, voltando em seguida à Gália, onde construiu outro castelo sôbre o Reno.

O ano 10, terceiro da guerra, passou quasi sem combates, e Druso pôde regressar a Roma, onde disputou o cargo de cônsul, que obteve facilmente; voltando porém à Germânia antes do fim do ano. O ano 9, foi decisivo para a guerra sob o comando de Druso. Os Germanos, profundamente impressionados pelas emprêsas precedentes, submeteram-se, ou fingiram submeter-se, sem combater, de modo que Druso, com as suas legiões, pôde correr livremente a Germânia em todos os sentidos. Na volta, porém, caiu do cavalo, quebrou uma perna e sofreu de modo tal que poucos dias depois vinha a falecer, interrompendo-se, assim, a emprêsa da Germânia, que só aparentemente ficara sujeita a Roma pois, na realidade, rebentavam revoltas em toda parte.

Começa, neste ponto, um colapso da vida do império, que se prolongou até o ano 4 da nossa era. Mortos Agripa e Druso, não sobreviviam, em redor de Augusto, sinão Tibério capaz de ajudá-lo a sustentar a carga do governo, já demasiadamente pesada pela sua idade e pelas fadigas a que estivera sujeito durante tantos anos. Mas Tibério, pelo seu caráter severo e aliiço, próprio da *gens claudia*, era malquisto pela nova geração, leviana e amante dos divertimentos, nela compreendida a própria Júlia, filha de Augusto, a qual depois da morte de Agripa, seu primeiro marido, fôra pelo imperador coagida a casar com Tibério. Tantas foram as intrigas que teceram em redor dêste que êle, cansado dessa vida tão contrária ao seu temperamento altivo e desdenhoso, abandonou todos os cargos, a vida pública e a côrte, retirando-se para a ilha de Rodés. Sômente depois que os acontecimentos tornaram indispensável a revocação de Tibério,

e que Augusto o adotou, fazendo-o seu companheiro no Império, foi possível retomar a campanha contra os Germanos.

Mal voltou ao poder, Tibério fez uma visita à Germânia, para se certificar das verdadeiras condições do país. De regresso à Roma, iniciou aquela reforma do exército, que julgava poder-lhe dar ainda a antiga eficiência, reforçando-o com duas legiões novas e reformando a velha lei de Augusto. O serviço foi prolongado, para os legionários, de 16 anos a vinte, e para os pretorianos, de 12 a 14. No fim do serviço cada soldado recebia uma quantia de 12.000 sestércios, si legionário, e de 20.000, si pretoriano. Ao mesmo tempo para que o Estado não se encontrasse mais em condições de não poder manter o que prometera, fundou uma caixa especial distinta das outras, para as pensões militares, alimentada por rendas próprias. Esta lei foi aprovada no comêço do ano 5.

Promulgada a lei e reforçado o exército, Tibério voltou à Germânia para reiniciar a grande expedição de Druso, de acôrdo com o plano de Agripa. A frota desceu pelo Reno até o Mar do Norte e, acompanhando as costas da Jutlândia entrou no Mar Báltico e daí pelo rio Elba remontou o curso dêste. Ao mesmo tempo, o exército terrestre atravessou o país, do Reno ao Elba, numa extensão de 400 milhas, recebendo as homenagens dos povos que encontrava, ou combatendo-os e submetendo-os, quando opunham resistência. Frota e exército encontraram-se no coração da Germânia. Numerosos povos reuniram-se em ar ameaçador na margem direita do rio, e aí ficaram alguns dias, até que, impressionados pela demonstração de fôrça feita pelos Romanos, retiraram-se, depois de ter feito ato de submissão.

Tibério voltava assim para Roma vitorioso, disposto a procurar o dinheiro necessário para a aplicação da lei militar. Pouco depois da sua chegada, os dois chefes Augusto e Tibério forneceram, do próprio tesouro particular, 170 milhões de sestércios e conseguiram fazer aprovar pelo senado uma lei que impunha sôbre as heranças dos cidadãos romanos um imposto de 5 por cento, excluindo as pequenas heranças e os legados deixados aos pobres.

O descontentamento entre as classes ricas foi grande, especialmente contra Tibério, que se sabia ser o verdadeiro autor da lei. Êste, porém, como de costume, pouco se importou com o que se dizia a seu respeito, e, no comêço do ano 6, voltou para Germânia afim de cumprir a última parte do seu programa.

Poucos anos antes, os Marccmanos, fugindo diante da invasão de Druso, haviam passado para a região modernamente conhecida pelo nome de Boêmia, e aí, guiados pelo seu rei Marbod, fundaram um reino que ainda não reconhecera o domínio de Roma. Tibério pretendia submetê-lo ou reduzi-lo a protetorado Romano, ameaçando invadir o país por dois lados; pelo ocidente, através do país dos Catos, e pelo sul, através da Panônia. Mas a expedição estava apenas iniciada, quando Panones e Dálmatas levantaram-se novamente e mataram as guarnições dos pequenos presidios, juntamente com os estrangeiros que, por motivos comerciais, aí se haviam estabelecido.

A insurreição era séria, porquê dava-se às portas do Império, e porquê desligava o exército da sua base natural, que era a Itália. Tibério, porém, não era homem para se deixar impressionar. Concluiu um acôrdo com Marbod, e voltou para a Panônia, não com a intenção de sufocar a revolta de um só golpe, mas como o exigiam as condições do seu exército, formado em boa parte de gente nova, e com o inimigo disposto mais às guerrilhas que a um combate campal, disposto a opor guerrilha a guerrilha, acossando o inimigo, cortando-lhe os viveres e impedindo as novas sementeiras. Dêste modo, mas com grandes sacrificios, pois Roma fôra obrigada a recrutar veteranos, libertos, estrangeiros e até escravos subtraídos aos seus donos, a Panônia e a Dalmácia estavam pacificadas ali pelo meiado do ano 9.

Em Roma estavam-se preparando grandes festas para celebrar o triunfo de Tibério, quando a cidade foi repentinamente aterrorizada por uma notícia que espalhou a desolação e o espanto em todos os espíritos.

A Germânia levantara-se e surpreendera as tropas romanas, depois de havê-las insidiosamente atraído à desconhecida floresta de Teutoburgo. As três legiões foram dizimadas, e seu comandante, Quintílio Varo, para não cair nas mãos do inimigo, suicidou-se. Autor da traição fôra Arminio, amigo de Varo, com o qual jantara no dia anterior à horrível matança, homem crescido e educado em Roma e cidadão romano. A flor do exército romano, as legiões formadas dos melhores veteranos, tinham desaparecido!

Tamanho desastre abateu o espirito de Augusto, já velho e enfraquecido. Com a derrota de Teutoburgo, Augusto fechava a sua vida militar, começada com o compromisso de Módena. Bem triste carreira!

Mas si Augusto não foi um grande guerreiro, foi um grande político; qualidades que difficilmente se coadunam. Alexandre, Napoleão foram grandes guerreiros, mas péssimos políticos. Augusto foi grande político e péssimo guerreiro. Qual desses dois dotes é preferível? Um e outro pode ser bom ou mau; como, aliás, acontece a todos os dotes humanos. O juizo final depende do uso que deles o homem sabe fazer.

VIII - A Política de Augusto

Eis-nos diante do ponto mais difícil de nossa tarefa: interpretar a política de Augusto.

Houve entre os historiadores quem considerasse a Otaviano um verdadeiro mito, o Hamleto da história, em fato de política, tamanha é a dificuldade que apresenta, às vezes, a interpretação dos seus atos, aparentemente contraditórios entre si. Há nisso evidente exagêro. A política de Augusto apresenta algumas vezes, é verdade, dificuldades a quem deseja penetrar-lhe o espirito íntimo; isso, porém, não é privilégio de Augusto, mas sim de todos os homens públicos, especialmente quando tais homens viveram em períodos de grandes agitações e de profundos revolvimentos políticos e sociais, como foi o de Augusto, e sobretudo quando a sua ação se estendeu por mais de meio século.

Essa dificuldade torna-se ainda maior quando se quer interpretar os acontecimentos segundo princípios absolutos, fazendo da política uma ciência abstrata, baseada em leis eternas, fixas, inderrogáveis, como as das ciências físicas. A política não é uma ciência; é uma arte. E como tal devemos considerá-la em relação às condições do tempo e do lugar em que os acontecimentos se desenrolam. Aplicando esses princípios à política de Augusto, talvez sua interpretação se torne muito mais simples e mais fácil do que geralmente se acredita.

Não tinha ainda dezenove anos Augusto, quando, recebida a notícia do assassinio do seu pai adotivo, deixou Apolônia para voltar a Roma e recolher a herança do ditador. Franzino, doentio, já manifestara, contudo, inteligência muito aberta e grande amor ao estudo. Voltava agora, acompanhado de alguns amigos que o pai lhe dera como companheiros, entre estes um tal Vipsânio Agripa e um tal Quinto Salvidieno Rúfo, todos de origem humilde; numerosos veteranos, colonos e libertos de César, que o incitavam a vingar o pai e a

tomar-lhe o lugar chamando-o César, antes mesmo que a adoção fosse reconhecida pelo Senado, como a lei requeria. Já êstes fatos de per si e a companhia que trouxera consigo teriam sido suficientes para provar que Otaviano voltara de Apolônia para a Itália com o propósito de disputar a herança de César, si isso não constasse de outra prova mais direta. Antes de ir para Roma, Otaviano ficou em Nápoles e em Pozuoli, onde procurou alguns políticos, que aí se achavam, entre êles o seu padrinho, Lúcio Márcio Filipo e M. Túlio Cícero. Êstes dois, por motivos diversos, quizeram dissuadi-lo da aceitação da herança para não vir a se embrenhar num mundo de questões difficilimas. Tudo, porém, foi inútil. Contra o conselho dêsses dois varões de grande autoridade permaneceu êle no seu propósito, e encaminhou-se para Roma, afim de pô-lo em execução deixando Cícero espantado de ver tamanha firmeza num moço de 19 anos, quando êle não tinha mostrado muita em tantos anos de vida política.

Poucos dias depois da sua chegada a Roma, e posto pelos amigos ao par das coisas, especialmente da circunstância de se haver, Antônio apossado dos documentos de César, de relevantes quantias que a viúva de César, Calpúrnia, lhe entregara, para ver-se livre de todo aborrecimento, pediu-lhe uma audiência, com o propósito de tratar dêsses negócios. Antônio, que não só estava pouco disposto a restituir o que pertencera a César como também, fortalecido pelo fato de haver sido nomeado no testamento, terceiro herdeiro, logo depois de Bruto, (que certamente não podia pretender a sucessão) teve a esperança de dissuadir Otaviano do propósito de pleitear os seus direitos, espantando-o com um gesto violento. Quando êle se apresentou no palácio de Pompeu, onde Antônio residia como cônsul, depois de o ter feito esperar muito, admitiu-o à sua presença, mas só lhe deixou pronunciar poucas palavras: *vix admissio in pompeianos hortos, loquendi secum tempus dedit*, diz Veleio Patérculo, pois mal aludiu à sua intenção, chamou-o de louco por ter a pretensão de levantar a herança de César, tão novo como era; e, sem mais, voltou-lhe as costas.

Enganara-se, porém, redondamente Antônio, pensando espantar e reduzir ao silêncio, com um gesto brutal, aquele rapazola de aparência tão tímida. Irritado pela afronta, Otaviano começou a agitar o povo meúdo, denunciando o cônsul como inimigo da plebe, lembrando as suas cruéis repressões do ano 47, acusando-o de trair a memória e a

causa de César, impedindo-o de cumprir os legados, e acrescentando que venderia tudo o que possuía, êle e a familia, para pagar imediatamente os trezentos sestércios legados pelo pai a cada plebeu. Em represália, Antônio esforçava-se em impedir que fosse legalizada a adoção, e isso não fez mais do que provocar ainda mais o furor de Otaviano, que, acompanhado de muitos populares, deu de percorrer Roma, fazendo discursos contra Antônio, acusando-o de não querer vingar o ditador assassinado e de trair o seu partido; escreveu a toda parte, especialmente às legiões da Macedônia, pintando a côres negras o tratamento que Antônio dava ao filho de César.

Os conservadores, que se sentiam incapazes de opor uma ação eficaz à politica de Antônio, especialmente por se ter êste aproximado demais da plebe, mediante leis demagógicas, entre as quais vinha em primeiro lugar a antiga lei agrária dos Gracos, diante das discórdias entre Otaviano e Antônio, conceberam o plano de dividir o partido cesariano, servindo-se para isso de Otaviano. Começaram, portanto, numerosos aristocratas, parentes do jovem pretendente, a aproximar-se dele e a dar-lhe a entender que, si não desconfiasse deles e dos conjurados, encontraria um valioso auxilio contra o inimigo comum. E isso foi feito com tanta insistência, sobretudo por Caio Cláudio Marcelo, cunhado de Otaviano, que êste começou a dar ouvidos às propostas dos conjurados. E', pelo menos o que pareceu a Marcelo, como se conclue de uma carta de Cícero.

Essas discórdias, que dividiam o partido dos cesarianos e ameaçavam conduzi-lo à ruina, com serem do agrado dos conservadores, eram muito mal encaradas pelos veteranos e pelos legionários em geral, já porque afastavam a esperança que êles tinham de vingar o assassínio de César, já porquê, na decadência do partido cesariano viam a própria. Si Antônio fôra colega dos legionários e um dos chefes do seu partido, Otaviano era filho do ditador e tinha o nome dele. Movidos por essas razões, portanto, resolveram fazer, ou antes, impor a paz entre os dois contendores. Num dia de agôsto, uma parte dos legionários foi à casa de Otaviano, enquanto a outra ia procurar Antônio, e no meio de grandes aclamações e alegrias induziram os dois adversários a esquecer as dissensões e a se unirem pelo bem comum do partido cesariano. E isso foi feito. Com que sinceridade de parte a parte, vê-lo-emos em breve.

Si não temos documentos diretos para provar que a paz

concluída por parte de Otaviano “*stava soltando sulle labbra*”, como dizem os Italianos, temo-los, porém, por Antônio que, instigado pela mulher e pelo irmão, incitava os seus partidários contra os conjurados e particularmente contra Otaviano e seus amigos. Assim, depois de ter pronunciado no Senado um violentíssimo discurso contra os conjurados, fez correr o boato de que descobrira na sua casa sicários mandados para o assassinar. Otaviano mandou imediatamente pedir notícias à casa do cônsul; mas os mensageiros foram mal recebidos e ouviram dizer que os sicários tinham confessado haverem sido enviados por Otaviano. O boato difundiu-se rapidamente pela cidade, embora poucos lhe dessem fé. Cícero e os outros inimigos de Antônio louvavam o presumido autor, lastimando que o golpe tivesse falhado. Mas a mãe de Otaviano alarmou-se, correu ao filho e suplicou-lhe abandonasse por algum tempo a cidade, até que a tempestade se acalmasse. Otaviano, porém, contra a vontade dela deu nessa ocasião prova de uma firmeza de que ninguém o julgava capaz: não só não saiu da cidade, mas ostentando a maior segurança, mandou que as portas da sua casa ficassem abertas nas horas de visita, recebendo clientes, veteranos e amigos, como de costume.

Não demorou muito a descobrir-se a verdade, e foi o próprio Antônio que ofereceu ensejo para isso. Querendo ter o apoio dos seus partidários para tornar mais verosímil o pseudo atentado, convocou, no dia seguinte, em sua casa, os amigos aos quais expôs a confissão dos sicários, pedindo-lhes conselho. Mas tendo um dos presentes opinado que seria bom ouvir diretamente os culpados, Antônio fez-se de desentendido, e mudou de assunto.

O gesto de Otaviano, sua serenidade, seu sangue frio, mostrando nele uma madureza de propósitos e de sabedoria superior ao que se podia esperar de sua idade, atraiu-lhe numerosas simpatias entre os conservadores, que vieram a depositar nele mais confiança do que antes. Nas cartas de Cícero, lê-se de fato: *prudentes et boni viri et credunt et probant... magna spes est in eo.* (os varões bons e prudentes acreditam no fato e aprovam-no... e põem nele (Otaviano) grande esperança). Ao mesmo tempo, coisa que parece incrível, as simpatias por Otaviano aumentaram também entre os cesarianos, sobretudo nas legiões, algumas das quais deixaram Antônio, passando-se para ele.

Nestas condições, tendo voltado as legiões da Macedônia, que obedeciam a Antônio, Otaviano compreendeu que

o seu lugar não era mais em Roma. Saiu, portanto, da cidade, com numerosos amigos, carregando as suas riquezas, e dirigiu-se para a Campânia, onde, com dinheiro seu e dos amigos, reuniu um pequeno exército de veteranos fiéis a César, o que significava romper abertamente com Antônio e com o seu governo. Doutro lado, Décimo Bruto, um dos assassinos de César, que pela *Lex de permutatione provinciarum*, se via despojado das províncias que estava governando, de acôrdo com os outros conjurados e conservadores, declarou-se abertamente a favor de Otaviano, reunindo-se às suas tropas na cidade de Módena e nas vizinhanças. Tendo ocorrido aí também Antônio com as suas forças, nasceu aquêla que foi a chamada guerra de Módena.

Foi êsse talvez o momento mais difícil da vida de Augusto. Sua causa era apoiada pelos veteranos de César e pelos conservadores e conjurados que o assassinaram nos idos de março daquele mesmo ano. Os primeiros estavam com Otaviano porquê dele, filho adotivo e herdeiro de César, esperavam a vingança do antigo chefe que ainda idolatravam. Os outros apoiavam-no porquê nele esperavam encontrar o chefe que guiasse ao poder a classe conservadora e anticesariana. Otaviano tinha de conciliar êsses inconciliáveis, satisfazendo a uns e outros. Só um individuo dotado de uma calma superior o poderia conseguir. E foi o que fez Otaviano. Tendo aceito a herança de César, era seu dever perseguir os assassinos dele. Ao mesmo tempo, como bom conhecedor das condições de Roma e dos partidos em luta, sabia perfeitamente que não lhe seria possível governar com os conservadores, que tinham perdido não somente a superioridade numérica, mas que se achavam em plena decadência, dominados como estavam pela inércia e pela corrupção. Mas os cesarianos que estavam ao seu lado não eram suficientes para enfrentar com êxito as tropas de Antônio. Daí, para Augusto, a necessidade ou de se retirar da luta, ou de conciliar, embora momentaneamente, as forças que se lhe ofereciam, e assim bater o adversário. Depois da vitória cuidaria de sair de tão incômoda posição.

Alguém pôde observar que, dêste modo, Otaviano enganou a ambas as partes, e que isso é imoral. E', de fato. Mas desde quando a política teve pretensão de moralidade? Não estamos aqui debatendo moral. Estamos examinando a política de Augusto. A política não é uma ciência, já disse: é uma arte. A arte julga-se não pelos princípios que

o artista professa, mas pelas obras que executa. Porquê, doutro modo, como seria possível explicar a contradição patente, indisfarçável, entre a primeira e a segunda parte da vida e da política de Otaviano, entre a política anterior e a posterior à batalha de Ácio? A primeira não podia ser senão destrutiva, no sentido de dever eliminar todas as dificuldades que encontrava no caminho, limpar o terreno, para depois começar o edificio novo. Não se admitindo esse procedimento, essa continuidade, é preciso admitir um milagre, ou pelo menos uma conversão milagrosa, que não tem base nos acontecimentos, nem nos historiadores de Augusto e da sua época.

A característica mais profunda que distingue a primeira da segunda fase da política de Otaviano, está no espirito que caracteriza a sua conduta com os adversários e inimigos. Na primeira parte deixa-se dominar, ou está convencido da necessidade política de sufocar os adversários pela violência e pelas repressões mais duras e ferozes. As do ano 43 podem achar uma atenuante no facto de haverem sido executadas em nome do triunvirato e não em nome pessoal de Otaviano. Cada um dos triúmviros exerceu, de facto, as suas vinganças, e não se pode afirmar que as maiores, as mais ferozes tenham sido as de Otaviano. Ao contrário, as vítimas mais illustres foram as que caíram sob a cólera de Antônio, entre outras, o próprio Cícero, o Romano mais illustre daquela época, depois de César. Mas esta atenuante não se pode invocar para as violências e crueldades dos anos 41 e 40, depois da guerra de Perúgia. Depois de tomada a cidade e executados os maiores cidadãos que tinham tomado parte na sua defesa, voltando a Roma, de que, no momento, era o único dominador, abandonou-se a toda espécie de prepotências e de licenciosidades, contra cidadãos fracos e impotentes. Não satisfeito com os morticínios de Perúgia, confiscou e saqueou quasi todo o território de Nórchia, porquê os cidadãos tinham levantado um monumento aos que caíram na defesa da cidade, com uma inscrição que os chamava de *mortos pela liberdade*; entregou-se a toda espécie de violências e perseguições contra plebeus, estrangeiros, libertos, com sentenças de tortura e de morte tão numerosas, que o povo o alcunhou de carrasco. Tornou-se crápula, jogador, pelo que, durante a guerra da Sicília, se espalhou pela cidade este epigrama:

Postquam bis classe victus naves perdidit,
Aliquando ut vincat, ludit assidue aleam

(depois de ter sido vencido duas vezes no mar e haver perdido os navios, para ver si consegue uma vitória joga incessantemente os dados).

Que nisso haja uma boa parte de calúnia, não há dúvida, a-pesar-de não ser completa, como pretende Suetônio. Sopravam no fogo os inimigos de Otaviano, sobretudo Fúlvia e os dois irmãos de Antônio. O que Marco Antônio escrevia a Otaviano era tão baixo, tão deprimente e aviltante, que não se pode explicar senão como ditado pelo ódio, pois é impossível emprestar ao futuro *imperator* as mais ferozes taras da natureza. Ora, é fácil imaginar a que grau devia chegar a calúnia anônima e irresponsável, si a tanto chegou o ataque direto e pessoal.

Em todo caso, mesmo admitindo uma parte de verdade nas acusações movidas a Otaviano, deve-se sempre lembrar que as lutas de vida e de morte, que, naquele momento, se estavam combatendo, a irritação pelos ataques não sempre justificados, as injúrias, as difamações de que era vítima, não podiam deixar de provocar num moço delicado e doentio, de temperamento nervoso e tímido, uma forte reacção e um estado de mêdo que explica, si não justifica, certos excessos.

A verdadeira política de Augusto, porém, começa somente depois da batalha de Actio, depois da eliminação de Antônio e de toda opposição. Vencido o adversário e pacificado o Oriente, organizadas as coizas do Egitto, Augusto voltou para Roma completamente modificado. A razão desta profunda modificação é de fácil intuição; e todos os que têm alguma noção, ou melhor ainda, alguma prática da vida pública, percebem-no de relance: o sentimento novo que se impõe a todo individuo normal revestido de alguma responsabilidade; fato psicológico que se vem repetindo desde aquelle tempo, — e mesmo antes — até os nossos dias, e que muitos ainda não comprehendem, ou não querem comprehendere. Quantas vezes ouve-se exprobrar um homem politico, porquê chegando ao poder modifica, pelo menos em parte, ou abranda as opiniões que manifestava enquanto se achava na opposição? Agora, não quero com isso justificar os camaleões, que trocam de idéias mais facilmente que de camisa: pretendo simplesmente dizer que, estando no poder, as coizas vêm-se sob um aspecto diverso dos que estão na opposição; isto é, vêm-se com os olhos da responsabilidade, a qual impõe uma prudência desconhecida a quem representa somente a parte do crítico.

Este foi o estado psicológico em que se achou Augusto, quando sentiu sôbre os seus hombros o grave pêso em que importava o govêrno de Roma e de seu vasto império. Foi, então, que compreendeu que o período dos ressentimentos e das vinganças devia terminar, si êle queria estabelecer um govêrno duradouro, acabando com as revoltas e as guerras civis, que tinham levado a república às tristes condições em que se achava naquele momento. Porisso, enquanto os inimigos temiam e os amigos esperavam que, à sua chegada a Roma, recommencessem as proscricções e as vinganças, nada disso fez, mas dedicou-se completamente às obras de paz e à reorganização da república.

Já vimos, tratando da origem do Império, como Augusto resolveu a questão magna que se lhe apresentava depois da vitória de Actio: república ou monarquia. Contrariamente ao que a maior parte dos historiadores escreve, e ao que geralmente se ensina nas escolas, eu disse que Augusto, contrariando as intenções da maioria dos seus partidários, não estabeleceu propriamente um govêrno monárquico, mas pôs em ação todos os meios para fazer reviver a antiga república aristocrática e conservadora. A função exercida por Augusto na república foi nova, mas essencialmente republicana: *princeps*, foi o seu verdadeiro título, que significava simplesmente o primeiro: *princeps in periculo*, o primeiro a arrostar o perigo, *princeps natus*, o presidente do senado. Augusto dêste modo traduzia para a prática o que Cícero desde muito ensinara, isto é, que Roma precisava de um cidadão que fosse *libertate parem caeteris, principem dignitate*.

A reforma de Augusto, consolidada na nova Constituição, tinha em mira reconstituir a unidade do estado romano, desconjuntada com imensa jactura da Itália, por aquela diarquia que foi o triunvirato, depois da deposição de Lépido; recolocar todo o império sob a autoridade do Senado, e o Senado sob a vigilância de um presidente, poder moderador e custódia das instituições; restaurar não tanto a forma, quanto a substância republicana, e conservar, quanto era possível, o govêrno do império em poder da restrita oligarquia italiana, segundo as formas, as tradições e as ordens dos tempos antigos.

Dêste modo, sem graves abalos, tranquilamente, acabava-se a grande revolução iniciada mais de um século antes com o tribunato de Tibério Graco, e iniciava-se, quasi sem que ninguém o percebesse, uma nova era da história hu-

mana. Uma das mais terríveis contendas que dilaceraram a humanidade, na qual pereceram tantos e tão grandes generais, foi definitivamente resolvida pelo homem menos dotado de qualidades militares da história romana, que nunca conseguira comandar uma legião e vencer um pequeno combate, um homem que — no dizer de Suetônio — não ousava expor-se ao sol de cabeça descoberta, que, depois da batalha de Ácio, não montava a cavalo para se não cançar, e fazia-se transportar de liteira, mesmo nos passeios, preferindo viajar por mar, sempre que era possível.

Somente considerando-a sob este ponto de vista, torna-se possível, e até fácil, compreender e explicar a política de Augusto, a qual, durante quarenta e quatro anos, nunca deixou de trilhar esse caminho; isto é, o da reconstituição da república aristocrática, e da moderação dos meios usados para alcançar esse escopo. Prova-o o exame de alguns dos pontos mais importantes dessa política, começando pelo mais importante e mais premente no momento em que Augusto tomou o poder, isto é, a questão oriental, especialmente a questão egípcia.

Caelo tonantem credidimus Iovem
Regnare: praesens Divus habebitur
Augustus, adiectis Britannis
Imperio, gravibusque Persis

(Nós acreditamos que quando Júpiter troveja, reina no céu: Augusto será tido como um Deus poderoso, si acrescentar ao império os Britanos e os Persas terríveis”). Assim canta Horácio. A conquista da Pérsia era considerada pelo poeta como condição indispensável para completar a glória de Augusto e a grandeza do império romano. Mas Horácio, como sempre, quando trata de assuntos políticos, refletia o pensamento do povo que, desde muito, mesmo antes do triunfo de Augusto, sonhava com a conquista da Pérsia e com a extensão do poder romano no Oriente. A isso finham-no levado os precedentes homens políticos, sobretudo os demagogos que, quando queriam conquistar o apoio da multidão, prometiam a conquista da Pérsia e dos outros países orientais com todas as suas riquezas. Porisso, depois da batalha de Ácio e da conquista do Egito, os Romanos, que já começaram a crear o mito augústeo, e que dele tudo esperavam, julgando-o capaz de tudo, não deixavam de impeli-lo para o caminho das conquistas, sobretudo das conquistas orientais.

porquê era daí que esperavam as maiores riquezas. Sem contar que, ao lado dos motivos econômicos, havia também um pouco de amor próprio coletivo; sendo que a Párcia era o único país que havia oposto uma resistência inquebrantável às armas romanas, derrotando exércitos e generais, como Crasso e Antônio.

Augusto, porém, não via as cousas assim. Pudera observar diretamente e de perto o que era o Oriente e as dificuldades que êle opunha à conquista romana. Roma e a Itália não tinham forças suficientes para a conquista de países tão povoados, tão ricos e de uma civilização tão antiga e superior à de Roma, colocada esta entre a milenária civilização oriental e a barbarie ocidental. Augusto julgava necessário consolidar o poder romano no Oriente, mas não cuidava de novas conquistas e ainda menos de novas guerras. Era mister outra arte, arte diplomática, e não golpes de força, ou represália e guerras espetaculares.

Sem declará-lo abertamente, para não melindrar a opinião pública e provocar descontentamentos e protestos, Augusto escolheu o único caminho que podia dar bons resultados. A organização política pensada por Augusto, verdadeira revolução introduzida na política romana relativamente às conquistas e às suas relações com a nação conquistadora, aceita pelo senado e sancionada na restauração dos anos 28 e 27, representa a primeira tentativa de uma nova política oriental, em completo desacôrdo com a política seguida até aquela hora acompanhando o desejo e à esperança do povo romano.

Via Augusto, com visão bem clara, as dificuldades, e até a impossibilidade para Roma de anexar sem mais o Egito, fazendo dele uma província, como todas as outras. Mandar para o Egito um cônsul ou procônsul qualquer, geralmente ignaro das condições e do espirito dessa gente, muito mais civilizada e instruída do que os Romanos, era o mesmo que provocar revoltas contínuas. Para enfrentá-las e sufocá-las seria preciso um poder militar de que Roma não podia mais dispor, depois de ter reduzido, por razões de economia, o seu exército a vinte e três legiões. Augusto, portanto, imaginara governar o Egito mediante uma magistratura bifronte, que voltasse para a Itália uma cara republicana e latina, e, para o Egito, uma cara oriental e monárquica. Augusto e o *praefectus Aegypti*, deviam representar as pessoas desta magistratura bifronte. Augusto, que, na Itália, não era senão o primeiro cidadão da república, figu-

raria para os Egípcios como o continuador dos Ptolomeus e o novo rei do Egito, saído de Alexandria para governar de Roma um império mais vasto, governando o Egito por meio de um *praefectus*, que aos olhos dos Egípcios representaria um vice-rei; enquanto para os Romanos, seria considerado como a antiga magistratura renovada, que Roma mandava para governar as cidades submetidas, durante os primeiros tempos das conquistas itálicas.

Quanto à conquista da Pérsia e de outros países orientais, a única política possível para Augusto era a de contemporizar, deixando que as veleidades populares e as das próprias classes superiores se fossem pouco a pouco resfriando e apagando; não era absolutamente, o caso de pensar na sua realização. Precisava, no entanto, dar uma organização aos países já submetidos por Roma, e que por causa das guerras civis, tinham sido abandonados a si mesmo encontrando-se em plena anarquia; e regular as relações com os outros, sobretudo com a Pérsia que, em vista das precedentes guerras, se achava mal disposta e representava sempre um perigo para o império.

Neste caso também, Augusto seguiu o sistema adotado para o Egito, aliás, já seguido pela república, anteriormente a César, que preferia à anexação direta, como fez com a Gália; isto é, estabelecer sobre os países conquistados uma espécie de protetorado, como fazem ainda hoje em muitos casos os povos conquistadores. Assim, quando, entre o ano 21 e 20, as tropas romanas, juntamente com as da Capadócia, se reuniram, nos confins da Armênia, para invadi-la, arrebentou uma revolução nesse reino, abateu o rei e declarou-se pronta a receber a dominação dos Romanos. Augusto, porém, não anexou a Armênia ao império, fazendo dela uma província; e, abandonando a política de seu pai, retomou a antiga política do partido aristocrático, como diz êle próprio naquele monumento ancirano, que já tive ocasião de lembrar, e que pode ser considerado como o seu testamento: *Armeniam majorem... cum possem facere provinciam, malui maiorum nostrorum exemplo regnum id Tigrani tradere*: (podendo eu fazer da Armênia maior uma província, preferi, seguindo o costume dos nossos antepassados, entregar êsse reino a Tigrane". Êste Tigrane fôra preso por Augusto em Alexandria, depois da batalha de Ácio, crescido e educado em Roma, portanto romanizado. E não podendo ir êle pessoalmente, Augusto encarregou Tibério para coroá-lo numa cerimônia solene, como diz Suetônio na vida de Ti-

bério: *regnum Armeniae Tigrani restituit ac pro tribunali diadema imposuit.*

Perseverando neste rumo, reorganizou toda a Asia ocidental, até o planalto; restabeleceu o antigo reino daquele Tarcondimeto, morto na Batalha de Acio, entre as forças de Antônio, colocando no trono e na posse dos bens paternos, um filho dele, que tinha o mesmo nome; fez presente a Arquelau, rei da Capadócia, da Pequena Armênia, trono vacante pela morte do rei precedente. Restabeleceu, na pessoa de um moço chamado Mitridate, o pequeno reino de Comagene, abandonado desde uns dez anos a si mesmo. Enquanto isto acontecia, na dúvida e até pelo medo de muitos que temiam a Pérsia tomasse isso como indicio de fraqueza e se aproveitasse do momento para tirar uma desforra contra Roma, eis que, no dia 12 de maio daquele mesmo ano, chegam, ao campo dos Romanos, os prisioneiros e as insignias tomadas por Fraate, juntamente com os embaixadores encarregados de concluir o tratado definitivo de paz entre Roma e a Pérsia.

Foi um momento de estupefação geral. Ninguém teria suspeitado que a Pérsia, depois de três guerras vitoriosas, teria descido a tanta condescendência, a uma paz que representava um verdadeiro triunfo pela politica de Augusto. Este, em Roma, foi considerado como um ser verdadeiramente superior; o senado apressou-se em ratificar o tratado, esquecendo todas as precedentes pretensões, esquecendo que nem a Armênia fóra anexada; os amigos de Augusto exaltaram-lhe as virtudes e a capacidade sobrehumana; Horácio, com uma mentira que os seus contemporâneos julgaram uma simples licença poética, numa das suas epistolas pôde cantar

...Ius imperiumque Phraates

Caesaris accepit genibus minor...

(Fraate recebeu de joelho o direito e o império de César).

Não menos grave que a oriental, era a questão ocidental, sobretudo pelo que dizia respeito à Gália. As reformas internas, a politica pacifica de Augusto, com a consequente diminuição das forças armadas, reduzidas a vinte e três legiões, como vimos, serviram de incitamento à revolta para a maior parte dos povos ocidentais de recente conquista; de modo que, depois de alguns anos deste novo regime, a revolta apresentava-se ameaçadora desde os Pirineus até o

Danúbio; acrescentando-se a isso as invasões dos Germanos na Gália, em toda a região colocada à margem esquerda do Reno. Tratava-se de uma empresa de grande vulto, em virtude da qual Augusto foi obrigado a sair de Roma e a passar algum tempo na Gália, ou nos países próximos. Isso lhe ofereceu ocasião para estudar e conhecer, melhor do que acontecera antes, as condições do país conquistado por César. Pôde, assim, Augusto, e com êle os homens de maior responsabilidade de Roma, convencer-se que a Gália, julgada até então país pobre e de pouca importância econômica, era, ao contrário, uma terra rica e de grande futuro, uma província que podia muito bem ser considerada o Egito ocidental, e que, portanto, Roma tinha todo interesse em defendê-la, quanto, e mais ainda do que os países orientais. Em poucos anos, de fato, depois da conquista e da influência romana, fizera progressos extraordinários, a sua produção aumentara imensamente, dando numerosos produtos que o próprio Oriente não podia dar.

Esta descoberta foi causa de uma profunda revolução nas idéias gerais, e sobretudo na política de Roma, que, até aquele momento, tivera as suas vistas voltadas quasi exclusivamente para o Oriente, como única fonte possível de riqueza e sede de cultura. Esteve, assim, em grave perigo de se deixar dominar pelos usos e pelas tradições orientais, perigo que arriscamos ver prestes a exercer os seus efeitos deletérios com Antônio quando êste, caído nas rês de Cleópatra, só por um triz não fez de Roma uma província do Egito; fato comum aliás na história, pois o país de maior civilização conquista sempre o menos civilizado, mesmo si êste é, militarmente, mais forte. Já se tinha dado isso com a Grécia, pelo que o poeta pudera cantar

Graecia capta ferum victorem cepit, et artes

Intulit agresti Latio;

(A Grecia vencida subjugou o forte vencedor, e introduziu no Lácio a cultura artística). Agora, si muitos lastimavam êste fato e, a começar por Catão, o Velho, o julgavam causa da decadência dos costumes, muito pior teria acontecido com a introdução dos costumes asiáticos. Essa circunstância e a convicção de que a Gália podia substituir o Egito, do ponto de vista econômico, tiveram grande pês no espirito de Augusto, que da conservação e restauração dos antigos costumes fizera parte essencial do seu programa poli-

tico, e concorreu profundamente para convencê-lo da necessidade de modificar a sua política, induzindo-o a voltar os seus cuidados sobretudo para o Ocidente, antes de tudo para a Gália; isto é, a fazer uma política essencialmente européia.

Sem a Gália, de fato, Roma não teria podido continuar a ser por muito tempo a capital de um império que tinha as suas maiores províncias e os seus mais importantes interesses na Ásia e na África, e teria, acabado por ser absorvida por estes países. A posse da Gália restabelecia o equilíbrio, turvado pelas conquistas orientais, e fazia de Roma o árbitro do mundo mediterrâneo, subtraindo-o à perigosa influência asiática.

O futuro do império, portanto, neste momento dependia sobretudo da estabilização e da romanização da conquista cesariana. Mas o progresso e o enriquecimento da Gália si, de um lado, apresentava vantagens não comuns, de outro, trazia como consequência deveres e pesos novos para Roma; antes de tudo o de defendê-la contra os Germanos sempre irrequietos e ameaçadores, nos limites das terras gaulesas, e ao mesmo tempo, a necessidade de dar a êsse país uma organização, correspondente ao novo estado de coisas.

Começando por êste segundo ponto, Augusto reorganizou a Gália, procurando eliminar todas as discórdias, que aí continuaram também depois da conquista, devido às divisões territoriais e às questões entre as famílias mais influentes, que disputavam entre si a supremacia, perigo contínuo de revoltas e de guerras. Augusto para eliminar êsse perigo submeteu todas essas *civitates* de clientes e de povos, diretamente à autoridade de Roma, distribuiu toda a Gália em sessenta *civitates* de grandeza e de direito iguais. Aumentando, assim, a ação e a responsabilidade do govêrno, para torná-lo mais fácil, dividiu o país em três govêrnos (*três Galliae*): Aquitânia, Lugdunensis e Bélgica, cada uma regida por um lugar-tenente do governador geral. Nesta divisão, manifestou-se ainda o espírito prático e o taçto finíssimo de Augusto; pois, em vez de seguir as afinidades étnicas e os agrupamentos históricos, procurou misturar os diversos elementos, célticos, ibéricos e germânicos, para apagar o antigo espírito nacional e tradicional, e induzi-los mais facilmente a se adaptarem à política romana.

Para defendê-la contra as invasões germânicas, não achou outro meio sinão conquistar a Germânia. Nessa guerra não foi feliz, como já vimos, e a conquista não foi

possível. A guerra, contudo, não foi inútil, porquê serviu para estabelecer definitivamente os limites entre Francos e Germanos, limites que ainda hoje existem, apesar de vinte séculos de lutas; porquê hoje ainda, nas margens do Reno, o espírito de Augusto levanta-se solene em defesa da latimidade e da sua civilização.

Nesta obra de paz, na consolidação da universalidade de Roma — Roma destinada a *regere império populos et pacis imponere morem*; a governar os povos com o seu poder e a ensinar a arte e os costumes da paz — está a verdadeira grandeza e a glória imarcescível de Augusto.

IX - As Mulheres no Século de Augusto

Na primeira destas palestras, falando da sorte de Augusto, disse como grande parte dessa fortuna, foi obra de mulheres, que, direta ou indiretamente, concorreram para a elevação do filho adotivo de César ao supremo cargo de Roma. A Justiça manda que as outras mulheres, antes, que a mulher romana do século, que de Augusto toma o nome, não seja esquecida, porquê, se em todos os tempos a mulher ocupa um lugar importante, no tempo de Augusto ocupa-o importantíssimo, tanto na vida pública como na particular, e o nosso quadro seria defeituoso, si não fosse completado por êste adôrno, que o homem, com frase um tanto irônica, chama de sua metade; quando, muitas vezes, deveria chamar de três quartos ou até mais.

Os primeiros votos que a mãe faz para a criancinha recém-nascida, às vezes mesmo antes dela nascer, o primeiro desejo que manifesta, é o da beleza; desejo, aliás, de todas as mães de todos os tempos, sendo a beleza considerada precioso presente do céu para a mulher. Juvenal na sátira X lembra êstes votos maternos:

Formam optat modico pueris, maiore puellis
Murmure, quum Veneris fanum videt anxia mater
Usque ad delicias votorum...

(implora a beleza para os filhos com oração modesta, com oração mais quente para as filhas, quando no templo de Venus a mãe anciosa chega até o delírio dos votos).

A criança nasce bonita naturalmente (todas as crianças são bonitas para os olhos maternos) e o primeiro pensamento é o dos brinquedos e dos amuletos, porquê as superstições nunca faltaram. Suspendem-se-lhe ao pescoço den-

tes de cavalo ou de javali para facilitar a denteição, juntamente com outros amuletos contra o mau olhado. Vêm em seguida os brinquedos, as bonecas e os contos lendários da velha mucama.

Bem cedo, porém, começava a instrução e educação das moças romanas, que se iniciavam sempre com os trabalhos próprios da mulher, sobretudo fiar e tecer; porquê, naquela época, os vestidos eram ainda confeccionados em casa, sob a direção da *mater familias*. Pelo menos, assim fazia Augusto, movido por seu espirito conservador, que, no dizer de Suetônio, *filiam et neptes ita instituit, ut etiam lanificio assuefaceret*, (educou a filha e as nêtinhas de maneira tão simples, a ponto de habituá-las ao trabalho da lã.) Ele próprio, aliás, não usava senão roupa saída das mãos de sua irmã e de sua mulher. Este costume, que vinha desde os primeiros tempos de Roma, continuou ainda depois de Augusto, pelo menos em muitas famílias, passando aos usos cristãos, porquê ainda Tertuliano, que viveu entre o segundo e o terceiro século, assim designa os deveres da mulher; *domum administrandam, familiam, regendam, claves custodiendas, lanificium dispensandum, victum procurandum, curas domesticas* (administrar a casa, dirigir a família, guardar as chaves, distribuir a lã para o trabalho, preparar a comida, atender às coisas da casa).

Quanto à instrução da inteligência, as moças das classes superiores, recebiam-na em casa por intermédio de mestres particulares; enquanto as das classes médias iam de manhã, muito cedo, para a escola, onde o *magister*, êsse espantinho da mocidade, *invisum pueris, virginibusque caput*, malquisto pelos moços e pelas moças, diz Marcial, as mantinha debaixo de uma disciplina rigorosíssima, usando de métodos *manigógicos*, como dizia um professor da escola velha; isto é, usando das mãos, para melhor inculcar a ciência nas cabeças recalcitrantes dos seus alunos.

Matéria de ensino eram sobretudo os poetas clássicos, Homero e Virgílio, que frequentemente eram lidos também pelas donas de casa, nas reuniões familiares. Não faltavam, porém, outros estudos, que também modernamente são julgados indispensáveis à educação de uma moça da boa sociedade, como a música e a dança. *Discant cantare puellae* — (aprendam a cantar as moças) — diz Ovidio na *Ars amandi*, — si querem arranjar em breve marido. E acrescenta: *quis dubitet quin scire velim saltare puellam*, — (quem duvidará que eu não goste duma moça que sabe dansar?) Se-

gundo o próprio Stácio, o poeta que alguns dizem convertido secretamente ao cristianismo, estas duas artes deviam conseguir rapidamente um marido à sua virtuosa enteada, na qual "*ingenium probitas, artemque modestia vincit*" (a probidade supera a inteligência e a modéstia supera a arte).

A dança romana consistia, sobretudo, numa série cadenciada de balouçamentos da parte superior do corpo e dos braços, que acompanhavam um movimento solene de marcha, muito apreciada naquele tempo. Ovídio louva êste movimento no seguinte verso:

Est et in incessu pars non temnenda decoris

(também no caminhar há uma parte não desprezível de elegância). Isto também pensava Virgílio, quando dizia que Venus manifestou a sua deidade ao filho Enéias pelo modo solene de caminhar: *incessu patuit Dea* (no andar se ostenta verdadeira deusa).

No meio, destas ocupações e divertimentos, as moças romanas cresciam e chegavam à idade do casamento. As moças em Roma atingiam a idade legal para casar aos doze anos. "*Minorem annis duodecim nuptam tunc legitimam uxorem fore apud virum quum explessset duodecim annos*", diz o Digesto: (A mulher menor de doze anos casada, tornar-se-á mulher legítima sòmente quando cumprir os doze anos). Do que se deduz que havia casamentos de moças com menos de doze anos. E isso porquê se realizavam casamentos simbólicos, isto é, mais que casamentos, havia promessas de casamento, noivados, contratados pelos pais, *sponsalia*, que *significa* não casamento, mas simplesmente promessa de casamento, que se tornava perfeito com a idade legítima. A verdadeira idade do casamento, logo, começava aos doze anos:

Bis mihi iam senos aetas compleverat annos,
Spemque dabat thalami coniugiumque

(Já completara a idade de doze anos e dava-me esperança de um doce casamento), diz um epitáfio sòbre o túmulo de uma mulher morta moça, aos doze anos, e já prometida, ditado com certeza pelo próprio noivo.

Regra geral, as moças romanas deviam casar-se entre os doze e os quinze anos, como se verifica por meio de numerosas inscrições fúnebres. A solteirona com dezoito anos

já era olhada com ar de comiseração. A lei de Augusto contra os celibatários ameaçava sanções contra a mulher que chegava aos vinte anos sem ter filhos. O ano décimo nono, portanto, marcava o extremo limite para dar o adeus à mocidade.

No contrato dos casamentos valia mais, geralmente, a vontade dos pais que a dos noivos; de modo que êste ato, tão importante na vida dos cônjuges, não era, em muitos casos, senão um acôrdo, um contrato concluído entre as duas famílias e no qual o maior pêso era dado à riqueza que os noivos possuíam. Horácio afirma:

Scilicet uxorem cum dote fidemque et amicos
Et genus et formam regina Pecunia donat

(A rainha Riqueza por certo dá mulher rica, crédito, amigos, filhos e beleza) E Juvenal, com sátira feroz:

Quis gener hic placuit censu minor atque puellae
Sarcinulis impar?

(Quem gostou de um genro com censo e enxoval inferior ao da noiva?). Os caçadores de dote, ou as caçadoras de marido rico, não são novidades dos nossos tempos. Esta era a causa principal dos noivados infantis. Tudo se negociava ordinariamente entre as famílias, à revelia dos nubentes, que muitas vezes chegavam ao dia do casamento sem nunca se terem visto, ou casando-se mesmo sem se conhecerem, pois já era admitido o casamento *per internuncium vel per epistulam, an per alium*, diz Ulpiano, autoridade jurídica indiscutível. Fato severamente reprovado por S. Jerônimo, que, criticando êste costume, diz: “Nenhuma escolha há a respeito da espôsa, mas como ela vem, precisa tê-la. Si é irascível, leviana, deforme, mal cheirosa ou com outros defeitos sabemos-lo só depois do casamento. Um cavalo, um burro, um boi e até a mais pobre das escravas, os vestidos também e as caçarolas, um assento de madeira, um cálice, um pote examinam-se antes de comprá-los; somente a mulher não é apresentada antes de casar com ela”. E isso porquê não eram os noivos que trocavam as promessas entre si; mas as pessoas sob cuja autoridade êles viviam.

Ao aproximar-se do grande dia, toda a casa se preocupava com a compra das jóias, e do enxoval, e com a escolha do pessoal, que devia acompanhar a espôsa na sua nova

moradia. A noiva dava um último adeus ao seu passado, consagrando as bonecas e seus outros brinquedos à divindade que a protegera durante a infância, geralmente à deusa Venus: *Veneri donatae a virgine pupae*, diz Pérsio.

No dia do casamento, quem se encarregava de enfeitar a noiva para a cerimônia era a mãe. A parte principal do enfeite nupcial consistia numa peça de fazenda, quadrada, côr de fogo, que se lhe punha sôbre a cabeça, caindo atrás e dos dois lados, de modo que ficava sômente a cara descoberta. Desde o despontar do dia, as habitações dos dois noivos enchiam-se de parentes, amigos e clientes, que serviam também como testemunhas, assinando todos o contrato de casamento, pois, a lei do tempo requeria dez testemunhas, no mínimo. As duas casas eram profusamente iluminadas, nos átrios abriam-se os nichos contendo as imagens dos antepassados, enfeitadas de tapetes, coroas e ramadas verdes. Uma dama, encarregada de conduzir a noiva, reunia as mãos do par, que se aproximava do altar e oferecia um sacrifício aos deuses. A espôsa era conduzida à noite para a casa do espôso, acompanhada por grandes tochas que iluminavam o caminho, e era levada em triunfo para transpor o limiar da nova residência, sem tocá-lo com os pés, costume que vinha de tempos antiquíssimos. Tudo acabava, no meio de sons e de cantos, num banquete suntuosíssimo, tanto que Augusto achou conveniente limitar por lei o luxo e a despesa dêstes banquetes.

O casamento, sobretudo em vista da grande mocidade das espôsas, devia ser como um salto brusco de uma condição de dependência absoluta, para outra de liberdade ilimitada; passando de uma segregação quasi completa para uma vida de alegrias e de distrações, que às vezes se aproximavam da licença, como eram certos espetáculos, aos quais começaram a ser admitidas as mulheres casadas na época de Augusto.

Pior ainda era o uso dos procuradores, que as mulheres ricas escolhiam para tratar dos próprios interesses, muitas vezes separados dos do marido; costume que dava ocasião aos motejos e às críticas da sociedade, porquê êstes procuradores *calamistrati*, como diz Sêneca, arrebicados e frisados, preenchiam as funções de cavalheiro servente e de chichisbeu mais que de procurador. “Vós me perguntais — diz Marcial — porquê eu não quero casar com uma mulher rica? A razão é que não tenho a menor intenção de me tornar o humilimo servidor de minha mulher”. Juvenal

também nada conhece de mais insuportável do que uma mulher rica. Parece até que os casamentos de conveniência, aos quais se prestavam os homens sem fortuna e sem vergonha, unicamente para obter dinheiro, não eram raros, porquê ofereciam meio de burlar a lei do celibato e gozar de uma liberdade ainda maior.

O casamento, como disse, dava às senhoras das classes mais elevadas uma liberdade quasi total, que as enchia de novas impressões e tentações. O título de *domina*, com que eram tratadas pelo próprio marido, e às vezes de *regina*, pelos clientes, lisonjeava-lhes a ambição. Nas rodas em que os maridos as introduziam a vaidade e a galanteria encontravam sua plena satisfação, a intriga, o terreno mais favorável às paixões, as excitações mais profundas, os galanteios, os meios inesgotáveis para variar os prazeres, e a ambição as maiores perspectivas. Nenhum efeito tiveram os raios que Augusto, no ano 18 antes da nossa era, atirou contra os celibatários, nem o desabafo que no senado, deu à sua aversão contra a incorreção das mulheres. Contra estas inventivas, e contra as declamações patéticas de Horácio e de Propércio, levantavam-se os gracejos cínicos de Ovidio, afirmando que a virtude da mulher naquele tempo, em Roma, era *introuvable*, e que rústico demais se revelava o marido que batia na mulher adúltera, pois que não conhecia bastante os costumes da cidade. Marcial chega a dizer que não havia em Roma uma mulher honesta:

Quaero diu totam, Safroni Rufe, per urbem
Si qua puella neget; nulla puella neget

(Procuro longamente por toda a cidade, oh Safrônio Rufo, se alguma moça nega os seus favores; não encontro nenhuma).

Corresponde a esta leviandade dos costumes, a facilidade com que se dissolviam os casais, a frequência dos divórcios. Sêneca diz que havia mulheres que contavam os anos não pelos cônsules, como era costume, mas pelo número de maridos; Juvenal sustentava que muitas mulheres não recebiam divorciar antes que a ramada verde, que enfeitava a porta na ocasião de sua entrada nupcial, estivesse sêca, chegando assim a contar oito maridos em cinco anos; Tertuliano assegura que as mulheres do seu tempo casavam unicamente para obter a oportunidade de divorciar; e Marcial, na sua sátira chocarreira, lembra que

Aut minus, aut certe non plus tricesima lux est,
Et nubit decimo iam Telesilia viro

(Mais ou menos não passaram trinta dias, e Telesilia já casou com o seu décimo marido).

Não parece que estamos na América do Norte? Substitua-se ao de Marcial o nome de Mark Twain, e não haverá outra modificação a fazer.

Causa de corrupção era também a escravidão, tanto para os homens como para as mulheres. Esses acontecimentos, são de todos os países e para convencer da sua realidade é suficiente lembrar o que escreve a êste respeito, no Brasil, falando da escravidão e dos seus danos morais, o Padre Vieira, quando pedia à Metrópole enviasse mulheres, fossem elas de qualquer espécie, para evitar os escândalos e a corrupção que aqui dominava. E tratava-se de cristãos. Que seria, em Roma, uma vez que sôbre ela ainda não brilhara a luz da moral cristã?

Mas outros perigos de corrupção, e ainda maiores talvez, ameaçavam a mulher, naquela época: a literatura, os espetáculos e os banquetes. O que fosse a literatura, pelo menos uma parte da literatura aos tempos de Augusto, pode-se presumir pelas obras de Ovídio, sobretudo a *Ars amandi* e os *Amores*, as produções mais finas e perigosamente imorais que se escreveram sôbre êsse assunto em todos os tempos; tanto mais perigosas, quanto maior é a inteligência e a arte de seu autor.

A paixão pelos espetáculos era uma das maiores fraquezas das mulheres romanas daqueles tempos. Esta paixão era devida, no dizer de Ovídio — que dessas cousas entendia muito — não sômente à curiosidade provocada pelo espetáculo, mas também ao desejo de aparecerem com os melhores enfeites, circundadas de luxo e de elegância, admiravelmente pintadas e penteadas a capricho, com cabeleiras postiças, que mandavam vir da Alemanha, ou tingindo os próprios cabelos, geralmente pretos, sendo a moda do dia o cabelo louro.

Femina canitiem germanis inficit herbis
Et melior vero quaeritur arte color.
Femina procedit densissima crinibus emptis;
Proque suis alios efficit aere suos

(A mulher tinge, com ervas teutônicas os seus cabelos, e com arte procura melhorar a côr dos mesmos. Ela vai co-

berta de uma densíssima cabeleira adquirida, fazendo seus, com dinheiro, os cabelos alheios).

Devo, porém, dizer, por desagravo da mulher, que a moda de usar cabeleiras postiças ou tingir os cabelos não era exclusiva do sexo feminino. Os homens faziam até pior. Os que não tinham cabelos, os carécas, usavam pintar a cabeça:

Mentiris ficto unguento, Phoebe, capillos,
Et tegitur pictis sordida calva comis.
Tonsorem capitis non est adhibere necessum:
Radere te melius spongia, Phoebe, potest. —

dizia Marcial. “Com uma pomada qualquer, oh Febo, falsificas os cabelos e encobres a tua suja careca com melenas pintadas. Não precisa de barbeiro para a tua cabeça, oh Febo, porque serve melhor uma esponja”.

Mas voltemos às mulheres, que, si não mandavam vir os vestidos de Paris ou de Londres, mandavam vir cabelos e tinturas da Alemanha, e assim enfeitadas apresentavam-se no teatro ou no circo, fazendo-se objeto de admiração para todos, e de galanteios por parte dos amigos e conhecidos. Acrescente-se que a maior parte dos espetáculos eram realmente escandalosos e provocadores, como os *mimos* e as *atelanas*, que se representavam ainda nos tempos de Augusto, ou como a superexcitação originada pelos espetáculos do circo. Compreender-se-á assim quanta razão assistia a Cipriano, quando afirmava que a matrona, que ia ao espetáculo pudica, voltava impudica.

Ao lado dos espetáculos, Tácito coloca os festins, como fatores de corrupção. Nos banquetes noturnos, que se aproximavam sempre da orgia, recebiam-se impressões semelhantes, si não piores, das que se levavam do teatro, pois a música, as dansas e as representações dramáticas formavam parte do programa dos banquetes. Nestes os ouvidos inocentes eram feridos por *obscenis canticis*, conta Quintiliano; os olhos pudicos eram escandalizados pelas dansas das mulheres Sírias e Andalusas. que, no dizer de Juvenal, sob o ponto de vista da moleza volutuosa e da licenciosidade, em nada eram inferiores às lúbricas bailarinas do Egito. Os conquistadores, os D. João, aproveitavam-se naturalmente dêste estado de superexcitação em que ficavam as mulheres, honestas ou não, para exercer a sua obra de corrupção. Daí à degradação, à depravação, ao deboche, o passo

é curto. Assim se preparam as mulheres que se abandonam a todas as extravagâncias, que se dedicam aos exercícios gladiatórios, que passam as noites nas orgias, que bebem à porfia com os homens, que se rebaixam à abjeção mais do que os homens, como testemunha Sêneca: *Non minus pervigilant, non minus potant, et oleo et mero viros provocant; aequè invitis ingesta visceribus per os reddunt et vinum omne vomitu remetiuntur* (não menos do que os homens, passam as noites velando, não menos bebem e com os perfumes e o vinho provocam os homens; até que devolvem pela bôca o que ingeriram contra vontade). Espetáculo deprimente, último grau da perversão a que pode descer uma mulher. Deixemos este espetáculo triste, para subir *in più spirabil aere*.

Desde os últimos tempos da República, as letras estavam em moda entre as mulheres romanas da alta sociedade. Catulo fala frequentemente, não só de Lésbia, mas de outras mulheres que gostavam de poesia; Salústio diz que Semprônia, aquela Semprônia que tomou parte na conjuração de Catilina, sabia fazer versos; no meiado do século passado, mais ou menos, foram descobertos alguns breves poemas de uma poetisa romana, Sulpícia, pelo passado atribuídos a Tibulo. Bastante numerosas portanto, na época de Augusto, eram as mulheres doudas, ou que se fingiam doudas nas letras. Neste “se fingiam” não queiram as senhoras ver uma calúnia de minha invenção. E’ Ovídio que o diz; e Ovídio, como já sabem, conhecia muito bem as mulheres de seu tempo. Diz ele:

Sunt tamen et doctae, rarissima turba, puellae,
Altera non doctae turba, sed esse volunt.

(Há, contudo, moças doudas, turba raríssima; há outra turba de não doudas, que, porém, pretendem sê-lo). *Bas-bleu*, dizem os Franceses.

Não podiam, aliás, as mulheres deixar de tomar parte na vigorosa vida literária daquele tempo. As que não participavam dêsse movimento intelectual por própria conta, interessavam-se pelo menos no que dizia respeito aos membros da sua família. Plínio louva sua mulher, que, por amor dele, se apaixonara pelas letras, lia os seus livros e até os decorava, cantava as suas poesias, acompanhando-se com a cítara, sôbre motivos, que nenhum maestro, mas sômente o amor lhe ensinara. A facilidade de expor os seus pensa-

mentos em forma elegante era bastante comum na boa sociedade; um tanto anuviada, às vezes, pela mania de intercalar palavras gregas entre as latinas, quando não se serviam completamente do grego, geralmente conhecido, na convicção de dar maior graça e eficácia ao discurso; uso reprovado por Juvenal, que achava isso admissível em se tratando de uma moça; mas que se tornava insuportável numa matrona de sessenta e oito anos.

A língua grega, preferida pelos amantes desde os tempos de Lucrecio, talvez por ter sido a língua em que Safo cantou os seus amores, tornara-se, nos tempos do Império, de uso comum entre as senhoras, que nessa língua faziam versos, na esperança de serem comparadas com Safo, como faz Marcial com duas poetisas romanas: Sulpícia e Teófila.

Quando não faziam versos elas próprias, criticavam os versos dos outros. Juvenal julga estas mulheres críticas piores que aquelas que amam demasiadamente o vinho. Nas suas reuniões as mulheres discutiam literatura, estética, gramática, tudo; faziam comparações entre Homero e Virgílio, corrigiam a gramática dos contemporâneos, e a das suas amigas ausentes, tomavam os ares de *Femmes savantes*, sem perceber o ridículo em que caíam. “Não é necessário — dizia Juvenal falando destas sabichonas — que uma mulher tenha toda a enciclopédia na cabeça, nem que compreenda tudo o que se acha em todos os livros”. Marcial, depois, acha outros motivos gramaticais para não casar com a *diserta Gala*, que não é aqui conveniente reproduzir.

Mas, é contra as mulheres que se applicavam ao estudo da filosofia que se levantam mais vivos os protestos e as reprovações; porquê, diziam uns, as mulheres dedicam-se a êstes estudos unicamente para brilhar, enquanto outros manifestavam receio de que viessem a tornar-se demasiadamente arrogante e presunçosas, deixando de passar o tempo em casa fiando e tecendo, e metendo-se a conversar todo o dia com os homens, a fazer discursos, a falar de filosofia, a disputar e sofisticar. Os favoráveis a êstes estudos, porém, sustentavam que não somente a filosofia, mas também as ciências exatas elas deviam estudar, sobretudo a matemática, porquê — dizia Plutarco, — uma mulher que soubesse matemática ter-se-ia envergonhada de dansar, e a mulher que conhecesse os encantos dos diálogos de Platão desprezaria os exorcismos e a magia. O que prova simplesmente como os grandes homens também podem ser ao mesmo tempo grandes ingênuos.

Houve, de fato, algumas matronas que na filosofia e nas matemáticas acharam distração e confôrto, mais que nas leviandades. Parece que Livia, quando perdeu o filho Druso, procurou fôrça e consôlo na filosofia estoica, e que Otávia, irmã de Augusto, encontrou alívio às suas infelicidades conjugais na filosofia de Atenodoro, que lhe dedicou uma das suas obras. A maior parte, porém, fazia da filosofia um passatempo. Houve um tempo em que em Roma as senhoras não liam senão a *República* de Platão, porquê na abolição do casamento e na comunhão das mulheres julgavam achar uma justificação dos próprios desmandos. Com a filosofia, naturalmente, ficaram na moda os filósofos, com as suas longas barbas grisalhas, a serviço das damas douradas, que entre as outras obrigações tinham a de acompanhar a *domina* a toda parte, até nas viagens fora de Roma. Luciano, o Voltaire da antiguidade, conta que uma dama rica e de alta condição, tendo um dia entregue aos cuidados de um velho filósofo estóico, que estava a seu serviço, a sua cachorrinha preferida, que se achava em estado interessante, durante a viagem esta deu à luz sôbre a capa do pobre filósofo.

O estado de decadência e descrédito em que caíra o paganismo deixara o deserto nos espíritos, especialmente das mulheres que, à falta de melhor, pois o cristianismo que nas mulheres achara os mais fervorosos adeptos, ainda não chegou até Roma, abraçavam os cultos mais extravagantes e mágicos, sobretudo os que vinham do Oriente. O templo de Isis, em modo especial, era teatro de um fanatismo, que não differia muito da loucura. Sacerdotes sem escrúpulos, que da credulidade do sexo fraco tiravam as próprias vantagens, prestavam-se a todas as intrigas e falcatruas, transformando a si próprios em alcoviteiros e ao templo em lugar de *rendez-vous*. Uma anedota contada pelo historiador judeu Josefo Flávio, caracteriza bem este estado de alma. O fato deu-se no ano 19 depois de Cristo. Um cavalheiro romano, tal Décio Mundo, estava perseguindo, de perto, com os seus galanteios, uma nobre dama de nome Paulina, muito honesta, mas dada ao culto de Isis. Os sacerdotes do templo que ela frequentava, corrompidos pela quantia de 5.000 sestércios, convenceram-na de que o deus Anúbio desejava ter com ela uma entrevista durante a noite. Naturalmente quem se apresentou foi Mundo, fantasiado de deus. A cousa chegou aos ouvidos de Tibério, sucessor de Augusto, que não sômente desterrou o culpado

mas mandou suspender os sacerdotes na cruz, demolir o templo e atirar a imagem da deusa no Tibre. Desde essa época, não somente os de Isis, mas todos os templos frequentados por mulheres eram apontados como lugares de corrupção, onde as mulheres iam prostituir-se, diz Juvenal. Propércio culpa os templos e os teatros da infidelidade da sua Cinzia; e Ovidio aconselha a frequência de uns e de outros aos caçadores de aventuras amorosas.

Do que disse até êste ponto, julgar-se-ia que nos tempos de que estamos tratando, em Roma, toda virtude entre as mulheres desaparecera, não existindo sinão corrupção. Erro, erro crasso. Si nesta palestra me detive particularmente nas fraquezas e nos defeitos das mulheres, é porquê os escritores daquela época cuidavam mais dos vícios que das virtudes, sendo que os primeiros ofereciam campo mais favorável às exercitações literárias, e mais fácil aceitação por parte do público; como acontece, aliás, em nossos dias, em que nove décimos das mulheres referidas na literatura contemporânea são adúlteras, e um décimo, somente honestas e virtuosas. O que não significa, felizmente, que a proporção literária corresponda à proporção real da nossa sociedade. Naquele tempo também, as nobres figuras de espôsas e de mãe que foram a felicidade e a luz da própria casa, não faltavam, e aparecem tanto mais resplandescentes, quanto maiores eram as trevas que as circundavam. As cartas de Plínio, o Moço, nos apresentam uma coleção de retratos destas mulheres dignas, suficiente para reabilitar toda a época.

A história conservou mais de um exemplo de grandeza de espírito e de heroísmo revelado pelas mulheres, e justamente desta época, que não oferecia senão um quadro repugnante de abjeção e de servilismo moral e político; quando as perseguições se estendiam também às mulheres, às quais se pedia conta até das lágrimas que vertiam em lembrança das pessoas queridas, vítimas do horroroso despotismo dominante. Foram as mulheres que mais de uma vez deram aos homens exemplo de coragem, de fidelidade e de devotamento, até o sacrifício; pois quando não conseguiam salvar os entes queridos com os pedidos e com as súplicas, morriam juntamente com êles. Houve mães que seguiram os filhos, espôsas que seguiram os maridos no exílio. “Vícia, mãe de Rufino, escreve Tácito nos Anais, foi condenada à morte por ter chorado seu filho”. A epigrafe encontrada sôbre um túmulo perto de Calhari, na Sar-

denha, lembra uma história comovedora d'êste gênero, que parece ter-se dado no ano 19, sob o império de Tibério. Um tal Cássio Felipe, tendo sido desterrado na Sardenha, lugar de deportação para os condenados políticos, foi acompanhado aí pela mulher Atilia Pomptila. O marido cai doente e a espôsa oferece-se aos deuses em lugar dele, e morre de fato, depois de vinte anos de casamento, satisfeita por ter conservado a vida ao seu espôso.

O exemplo mais nobre, porém, mais luminoso de heroísmo feminino que se encontra na história de todos os tempos, foi o de Árria que, depois de se ter ferido gravemente, apresenta o punhal com que se ferira ao marido, condenado pelo senado a se suicidar, dizendo-lhe: "Toma, Petus, isto não faz sofrer". Plínio, o Moço, narra outros episódios memoráveis da magnanimidade desta mulher incomparável. Seu marido e seu filho achavam-se, ao mesmo tempo, atacados de uma doença, que fazia temer pela vida de ambos. O filho morre e Árria o manda sepultar sem que o pai de nada saiba; e a todas as perguntas d'êste respondia, fingindo calma e tranquilidade: "vai melhor, dormiu, tomou algum alimento". Quando as lágrimas por muito tempo refreadas ameaçavam estalar em soluços, abandonava o quarto e dava larga a sua dor para voltar, uma vez que a natureza estava satisfeita, com os olhos serenados e um ar perfeitamente tranquilo, junto do seu espôso querido. Representar assim a parte de uma mãe segura e tranquila, depois da morte do filho, exclama Plínio, foi heroísmo maior do que o exemplo de desprezo pela vida, que mais tarde deu ao espôso para encorajá-lo no momento supremo.

A causa da condenação de Petus, como conta Tácito, fôra a sua participação na conjuração do legado Scribônio contra o imperador Cláudio, no ano 42, na Ilíria. Scribônio foi morto imediatamente e Petus preso e transportado para Roma. Árria suplicou em vão que lhe fosse permitido embarcar junto com êle, declarando-se pronta a tomar, no navio o lugar do escravo, que, para os serviços comuns, não podia ser negado a um homem da ordem de Petus. Não tendo obtido nem isso, alugou uma barca de pescadores, e sôbre esta seguiu o navio, que transportava o espôso. A mulher de Scribônio, que Cláudio mandara ouvir como testemunha no processo, e que lhe dirigia a palavra, disse Árria desdenhosamente: "Queres que eu te escute, tu que vi- ves ainda, depois que Scribônio foi imolado no teu regaço?"

O genro de Árria rogava-lhe que desistisse da idéia de morrer, — dizendo-lhe“ — “Queres que tua filha morra comigo, si eu também for condenado?” — “Sim, respondeu, si ella viveu sempre contigo em boa harmonia, como eu vivi com o meu Petus”.

Esta resposta não podia por certo tranquilizar e dar segurança aos seus sôbre as intenções que ella nutria; pelo que redobraram de vigilância, circundando-a de todas as atenções. Percebendo isso, ella disse: — “Nada obtereis; assim fazendo, conseguireis apenas tornar-me a morte mais dura, mas não podereis impedir-me de morrer”. E com estas palavras levantou-se precipitadamente da sua cadeira e bateu a testa contra a parede com tanta violência, que caiu sem sentidos. Reanimada, continuou: “Eu vos dissera que saberia achar o caminho da morte, mesmo mediante violências extremas, si teimardes em impedir-me que a procure por uma forma mais branda”.

A virtude “discende per li rami”, diz Dante, transmite-se como a mais preciosa das heranças. Árria Junior, filha da precedente, quis seguir o exemplo materno, e compartilhar a sorte do seu espôso, condenado à morte no ano 66; mas convenceram-na da necessidade de poupar sua vida, para não privar sua filha do único sustento que lhe ficava. Esta, por sua vez, mostrou-se digna da mãe e da avó. Duas vezes acompanhou o espôso no exilio, e depois que o justicaram, ella foi desterrada uma terceira vez por amor dele.

As damas de que falei pertenciam às classes superiores de Roma. Pouco sabemos das classes médias, das mulheres do povo, a não ser pelas inscrições que se encontram sôbre túmulos modestos de gente desconhecida, e nessas inscrições não podemos nos fiar pois que, depois da morte, os sobreviventes mostram quasi sempre grande indulgência para com os desaparecidos. Disse quasi sempre, porquê alguma vez as brigas familiares se prolongam até depois da morte; como prova um desses epitáfios, no qual um viúvo manifesta toda a sua satisfação pela perda irreparável. Diz êsse viúvo inconsolável: *No dia da sua morte testemunhei a minha gratidão aos deuses e aos homens.*

Nem todos os viúvos, porém, eram tão sinceros, ou tinham sido tão infelizes. Na maior parte, desses epitáfios emana um sentimento de doçura e de saudade, que prova como, nas classes médias, os afetos familiares tinham-se conservado mais em sua pureza antiga. As virtudes mais louvadas são as domésticas: ter vivido em casa, modesta-

mente, proba e castamente, obedecendo e applicando-se aos trabalhos domésticos, fiando e tecendo, e ter casado uma só vez, *univirae*, o que prova que, nas classes médias, o divórcio não era tão frequente, como nas classes altas. Um liberto da casa imperial elogia sua espôsa por ter sido casta e ter amamentado os filhos com o seu leite; coisa que não devia ser muito comum, si merecia tal distinção, e também porquê Áulio Gélio afirma que as amas de leite daquela época eram quasi todas *externae et barbarae nationis*, de nacionalidade estrangeira e bárbara. Às vezes também estas inscrições transbordam de doçura e delicadeza: “Aquí repousam os restos de Urbilia, mulher de Primo; morta aos vinte e três anos, querida por todos os seus, ela era para mim mais do que a minha vida”, diz uma. Outra assim reza: “À minha querida espôsa, com a qual vivi dezoito anos sem a mínima discórdia, com um sentimento de saudade que me faz jurar nunca mais tomar outra mulher”. Nenhuma, porém, é comparável com a seguinte, tão bela na sua simplicidade: “nunca me deu desgostos, a não ser pela sua morte”.

Assim falava o povo de Roma, quando a alta sociedade já estava em plena dissolução. Era êste o povo que esperava a palavra regeneradora, que devia vir do Oriente, através de mil perseguições, que fazem mais bela a sua vitória e mais completo o seu triunfo, e que como diz o poeta

Amor che nudo in Grecia e nudo in Roma
Ridusse in grembo a Venere celeste.

X - O Luxo no Século de Augusto

Quando se fala no luxo de Roma e dos Romanos, a imaginação costuma correr aos palácios fabulosos e às quintas suntuosas com que a fantasia dos romancistas, mais que a dos historiadores, enfeitou a antiga rainha do Lácio; povoando êstes palácios e estas quintas de nababos que vivem num luxo fabuloso, esbanjando riquezas, loucamente, nas mais insensatas extravagâncias que a mente pode inventar. É um êrro que é preciso desfazer desde logo. Não porquê esta forma de luxo, ou melhor, de dissipação não tenha existido em Roma; mas porquê foi obra apenas de alguns indivíduos e de alguns imperadores, que não brilharam de certo pelo equilíbrio das faculdades mentais. E o luxo, como os outros fatos e qualidades da sociedade, não se devem medir por uns poucos casos fora do comum, mas pela maioria dos indivíduos normais.

Partindo dêsse critério, vamos nos convencer de que, nessa opinião, há boa parte de lenda e de exagêro, devido sobretudo à falsa interpretação da tradição, ou à extensão com que se generaliza por todos o que era próprio sòmente de alguns. Os Scauros, os Lúculos, entre os particulares, e os Calígulas e os Neros, entre os imperadores, foram a exceção e não a regra e Apicio, que esbanjou riquezas imensas nas orgias mais requintadas, e que, quando sua fortuna se reduziu a dez milhões de sestércios, suicidou-se por se julgar excessivamente pobre, houve um só, e não completamente *compos sui*, isto é, com a cabeça às direitas.

Achei conveniente pre-emitir estas idéias, para desfazer êrros arraigados e evitar mal entendidos e não propriamente porque luxo, grande luxo, não tenha existido em Roma. Existiu, e começou quando generais e procônsules voltaram da Ásia carregados de despojos de toda espécie. Lúculo, que regressou de lá, no ano 66 antes de Cristo, trazendo os despojos de dois reinos, foi considerado por mui-

to tempo o protótipo dêsses nabados, pelas suas prodigalidades exorbitantes, sobretudo nas construções e nos festins. Eram, porém, raríssimos durante a República e somente depois da batalha de Ácio encontraram maior número de imitadores.

Na palestra sôbre o ventre de Roma, falei do luxo da mesa e das gulodices que os Romanos reclamavam de todas as partes do mundo. Não insistirei, portanto, neste ponto, direi de outras formas e modos com que se manifestava o luxo dos Romanos, especialmente do vestuário e dos enfeites, das casas, dos móveis, do governo da casa e do pessoal adido aos serviços da família, que constituía, às vezes, um verdadeiro exército, ao ponto de o número dos escravos, em Roma, superar o número dos cidadãos livres.

A lã foi a única fazenda usada pelos antigos Romanos. Nos últimos tempos da República unicamente é que as mulheres começaram a usar tecidos mais finos. A tela mais fina, que chamavam de *byssus*, vinha do Egito, da Siria e da Cilícia. O primeiro algodão das Índias (*cárbasus* em sânscrito), chegou a Roma durante as guerras asiáticas de 191 antes de Cristo. A seda da China foi importada somente no estado de seda crua e torcida, mas a esta importação acrescentou-se em breve a de tecidos leves de seda tingida, mistura de linho e algodão com seda. Estes tecidos, diáfanos como gaze e policromos, eram usados já no tempo de Augusto, não só pelas damas, mas também pelos homens efeminados. Somente depois de Augusto penetrou o uso da seda pura e o costume oriental de fazendas tecidas em ouro, de modo que o manto tecido em ouro, que a imperatriz Agripina vestia quando da nauquaia do lago Fucino, constituiu uma curiosidade como nunca se vira em Roma, afirma Plínio.

Quanto à forma dos vestidos, a primeira observação a fazer é que não somente eram mais conformes à natureza e às linhas estruturais do corpo humano e, portanto, mais cômodos, mas que eram também menos variáveis e menos sujeitos às volubilidades da moda. Não é que, na antiguidade, não houvesse variações também nos vestidos. Havia, mas muito menos frequentes do que hoje. A moda variava menos num século do que faz agora num ano. As variações eram devidas, mais que à moda, ao desejo e à ambição de certos recém-enriquecidos, que pretendiam encobrir com o fasto a origem modesta e plebea. Juvenal, na sua primeira sátira, fala dêstes *parvenus*: — Como é possível não

escrever sátiras, quando um indivíduo que já rapou a minha barba juvenil ousa agora porfiar no luxo com os patricios, ou um Crispino, hôrra da plebe egípcia, com capa tiria suspenza aos hombros, abana os dedos cheios de anéis estivos, que lhe cobrem inteiramente os dedos? Marcial, num epigrama tão vivo que não posso resistir à tentação de reproduzi-lo na sua forma original, descreve um sujeito que troca de roupa onze vezes durante o jantar:

Undecies una surrexti, Zoile, cœna,
Et mutata tibi est synthesis undecies,
Sudor inhaereret madida ne veste retentus
Et laxam tenuis laederet aura cutem.
Quare ego non sudo, qui tecum, Zoile, ceno?
Frigus enim magnum synthesis una facit.

(Onze vezes te levantaste, oh Zoilo, durante a ceia — E onze vezes trocaste de roupa — Afim de que o suor retido não penetrasse no vestido mádido — E a leve aura ofendesse a cutis dilatada. — Porque não sou eu que estou ceiaando contigo, oh Zoilo? — Porque um único terno dá um grande frio).

As côres vivazes e clamorosas eram as que mais impressionavam e eram preferidas por ambos os sexos nos tempos do império. Por este motivo, mais que pelo seu valor real, a púrpura era a côr favorita e própria dos grandes personagens, imperadores e senadores. O escarlate, *caccum*, era o mais apreziado entre as diversas gradações vermelhas, e Plínio colôca a púrpura dessa côr sobre todas as outras espécies de fazenda. A púrpura melhor era a de Tiro e pagava-se mais de mil sestércios a libra. Devido ao preço elevado, a púrpura era geralmente usada só em listas e guarnições. Por este motivo, Júlio César já limitara o uso dos vestidos de púrpura, para certas pessoas, em certos dias, Augusto restringiu-o aos senadores em função, e Tibério deu o exemplo de renunciar a essa fazenda.

Juntamente com as fazendas, vinham do Oriente outros produtos, naturais ou fabricados, que serviam ao luxo, especialmente das senhoras, como as pedras preciosas, as pérolas, os perfumes. Plínio diz que não havia ano em que se importasse menos de 55 milhões de sestércios de mercadorias da Índia, e que os produtos dessa região, juntamente com os da Síria e da Arábia, faziam sair do território do Império uma centena de milhões de sestércios. E

exclama: — “Eis o que nos custam os nossos caprichos e as nossas mulheres!” Todos êsses produtos, de fato, pagavam-se a preços fabulosos: a seda, dizem os escritores, pagava-se a preço de ouro, o sumo de betel pagava-se até 400 dinheiros, e o de canela até 1.500 dinheiros a libra.

O uso das pérolas e das pedras preciosas começou em Roma com o triunfo de Pompeu sôbre Mitrídate. O diamante, embora fosse julgado a mais preciosa das pedras, não era muito usado como enfeite. A esmeralda, entre as pedras preciosas, vinha imediatamente depois do diamante, e as melhores eram as de Sícia, originárias talvez dos montes Urais e do Altai. O terceiro lugar era ocupado pelas águas marinhas (*beryllus*) e opalas, estas, ao que parece, preferidas pelas matronas romanas. Não temos dados seguros acêrca dos preços dessas pedras, certamente deviam ser elevadíssimos, desde que conseguiram induzir muita gente a falsificar essas jóias, para satisfazer as numerosas damas, que, não dispondo de quantias suficientes para adquirir jóias verdadeiras, se contentavam com as falsificadas. Plínio dá uma notícia sôbre estas falsificações, e lembra escritos que ensinavam essa arte, sobretudo o modo de fabricar esmeraldas, sem ir “cerrar os olhos” nos sertões, como Fernão Dias Paes Leme.

O luxo maior, porém, era o das pérolas, que custavam mais do que as pedras mais preciosas. Plínio, o Velho, chama a paixão pelas pérolas de *mensarum insania*, loucura dos banquetes, e Plínio, o Moço, para completar o quadro, lembra que havia vestidos de senhoras ornados de pérolas, sendo êste considerado o presente de rigor que o pai da noiva lhe fazia no dia do casamento. O uso das pérolas nos enfeites femininos difundiu-se sômente depois da tomada de Alexandria, onde êste uso desde muito era vulgar, por ser esta cidade próxima dos mares onde, naquele tempo, se fazia a pesca dessas gemas; aumentando com o tempo, até chegar à época de Nero e dos imperadores que se lhe seguiram, chamados de *margaritarum saeculi*, os séculos das pérolas. Nero guarnecera as suas *cubilia amatoria*, na casa dourada, com pérolas que cobriam até as paredes. As senhoras romanas usavam pérolas especialmente como brincos e tanta era a ambição dêsse enfeite, que também as mulheres do povo faziam qualquer sacrificio para obtê-lo, porque diziam que uma grande pérola nas orelhas, passando pelas ruas, fazia o mesmo efeito que estar precedido pelos

litores. Nesta época, applicavam-se pérolas até nos calçados, usando em casa chinelos cobertos de pedras preciosas.

Para satisfazer essa ambição, gastavam-se quantias fabulosas. Sêneca diz que, às vezes, uma dama trazia nas orelhas o valor de uma provincia. César, durante o seu primeiro consulado, no ano 59 a. C., quando as pérolas em Roma eram ainda uma raridade, comprou uma pelo preço de seis milhões de sestércios para oferecê-la a Servília, mãe de Marco Bruto, que êle amava *ante alias*, sôbre todas as suas numerosas amantes, diz Suetônio. Plínio conta ter visto Lólia Paulina, uma das mulheres de Calígula "*margaritis opertam, alterno texto fulgentibus toto capite, crinibus, collo digitisque* (coberta de pérolas resplandescentes sôbre toda a cabeça, nos cabelos, nas orelhas, em redor do pescoço e nos dedos), um verdadeiro manequim vivo; e isso não numa ocasião solene, mas numa ocasião qualquer. Couisa curiosa é que essas pérolas não eram um presente de Calígula, como facilmente se poderia pensar, mas sim uma herança de familia, e vinham das extorsões perpetradas, no Oriente, pelo avô dessa dama, M. Lólio, Governador no tempo de Augusto, o qual, indignado pelos roubos de seu preposto, o condenara ao suicídio pelo veneno.

As damas romanas faziam também muito uso de perfumes, sobretudo de proveniência oriental. Segundo Plínio, do qual tiro todas estas noticias, as Romanas usavam tão abundantemente dos perfumes, que, ao aproximar-se de uma delas, a atenção de todos os transeúntes, por mais distraídos que estivessem, era atraída pelo cheiro que exalavam os seus cabelos e os seus vestidos.

Os primeiros e modestos inícios do luxo nas construções, em Roma, remontam ao começo do século anterior à vinda de Cristo. Sila, nascido no ano 138 a. C., morava ainda num apartamento ao rez-do-chão, o andar aristocrático da-quele tempo, pelo qual pagava 3.000 sestércios de aluguel, numa casa, cujo andar superior era alugado a um liberto, pelo preço de 2.000 sestércios. O uso do mármore nas construções públicas e particulares era ainda desconhecido. Foi L. Crasso o primeiro que ornou o átrio do seu palácio com colunas de mármore do Himeto, que mandara vir, aliás, para a construção de um teatro, e que depois usou por própria conta, o que lhe valeu o sobrenome de *Venus palatina* e as reprovações do seu colega Cn. Domício. A casa de Crasso, avaliada em seis milhões de sestércios, tinha seu valor, principal no jardim. A casa mais bela de

Roma, no ano 78, era a do cônsul M. Lépido, cuja soleira era de mármore da Numídia, *giallo antico*, amarelo antigo, espécie até então desconhecida na terra.

Meio século depois, porém, Roma já possuía uma centena de casas mais belas que a de Lépido, e Plínio lembra este aumento de magnificência e de luxo como um dos maiores prodígios na história dessa cidade. Este rápido progresso na edificação romana corresponde às grandiosas conquistas, feitas no Oriente e no Ocidente, no período que corre entre a morte de Sila e a de Júlio César (78-44 a. C.). As riquezas conquistadas eram empregadas em Roma em edifícios públicos e particulares. Todas as melhores qualidades de mármore foram importadas das ilhas do Egeu e das montanhas de Carrara. O primeiro que construiu a sua casa no monte Célio, com colunas exclusivamente de mármore cipolino, todo veiado de verde, foi Mamurra, lugar-tenente de César, na Gália, onde exerceu toda espécie de extorções e latrocínios, como diz Plínio, e contra o qual Catulo atirou alguns dos seus mais terríveis epigramas. Deste modo, Sallústio já podia falar de palácios grandiosos e Cícero chamar Roma de bela cidade, a-pesar-de estar ainda muito longe do que devia ser um século mais tarde.

Com o aumento das construções, subiram rapidamente os preços dos terrenos e os aluguéis. O terreno onde Júlio César construiu o forum, custou cem bilhões de sestércios. Ao mesmo tempo, os aluguéis quadruplicaram e quintuplicaram. Cícero comprara a sua casa pelo preço de três milhões de sestércios. Quando voltou do exílio e a encontrou em ruínas, o Senado ofereceu-lhe dois milhões de indenização, o que significa que avaliava o terreno em milhão e meio de sestércios.

As construções tomaram grande impulso, em Roma, depois da batalha de Ácio, seja pela segurança que foi consequência da pacificação do mundo romano, seja pelo impulso que lhes deu Augusto, desejoso de crear uma capital digna do grande império a que presidia, transformando a cidade de tijolos em cidade de mármore, tanto pelo que diz respeito aos edifícios públicos, como aos particulares. As poesias de Horácio, desde os primeiros anos do reino de Augusto, estão cheias das impressões que este luxo de edifícios despertava na gente de gosto simples dos tempos antigos.

Cur invidendis postibus et novo
Sublime ritu moliar atrium?

pergunta o Venosino: porquê deveria construir um átrio altíssimo em estilo novo, com colunas que 'provocam a inveja? De fato já se encontram átrios com colunas de trinta e oito pés de altura. Nestas novas moradias, traves de mármore do Himeto apoiavam-se sôbre colunas de mármore amarelo, da longínqua África, e os forros brilhavam de branco marfim, canta Horácio. Entre as colunas policromas surgem moitas verdejantes como pequenos bosques,

Nempe inter varias nutritur silva columnas e jactos de água murmurejante. Vitruvius, o maior arquiteto da romanidade, confirma estas descrições de Horácio — "Quando se constrói para grandes personagens, é preciso fazer vestíbulos altos e de aspecto real, um átrio muito espaçoso com peristilos, parques e alamedas estensas e imponentes, bibliotecas, galerias para quadros, tão grandiosas como as dos edificios públicos".

O luxo romano que, talvez, não encontre exemplo em toda a história da arquitetura, foi o das decorações arquiteturais. Com o uso dos mármore de muitas côres, vindos da Ásia, veio também o de revestir as paredes de pedras policromas e de outros materiais preciosos, começando êste emprêgo a se difundir durante o tempo de Augusto. Sêneca é o primeiro que levanta a voz contra êste gênero de estuque, onde tábuas preciosíssimas, vindas de todos os países, fazem contraste e rivalizam com os tetos de ouro e de marfim. Começou também, nesta época, o uso daquilo que, modernamente, chamamos mosaico, isto é, a combinação de pedras de côres diversas, representando figuras de animais e de árvores, o que Plínio, o Velho, chamava "pintar com a pedra". Incrustações dêste gênero foram descobertas sôbre o monte Palatino e nas escavações de Pompéia.

O costume de prodigalizar pedras finas e de todas as côres espalhou-se espantosamente durante o periodo dos primeiros imperadores. Numa sala construída por Calixto, liberto de Calígula, Plínio diz ter visto trinta colunas de alabastro oriental. Novas pedreiras foram abertas depois de Augusto, especialmente sob Cláudio, como as de pórfiro do Egito e as do monte Claudiano. As descrições de Stácio e de Marcial mostram como, naquele tempo, era coisa comum prodigalizar pedras de toda espécie e de todas as côres nas construções. Marcial, no epigrama LXXV do livro IX, fala de um tal Tuca que mandou construir termas com mármore de Caristo, de Sinada, da Numidia, da Lacônia.

.....extrait thermas
De marmore omni, quod Carystos invenit
Quod Phrygia Synnas, Afra quod Nomas misit
Et quod virenti fonte lavit Eurotas.

Nos entrepostos de mármore, descobertos onde existiu o pórtico do Tibre, foram encontrados milhares de montões de pedras, entre as quais predominam as de côres para construções.

Também o uso do vidro foi levado até o exagêro. O solo de Roma está como que alastrado de fragmentos de vidro, provenientes do revestimento das paredes e dos soalhos. Em Veii encontrou-se um soalho formado de uma massa compacta de vidro. Vitrificações a duas côres foram descobertas em diversos lugares, juntamente com os estuques nos quais estavam encrustadas; nem faltam verdadeiras vidraças pintadas.

A mais alta expressão, porém, em matéria de luxo nas casas romanas, foi a de Nero, a famosa *Domus Aurea*, descrita por Suetônio e por Plínio, reconstruída depois do incêndio do ano 64. Estendia-se, essa casa, desde o monte Palatino, além do vale e sobre a encosta deste, até as alturas do Esquilino, onde limitava com os jardins de Mecenas, cortada por diversas ruas. Sobre o espaço da entrada levantava-se uma estátua colossal de Nero, alta mais de cem pés. O palácio compreendia, entre as outras dependências, um pórtico triplice com o comprimento de uma milha romana, isto é, um quilômetro e meio; e um lago parecido com um pequeno mar, circundado de construções que figuravam, no conjunto, uma espécie de aldeia; parques agrestes, campos, vinhedos, cercas, bosques, confendo uma multidão de animais selvagens e mansos, de toda espécie. As salas eram todas revestidas de ouro e incrustadas de pedras preciosas e de madre-pérolas. Os gabinetes galantes eram incrustados de pérolas, como já disse. Para decorar este palácio haviam-se reunido todas as obras primas da arte helênica, escolhidas entre o que os despojos e as pilhagens da Grécia e da Ásia tinham trazido de mais maravilhoso. Invenções e descobertas novas foram aplicadas nesta construção. Foi construído um templo da deusa Fortuna com uma pedra encontrada na Capadócia, de uma transparência tal, que se lhe via o interior claramente, mesmo com as portas fechadas. Os caixilhos de marfim do teto podiam ser afastados, de modo que se podia espalhar flores ou per-

fumes sôbre os comensais. A grande sala dos festins era coberta por uma cúpula, que se movia sôbre o seu eixo e representava o dia e a noite. Os banheiros dispunham de água de mar e de água mineral. Quando os trabalhos estavam suficientemente adiantados para que Nero pudesse se estabelecer na nova residência, êste julgou que, afinal, começava a se estar hospedado como convinha a um homem de seu grau. Othão mandou continuar a construção, gastando para mais de cinquenta milhões de sestércios. Vitélio, contudo, achou que era em tudo indigna da residência de um imperador. Vespasiano, porém, achando inútil tanto luxo para a residência de um magistrado, mesmo que fosse o primeiro da nação, mandou demolir a maior parte do palácio, transformando-o em edificios para o divertimento do povo; anfiteatros e termas. A estátua colossal que representava Nero, foi transformada no deus do Sol. O pedestal dêsse gigante ainda existe.

A maior dificuldade que encontrava, em Roma, a paixão de construir, estava nos altos preços dos terrenos, que, como vimos, subiram a alturas fabulosas. Isto não acontecia fora da cidade, pelo menos nos primeiros tempos. porquê, em seguida, com a preferência crescente pelas habitações campestres e pelas quintas, aumentaram também os preços das terras nos lugares melhores e mais adequados a essas construções. Assim a quinta que Cornélia, a mãe dos Gracos, pagara 75.000 dinheiros, foi paga por Lúculo 2.500.000, e com certeza um aumento tão elevado não pode ser devido exclusivamente às melhorias e embelezamentos.

O amor pelas construções campestres aumentou também depois da batalha de Ácio, pelos mesmos motivos pelos quais aumentara o gôsto pelas construções na cidade. Horácio via tudo isso espantado, e cantava numa das suas odes mais belas:

Iam pauca aratro iugera regiae
Moles relinquent, undique latius
 Extenta visentur Lucrino
 Stagna lacu, platanusque caelebs
Evincet ulmos; tum violaria et
Myrtus et omnis copia narium
 Spargent olivetis odorem
Fertilibus domino priori;
Tum spissa ramis laurea fervidos
Excludet ictus.

(Já as suntuosas construções deixarão poucos “iúgeros” de terra ao arado, e de todos os lados ver-se-ão lagos artificiais mais extensos que o Lucrino, e o plátano estéril expulsará o olmo; também a violeta e o mirto e toda espécie de árvore cheirosa espalharão perfumes, onde se achavam oliveiras férteis para o seu dono; o frondoso laurel, com os seus ramos, excluirá os férvidos raios do sol). E continua lastimando o desaparecimento da simplicidade antiga.

Sonho de poeta. Apesar das queixas de Horácio, o luxo das habitações de campo faz-se sempre maior e as quintas mais custosas. As dificuldades do terreno, que as vezes encontravam-se, para construir, tornavam êsses edificios mais custosos. Stácio, descrevendo a quinta de Polius Felix, mostra o domínio do homem sobre a natureza: “Lá — diz o poeta — onde vedes uma planície, havia uma montanha, onde caminhos não coberto de um telhado, havia uma detestável solidão, onde enxérgais grandes árvores, não havia nem terra. Olhai aqui para ver como a pedra aprende a obedecer, como o palácio avança e a montanha retrocede, dócil ao mando do dono”. Recifes no mar eram transformados em vinhedos. Na quinta perto de Cumes, onde Servílio Vátia passou o tempo da sua velhice, em descanso, existiam duas grutas artificiais, excavadas à força de trabalho, e que tinham as dimensões de um dos átrios mais amplos; e enquanto uma nunca via o sol, outra achava-se iluminada pelos seus raios ininterruptamente, desde a manhã até o crepúsculo da noite. Do alto onde estava construída a quinta, viam-se as termas pertencentes à vila, collocadas sobre o mar, com duas cúpulas, um templo de Netuno e outro de Hércules. Um pórtico, partindo da cidade de Sorrento, conduzia por um caminho sinuoso subindo pela encosta, até a quinta. Em diversos pontos desta apresentavam-se as mais interessantes perspectivas sobre o mar e sobre as ilhas. Uma ala do edificio, donde a vista se estendia diretamente sobre Nápoles e, além, sobre o golfo, constituía a parte mais interessante da construção. Havia aí, prodigamente espalhados, mármores de côres das mais afamadas pedreiras da Grécia, da Ásia Menor, da Numídia e do Egito. Em toda parte, viam-se pinturas e esculturas preciosas dos mestres antigos, retratos de generais, de poetas e de filósofos.

Quintas como esta. encontravam-se numerosissimas em toda a parte; não havia ponto da Itália, desde os Alpes até a Sicilia, nas montanhas e nas praias, que não fosse aproveitado pelos Romanos, para construir nele uma residência

campestre, onde gostavam de passar os meses do verão ou do outono, saindo da cidade, cujo clima, especialmente nos dias de grande calor, não é nada agradável e até perigoso para a saúde.

O que faltava aos grandes jardins de Roma era a Flora riquíssima de que dispõem os modernos. O luxo das flores, na antiguidade romana, não consistia tanto na qualidade, como na quantidade, na profusão das poucas espécies disponíveis, sobretudo dos lírios, das rosas e das violetas. Desde os tempos de Varrão, a plantação das rosas e das violetas, nos arredores de Roma, era bastante desenvolvida e, sob o império, foi-se estendendo ainda mais a zona de irradiação dos jardins que circundavam Roma. "*Itaque sub urbe colere hortos late expedit, sic violaria ac rosaria, item multa quae urbs recipit, cum eadem in longinquo praedio, ubi non sit quo deferri possit venale, non expedit colere,*" diz Varrão, com profundo critério econômico. (Assim perto da cidade convém cultivar as hortas, como as violetas e as rosas e muitas coisas que a cidade consome, enquanto não convém cultivá-las em lugares longínquos, onde não há meio de pô-las à venda.)

A cultivação das flores, para uso da cidade, foi levada, contudo, muito mais longe da Campânia e de Pesto, como se fazia nos tempos de Varrão. Nos tempos de Sêneca, as rosas, muito procuradas também no inverno, importavam-se, sobre navios, desde o Egito, ou cultivavam-se, como os lírios, sob as vidraças.

Os móveis da casa romana eram muito escassos, exceção feita das salas de recepção, que ficavam abertas todo o dia, desde as primeiras horas quando se realizava a visita dos clientes, até à noite, quando chegava a hora das ceias. Nestas tomavam parte numerosos convidados, e prolongavam-se até alta noite. Aqui também os móveis não eram muito numerosos, mas luxuosos e custosíssimos: eram mesas recobertas com madeira de cedro, sobre pés de marfim; eram leitos incrustados de conchas, ou ricamente ornados de ouro e de prata; cobertos de tapetes orientais: eram magníficos vasos de Corinto, castiçais de Egina, aparadores guarnecidos de ricas baixelas de prata antiga, estátuas e pinturas de artistas célebres.

O gosto pelas baixelas de prata tornou-se em Roma uma verdadeira paixão desde o segundo século antes de Cristo. Já L. Crasso, cônsul no ano 95, possuía vasos que custavam 6.000 sestércios por libra, isto é, o preço de fabricação era

dezoito vezes superior ao do metal. Mas as obras que eram realmente trabalhos de grandes artistas, pagavam-se muito mais caras. Há exemplos de tapetes de Babilônia, para cobrir os leitos sôbre os quais se deitavam para comer, que foram vendidos por 800.000 sestércios, desde o segundo século da era antiga.

A mania, porém, que chegou até tocar as raias da loucura, foi a das mesas de cedro, que as mulheres lançavam em rosto dos maridos, quando êstes lhes exprobatavam as loucuras pelas pérolas. Pequenas mesas elegantemente salpicadas de diversas côres, cortadas sôbre o tronco dessa árvore, que cresce na serra de Atlas, pagavam-se a preços fantásticos, porquê o tronco dessa árvore difficilmente chega à grossura desejada, que era mais ou menos de quatro pés de diâmetro.

O uso de baixelas de ouro foi sempre raríssimo em Roma, onde ao contrário fazia-se grande uso da prata; e isto mesmo só no último século da República, ou pouco antes. Nos tempos antigos a baixela de prata era tão rara, que os embaixadores de Cartago, tendo sido convidados a jantar repetidas vezes, mas em casas diversas, encontraram sempre a mesma baixela. As numerosas conquistas e consequentes anexações territoriais generalizaram o uso da prata nos serviços de mesa. Completou o uso, a conquista da Espanha com as suas minas de prata, nas quais, no dizer de Políbio, trabalhavam 40.000 homens, e davam um produto de 25.000 drácmas por dia, 25 contos de réis, mais ou menos.

Nos últimos tempos da República e sob o Império, o uso da prata generalizou-se também entre as classes populares, médias e até inferiores. Havia soldados com o copo da espada e o cinturão guarnecidos de prata, mulheres do povo que traziam nos pés *compedes*, anéis de prata, e mesmo escravos que possuíam espelhos de prata.

Os escravos também eram objeto de luxo em Roma. Êste uso começou depois da tomada de Cartago e de Corinto, quando foram transportados para Roma, juntamente com grandes riquezas, numerosos escravos, uma parte dos quais era destinada ao trabalho produtivo, em casa ou fora dela. Outros destinavam-se aos serviços domésticos, mesmo os mais insignificantes, como também, tratando-se de escravos cultos, a funções intellectuais, superiores às vezes às de que era capaz o senhor. Assim, não sômente escreviam o que o dono lhes ditava, e faziam por êle a leitura, mas, muitas vezes, o auxiliavam nos seus trabalhos, fazendo pesquisas

indispensáveis para o preparo dos trabalhos, como aconteceu com Plínio, o Velho, que se serviu de um escravo para a maior parte das pesquisas e do preparo de sua *História Natural*.

Este uso, louvável em homens como Plínio, chegou até o exagêro, até o ridículo em outros, sobretudo naqueles enervados, naqueles decaídos, que não tinham mais energia e vontade própria e tudo faziam por intermédio dos escravos. Havia, assim, escravos encarregados de lembrar os nomes dos clientes e partidários dos seus donos; e pessoas que se faziam a escravos lembrar-lhes a hora do banho, ou de sentarse à mesa. São pessoas, diz Sêneca, enervadas de tal modo, que para êles seria esforço demasiado perguntar a si mesmos se estão com fome.

Foi, assim, que nasceu em muitos a idéia de suprir, com instrução dos escravos, à ignorância própria. Sêneca conta que um ricaço de seu conhecimento, querendo passar por culto, a-pesar-de ser completamente falho de instrução e de memória, mandou um dos seus escravos decorar Homero, outro Hesíodo, outros ainda, os poetas líricos, e quando havia algum festim, êstes escravos eram obrigados a ficar atrás dele e sugerir-lhe os versos que podia citar na conversação. Cada um dêstes sugeridores ganhava cem mil sestércios. Um dos parasitas, que vivia à custa dêsse indivíduo, um dia disse-lhe: Si tivesses comprado outros tantos caixões de livros, ter-te-iam custado mais barato. O mesmo farçante, um dia, desafiou o anfitrião para a luta, a-pesar-de ser êste doente e fraquíssimo: — Como posso lutar, perguntou-lhe o nosso homem, si tenho apenas um sôpro de vida? — Não digas isso, respondeu o farçante; esqueces que tens escravos fortes como gigantes?

Os escravos de luxo propriamente ditos tinham por officio não sômente servir os comensais à mesa, mas também divertí-los com motes e alegres discursos. Além de copeiros, muitas vezes êstes escravos, quando possuíam fartos e longos cabelos, parece que serviam também de toalha de mão, pois, a acreditar no que diz Petrônio, a moda era exatamente de enxugar as mãos nos cabelos dos escravos. Outros, sobretudo os de Alexandria, considerados como os mais espirituosos, eram adestrados para responder argutamente ao que se lhe dizia, tendo com isso o privilégio de dirigir os seus sarcasmos não só contra o dono, mas também contra os convidados, e tendo a oportunidade, assim de se desforra-

rem, a si e aos seus companheiros da infelicidade de sua situação.

As damas também tinham seus escravos de luxo; e êste era, talvez, o lado mais deprimente dessa instituição deshumana. Pobres criancinhas inocentes eram obrigadas a dançar nuas, enfeitadas como os Amores, dando voltas em redor de suas senhoras, que gostavam imensamente da garrulice e das chilreadas dessas coitadinhas, que começavam a vida servindo de passatempo e muitas vezes de alcoviteiros inconscientes para essas mulheres enervadas e insaciáveis de emoções violentas, essas mesmas mulheres que, no dia seguinte, eram capazes de ir ao circo assistir à luta entre os pais de seus pequenos escravos e responder *pollice verso* às súplicas dos gladiadores caídos, que imploravam mercê pela vida.

XI - As Belas Artes

Si todas as notícias dos tempos de Roma antiga se tivessem perdido — afirmou alguém — mas permanecessem as grandes ruínas das suas construções, espalhadas por todos os cantos do mundo romano, e bem assim os inúmeros restos das suas obras de arte, tirados dos escombros e das camadas que os cobriam, êles seriam suficientes para testemunhar o alto grau de civilização que pereceu juntamente com os dominadores do mundo. Si se tentasse recompor, com êsses destroços de obras de arte de toda a espécie, a imagem da profusão e da prodigiosa variedade de ornamentos artísticos, em virtude dos quais brilhavam os edifícios e as moradias tão numerosas e tão ricas do império romano, como pareceriam pobres e mesquinhas as nossas modernas tentativas de embelezar e enobrecer a nossa vida pública e particular mediante os ornamentos artísticos!

Já tive ocasião, no curso destas palestras, de mencionar a grandiosidade dos palácios e dos monumentos romanos, sob o ponto de vista arquitetônico. Esse gosto pelas construções, porém, não se limitava à *Urbs*, mas extendia-se a toda a Itália, e em seguida a todo o mundo romano, não só oriental, como a Grécia, a Ásia e o Egito, países já ricos de arte e que nisso foram mestres de Roma, mas aos próprios países ocidentais, onde a arte era quasi desconhecida na época da conquista. A França, especialmente a parte meridional, cujo nome lembra ainda a dominação de Roma, a Espanha, Portugal, as regiões ilíricas e danubianas, até a longínqua Rumânia, com a África setentrional, estão cheias de vestígios de monumentos artísticos, para provar o interesse que Roma tinha pelas artes, e para sua capacidade de despertá-lo igualmente nos países novos conquistados, que, sob o impulso da Metrópole, procuravam imitá-la também no progresso artístico. As cidades das províncias, de fato, cuidavam das construções municipais, tendo para isso comis-

sários especiais, nomeados para êsse fim, chamados de *curatores operum*, cujo encargo era tratar dêstes trabalhos de embelezamento. Plutarco diz a êste respeito que “quando as cidades abriam concurso para a edificação de um templo ou para a ereção de um monumento, ouviam os artistas que vinham fazer as suas propostas, examinavam os projetos e os orçamentos, e depois escolhiam o que prometia acabar a obra no mais breve tempo, do modo mais perfeito e com a menor despesa”. Fato que prova como a paixão da arte arquitetônica estava difundida em todas as cidades do império.

Roma, porém, a todas sobreexcedia. Em parte alguma se via edificio público de alguma importância, cujos adornos não oferecessem grande emprêgo de trabalho de escultura em pedra, ao qual se juntava, conforme o caso, o trabalho, do estucador, do cinzelador, do escultor em madeira, do fundidor, do pintor e do mosaicista. Estátuas, isoladas ou em grupo, enchiam o frontispício até o telhado, os nichos, os interstícios das colunas, e as traves que sustentavam as escadarias dos templos e dos teatros, — como o de Scauro, no qual não havia menos de três mil estátuas de bronze — dos anfiteatros, das basilicas e das termas. Os arcos de triunfo, sobretudo, eram geralmente coroados de estátuas equestres, de trofeus, de quadrigas e de carros a seis cavalos, guiados pela deusa Vitória. Relevos e medalhões ornavam os frisos, relevos e pinturas cobriam as almofadas; as abóbadas e os forros resplandeciam de pinturas a côres vivazes; todas as peças arquitetônicas eram cobertas de ornamentos plásticos, que a arte espalhava a mão cheia.

Nas praças públicas de Roma e das outras cidades não faltavam ornamentos plásticos, geralmente estátuas. O grande abastecimento que delas existia nas cidades da Grécia e da Ásia, não fôra esgotado senão parcialmente pela pilhagem sistemática de dois séculos de dominação romana, para encher os foruns e os templos de Roma. Si pelo número das estátuas, não eram as cidades comparáveis com as da Grécia, já nos últimos tempos da República, porém as cidades da Itália não estavam pobres dêsses ornamentos. Foi, porém, somente na época de Augusto que o gôsto pelo gênero cresceu, embora o imperador, no dizer de Suetônio, preferisse as raridades e os objetos antigos às estátuas e às pinturas: *non tam statuarum tabularumque pictarum ornata, quam xistis et nemoribus excoluit rebusque vetustate ac raritate notabilibus.*

A decoração das construções particulares atraía, mais ainda que a dos edificios públicos, a atividade dos artistas, porquê palácios e quintas não eram considerados completos sem grande número de estátuas e de pinturas. Este costume, já existente nos tempos da República, chegou à sua mais alta expressão sob o Império; de modo que Juvenal, falando de casas de campo e jardins particulares, chama-os de jardins de mármore, tão grande era o número de estátuas. Marcial, num gracioso epigrama, descreve o jardim de Arúncio Stela, ónde em redor de uma fonte se via um grupo de estátuas de mármore, representando ninfas e outras divindades:

Quid facit Alcides silva sacratus in ista?
Tam vicina tibi cur tenet antra deus?
Numquid Nympharum notos observat amores,
Tam multi pariter ne raptantur Hylae?

(Que faz o divino Hercules nesta floresta? Porquê ocupar as próximas grutas? Observa talvez os conhecidos amores das Ninfas, afim de que não sejam raptados êsses numerosos Hilas?) Domício Tulo tinha nos seus armazéns um número tal de obras de arte, que pôde ornar, com inúmeras estátuas antigas, um grande parque, no mesmo dia em que o adquiriu.

As obras de escultura, durante muito tempo, até o fim da República, pode-se dizer, foram em Roma quasi que exclusivamente importadas da Grécia, devido àquele orgulhoso sentimento romano que considerava indigna de um cidadão qualquer ocupação que não fosse o exercício das armas e do domínio. Esta tendência, ou melhor, êste temperamento desse povo é expresso nos admiráveis versos de Virgílio, no Livro VI da Eneida:

Excudent alii spirantia mollius aera,
Credo equidem, vivos ducent de marmore vultus,
Orabunt causas melius, caelique meatus
Describent radio, et surgentia sidera dicent:
Tu regere imperio populos, Romane, memento:
Haec tibi erunt artes, pacisque imponere morem.
Parcere subiectis, et debellare superbos.

(Outros trabalharão mais finamente os bronzes que parecem vivos, sei-o por certo, tirarão do mármore figuras vi-

vas, discutirão melhor as causas, descreverão com o compasso os movimentos dos astros e predirão o seu levantar: tu, oh Romano, preocupa-te em governar os povos com o domínio: estas serão as tuas artes; ditar as condições de paz, perdoar aos vencidos, e exterminar os rebeldes).

Isto não significa que aos Romanos faltasse sentimento artístico, como alguns pretendem, entre os quais o próprio Momsen, tão avarento em conceder uma centelha de gênio aos fundadores de uma civilização como foi a que impregnou toda a Europa Ocidental, durante quasi vinte séculos, e que ainda hoje é parte relevantíssima da civilização contemporânea. Significa simplesmente que preocupado, absorvido pelos cuidados de sua organização, o povo de Roma somente depois de ter providenciado à vida prática, voltou a sua atenção para a vida do sentimento. Deve-se, porém, a este respeito, desfazer uma lenda, que infelizmente é aceita por muitos como verdade absoluta: isto é, que o povo latino fosse completamente destituído de sentimento artístico, e que a que se costuma chamar de arte romana, fosse exclusivamente arte grega. Que a arte grega, já em pleno desenvolvimento quando a romana estava no seu início, tenha exercido sobre esta grande influência, e até sufocando, em parte, motivos originaes, não há dúvida: isto acontece sempre quando se acham em contacto duas civilizações de graus diferentes. Mas que em Roma não tenha havido arte antes da conquista da Grécia, e que, depois dessa conquista, a arte em Roma fosse exclusivamente grega, é erro gravíssimo, que alguns escritores romanos concorreram em crear, sobretudo Cícero e Horácio, na sua desmedida admiração pela arte helênica. “A arte romana existia — diz um historiador da arte, o francês Beulé — constituir-se, tinha caráter próprio, já emancipado do etrusco, e dera vida a obras de grande vulto, antes que a Grécia fosse submetida por Roma”.

Todos sabem do quinhão que os Etruscos tiveram na origem e formação de Roma, que, em parte, se pode considerar etrusca, pois alguns dos seus reis foram etruscos. Si não houvesse outras provas, seria suficiente observar a afinidade da arte primitiva de Roma com a arte etrusca. E’ verdade que alguns detratores do gênio romano baseiam-se nesta afinidade para dizer que também a arte romana anterior à conquista grega era arte de importação etrusca. Mas a influência etrusca desaparece com a época dos reis, isto é, no fim do século VI antes da nossa era, e Roma foi destruída pelos Gauleses um século e meio mais tarde. A reconstru-

ção da cidade não pode ter sido obra sinão dos Romanos, desde que, nesta época, havia desaparecido qualquer influência etrusca, e desde que estava ainda muito longe a influência grega. E os escritores latinos calculam em mais de trinta os templos construídos em Roma anteriormente à conquista grega, lembrando somente os que se relacionavam com datas memoráveis pelas vitórias conseguidas ou por outro acontecimento notável, o que leva à conclusão de que o seu número total era muito maior. E todos esses templos estavam ornados de estátuas. Varrão fala em duas mil estátuas que se encontravam nos templos romanos. Outro fato decisivo, em meu modo de ver, é a hostilidade que encontrou a arte grega em Roma por parte dos conservadores, simbolizados em Catão, o Velho, o qual, na arte e nos costumes gregos, via um perigo para a arte e para os costumes romanos.

Por este motivo não estão com a verdade os que sustentam ter a arte romana começado a manifestar-se somente no primeiro e no segundo século do Império. A arte romana, existente desde os primeiros tempos, foi durante alguns séculos excedida pela arte helênica, devido não só à superioridade desta, mas também à moda. Nunca, porém, deixou de existir, e o que, sob o Império, alguns historiadores chamam de primeiras manifestações, na realidade, são uma renascença, uma desforra da arte nacional contra a que lhe usurpara o lugar.

Deste fato, todos os grandes monumentos de Roma imperial ressentem-se do genial e harmonioso temperamento da arte etrusca enlaçada com a grega, através da serenidade e da força própria do Romano. Na arquitetura, por exemplo, as ordens são três, como na Grécia: dórica, jônica e coríntia. Mas com quanta modificação e adaptação ao gênio do povo! O que na Grécia era inspiração exclusiva do gênio, em Roma torna-se fórmula científica e geométrica, respondendo tanto ao sentimento artístico quanto à sua aplicação prática; o que é mais uma nota particular do solene e do grandioso que os Romanos punham em todas as suas manifestações. Esta característica de grandiosidade simples e singela da arquitetura romana manifesta-se sobretudo nos edifícios públicos, nos quais, levando em conta o uso a que se destinavam, a arte e a ciência auxiliam-se reciprocamente, e o elemento romano predomina em toda a sua pujança. Desta característica conservam-se provas nos restos das Termas, dos Teatros, dos Anfiteatros, dos Arcos de Triunfo, e das magníficas colunas comemorativas, das quais o tipo mais

perfeito é a coluna Trajana, que Viollet Le-Duc, nos seus *Entretiens sur l'architecture*, chamava romanamente de *monumento Senatus Consulto*.

As modificações e as adaptações ao solo e ao caráter do povo, introduzidas em Roma nas ordens arquitetônicas, precisariam não de uma breve palestra, mas de um curso completo. Os templos, as basílicas, os palácios e as casas particulares, os sepulcros, as termas, todos os edifícios imperiais ressentem-se deste espírito nacional, introduzido pelos Romanos na arte de construir. Limitar-me-ei, entretanto, a lembrar alguns destes monumentos que ainda hoje despertam a admiração de todos os visitantes da Cidade Eterna.

O Panteon, entre os mais antigos, é o monumento em que o principio da grandiosidade junto com o da simplicidade se explica em todas as suas partes. Uma cúpula de 43 metros e 40 centímetros de diâmetro, igual este à altura do edificio, é algo de extraordinário também para os Romanos, na sua concepção harmônica, e que, sem ser colossal, dá ao edificio algo de esteticamente grandioso e solene. O interior do templo, que os Romanos modernos chamam de *Rotonda*, pela sua forma circular, é animado por oito grandes vãos, um dos quais é a entrada. Diante de cada vão, levantam-se colunas de ordem coríntia, sustentando uma grande cornija, sobre a qual se apóia um ático interrompido pelos arcos de nichos com pilares coríntios. Sobre o friso deste ático, levanta-se a cúpula de forma semiesférica, descoberta na parte superior, com um diâmetro de oito metros de abertura. O pórtico ou pronau, próstilo octostilo é formado por oito colunas, que sustentam uma arquitrave com enfeites e frontispício retangular. Oito colunas internas dividem o pórtico em três naves, correspondentes à corda dos arcos internos. O conjunto é de uma simplicidade e de uma solenidade, que não foram ultrapassadas e que não podem sofrer qualquer modificação, sem perder a beleza e a grandiosidade. Houve, de fato, um arquiteto do século XVII, um grande artista, aliás, Bernini, que, na intenção de torná-lo mais grandioso, quis acrescentar-lhe duas torres laterais, no pronau, segundo o estilo seiscentista. O povo romano, porém, na sua argúcia, batizou-as imediatamente como "orelhas de burro", e as torres foram demolidas pela reprovação do sentimento popular. Este monumento, o mais completo que sobrevive da antiguidade, é obra genuinamente romana, sendo seu autor o arquiteto Valério de Óstia, que o acabou no ano 25 antes de Cristo isto é, cinco anos depois da batalha de Ácio.

Enquanto teatro e circo pouco se diferenciam dos correspondentes edificios gregos, genuinamente romano é o anfiteatro. Tipo d'êste gênero é o Coliseu, nome com que modernamente é designado o Anfiteatro Flávio, do qual infelizmente se conserva sòmente uma parte, a maior, e sufficiente para dar uma idéia completa desta espécie de edificios. A sua mutilação não é devida às invasões bárbaricas, como se deu com muitos outros edificios, nem às injúrias do tempo; mas sim ao fato de um pontífice da casa Barberini ter aproveitado o material para construir o palácio esteticamente horrível da Datária. A voz do povo, neste caso também, representada pela estátua mútila de Pasquino, fez ouvir a sua reprovação com êste trocadilho: *Quod non fecerunt Barbari, fecerunt Barberini* (o que não fizeram os Bárbaros, fizeram-no os Barberini). Apesar da inqualificável obra de destruição, o Coliseu apresenta-se ainda em toda a sua grandiosidade; pois o material tirado daí, e que serviu para construir um dos mais massivos edificios de Roma, não representa senão uma mínima parte, tendo ficado o restante de pé. Nele cabiam 87 mil espectadores, comodamente sentados.

A escultura romana primitiva manteve-se inalterada, enquanto permaneceram os antigos costumes republicanos, limitando-se a reproduzir as imagens dos antepassados, dos numes e dos heróis, que se conservavam nos *tablina*, galerias com nichos. Era uma arte severa, rígida, com caráter um tanto primitivo, que ficou mais ou menos igual, até o século IV a. C. Durante êste século, teve início um período de transformação, devido ao impulso que lhe deram os poderes públicos, ornando os edificios officiais com as estátuas dos principais varões da história romana.

Depois da conquista da Grécia (a. 146 a. C.), as obras artisticas, fruto da pilhagem, transportadas para Roma, não encontraram acolhida entre o povo, e foi preciso bastante tempo, antes que a arte grega triunfasse sôbre a antiga arte tradicional. Nisto tiveram grande parte os artistas gregos, levados como escravos, a princípio, e, mais tarde, chamados a Roma exclusivamente para aí exercerem a sua arte, a qual, no fim da República e no comêço do Império, ganhou grande aceitação, sobrepujando a dos nativos. Em breve, porém, como acontecera com a arquitetura, a escultura grega também se modificou sob a influência do meio, nacionalizou-se, tornou-se mais massiva, mais robusta e própria da gente romana; de modo que, nos tempos de Trajano,

já voltara à tradição nacional, acrescida, porém, da técnica e da genialidade grega.

Desa arte, nacionalizada sôbre fundo grego, os mais importantes espécimens que sobrevivem são, além dos numerosos retratos, os baixos-relevos da coluna Trajana e os do arco de Tito.

A coluna Trajana é circundada por uma faixa espiral, na qual é representada a história da guerra dácica em numerosos episódios, que a tornam sobremaneira importante, seja pela arte como pela história. Estão ali reproduzidos os usos de guerra daquele tempo, as máquinas, as armas, as roupas dos Romanos e das gentes danubianas, os navios, as embaixadas, as carnificinas, os incêndios, as fugas, as capitulações. A representação começa pela passagem do Danúbio sôbre uma ponte de barcas, e, através de episódios sem número, acaba com um quadro desolador, a rendição dos vencidos. Homens, mulheres, levando consigo os poucos restos da antiga fortuna, andam por grupos, empurrando diante de si o pobre rebanho, carregando nos braços as crianças e nas costas os velhos incapazes de se sustentar. Dois daqueles infelizes voltam-se atrás, dando o último adeus à querida terra natal.

Êstes episódios, que se sucedem na ordem cronológica, são representados com desenvoltura, verdade e profundo sentimento de arte. A obra do artista, que nos coloca diante dos olhos, mediante imagens sensíveis, aquela guerra longa e penosíssima, é mais eloquente que a do historiador; exalta-nos com as vitórias, desperta o nosso horror com os atos deshumanos, que são a consequência inevitável da guerra, que transforma o homem numa fera; entristece-nos com a lembrança de uma pátria valorosamente defendida e perdida; comove-nos com as tristes cenas das mulheres, das crianças dos vencidos, que pedem misericórdia aos pés dos triunfadores. Sem idealismos preconcebidos, sem retórica de formas e exquisites de estilo, achamos nestes baixos-relevos toda a poesia da história na realidade nua dos acontecimentos. Notável, sob o ponto de vista artístico, é o realismo que domina toda a composição, do primeiro ao último episódio, e que constitue o caráter que distingue a arte romana da arte grega. A arte grega era mais individualista, evitando o fundo histórico, para dar maior relêvo às figuras, colocadas geralmente sôbre dois planos. A romana foge dêste convencionalismo cênico e preocupa-se mais com a perspectiva e com os acessórios históricos necessários para a

justa compreensão do fato representado, dando vida, dêste modo, a uma arte independente, característica, que se destaca completamente dos modelos gregos.

Aproxima-se da escultura a glítica, gravação sôbre pedras preciosas, artes de que os Romanos gostaram bastante e da qual tiveram alguns cultores, apesar da maioria ser representada por Gregos. Nomes romanos que se distinguiram, nesta arte, foram Gneo, Saturnino, Êlio e outros. Trabalhos que com certeza, pelo seu estilo, foram obras de Romanos, são a *Jóia augústea*, de Viena, representando o triunfo de Augusto; a do gabinete de Holanda, em que é representado o triunfo de Cláudio, divinizado sob a forma de Júpiter, tendo ao seu lado Messalina, Otávia e Britânico; a terceira é a do gabinete de Paris, que representa a apoteose de Augusto sôbre o Pégaso, sendo o imperador recebido no Olimpo pelos seus antepassados, juntamente com toda a sua família.

Estendendo-se e popularizando-se o gôsto pela arte, esta perdeu muito de sua perfeição, para se tornar comercial, e a produção de estátuas e estatuetas, sobretudo de motivos religiosos, fez-se em série, dir-se-ia modernamente, de modo que havia armazéns cheios destas obras de arte inferior, prontas para serem vendidas nos mercados de Roma. A maior parte desta produção vinha da Grécia e da Ásia Menor. Apolônio de Tiana, falando das suas longas viagens, conta ter visto no pôrto do Pireu um navio, carregado completamente de estátuas de deuses de toda a espécie, destinadas ao comércio. Dêste gênero deviam ser as estátuas que se encontram ainda numerosas com a inscrição *D. M. (diis manibus)*, existentes em muitos sepulcros, e de um feitio muito medíocre. Existiam provavelmente grandes laboratórios, como existem ainda hoje em algumas cidades marmíferas, em Carrara, por exemplo, onde trabalhavam por conta de um empreiteiro, numerosos escultores, que produziam sob encomenda, ou mais frequentemente para abastecer o mercado. Formavam-se dêste modo famílias que tradicionalmente, durante gerações e gerações se dedicavam à arte, como prova e sequência de nomes que se repetem por diversas gerações, que assinam obras de arte escultural.

Uma vez posta neste caminho, a arte se ia rapidamente industrializando e o artista transformava-se em simples artesão, operário, quasi, do mármore e do bronze. Dêste modo, a construção e a execução de obras de arte, especialmente daquelas que exigiam grandes meios, eram geralmente con-

fiadas a empreiteiros-artistas, que, além da obra própria, se serviam de numerosos auxiliares. Segundo Plutarco, já mencionado, abriam-se concursos e encarregava-se da obra o artista que prometia melhor execução, pela menor despesa. A moção de Cícero para levantar uma estátua a Sulpício Rufo, propunha que os cônsules encarregassem os pedestres de estabelecer um acôrdo para a execução do pedestal e da estátua, pagando ao *redemptor* (empreiteiro) a quantia estabelecida.

O grande desenvolvimento de mecanização da arte, como a sua exploração em grandes laboratórios, onde o empreiteiro reunia os artistas, deu origem a uma espécie de divisão do trabalho, da qual se descobriram numerosos indícios. Havia operários especializados na produção de gênios, como havia casas especiais para a construção de monumentos tumulares. Mas ia-se muito além, nesta divisão, pois subdividiavam-se também as diversas partes do corpo humano, e na sua fatura cada operário se especializava. Assim sabemos que havia artistas que não faziam senão olhos (*fabri ocularii*), preparados com matéria de côr correspondente à dos olhos do individuo representado. Ford, como se vê, teve precusores, há dois mil anos. Não consta, porém, tenha havido, também naquele tempo, economistas que levantassem o seu protesto contra esta forma de trabalho, em série, causa de tantas degenerações fisiológicas e intelectuais. Com certeza não houve, porquê a maior parte dêstes trabalhos era executada não por trabalhadores livres, mas sim por escravos, e, como se sabe, os escravos em Roma não eram pessoas, mas coisas.

Como sabemos, os Romanos, si gostavam da arte, não tinham grande apreço pelos artistas, especialmente os escultores, devido ao trabalho manual, que a sua arte requeria. O suave Virgilio, nos versos que acima reproduzimos, exprime bem o desdém que os Romanos nutriam pelos artistas: *Excudent alii spirantia mollius aera* (...Façam outros estátuas que parecem vivas... tu, oh Romano, pensa em governar os povos). Esta falta de apreço, que vinha desde a antiguidade, não desapareceu com o Império, quando o amor pelas artes se generalizou. Sêneca, que nas artes figurativas não via senão obras de luxo, e que não lhes queria conceder um lugar entre os estudos que, como a gramática, a música, a geometria, a astronomia, aperfeiçoam e moralizam o espírito da mocidade, considerava o artista como um simples operário. Fato em que Lafâncio notava

uma contradição e a registrava em nota humorística: Esta gente —, dizia — adora os ídolos, mas despreza quem os fabrica.)

Foi devido a êste conceito que a arte plástica continuou, também sob o Império, de preferência nas mãos dos Gregos. O caso passou-se diversamente em relação à pintura. Em virtude da antiga tradição, que os Itálicos tinham, de cobrir as paredes de estuque, chegaram muito cedo a adquirir uma certa habilidade na arte da pintura mural, dedicando-se à representação de assuntos mitológicos e históricos. Não era portanto, desde os tempos antigos, considerado coisa deprimente para um Romano exercer a pintura. Conta-se que no ano 304 a. C., um Fábio de família patricia, ornou o templo da deusa da Saúde, com uma série de pinturas, às quais, Denis de Alicarnasso fez grandes elogios; os quais conferiram ao seu autor tanta fama, que o sobrenome de *Pictor* ficou hereditário na família dos Fábioes. Continuou, porisso, a pintura ser bastante considerada no mundo romano, tendo numerosos cultores na classe aristocrática, até entre os imperadores; porquê, além de Nero, Adriano e o próprio Marco Aurélio se deleitavam em pintar. A respeito de Adriano conta-se uma anedota bastante curiosa. Sendo pintor muito mediocre e vangloriando-se um dia dos seus quadros de natureza morta diante de Apolodoro, êste cançado de ouvi-lo, perdeu a paciência, e com liberdade concedida somente a um artista, rebateu-lhe: *vai pintar abóboras*, que, em nossos dias, significaria: vai plantar batatas.

A pintura teve cultoras também entre o sexo feminino; pelo menos nomes de pintoras encontram-se frequentemente assinando pinturas antigas. Si devemos acreditar no que diz S. Justino, havia também mulheres que exerciam a escultura. Êle acusa de elemento de corrupção o que se via nos laboratórios, onde se esculpiam os ídolos e se corrompiam as escravas, que nessas oficinas trabalhavam. E' possível, entretanto, que, em vez de mulheres que esculpiam, o santo falasse das mulheres que serviam de modelo, cujas relações com os artistas o escandalizavam.

Entre os pintores romanos mais apreciados, lembra-se Túdio, que viveu no tempo de Augusto, e pintou paisagens, vistas campestres, marinhas, tudo vivificado com figuras características e bem movimentadas. Numerosos foram os pintores que trabalharam na *Domus aurea*, de Nero, entre êstes, Fábulo Amúlio e o vêneto Turpílio. Estes pintores são lem-

brados entre os de importância excepcional, sobretudo pelo espirito romano que transpira das suas obras.

Duas palavras ainda a respeito da música, arte que em Roma teve também muitos cultores. Como para a pintura e as outras artes, aqui também é preciso começar desfazendo um erro, que corre entre muita gente, devido àquele espirito que manifestaram certos detratores incansáveis do nome romano, ao qual negaram todas as qualidades, que não fossem as da guerra e da organização social.

Os Romanos, antes da conquista da Grécia, — dizem — não tiveram música, porquê não se pode chamar de música aos instrumentos primitivos e às melodias muito simples, que foram vencidas pela arte grega. Não. Desde a Etrúria até a Sicília, havia música, e música original, correspondente às condições do lugar e à natureza do povo, essencialmente religiosa e agrícola. Os cantos dos irmãos Saliarés e dos Arvaes, os *subulones*, já conhecidos na época dos reis e existentes, ainda nos tempos de Ovidio, os cantos fúnebres, *naeniae*, para cujo acompanhamento havia instrumentos especiais, as *tibiae funeres*, os cantos dos camponeses lembrados ainda pelos poetas dos tempos de Augusto, os ritmos píricos das dansas que se perpetuaram, como a *siciliana*; os instrumentos musicais, que se encontram pintados ou esculpidos nos vasos e nos monumentos antigos, a começar do tempo dos Etruscos, as flautas duplas para as notas altas e as graves (*tibiis imparibus dextris et sinistris*), constando da união da tibia lídia com a frígia, como diz Horácio: *Lydis remixto carmine tibiis*, a *fistula* dos poetas bucólicos, o *utricularium* (a moderna “zampogna dos povos do Abruzo); a grande paixão para o teatro, sempre acompanhado pela música, que se acha entre o povo primitivo de Roma, provam exuberantemente a existência de uma música originária entre os povos latinos. Veiu, mais tarde, a música grega, já formada, sobrepor-se à arte nacional; como o verso helênico suplantou o verso satúrnio. Isto não significa, porém, que o povo romano não tivesse uma própria sensibilidade artística; porque êle também à música recebida pela Grécia, imprimiu um caráter nacional, como fizera com todas as outras artes.

Além do teatro, que, como disse, era sempre acompanhado pela música, a lírica era feita para o canto com acompanhamento de instrumentos, especialmente da lira. Horácio escrevia para êsse fim, isto é, para os seus versos serem cantados com acompanhamento de lira: *Verba loquor socianda chordis*, canta, na Ode XI do Livro IV das Odes (as

palavras que eu canto, para serem casadas com as cordas (da lira). Já lembrei numa precedente palestra os louvores que Plínio faz à sua espôsa, que lhe cantava os versos sôbre motivos não ensinados por mestres, mas inspirados unicamente pelo amor. Os versos de Virgílio, como afirma o gramático Donato, eram vendidos no teatro antes de começar o espetáculo, como se faz atualmente com os libretos da opera, que se vai executar.

Não havia solenidade, ou mesmo reunião de alguma importância, sem música. Aulo Gélío descreve um banquete oferecido numa casa pouco afastada de Roma, por um individuo rico, muito amante da música, alegrado por coros magníficos, compostos de moços e moças que se acompanhavam com a cítara, cantando poesias gregas e latinas com suave expressão. O uso da música nos banquetes, nesta época, tornou-se tão comum e tão insistente, que acabou virando uma praga pior que a dos discursos que atualmente atormenta os comensais depois de um almôço ou de um jantar. Claudiano, por isso, elogia um banquete, em que "*Nulla citharæ convivia cantu — Non pueris lascivia sonant*"; e Marcial, a quem lhe pergunta qual é o melhor banquete, responde: *In quo choraules non erit* (aquele em que não haverá música).

Uma distinção própria dos tempos modernos e que os antigos não conheciam, é a que existe entre música sagrada e música profana. A antiguidade não fez nisso nenhuma distinção, devido a que os espetáculos faziam parte do culto e, muitas vezes, davam-se espetáculos públicos para honrar grandes mortos. Isto, aliás, existe ainda hoje, e na própria Roma há música que difficilmente se pode distinguir, dizendo, si sagrada ou profana. Em Nápoles essa distinção é de todo impossível, e em certas províncias da Espanha meridional, sobretudo na Andalúzia, há solenidades religiosas que começam com grande compunção, e que num crescendo de entusiasmo se transforma em verdadeiro frenesi e acabam em dansa.

Já nos últimos tempos da República, o gôsto musical afinara-se, ao ponto de a arte do canto se tornar de execução difficil diante do público romano, que gritava e protestava contra os atores e cantores mediocres ou deficientes. Cícero diz que êsse público exercia uma critica rigorosíssima, não deixando passar a mínima falha, protestando e interrompendo até o espetáculo.

Quanto ao estudo da música, parece que os métodos não

eram muito diversos dos de hoje. Entre os exercicios preparatórios, longos e pesados, pelos quais se chegava à perfeição, figurava sobretudo o solfejo, consistente na vocalização das notas, que iam das mais profundas às mais altas, o que Quintiliano chamava de *praeparare ab imis sonis vocem ad summōs* (preparar, educar a voz a passar dos sons mais baixos aos mais altos). Além disso, os artistas de canto, para conservar a voz, eram obrigados a ter um método de vida rigorosissimo, cheio de privações, mas considerado favorável para fortificar a voz, abstinham-se de todas as comidas e bebidas, que a ciência ou a superstição julgavam prejudiciais às cordas vocálicas, evitavam o sol, o vento, as cerrações, mantinham um lenço diante da bôca, quando falavam em lugares descobertos e submetiam-se a mil outros sacrificios.

Em compensação, eram pagos regamente, e honrados até com estátuas, ainda em vida, como se fazia com os grandes varões. Alguns deles, os grandes “virtuosi”, recebiam quantias fabulosas, correspondentes a centenas de contos da moeda atual, por espetáculo. Marcial, que apesar da poesia, vivia sempre em grandes aperturas, fala com sentimento de inveja destes musicistas, e num epigrama, escrito em fôlha, para onde se transportara, durante algum tempo afim de descansar da penosa vida de cliente, diz, enviando o seu livro para Roma: — “Aqueles que te perguntarem quando eu voltarei, responde: *Poeta exierat: veniet cum citharœdus erit*; (saiu poeta: voltará quando for citado). Avisa aos poetas, que pretendem fazer da poesia uma profissão e pedir-lhe os meios de viver: *carmina non dant panem*; (a poesia não dá pão).

Entre as moças dava-se ainda mais importância à cultura musical, do que entre os moços. Musicistas célebres como Demétrio e Tigélio passavam o dia ensinando música às moças das familias ricas, como diz Horácio sarcasticamente, na Sátira décima do livro primeiro:

.....Demetri, teque Tigelli
Discipularum inter iubeo plorare cathedras.

(oh Demétrio e tu, Tigélio, convidado-vos a choramingar ao pé das poltronas das vossas discipulas.)

Formava-se assim aquella cultura musical que constituia quasi o espirito nacional, pelo qual não havia função e solenidade pública em que a música não fosse parte subs-

tancial, como se deu quando da solenização dos *ludi saeculares*, as festas mais grandiosas e solenes celebradas durante o império de Augusto e por êle presididas. O ponto central, por assim dizer, dêstes festejos foi o hino de Horácio, o conhecido *Carmen saeculare*, cantado por 27 moços e 27 moças em honra de Febo e de Diana, para a exaltação de Roma. Foi a palavra mais solene, a voz mais alada que saiu de peitos romanos, difundindo-se no purissimo céu do Lácio, em nome da latinidade e de Roma eterna, palavra, que ainda hoje, depois de vinte séculos, faz vibrar os nossos corações:

Alme sol, curru nitido diem qui
Promis et celas, aliusque et idem
Nasceris, possis nihil urbe Roma
Visere maius!

(oh sol fecundador, que com o teu carro luminoso abres e fechaes o dia, que nasces sempre novo e sempre idêntico, que nunca possas ver algo maior do que Roma!)

XII - Do Circo ao Anfiteatro

Em Roma, como na Grécia, como entre todos os povos, os espetáculos, desde os jogos, *ludi*, como os chamavam em latim, até o teatro, tiveram origem essencialmente religiosa, e celebravam-se em honra das divindades, nas grandes solenidades. Com o tempo perderam este caráter, e já nos últimos decênios da República serviam aos que ambicionavam ser eleitos aos cargos públicos para captar o favor dos eleitores. Caindo a democracia, os Imperadores serviam-se deles para distrair o povo e impedir-lhe que se preocupasse com a administração e com a política. Dião Cássio conta, que tendo um dia Augusto censurado o pantomimo Pilade pela encarnizada hostilidade que este demonstrava contra um seu colega de ofício, Pilade, não hesitou em responder-lhe: — É de teu interesse, oh César, que o povo se ocupe de nós.”

Os *ludi*, dizia eu, tiveram origem essencialmente religiosa. A tradição, de fato, reproduzida por todos os antigos historiadores, conta que durante os jogos consuales celebrados pelo próprio fundador da cidade, Rômulo, em honra do deus Conso, dos quais participaram numerosos habitantes dos arredores, os Romanos, aos quais faltavam mulheres, roubaram as moças dos Sabinos. A tradição também atribue a Tarquinio Prisco o merecimento de ter aperfeiçoado os *ludi*, de ter fundado o Circo Máximo, que foi o edifício mais antigo e mais importante, para os jogos públicos em Roma. Este caráter antigo dos jogos romanos é atestado, além da tradição, pela forma arcaica, que alguns deles conservavam, e facilmente reconhecível, apesar das transformações devidas ao tempo. Assim, no dia 25 de abril, quando o trigo começa a espigar, os agricultores romanos para impedir que as messes fossem atacadas pela “ferrugem”, celebravam as festas chamadas de *Rubigalia*, em honra do deus *Rubigus*, divindade cuja invocação livrava as sea-

ras da alforra. Durante o Império estas solenidades mudaram de nome, chamando-se de Florália, mas conservaram as antigas formas e manifestações profanas de origem antiquíssima. Aqueles, aliás, destes *ludi* que tiveram origem em tempos históricos, isto é, de cuja instituição existe lembrança, confirmam sempre esta nota religiosa. Os *ludi Capitolini* foram instituídos pelo Senado depois da expulsão dos Gauleses, segundo Lívio, porquê Jupiter Optimus Maximus protegera, no perigo, o seu templo e a cidadela do povo romano (Capitolium); como os *ludi Apolinarie*s foram celebrados pela primeira vez no ano 212 a. C. em seguida à descoberta e interpretação de importantes livros augurais.

Nos últimos tempos da República e sob o Império, o Circo, durante o período dos jogos, tornava-se o centro da vida romana, onde se reuniam todas as classes de cidadãos, e onde, no entusiasmo que a dominava, a multidão se abandonava a toda espécie de manifestações, muitas das quais não seriam permitidas em outros momentos, ouvindo-se também, às vezes, gritos subversivos, lançados por indivíduos que aproveitavam da confusão para provocar desordens. Aí o povo podia ver de perto os imperadores, que frequentavam assiduamente os espetáculos no suntuosa tribuna particular; dava palmas ou vaiava e escarnecia as personagens mais conhecidas da cidade, glorificava as mais famosas, como aconteceu, segundo Tácito, quando, recitando-se num teatro versos de Virgílio, e tendo naquele momento dado entrada no teatro o poeta, êste foi recebido com fervorosos aplausos; ou recebia-os com o silêncio, como fez com Júlio César, em sinal de protesto contra as suas tendências ditatoriais. O circo, e mais tarde o anfiteatro, era, juntamente com a assembléa e os comícios, um dos três lugares onde o povo podia ainda manifestar a sua opinião, diz Cícero.

Nenhum motivo haverá de admiração, portanto, si, com o tempo, êstes *ludi*, no circo e no anfiteatro, se tornaram sempre mais frequentes, durando diversos dias, como os de Venus, que se prolongavam do dia 20 ao dia 30 de julho. Um dos poucos calendários supêrstitos nos faz saber que dos 365 dias do ano 176, quasi a metade, era dedicada aos jogos; e Santo Agostinho acrescenta que havia dias em que se davam simultaneamente espetáculo em diversos circos e anfiteatros.

Os *ludi* mais famosos foram os do Circo Máximo, que se localizava no vale Múrcia, entre o Palatino e o Aventino,

lugar em origem alagadiço, atravessado por um riacho que ainda existe, a Marrana. Antes de existir o Circo, esta região foi beneficiada com obras de drenagem, e cultivada, como o prova o fato de se encontrar aí o templo do deus Conso. Em redor da ara desse deus — que foi, até uma época muito adiantada, venerada e incluída no recinto do Circo — nos dias em que era êle festejado, o que acontecia três vezes cada ano, reunia-se a mocidade romana para homenagear a divindade agreste com corridas de cavalos: e aquela planície, que tinha algumas centenas de metros de extensão, ficou à disposição dos moços para essas corridas e outros exercícios ginásticos. Justamente nesse lugar a tradição colocou o Rapto das Sabinas. “Rômulo — diz Lívio — preparou os jogos em honra de Netuno Equestre, chamou-os de *Consualia*, e mandou que se anunciasse aos povos vizinhos um grande espetáculo... Quando chegou o momento estabelecido, e todos estavam absorvidos pela luta, foi dado o sinal de assalto e os moços romanos atiraram-se sobre as mulheres sabinas e as raptaram, entre a confusão geral provocada por êste fato”.

A tradição liviana também atribue a Tarquinio Prisco o primeiro traçado do Circo, com a designação das repartições, onde senadores e cavalheiros podiam levantar tribunas durante o período dos espetáculos. Lívio fala de outras construções no vale do Circo, durante os séculos IV, III e II a. C. Sòmente no tempo de Júlio César, porém, encontra-se notícia de grandes trabalhos, que tornaram possível o levantamento do edificio monumental. Suetônio, na vida de César, fala destas obras, depois das quais — diz o mesmo autor — “a flor da mocidade romana guiou bigas e quadrigas, fez corridas dessultórias, (era êste um jôgo, pelo qual o cavalleiro pulava de um para outro cavalo enquanto êstes corriam); e iniciaram-se os jogos troianos (também equestres) executados por dois esquadrões de moços da maior e da menor nobreza”.

O Circo Máximo foi destruído e reconstruído diversas vezes, conservando sempre, porém, a mesma figura. Tratava-se de um retângulo com 645 metros mais ou menos de comprimento e 124 de largura, no qual um dos lados breves era substituído por um semicírculo, enquanto o lado oposto, com uma curva menor, era ocupado pelos *carceres*, cocheiras onde se achavam os cavalos. Nas corridas comuns, as portas abriam-se, a um tempo, mediante um mecanismo especial, os cavaleiros se lançavam no circo correndo, em redor

de uma estacada de 200 metros, colocada no meio do pica-deiro no sentido do comprimento, cujas extremidades se diziam *meta*, junto das quais os corredores com os seus carros deviam passar o mais próximo possível sem tocá-las, porque em caso contrário seriam desqualificados e vaiados pelo público. Dêste modo deviam dar sete voltas, 2.800 metros, mais ou menos, para chegar à *calx*, linha branca marcada com cal. O primeiro que ultrapassava esta linha era proclamado vencedor.

Consoante a descrição de Denis de Alicarnasso, os lados do Circo, excluído o dos *carceres*, eram ocupados por três ordens de assentos. Só a primeira ordem era de mármore, sendo os degraus superiores em madeira, compreendido o vigamento, pois faz-se menção de frequentes incêndios e desmoronamentos. No império de Antônino Pio, um destes infortúnios custou a vida a mais de 1.100 espectadores; no de Diocleciano, segundo os seus biógrafos, num destes accidentes pereceram 13.000 vítimas. As tribunas do Grande Circo, nos tempos de César, apresentavam um comprimento de 1.473 metros, com lugar para 150.000 espectadores sentados. O aumento da população e a paixão por estes espetáculos determinaram construções sempre maiores. Depois do grande incêndio que se deu no império de Nero, que teve início exatamente no Circo, êsse imperador mandou encher o valo que corria em redor da velha construção, aproveitando o espaço para aumentar a lotação, chegando assim a conter 250.000 espectadores. No IV século da nossa era, os lugares subiram a 385.000.

As tribunas inferiores e mais próximas da liça eram reservadas aos senadores, as do degrau imediatamente superior aos cavalheiros; todas as restantes eram destinadas ao povo em geral. Não havia lugares especiais para as senhoras, como nos outros espetáculos, estando elas sentadas junto com os homens. O Imperador, com a sua familia, tinha um lugar especial perto dos senadores; aí achavam-se também os camarotes que alguns imperadores mandaram construir para seu uso. No meio do lado menor, entre os degraus, abria-se a Porta triunfal (*porta pompae*). Sôbre a plataforma ou estacada, em redor da qual corriam os cavalos, havia altares, o de Júpiter, por exemplo, o da Grande Mãe, e obeliscos.

Mais do que a reconstrução material do Circo, é interessante surpreender, penetrar o espirito do povo que animava êste grande edificio; começando pelos arredores, que eram povoados por inúmeras pessoas de toda espécie, que

faziam os seus negócios e exerciam as suas artes ou as suas fraudes. Mercadores ambulantes vendiam toda espécie de comidas e bebidas em tavernas abertas nos flancos do edificio, do lado exterior, ou ao aberto; dansarinos e dansarinas representavam as suas farças perante o público mais vulgar e astrólogos triviaes e outros adivinhos prediziam a sorte, dêse o tempo de Ênio.

Plebeium in circo positum est in aggere fatum,

como dizia Juvenal, adivinhavam o futuro calculando um pequeno montão de pedras; moças de vida leviana dansavam segundo os costumes mais licenciosos, oferecendo de gradante espetáculo, como diz o mesmo poeta: *ad circum iussas prostare puellas.*

Nos dias de corrida, a multidão atropelava-se desde a madrugada para tomar os lugares melhores, e isso não era sem perigos, como sempre acontece nesses momentos de lufa-lufa. Acrescente-se a isso o capricho ou a loucura de certos imperadores, que parece gostavam de atormentar o público. Suetônio conta que Calígula, inquietado pela gritaria dos que durante a noite procuravam arranjar bons lugares, mandou expulsá-los a golpe de cacete, e que, nesse tumulto, ficaram esmagados vinte cavalheiros e outras tantas matronas, além de grande número de populares.

Para não perder o lugar tão laboriosamente conquistado, quando o espetáculo durava todo o dia, os espectadores levavam consigo o farnel necessário e comiam e bebiam ali mesmo, sentados nos degraus. Quintiliano conta que, num dia de corridas, Augusto, tendo visto um individuo que comia não muito longe dele, e considerando isso como um insulto à sua dignidade, mandou redarguí-lo, dizendo: — Eu, si quero jantar, vou para casa. Ao que o espectador prontamente rebateu: — *Tu enim non timēs ne locum perdas* (porquê tu não tens mêdo de perder o lugar). Quando os espetáculos duravam mais de um dia, o público, pelo mesmo motivo, dormia também no Circo. E os imperadores para satisfazer a esta paixão mórbida, faziam distribuir entre a assistência pão e toucinho. Donde a famosa frase de Juvenal: *panem et circenses*, pão e jogos do Circo. Esta era a arte de governar, própria dos imperadores.

Muitos dias antes do espetáculo, Roma inteira só falava em cavalos e em aurigas, fazendo prognósticos sobre o futuro resultado da liça. Luciano chama a esta paixão de louca mania pelos cavalos. Os nomes dos cavalos circu-

lavam pelas bôcas de todos, a effigie deles era reproduzida nas medalhas comemorativas, nos monumentos fúnebres dos seus donos. Os melhores cavalos vinham das províncias, dedicando-se certas partes da Itália à indústria da criação de cavalos, indústria bastante rendosa, por serem êstes animais vendidos por preços elevadíssimos, às vezes mesmo exorbitantes. Famosos entre todos, eram os cavalos da Sicilia, na Itália; e os crescidos nas margens do Tejo e do Guadalquivir, no dizer de Simaco, que, para festejar a pretaura do filho, fez grande encomenda dêstes animais.

A idade própria para fazer correr os cavalos era a de três anos segundo uns, segundo, outros, de cinco. Eram procuradíssimos sobretudo os que já haviam alcançado alguma vitória. Os amadores e os conhecedores estavam ao par dos nomes, da origem e da família, da idade, do estado de serviço e das proezas dos cavalos mais famosos do Circo, e contavam numerosas anedotas relativas à inteligência e habilidade dêsses equinos. Uma das mais conhecidas é a referida por Plínio, segundo a qual um auriga, tendo caído do carro desde o início da corrida, os seus cavalos continuaram no seu curso com tanto empenho, como si o seu condutor os tivesse guiado, e conseguiram a vitória, apesar dos esforços dos outros concorrentes.

Frequentemente a paixão pelos cavalos de raça degenerava em verdadeira mania, elevando-se-lhes até monumentos. Conhecida é a mania de Calígula, que pretendeu nomear cônsul o seu cavalo *Incitatus*. Na véspera do dia em que devia correr mandava, pelos seus soldados, impedir que se fizesse qualquer rumor nas proximidades, para que não fosse perturbado o animal no seu repouso. Epíteto conta que um espectador, tendo visto o seu cavalo preferido ultrapassado na corrida, envolveu a cabeça na toga e desmaiou. Tendo o cavalo retomado a dianteira, precisou aspergir com água êsse homem tão sensível, afim de que êle retomasse os sentidos. Nero dotou de tença especial cavalos eméritos reformados pela idade adiantada.

Depois de Nero ter ampliado os jogos do Circo, de modo tal que duravam dias inteiros, os diretores dos partidos não quiseram mais ceder o seu pessoal para um tempo mais curto, e começaram a tratar com arrogância as propostas dos magistrados. No ano 54, o pretor Aulo Fabricio, não querendo submeter-se às exigências dêsses empreiteiros, mandou apresentar na liça cães bem adestrados, em vez de

cavalos. Esta demonstração de energia induziu os empreiteiros a capitular.

Como acontece hoje com o futebol, formavam-se os partidos, com seus torcedores, tomando cada partido uma cor especial. As cores primitivas foram a branca e a vermelha. Em seguida, nos primeiros tempos do Império, acrescentaram-se a verde e a azul. A influência exercida por estas divisões foi tal, que chegou a refletir-se até na política e nas relações familiares

Nos primeiros tempos, eram os donos que guiavam os seus cavalos. Mais tarde foram verdadeiros profissionais, às vezes escravos. E tanta era a honra concedida aos vencedores, que frequentemente obter a vitória significava para os escravos obter a liberdade. Ordinariamente, a recompensa para o vencedor consistia em palmas e coroas, em dinheiro e roupas suntuosas. Pela liberalidade que com o tempo se estabeleceu, os aurigas vitoriosos muitas vezes fizeram grandes fortunas. Scorpis foi célebre no império de Domício, e Marcial lembra tristemente como este Scorpis, no espaço de uma hora, tendo obtido seis vitórias, ganhou quinze bolsas cheias de ouro. Entre os favoritos de Calígula figurava o auriga Eutique, do partido verde, ao qual, depois de uma orgia, o Imperador fez presente de dois milhões de sestércios. As estátuas de condutores de cavalos, com os pitorescos costumes que usavam no circo, eram numerosíssimas em Roma.

Chega afinal o dia, tão desejado. Já antes da aurora as ruas estão cheias de povo, que se acotovela para conseguir um lugar. Não sendo possível cobrir todo o vasto circo, a gente defende-se mediante grandes chapéus e guarda-chuvas, contra o sol e a chuva. As mulheres, com os seus vestidos de cores vistosas, dão ao conjunto uma nota vivaz e alegre.

Os jogos começavam com uma solenidade religiosa. Um grande préstito descia do Capitólio, carregando numerosas imagens de deuses, atravessava o forum todo engalanado, depois tomando a direita, atravessava o *vicus Tuscus*, o Velabro e o *forum boarium*, entrando no Circo pela porta do lado dos *carceres*, dando a volta por todo o hipódromo. O magistrado que oferecia o espetáculo, encabeçava o préstito, sentado no seu carro triunfal, vestido de púrpura, com um cetro de marfim na mão e uma coroa de ouro, sustentada sobre a sua cabeça, por um escravo. Circunda-o, a

cavalo, a mocidade equestre e, a pé, os filhos dos que servem na infantaria; vêm, em seguida, os aurigas com as suas bigas ou quadrigas, e eventualmente os atletas e outros artistas que tomam parte no espetáculo. Depois destes vêm dansarinos, tocadores de flauta e de cítara com passo rítmico, trazendo turibulos acesos, vasos de ouro e de prata e simulacros dos deuses Júpiter, Juno, Minerva, as Párcas, as Ninfas e as Musas, carregados às vezes sobre carros suntuosos, com um cerimonial complicadíssimo e enfim surgem as insígnias imperiais. Diz Ovídio:

Sed iam pompa venit: linguis animisque favete
Tempus adest plausus: aurea pompa venit

(já vem o préstito: calai e prestai atenção. E' este o momento de aplaudir: já entra o áureo préstito.) A assistência recebia a procissão de pé, entre aplausos fragorosos e gritos a favor dos corredores do partido preferido, e imprecções para os adversários; invocando o apóio das divindades quando estes passavam puxados no seu carro. Começava assim a "torcida", não menos rumorosa e apaixonada do que as que assistimos frequentemente nos atuais jogos de futebol ou de pugilato, exaltando as côres que estavam em liça, ou deprimindo-as.

O entusiasmo por que se deixavam dominar os Romanos durante as corridas, é descrito por muitos autores, sobretudo pelos poetas. Magnífica a descrição que desses jogos faz Sílio Italiaco, no fim das suas *Púnicas*, relatando os jogos para festejar a vitória sobre os Cartagineses, e a de Ovídio, nos *Amores*. As mais ardentes paixões públicas misturam-se com as particulares. Há quem ri, quem chora, quem desmaia porquê o cavalo favorito ficou atrás, quem arranca os cabelos pela morte de um auriga e chega até ao suicídio. Sobretudo, porém, o que domina é o sentimento partidário e das diversas côres, que mantêm agitada toda a cidade, porquê si os verdes perdem, diz Juvenal, é como si Roma fosse novamente vencida em Canne.

Aberração monstruosa de todo um povo, que vive no ócio, preocupado unicamente pelos jogos, e que inspirou estas tristes palavras a um escritor cristão do IV século: "estes indivíduos gastam toda a vida no vinho e nos jogos, nas volúpias e nos espetáculos. Para elles, o Circo Máximo é templo, casa, lugar de reunião e conjunto de todos os desejos".

Também origem religiosa tiveram os combates gladiatórios, que já se encontravam entre os Etruscos e os povos da Campânia, que os praticavam para honrar os seus defuntos, ou como sacrificio expiatório. Inspirando-se nestes usos, os Romanos introduziram-nos na cidade por escrúpulo religioso, ou talvez simplesmente como novidade. A palavra *munera*, com que eram indicados, ainda nos tempos do Império, isto é, *deveres*, faz pensar numa função, num dever religioso, que os vivos cumpriam para com os mortos, em lembrança dos quais sacrificavam indivíduos humanos; costume que se encontra entre numerosos povos primitivos. Com o tempo, porém, perderam o caráter religioso, para se tornarem simples espetáculos, especulações econômicas, ou políticas, segundo eram dados por empreiteiros, que com o espetáculo lucravam abundantemente, ou por magistrados ou homens políticos, que, d'este modo, procuravam atrair sobre si as simpatias do povo, para obter votos durante o período republicano, ou para distrai-lo e mantê-lo mais facilmente sujeito, no período imperial. Meio de corrupção ou de escravização, logo. E' o que explica as numerosas leis restritivas do direito de dar espetáculos gladiatórios, desde o primeiro século a. C., como, por exemplo, a lei promulgada por Cícero, e de sua iniciativa, no ano 63 a. C., que proibia, exceto em casos especiais, aos candidatos políticos, durante dois anos antes da sua candidatura, de oferecer espetáculos gladiatórios, ou como a inscrição de Itálica, cidade da Espanha, redigida nos tempos de Marco Aurélio, contendo muitas informações relativas a este assunto. Que houvesse normas legislativas acêrca desses combates, aparece evidentemente também dos anúncios descobertos sobre as paredes de Pompei, como o seguinte: "Vinte pares de gladiadores de Décimo Lucrécio Satro, filho de Valente, flâmine perpétuo de Nero César e Augusto e dez pares de gladiadores do mesmo, bater-se-ão em Pompei, do dia 10 ao dia 14 de abril; haverá caça, segundo as leis, e haverá *velário*". Por este anúncio, prova-se que existiam disposições legais relativamente aos combates gladiatórios, e que os espetáculos eram dados por particulares, *editores*, como diz a inscrição de Itálica, os quais dispunham de um certo número de pares de gladiadores, que às vezes chegavam até cinquenta.

Uma das causas que induziam o legislador a limitar o número dos espetáculos, era o perigo que apresentava a existência de um número relevante de indivíduos tão destemi-

dos e tão turbulentos, na cidade; perigo que explica também porquê, em geral, as escolas para os gladiadores estivessem longe de Roma, em Cápua, por exemplo, e em outras cidades das províncias. Havia também em Roma, entre estas, o conhecido *ludus magnus*, perto do Anfiteatro Flávio. A planta destas escolas era muito simples, como aparece do *ludus* que foi descoberto em Pompei; consistia num amplo pátio, no qual os gladiadores faziam os seus exercícios, e de numerosos cubículos, nos quais êsses mesmos alunos encontravam descanso durante a noite. A vida dêstes infelizes não devia ser das melhores, si nos lembrarmos das frequentes revoltas de que eram autores, entre as quais conhecidíssima é a de Spártaco, que pôs Roma em perigo; e os frequentes suicídios que se davam entre êles. Num encontro naval — conta Sêneca — um dos combatentes cravou na própria garganta a lança que lhe fôra entregue para enfrentar o inimigo.

Não é de supor, por isso, que o dono da escola não tivesse cuidados para com os seus discipulos. Tinha-os, como o dono dos modernos circos os têm para com os animais, que expõe ao público. O *lanista* (palavra de origem etrusca, que prova como os primeiros usos relativos a êstes combates vinham da Etrúria), providenciava à manutenção e à saúde dos seus discipulos, fazendo-lhes ingerir, como diz Plínio, uma poção de cinza, julgada muito conveniente para a saúde deles, e obrigando-os a exercícios diários de esgrima e de luta.

O lado mais triste, porém, destas lutas está na perversão do sentimento e da própria natureza humana, no frenesi insopitável que dominava as multidões diante dêstes espetáculos de violência brutal e de chacina, e nos quais se esqueciam os mais elementares sentimentos de humanidade, transformando os homens em feras, que, à vista do sangue, se tornam mais ferozes e insaciáveis. Quadro triste, sobretudo pensando que era devido unicamente à loucura de um povo corrupto e degenerado. E mais desperta nos nossos corações o sentimento do pessimismo, quando pensamos que esta perversão não está ainda completamente afastada, depois de vinte séculos, e que, a-pesar-de edulcorada, ainda se manifesta em certos espetáculos modernos que, em nome do esporte, renovam a brutalidade antiga e sacrificam jovens existências. Mas deixemos o presente e voltemos à história, às lutas dos gladiadores e ao anfiteatro onde se realizavam.

Os primeiros combates dêste gênero realizaram-se em lugares abertos, geralmente perto dos sepulcros onde descansavam aqueles aos quais eram dedicados. Em seguida, quando começaram a tomar a feição de espetáculos passaram a se realizar no circo, ou em praças destinadas a outro fim, como aconteceu em Roma, onde os primeiros *ludi gladiatórios* foram oferecidos, na primeira metade do século III a. C., por Marco e Décimo Bruto, no *Forum boarium*, onde havia o mercado dos bois; continuando a servir para êste uso o Circo Máximo. Sômente no ano 59 a. C. Scribônio Cúrio construiu dois teatros juntos, ou melhor um edificio único de forma elíptica, dividido em duas partes por uma parede móvel à qual se apoiavam os dois palcos também móveis, mas em direção oposta. De manhã, davam-se, nos dois teatros, representações cênicas; de tarde, os dois palcos, como a parede divisória, desapareciam, ficando livre todo o espaço do edificio para os combates dos gladiadores. Esta parece a verdadeira origem arquetônica do anfiteatro, como, aliás, o diz a própria palavra, dois teatros; e não a união de dois teatros opostos rolando sôbre o próprio eixo, como alguns querem. Tendo sido êste edificio muito apreciado por César, êste mandou erigir alguns dêstes anfiteatros, duplos teatros, em madeira para uso exclusivo das liças gladiatórias.

Sômente no ano 30 a. C., foi construído, por C. Statilio Tauro, o primeiro anfiteatro em pedra, no Campo Márcio, destruído mais tarde por um incêndio; e, depois de outras tentativas menores, chegou-se à construção, por obra dos Flávios, Vespasiano e Tito, do maior de todos, o modernamente chamado de Coliseu, onde antes se achavam a lagoa de Nero e o parque com a estátua colossal do tirano. No centro havia a arena, com as câmaras subterrâneas para os diversos serviços dos espetáculos; os degraus mais próximos da arena, chamados de *podium*, eram ocupados pela tribuna imperial e pelas dos senadores; os degraus imediatamente superiores serviam para os cavalheiros; os segundos para os tribunos e outros cidadãos de consideração; a terceira ordem, dividida em duas partes, uma das quais, coberta, era deixada ao povo meúdo. Os degraus das duas primeiras ordens eram de marmore; os restantes de madeira. Exteriormente havia pórticos, que serviam para os vendedores de mercadorias de toda espécie; sôbre o edificio, nos dias de sol ou de chuva, estendia-se um grande velário historiado;

em toda parte estátuas, baixo-relevos e pinturas dos maiores artistas de todo o mundo.

Começava a função com exercícios de esgrima, com armas inofensivas. Em breve, porém, eram trazidas armas verdadeiras, às vezes ricas, presentes de grandes admiradores, como as doadas por César, que eram de prata, e outras até de ouro; sobretudo, porém, armas bem afiadas, rigorosamente fiscalizadas, afim de não haver enganos ou trapanças.

Acabado o exame das armas, começava o sorteio dos pares que deviam entrar na liça, enquanto trompas e cornetas davam o sinal do ataque e cantos de incitamento levantavam-se entre os próprios gladiadores, para se animarem ao combate.

O tipo mais antigo de lutador era o Samnita, que tinha um escudo muito comprido, pernas de metal, imponente capacete, coberto de penas, na cabeça, e na mão a espada ou a lança, do qual derivou aquele *secutor*, que se encontra tão frequente nos combates e nos monumentos que os reproduzem, gladiador especializado, cuja função, como diz o nome, era de perseguir o adversário, que geralmente era um *retiaris*, assim chamado, porque estava armado de uma rede, com a qual procurava envolver o inimigo, e de um tridente, como arma de ataque. Conserva-se em Madrid, um bellissimo mosaico representando o combate entre um *retarius* e um *secutor*.

Outras formas de combate eram as que se realizavam entre o trácio e o mirmilão, o primeiro assim apelidado porque usava armas daquele povo e o segundo porque trazia no capacete a figura de um peixe dêsse nome. São lembrados também o *dimaquero*, que combatia com duas espadas, o *essedario*, que combatia sobre um carro, o *equites*, que combatia a cavalo, o *laqueario*, que usava um laço para apanhar o adversário, o *sagittario* que atirava flexas, e para acabar com uma farsa, os *pegmari*, armados de bengalas e de chicotes, que produziam um combate hilariante e sem perigo para os combatentes.

Numerosas e interessantíssimas eram as fases dèstes combates. Quando os dois lutadores eram de forças e capacidade iguais, depois de um certo tempo, eram dispensados "senza infamia e senza lodo", diz Dante, isto é, sem reprovação e sem prêmio. O mesmo se dava quando um dos lutadores era morto repentinamente no inicio. Mais trágico era o caso de quem, sentindo-se incapaz de continuar a luta por ser o adversário mais forte, jogava as ar-

mas, deitava-se no chão e levantava a mão esquerda, que significava pedir misericórdia. Era este o momento mais dramático para aquela multidão já excitada pela vista do sangue. Quem tinha direito de conceder a mercê era o *editor*, o que oferecia o espetáculo; mas este, como gesto de cortesia, apelava para o juízo da multidão. Quando de todos os lados se agitavam lenços e levantavam-se as mãos com o polegar direito para o alto, ou ouvia-se o grito libertador *missum*, o infeliz levantava-se e desaparecia entre os apupos, dando por acabada a sua carreira de gladiador. Si, ao contrário, o povo, já exasperado, voltava o polegar para baixo, *pollice verso*, e gritava *iugula*, o vencido oferecia a garganta ao vencedor, para que lhe desse o golpe mortal.

Poucos momentos depois, entre uma gritaria infernal e os aplausos dirigidos ao vencedor, entravam na arena os servos com os emblemas de Caronte, o navarca infernal, e de Hermes, o guia das almas nos reinos do além, asseguravam-se que o caído estava bem morto, tocando-o com ferros em braza, carregavam-no sôbre uma padiola e o transportavam ao *spoliarium*, donde, si não aparecia algum parente ou amigo a reclamar o cadáver, este era atirado na vala comum.

O vencedor, no entanto, era premiado com a palma, e às vezes a coroa, frequentemente com presentes riquíssimos, armas, decorações, dinheiro, e, si era escravo, a liberdade.

A mania pelas lições gladiatórias em Roma, chegou ao excesso de induzir moços de famílias aristocráticas, e até mulheres a se dedicarem a esses exercícios, suportando o peso do capacete e das armas dos combatentes no anfiteatro. Juvenal, na sátira sexta, descreve uma dessas damas, que se está esbaforindo, sob a direção de um professor, com todas as normas prescritas pela esgrima, e atirando golpes de espada contra um pau revestido de estopa.

Não menos emocionantes eram as *venationes*, caças que se davam no anfiteatro, transformado em floresta, ou lugar deserto, povoado de feras. Animais ferozes, sobretudo da África setentrional, eram capturados por particulares, que disso faziam especulação, ou pelo exército e enviados para Roma, ou para outras cidades que possuíam anfiteatros. Este uso, ao que diz Lívio, baseado na tradição popular, teve início em Roma no ano 186, com uma *venatio* oferecida por M. Fúlvio Nobiliore, triunfador da Etólia. Na inscrição ancirana, de que falei numa das primeiras destas palestras, e que considerei como o testamento de Augusto, este ufana-

se de ter oferecido durante o seu govêrno 26 caçadas, nas quais foram mortas 3500 feras; número superado por Tito no dia em que foi inaugurado o Coliseu, em que foram mortos 9.000 animais importados.

Estas caçadas consistiam, às vezes, em fazer lutar animais ferozes de diversas espécies, como o touro com o elefante, o urso com o leão, amarrados juntos e incitados a combater entre si. O espetáculo, porém, tornava-se inhumano e de uma ferocidade requintada, quando a luta não se dava mais entre irracionais, mas entre êstes e sêres humanos, que vinham abandonados à mercê das feras, geralmente sem defesa, nus e com as mãos amarradas atrás das costas. Os cristãos primitivos, como se sabe, deram numerosas vítimas, para êstes repugnantes espetáculos.

Certas vezes dava-se a estas caçadas forma de drama, para divertir melhor a assistência. Representava-se na arena um breve drama, que acabava com a condenação de um indivíduo *ad beluas*, a ser dado em pasto às feras; e quando chegava o momento oportuno, o infeliz condenado, era lançado entre as feras que davam ao drama uma solução aterrizadora.

Parece impossível que um povo civilizado, como era o de Roma, chegasse a tanta insensibilidade e barbarie, como eram os espetáculos do circo, e muitos até levantaram suspeitas acêrca de sua veracidade. Infelizmente os fatos são verdadeiros, e o que é pior ainda, têm raizes na psicologia das multidões. Indivíduos que isolados seriam incapazes de cometer a mínima injustiça, reunidos em grandes massas, tornam-se criminosos. Os próprios Romanos já tinham a intuição dêste fato, quando diziam: *Senatores boni viri, Senatus autem mala bestia* (os Senadores são homens de bem; o Senado, porém, é uma besta má). O ambiente, a multidão, a música, excitavam essa multidão de ociosos, que vivia de presa e de pilhagem. No meio dessa multidão tão apaixonadamente agitada, a liberdade e independência de espirito era momentaneamente suspensa, a vertigem geral arrebatava também os que se tivessem proposto resistir. Uma anedota, contada por Santo Agostinho, dá um exemplo do que estamos dizendo. Conta êsse Santo que um dos seus amigos, de nome Alipio, moço de bons costumes, estava fazendo os seus estudos de direito em Roma. Um dia, encontrou alguns amigos, que o arrastaram quasi que à força ao anfiteatro. Cristão, que era, protestou repetidamente que podiam usar violência, mas que êle teria mantido os

olhos fechados para nada ver. Assim fez, de fato. Mas um clamor improvisado tendo ferido os seus ouvidos, cedeu à curiosidade e abriu os olhos. Nesse momento, diz Santo Agostinho, a sua alma foi ferida mais gravemente do que o corpo do homem que êle quis olhar, e sucumbiu mais tristemente que aquele, cuja queda levantara o clamor. Com a vista do sangue, inoculou-se no infeliz o veneno da barbarie, não destacou mais os olhos do espetáculo, e ficou como enervado pela volúpia do sangue. Que posso eu dizer mais? Viu, gritou, acendeu-se, e levou dêsse lugar uma demência, que devia excitá-lo sem interrupção durante a vida inteira.

XIII - O Teatro no Século de Augusto

Tito Livio, no Livro VII, cap. 2, das suas Histórias, seguindo a tradição oficial, põe no ano 364 a. C. o início dos *ludi scenici*, isto é do teatro. “Sendo que a violência da epidemia — diz, referindo-se a uma pestilência que assolara a cidade — nem pelas providências dos homens, nem pelo auxílio divino, esmorecia, os espíritos vencidos pela superstição, entre outras cerimônias religiosas estabelecidas para aplacar a cólera divina, instituíram também os jogos cênicos. Como não possuísse nem canto nem representação mimica organizadas, foram chamados da Etrúria *ludiones*, histriões, que, segundo o costume etrusco, dansando ao som da flauta, executavam movimentos não deselegantes. A mocidade romana, então, começou a imitá-los, trocando entre si motejos em versos toscos, acompanhados pelos movimentos do corpo. A novidade agradou, e foi frequentemente repetida. E como os etruscos chamassem êsses atores de *hister*, foram em Roma chamados de *histriones*; melhorando com o tempo as expressões, e passando dos motejos toscos e fescêninos à representação de sátiras completas, bem moduladas, com canto adaptado ao som da flauta e movimentos apropriados”.

Lívio reproduz a tradição oficial. Na verdade, porém, o teatro romano tem origens muito mais antigas, nos cantos alternados e nas representações populares, sobretudo campestres, das quais se encontra lembrança ainda nos poetas da época de Augusto. Estas tendências e predisposições dramáticas foram sobrepujadas e, em parte, sufocadas pela influência helênica, que teve início com Lívio Andrônico mais ou menos, no meiado do terceiro século a. C., dando vida àquela escola dramática latina, que teve os seus maiores representantes em Névio, Plauto, Terêncio, Ênio, Pacúvio e outros autores, do que se pode chamar Teatro clássico de Roma.

Foi, porém, um período breve, cuja expressão mais elevada se encontra em Plauto, que sôbre o fundo helênico enxertou o espírito romano; e que acaba, com Terêncio, começando, assim uma rápida decadência; de modo que, nos últimos tempos da República, já tinha desaparecido das cenas romanas, para deixar lugar às representações nacionais, mais do gôsto dos Romanos, e que eram uma verdadeira continuação das formas temporariamente sufocadas pela influência grega. Abandonada a *togata*, comédia de técnica grega, mas de assunto romano, e a própria tragédia, que nunca encontrou entre o povo de Roma grande favor, dominam a cena, no século de Augusto, a *atelana*, o *mimo* e a *pantomima*, produções originariamente romanas, que vinham dos antigos tempos da República.

A emancipação da influência helênica, aliás, começara já no próprio período do maior prestígio do teatro grego, não somente pela *praetextata* e pela *togata*, mas pelo abandono de muitas formas convencionais, próprias daquele teatro, da própria máscara, reservada unicamente à tragédia, e também pelas modificações introduzidas no edificio, que se torna mais prático e mais cômodo, sobretudo mais amplo, como requeria a grandeza da cidade. Assim, dos três teatros existentes durante o império de Augusto, o de Pompeu podia conter 40.000 espectadores, o de Balbo, 30.000 e o de Marcelo, 20.000.

Entre os gêneros dramáticos, predominantes durante o império, vimos que havia a *atelana* e o *mimo*; mais tarde a *pantomima*. A primeira era uma espécie de farsa, originária da Campânia, transportada muito cedo para Roma. Improvisada nos primeiros tempos, passou à literatura na época de Sila. Uma ação breve, geralmente limitada a um único ato, desenvolvia-se em redor de quatro máscaras, protótipos das personagens que sobreviveram na literatura italiana, até o chamado teatro de arte do começo do século passado. Dessas quatro máscaras, três eram tipos de tolos; única astuciosa e finória era o corcunda *Dossenus*. *Pappus* era o velho com pretensões de moço; *Maccus*, o individuo simples que geralmente acaba levando pancadas; *Buceus* grande comilão e de linguagem grosseira.

Os títulos dessas comédias, que chegaram até nós, dizem, de modo bastante claro, quais eram os assuntos preferidos. Raramente eram assuntos mitológicos ou históricos, como *Agamemnon supósito*, *O juízo das armas*, *Andrômaca*, etc. Mais frequentemente tratavam dos tipos das diversas

nacionalidades, como o *Gaulês transalpino*, *Os Campânios*, *Os soldados de Pométia*; ou dos tipos da vida rústica e do trabalho, como *Os pescadores*, *Os pisoadores*, *O javali doente*, *A vaca*, *Os vinhateiros*, *Os lenhadores*; ou, então, expunham as máscaras em toda espécie de situação cômica: *Os dois Macos*, *Maco moço*, *Maco soldado*, *Maco taverneiro*, *Os dois Dossenos*, *Papo camponês*, *A noiva de Papo*, *Buco na escola dos gladiadores*. Como estas produções se destinavam ao povo, serviam de preferência como *exodium*, isto é remate ou saída, exatamente como se fazia há meio século, quando qualquer espetáculo acabava sempre com uma farsa, para bem humorar o espírito.

Outra produção breve, mas sem as figuras estereotipadas que são as máscaras, e que gozou de grande voga em Roma até o fim do Império, e até mesmo depois, foi o *mimo*. Este também era de origem italiana, e depois de haver feito a delícia do povo nas praças e nas ruas, subiu às honras do teatro quasi que ao mesmo tempo que a *atelana*. A julgar pelos títulos dessas representações, que sobrevivem, o assunto era mais ou menos igual ao das *atelas*, com maior tendência para a sátira moral, religiosa e politica. Assim, numa destas produções viam-se três Hercules esfaimados, numa outra, o deus Anubi era acusado de adultério, e numa terceira, assistia-se à leitura do testamento de Júpiter, como afirma Latâncio. As gatunices e as chicanas eram frequentes nessas representações; as intrigas amorosas e os adultérios mais frequentes ainda. São assim comuns as cenas do amante surpreendido, que se deixa fechar num armário, para evitar a cólera do marido, a do espôso que manda a mulher jovem e bela à casa do inimigo, para que o desarreme com os seus encantos, e outras licenciosidades dêste gênero. Aventuras repentinas de pedintes que, inesperadamente, se tornam opulentos, de ricos obrigados a procurar na fuga a salvação, invectivas veementes numa linguagem rica de elementos populares, davam à ação uma vivacidade e uma côr naturalista insuperável. Aulo Gélío, naquella mina inexaurível que chamou de *Noctes Atticae*, deixou notícias preciosas acêrca da linguagem de D. Labério, que foi talvez o maior dos escritores de *mimos*. “Labério — diz Gélío — nos seus *mimos* inventou palavras com grande liberdade, como *abluvium* por *diluvio*, *manuatus* est por *furatus* est, *cocio* por *arillator*, no sentido de mascate, como fez no *mimo* intitulado *Neciomância*, onde falando de um individuo com duas espôsas, exclama: *Duas uxores? her-*

cle hoc plus negoti est, inquit cocio. (Duas espôsas? Por Hércules, êste é um super-negócio, disse o mascate) ou quando usa *emplastrum* no sentido que lhe dá o povo, e com muito chiste diz: *Quid est ius iurandum? emplastrum aeris alieni*: (Que é o juramento? Um emplastro sôbre as dívidas). Recomendando esta definição do juramento aos juristas e a todos os que não querem pagar as dívidas.

Durante o Império, viram-se ações mímicas completamente desenvolvidas, havendo o *mimo* tirado da comédia tanta parte, que acabou por suplantá-la e tomar-lhe o lugar. A representação devia acabar alegremente, como a comédia do século passado.

O aparelhamento cênico era muito simples; os *mimos* se recitavam e se moviam na parte mais avançada da cena, no procênio, separado do fundo por uma simples tenda, sem calçado especial, que era de rigor na comédia ou na tragédia, e sem máscara. O “costume” dos atores era o de um Arlequim, de côres diversas. Ao lado do ator principal, o verdadeiro herói da representação, figurava geralmente um dos tipos de que falamos: o simplório, o guloso, o parasita, o finório, reconhecíveis facilmente pelas características de cada um, tanto no arranjo, como na fisionomia.

Uma das razões, por que os *mimos* triunfaram, sôbre as outras formas dramáticas, foi a grande liberdade, e frequentemente, a licença que neles dominava. Durante a República, encobria-se ainda esta licença com o caráter particular, que se dava a essas representações, como festas da deusa Flora; mais tarde, porém, sob o Império, não se julgou mais necessário procurar pretextos. Os papéis das mulheres eram representados por verdadeiras mulheres, que executavam dansas licenciosíssimas; e quando o público o pedia, apresentava-se também a que foi chamada de *nudatio mimarum*: as dansarinas tiravam as poucas roupas de que estavam cobertas, e acabavam por dansar completamente nuas *gymnetao*, como diziam os gregos. As cenas mais escabrosas eram as mais aplaudidas, e as peças desta espécie eram mais bem pagas pelos pretores, diz Ovídio, no segundo livro dos *Tristia*. E queixando-se do grave castigo que lhe fôra infligido pelos seus versos livres, pergunta o poeta: “Que teria acontecido, si eu tivesse escrito *mimos* licenciosos, nos quais se põe em cena algum adultério imaginário, e um chichisbeu elegante que engana um marido bobo? Mas é a êstes espetáculos, a que assistem diariamente as matronas e as cas-

tas moças da alta sociedade, sem se envergonharem, antes aplaudindo estrepitosamente.

Tantaque non parvo crimina praetor emit

(o pretor paga tamanhos crimes a alto preço). E Marcial, sempre arguto, num dos seus mais briosos epigramas:

Ne legeres partem lascivi, casta, libelli,

Praedixi et monui: tu tamen, ecce, legis.

Sed si Panniculum spectas et, casta, Latinum, —

Non sunt haec mimis improbiora — lege.

(Que não lesses boa parte dêste livro lascivo, oh casta mulher, te avisei e admoestei; contudo, eis que continuas a ler. Mas si, oh casta mulher, admiras Panículo e Latino — os meus versos não são mais impudentes do que os *mimos* — continua a ler).

Teodora, aliás, na sua mocidade foi mima, e das mais licenciosas, segundo Procópio. Isto, contudo, não lhe impediu tornar-se a espôsa de Justiniano, o grande imperador que mandou colecionar os tesouros do direito romano, e de sentar-se no trono do Império Oriental.

Si de um lado, os *mimos* eram veículo de licenciosidade e de corrupção, de outro, eram o único meio pelo qual a opinião pública e o pensamento reprimido e sufocado desabafava o seu ressentimento e manifestava a sua reprovação contra a tirania a que os imperadores a submeteram. Atores e público entendiam-se de certo modo, e arranjavam motivo para sublinhar certas alusões a fatos contemporâneos, e pôr em evidência o sentido oculto de certas palavras e de certas frases. Assim, os atores permitiam-se improvisações e alusões de circunstância, e na certeza de entusiasmar o povo, esqueciam muitas vezes, autores e atores, o perigo a que se expunham

Parece que os imperadores, em geral, julgavam conveniente não censurar estas alusões, ou, pelo menos, fazê-lo o menos possível; de modo que, frequentemente, êles próprios assistiam rindo, ou fingindo rir, às críticas que lhes eram movidas. Já um destes casos dera-se com César, depois que assumira a ditadura. O maior dos mimógrafos romanos foi, sem dúvida, Décimo Labério, de quem já falei, chamando-o o Plauto do *mimo*, não somente pela vivacidade das suas peças, mas pela riqueza da sua linguagem

e liberdade com que inventava neologismos e aceitava as palavras do povo. Cavalheiro romano, que era, homem de grande dignidade e caráter independente, servia-se do *mimo* para dizer verdades, que doutro modo nunca teria podido dizer, satirizando os cidadãos mais poderosos e o próprio César. Foi assim, e com êste fim, que pouco depois de César assumir os poderes ditatoriais, Labério pôs na bôca de um dos seus personagens o verso, em virtude do qual todos os olhos se voltaram para César, que se achava no teatro,

Porro, Quirites, libertatem perdimus

(com certeza, oh Romanos, perdemos a nossa liberdade), e o outro:

Necesse est multos timeat quem multi timent

(deve necessariamente temer muita gente, aquele que muitos temem).

César, para se vingar dessas alusões pouco benévolas, quando se apresentou um moço, escritor de *mimos*. Publílio Siro, liberto que desafiava qualquer concorrente, obrigou Labério, não somente a concorrer com Siro, como escritor de *mimos*, mas também como ator, o que para um cavalheiro era sinal de indignidade. Mas sob a insistência do todo poderoso ditador, Labério, aos sessenta anos, foi obrigado, pela primeira vez, a subir à cena, como um histrião comum. E' verdade que César, depois do espetáculo, o compensou largamente e reconsegrou-o cavalheiro, oferecendo-lhe o anel de ouro, símbolo desse grau. Labério, porém, sentiu-se tão profundamente humilhado, que, pouco depois, abandonou Roma, retirando-se para Pozuoli, onde morreu dois anos mais tarde.

E exprimiu a dor que sofreu, num prólogo cheio de sentimentos nobres e de franca sinceridade: "*Ego* — diz a certa altura desse prólogo — *ego bis tricenis annis actis sine nota — eques Romanus e Lare egressus meo — domum revertar mimus. ni mirum hoc die — uno plus vixi mihi quam vivendum fuit.* (Eu, depois de ter passado sessenta anos sem humilhação — saído de minha casa cavalheiro Romano — voltarei *mimo*. Com certeza neste único dia, vivi mais do que eu devia viver).

Depois do assassinio de César, numerosas foram as alusões a êste acontecimento, pelo que aparece de uma carta

de Cícero, que sôbre isso pedia notícias a Ático. Nem faltaram elas no tempo de Augusto, que, menos ambicioso ou mais hábil que seu predecessor, a uma frase pronunciada, um dia, por um mimo, em sua presença, que o qualificava de “doce e bom dono”, e que o público aplaudira calorosamente, mostrou desaprovação com a expressão da cara e com o gesto, e a reprovou, no dia seguinte, em termos vivazes num édito. Outra vez, porém, o mesmo público não deixou de aplicar ao mesmo Augusto um verso que se referia à moleza de costumes, própria de um dos personagens do *mimo*, que se representava. Durante o tempo em que Tibério se achava na ilha de Capri, o trecho de uma *atelana* que aludia à sua intemperança, foi recebido com aplausos frenéticos. Nos anos 22 ou 23 da nossa era, correndo vivos protestos contra a licença dos atores na cena, Tibério endereçou uma carta ao Senado, reprovando êsses excessos, afirmando que a *atelana*, divertindo frívolo do povinho, chegara a um grau tal de atrevimento e de licença que pedia providência por parte dos senadores, para fazer cessar êsse escândalo. Diversos pantomimos, de fato, nessa época foram expulsos da Itália. Calígula mandou queimar, na arena do circo, um poeta de *atelanas*, por causa de um gracejo susceptível de ser interpretado como uma alusão à sua pessoa. Quando Galba, precedido pela fama de dureza e avidez, entrou em Roma como imperador e apresentou-se pela primeira vez num espetáculo, em que se representava uma *atelana*, na qual o côro se queixava do regresso infeliz de um velho proprietário da campanha, todo o público fez côro com os cantantes, repetindo diversas vezes o verso alusivo.

Enquanto êste gênero triunfava sôbre as cenas, adaptando-se ao gôsto do grande público, que era também o menos culto, o antigo teatro clássico estava agonizando, pois raros eram os espetáculos sérios e reservados a um público muito restrito. O último poeta que conseguiu fazer representar os seus trabalhos foi L. Pompônio Basso, ex-cônsul, que viveu sob o império de Cláudio. A maior parte dos trabalhos dramáticos, compostos nessa época, eram destinados unicamente à leitura nos salões particulares; enquanto se continuou a escrever *mimos*, até o fim do império. O gênero clássico que mais resistiu, foi a comédia *paliata*, imitação da nova comédia grega, sobretudo de Menandro, que já achara em Plauto e em Terêncio dois grandes continuadores. Da *togata* não se conhece senão uma representação durante o império de Nero, em ocasião dos *ludi maximi*, o

Incêndio, de Afrânio. Segundo Quintiliano e Juvenal, a *paliata* representava-se ainda no segundo século do Império.

A educação e o preparo dos artistas cômicos, no fim do século primeiro, e ainda no segundo, eram muito cuidados, e mantinham o caráter clássico, a ponto de os mestres de eloquência recomendarem aos seus alunos que frequentassem essas recitações para adquirirem uma boa dicção, uma conveniente modulação da voz e dignidade de gesto e de expressão. Não era mais admitida, porém, a elegância compassada de Róscio ou de Turpião Ambívio, que haviam feito a delícia de Cícero. Estava isso, no dizer de Tácito, fora da moda e considerado um tanto ridículo. A arte da recitação tomara nessa época uma tendência mais realista, e os artistas levavam a sério a sua tarefa. Quintiliano diz ter visto, mais de uma vez, artistas deixarem a cena completamente esgotados em seguida a cenas emocionantes. A declamação não se afastava muito do falar comum, mas não o copiava, sendo isso considerado pouco artístico. “Como fazem os atores cômicos — diz Quintiliano, o grande mestre de eloquência — que não pronunciam completamente como nós fazemos no falar comum, coisa a que faltaria arte, nem se afastam muito da natureza, o que cairia no vício oposto; mas adornam a fala comum com um certo decôro cênico”.

A tragédia, mais ainda que a comédia só podia captar a atenção de uma pequena minoria de gente culta. A multidão, acostumada aos espetáculos da arena, cujos nervos, diante das ferocidades que se lhe apresentavam, dificilmente podiam ser abalados, não podia interessar-se pelos dramas nos quais não via senão sombras intangíveis, que se moviam num mundo ideal. Além disso, os próprios costumes da tragédia deviam fazer sobre aquele público uma impressão bem estranha com aquelas figuras que caminhavam com tanta solenidade, calçadas de coturno, trajando roupas compridas, com a cabeça coberta de grandes cabeleiras e a cara de máscaras. Filóstrato conta que os habitantes de uma cidade da Bética vendo, pela primeira vez, uma tragédia, foram tomados de tanto espanto que fugiram do teatro.

Desde os últimos tempos da República, procurou-se substituir a falta de interesse da produção dramática em si, pela grandiosidade da cena. Evoluções militares, procissões intermináveis, luxo de costumes estrangeiros, navios, cavalos, elefantes enchiam o palco; o que já Horácio lastimava nas suas sátiras:

Verum equiti quoque migravit ab aure voluptas
Omnis ad incertos oculos et gaudia vana

(Mas para o cavalheiro também todo gôsto passou do ouvido para os olhos mal educados e gozos vãos). E aqueles também que, no teatro, procuravam a satisfação artística, vinham menos pela arte dramática, do que pela representação cênica.

A música, desde aquele tempo, era parte importante na representação cênica. A antiguidade não conhecia a ópera continuada dos nossos tempos, reduzindo-se tudo à união do canto com a recitação, à arte do poeta com a do compositor, a monólogos e coros. No começo era o ator, muitas vezes o próprio poeta, que declamava e cantava. Com o tempo, porém, as partes dividiram-se, e enquanto o ator fazia os gestos, havia outro individuo que cantava. Tito Lívio, a respeito desta divisão do trabalho artístico, diz que uma vez Lívio Andrônico, que escrevia e recitava as suas comédias, cansado pelos numerosos bis que lhe pediram, e sentindo-se sem voz, chamou um *puer* seu conhecido, que tinha boa voz e cantava muito bem, fazendo-o cantar, enquanto êle continuava a fazer os gestos. O público gostou da coisa, e desde aquela época essa divisão entrou nos hábitos do teatro romano.

Este uso prepara e abre o caminho à *pantomima*. Como disse, a parte principal era a do ator, que continuava na cena fazendo os gestos, enquanto o cantor ficava atrás, muitas vezes mesmo em lugar invisível. Com o tempo, a parte do cantor tornou-se sempre menos interessante, continuando o ator a encher toda a cena, ao ponto de ser o canto eliminado por completo, ficando a atenção do público absorvida inteiramente pela mímica do ator, que com a expressão da fisionomia, com os gestos e os movimentos do corpo procurava reproduzir os sentimentos, que deveriam ser expressos pela palavra. Esta arte nova encontrou grande favor, suplantando quasi por completo as outras, e continuou até os nossos dias; pois ainda modernamente foram feitas tentativas não indiferentes para ressuscitar essa forma de arte. Não faz mais que uns vinte e poucos anos, que uma *pantomima*. *L'Histoire d'un Pierrot*, de Paulo Tosti — o príncipe da música para sala e autor de numerosas romanzas ainda hoje apreciadas — foi levada à cena nos principais teatros do mundo, encontrando em toda parte grande successo.

Foram, nos tempos de Augusto, Pílade e Batilo, que

levaram à perfeição a dança mimica, fazendo dela um gênero distinto de arte teatral. Procurando especialmente assuntos de forte impressão, mais próprios para serem expressos em gestos e movimentos, conseguiu ela substituir a tragédia, já em plena decadência, como vimos; pois os libretos destes bailes mímicos eram arranjos tirados das antigas tragédias, e frequentemente por poetas ilustres, como Lucano, que se afirma haver escrito quatorze desses bailes, *fabulae salticae*. Stácio, que pela sua *Tebaide*, não recebeu senão elogios estêreis, tirou grande proveito com a venda de seu baile *Agave* ao celebre dansarino Paris.

Mais a música e o canto iam perdendo valor e subordinando-se à dança, mais esta devia cativar o interesse do público. A compreensão do baile era facilitada pelos coros, é verdade; mas o fim deste novo gênero dramático era tornar-se compreensível o mais facilmente possível, sem o auxílio da palavra; o que se apresentava difícil tarefa, pois um único artista tinha de representar diversas personagens, às vezes até cinco, como diz Luciano. Luciano conta também que, sob o império de Nero, o célebre filósofo cínico Demétrio, um dia, falou com desdém dos pantomimos, dizendo-os incapazes de produzir, qualquer efeito, sem o auxílio dos coros e da música. O primeiro pantomimo de Roma (Paris, talvez) resolveu convencê-lo do contrário, dançando diante dele a cena do adultério de Venus e de Marte. Representou, com a sua dança, o aviso dado por Febo ao marido enganado, as ciladas de Vulcano, a rede invisível, a vergonha de Venus, os rogos de Marte, a parte de todos os outros deuses convocados por Vulcano de um modo tão claro, que o filósofo, cheio de admiração, reconheceu perfeitamente o seu erro.

A dança das *pantomimas* não era propriamente uma dança no sentido moderno da palavra; pois consistia, sobretudo, em movimentos expressivos e cadenciados da cabeça e das mãos, como também em evoluções de todo o corpo, em flexões e contorsões de todos os membros. A linguagem das mãos, esta linguagem comum a todos os povos, que redime, como diz Quintiliano, a diferença entre os idiomas, era na antiguidade mais rica em gestos do que atualmente, e mais inteligível. Cada movimento da mão e dos dedos tinha o seu sentido, e a eloquência da dança, foi assim, sem dúvida, desenvolvida, aperfeiçoada e requintada progressivamente, por um longo exercício dessa arte. Todas as testemunhas daquela época concordam em afirmar que os ar-

tistas de merecimento superior possuíam a capacidade para caracterizar cada parte com muita finura. Nas cenas páteticas, os pantomimos conseguiam muitas vezes comover os espectadores até as lágrimas.

Conquanto os melhores artistas se esforçassem para obter os melhores efeitos pelo estudo e pela inteligência, o atrativo principal, nestes espetáculos, maxime para as massas, estava na elegância dos artistas, nas roupas suntuosas, matizadas de cores vivas, flutuantes em amplas dobras, pondo em relêvo a beleza juvenil dos atores; uma rica cabeleira natural era julgada indispensável. Os inúmeros segredos da "toilette" concorriam, sem dúvida, a completar a obra da natureza.

Mediante contínuos exercícios e um regime particular de vida os pantomimos adquiriam uma agilidade, uma elasticidade e uma delicadeza, que os punha em condições de executar qualquer movimento com graça, elegância e moleza voluptuosa. Dêste modo, distinguiam-se especialmente nos papéis de mulher, nos quais conseguiam fazer esquecer completamente o seu próprio sexo. Nas cenas lúbricas, que constituíam o ponto culminante do espetáculo, a graça, o encanto da sua arte juntavam-se frequentemente com uma luxúria e uma impudência tais, que se tornavam sobremodo escandalosas. Juvenal, na sátira sexta, fala de Batilo dançando a Leda e do efeito que a sua moleza e voluptuosidade produzia sobre as mulheres presentes. "Eis Batilo que dá início à dança do Leda, com movimentos lascivos. Túcia não consegue mais conter-se; Apula estoira em gemidos eróticos, e *Thymele tunc rustica discit*: e Timele, ainda ingênua aprende."

As censuras que se faziam às *pantomimas*, no sentido de que difundiam a imoralidade e a corrupção, não podiam ser negadas nem pelos seus mais ardentes partidários. Essa obra de perversão exercia-se especialmente sobre as mulheres, que se mostravam apaixonadíssimas por êsses espetáculos. Zósimo, um dos últimos historiadores pagãos do império, na introdução das *pantomimas* no tempo de Augusto, via o sintoma de uma desmoralização geral, que teria, portanto, começado com a instituição do poder monárquico entre os Romanos.

Além da *pantomima*, viam-se, sobre as cenas romanas, numerosas espécies de espetáculos orquêstricos, com trechos de cantos de tragédias e de outros poemas musicados e representados como *pantomimas*, com ou sem acompanha-

mento de dansa. Sobretudo, porém, estava em grande moda a dansa grega chamada pirrica, de origem dórica, portanto de indole militar, que se conservou longamente em Sparta. Esta dansa aproxima-se muitas vezes, e até confunde-se com a *pantomima*, como resulta da descrição que Apuleio faz da que foi representada em Corinto pela colônia romana, e que reproduz a disputa entre Juno, Minerva e Venus acêrca da maçã de ouro. A cena representa o monte Ida, coberto de abrolhos e de árvores, com nascentes que jorram dos seus flancos. Cabras estão pastando nas encostas da montanha, guardadas por Paris, belo moço, em costume de pastor, com a cabeça circundada de uma tiara de ouro. Mercúrio, também moço bellissimo, com grande cabeleira loura, coberto unicamente pela clâmide e com o caduceu na mão, a cabeça ornada de pequenas azas de ouro, aparece dansando e oferece a Paris uma maçã de ouro, indicando com o semblante e com os gestos o encargo que lhe fôra confiado por Júpiter, e retirando-se em seguida. Chega neste momento Juno, mulher soberba, com a cabeça circundada pelo diadema e com o cetro na mão; vem, pouco depois, Minerva com o seu capacete brilhante, ornado de coroas de oliveira, e armada de escudo e de lança; e em seguida apresenta-se Venus, cobrindo a sua brilhante nudez unicamente com um véu de gaze de seda, que lhe serve de pálio. Juno, acompanhada por Castor e Pollux, começa, ao som da flauta, enunciando, na linguagem pantomímica, isto é, com gestos e passos de dansa, o seu propósito de dar a Paris o dominio da Asia, si lhe conferir o prêmio da beleza, isto é, a maçã de ouro. Minerva, por sua vez, secundada pelos demônios do mêdo e do terror que, nus, executam uma dansa com as espadas na mão, promete a Paris a glória militar, em ritmos selvagens acompanhados por melodias dóricas de caráter guerreiro. Venus, enfim, com um sorriso cheio de encanto, vem ocupar o centro da cena, circundada por um grupo de pequenos Amores, providos de azas e de arcos, e por outro grupo de moças, representando as Graças e as Horas. As flautas começam a tocar uma suave melodia lídia, enquanto Venus executa uma dansa encantadora e promete a Paris a mais bela das mulheres. Paris, vencido, lhe entrega a maçã. Juno e Minerva retiram-se, manifestando o seu desapontamento e a sua cólera; enquanto Venus, triunfante, dá largas ao seu contentamento e à sua alegria com uma dansa final, que executa juntamente com o côro que a acompanha. Acabada a dansa, um

jacto de pó de açafão e de vinho jorra do cume do monte Ida, o qual depois de encher com o seu perfume todo o teatro, abisma-se e desaparece.

A paixão pelas *pantomimas* (*histrionalis favor*), que Tácito chama de flagelo endêmico de Roma, espalhou-se em breve, entre todas as classes sociais, sobretudo na alta sociedade, e entre as austeras matronas; de modo que os espetáculos públicos não foram mais suficientes para satisfazer a todos os seus amadores. Desde os primeiros tempos do Império representavam-se *pantomimas* nas grandes casas de Roma, para gozo particular dos donos e dos amigos convidados. As dansarinas, excluídas do teatro, triunfavam nestas representações particulares, e algumas entre elas, no dizer de Sêneca, ganharam o favor dos aristocratas e ricos que as presentearam com milhões de sestércios. E não parou nisso a paixão pela dança, que se estendeu a toda a gente da alta sociedade, sendo considerada sinal de distinção, como já se dera com o canto. *Si vox est, canta, si mollia brachia, salta*, aconselhava Ovidio, nos seus *Amores*, a quem pretendia brilhar na sociedade (*si tens boa voz canta, si tens membros garbosos dança*). E Horácio, por sua vez:

.....Nam quis me scribere plures
Aut citius possit versus, qui membra movere
Mollius?.....

(Pois, quem poderia escrever maior número de versos e mais depressa, quem saberia dançar mais graciosamente do que eu?)

Apesar dessa preferência de que gozavam os espetáculos pantomímicos, os atores que se apresentavam nos teatros para divertimento do público, eram considerados de grau inferior, indignos do nome de cidadãos romanos e excluídos de todos os cargos honoríficos. Pela lei Júlia era proibido às filhas, netas e bisnetas de senadores contrair casamento com filhos de atores ou de atrizes, sob pena de nulidade, como também aos filhos, netos e bisnetos nas mesmas condições. O marido que surpreendia um ator em flagrante adultério com sua mulher, podia matá-lo impunemente, como si fosse seu escravo ou seu liberto. O soldado que se fazia ator, era punido com a pena capital, como si se houvesse deixado escravizar. Todas estas disposições fazem parte do Digesto, isto é, são consagradas pela lei; o

que significa que êstes casos eram, senão frequentes, pelo menos conhecidos. O próprio Augusto era de um rigor inexorável para com os atores, que faltavam às conveniências. Assim êle fez fustigar, nos três teatros de Roma, e banir em seguida, o ator Stefanião, castigando-o por causa das relações que tinha com uma mulher casada, a qual cortara os cabelos e o acompanhava como creado; e fez chicotear publicamente, no átrio da própria casa, o pantomimo Hílas, em virtude de queixa do pretor.

O grande prestígio de que eram circundados êsses artistas e a rivalidade inevitável entre êles não podiam deixar de crear partidários em favor de uns ou de outros. Os próprios atores, aliás, fomentavam essas discórdias, procurando cada um ganhar a preferência do público, por todos os meios mais ou menos lícitos e, sobretudo, com aqueles aplausos comprados, que ainda hoje se costumam chamar de “claque”; costume de que se abusou durante o Império, provocando frequentemente graves desordens. Já no ano dezoete a. C., a rivalidade entre Pilade e Batilo fôra causa de graves distúrbios, mas Augusto usou indulgência para com êsses artistas, que serviam tão bem aos seus propósitos, distraindo a atenção pública das coisas políticas. Os espetáculos celebrados pela morte de Augusto também deram origem a novas desordens, que Tibério, sucessor de Augusto, procurou acalmar e sufocar no silêncio pelo mesmo motivo, e para não indispor o público, tão apaixonado por essas diversões.

As desordens continuaram com os imperadores que se seguiram, até que, no ano 55, Nero, pretendendo favorecer os artistas, retirou a coorte pretoriana, encarregada de guardar o teatro durante as representações, sob o pretexto de que convinha subtrair os soldados às seduções dos espetáculos. A consequência disso foi que as desordens aumentaram, transformando-se em verdadeiras lutas corporais, encorajadas pelo próprio Nero que, com o seu temperamento de desordeiro e de violento, gostava imensamente dêsses motins, nos quais tomava parte saliente. Um dia, porém, numa destas algazarras, em que pedras e estilhaços de cadeia serviam de projéteis, um pretor foi gravemente ferido, e êle próprio recebeu uma “sonorosa” pedrada na imperial cabeça.

Foi o suficiente para convencê-lo de que os *grilos* são necessários não somente na rua, mas também nos espetáculos teatrais.

E os pretorianos voltaram ao teatro.

XIV - Viagens e Turismo

O gôsto pelas viagens, além do instinto natural, é devido, em grande parte, às facilidades e comodidades que oferecem os países que se pretendem visitar. Sob este ponto de vista, os primeiros tempos do Império apresentavam condições bastante favoráveis. Já desde os últimos tempos da República, Roma construira grandes caminhos, que cortavam não somente toda a Itália, mas a própria Europa Ocidental, e atravessavam os Alpes, extendendo-se pela França e Espanha e chegando ao longo do Reno, até o Mar do Norte. Ainda hoje constituem elles a admiração dos geógrafos, e representam o que de melhor é possível fazer-se nesse sentido; pois as maiores estradas dos nossos dias correm sobre o traçado das estradas romanas, ao longo das quais estão colocadas as principais cidades desta parte do mundo. A batalha de Ácio, doutro lado, como vimos, trouxe a paz ao mundo romano, e si, depois do triunfo de Augusto, houve ainda guerras, estas deram-se em países longínquos, na Alemanha, na Pérsia, na Dácia, permanecendo o centro do Império, tal como se achava no ano 30 a. C., isto é, em completa paz e tranquillidade. Itinerários gravados sobre vasos de prata, e descobertos na segunda metade do século passado, mostram como estes caminhos, que levavam para Roma, em todos os sentidos, eram conhecidos e frequentados.

A organização dos correios do Estado — já em uso nos países orientais, aliás, — reservava-se somente para o serviço e os funcionários públicos. Muitos indícios, porém, sobrevivem a documentar, que, ao lado desse serviço público, havia uma organização particular para os transportes de pessoas e de mercadorias, entre os diversos pontos do Império. Almocreves e alugadores de carros de quatro e de duas rodas (*redae* e *cisiarii*), em numerosas cidades formavam corporações, *collegia iumentariorum*. Tinham estas corporações as suas estações perto das portas das cidades, como

provam as expressões *collegium iumentariorum portae Ver-cellinae et Ioviae* e outras semelhantes, e sua função era exatamente a de transportar viajantes e mercadorias.

Pelo correio do Estado, nas viagens de longo percurso, podiam-se fazer cinco milhas ou pouco mais por hora, isto é, sete quilômetros e meio, sendo a milha romana igual a m. 1.478,70. Com os carros comuns isso era impossível, devido à necessidade inevitável de trocar de cavalos e de guia em cada estação. César, famoso pela rapidez das suas viagens, percorreu a distância de oitocentas milhas, entre Roma e o Ródano, em menos de oito dias, isto é, fazendo cerca de cem quilômetros por dia.

As viagens marítimas limitavam-se a nove meses, mais ou menos, por ano, geralmente dos primeiros dias de março aos últimos de novembro, porquê, durante o inverno, os navios eram retirados da água e ficavam em seco até a primavera. Nesta estação, mediante guindastes, eram recolocados no mar, como diz Horácio:

Solvitur acris hiems grata vice veris et Favoni
Trahuntque siccas machinae carinas

(Dissolve-se o rígido inverno pela agradável volta da primavera e do Zéfiro, e os guindastes repõem os navios secos no mar). Somente em casos excepcionais, realizavam-se viagens no inverno, como aconteceu a Ovídio que, condenado ao exílio, foi obrigado a partir de Brindisi para Tomi no mês de dezembro. Depois da guerra contra os piratas, sobretudo depois da pacificação do Império, as viagens marítimas se tornaram tranquilas, não havendo mais perigo dos piratas, e foram por muitos preferidas às viagens terrestres.

Nas viagens terrestres, que os pobres faziam a pé, os que tinham pressa viajavam à cavalo. Nas viagens de uma certa duração, feitas de carro, os viajantes eram acompanhados sempre de algum amigo e de numerosos escravos, os quais também seguiam de carro. A gente de alta condição não se decidia a viajar, senão acompanhada por numerosos amigos e numerosíssimos escravos com grandes bagagens. Assim já se costumava fazer no fim da República, quando os viajantes não poupavam luxo nem gastos para tornar a viagem menos tediosa. Numa viagem a Lanúvio, juntamente com sua mulher, Milão, além do exército de escravos e escravas do seu séquito, levou consigo toda a sua clientela. César fazia-se acompanhar por verdadeiros ser- viços de luxo, e Antônio, seguido de toda a sua equipagem,

levava consigo, segundo o uso oriental, carros com leões, numerosos vasos de ouro e outros objetos preciosos, como numa procissão.

O luxo, durante as viagens, fez-se maior ainda sob o Império. Nero não viajava senão acompanhado pelo menos por mil carros. Os seus cavalos eram ferrados de prata, os seus cocheiros vestidos de vermelho, e não menos resplandescente era todo o seu restante séquito. Popea mandara ferrar de ouro os seus animais de tiro e levava sempre consigo quinhentas jumentas, afim de lhe fornecer o leite para o banho diário. As classes aristocráticas esforçavam-se por imitar o fausto imperial; de modo que o luxo das viagens era grandíssimo e generalizado, segundo Sêneca; a ponto de muitos, para satisfazer essa ambição, que se tornára da moda, acabarem reduzindo-se à miséria. Homens de côr, picadores da Numidia, servidores a pé abriam o caminho, como numa procissão. O carro era puxado por cavalos bem alimentados, cobertos de púrpura, com freios de prata ou de ouro. Os carros de viagem, guarnecidos de adornos preciosos, às vezes de estatuetas de ouro, valem mais do que um palácio, diz Plínio. Estes viajantes trazem consigo baixelas riquíssimas, de ouro e de cristal, às vezes vasos preciosísimos e objetos de arte, que precisam levar na mão, para não expô-los aos choques da viagem. Os carros estão providos de todas as comodidades, de modo que se pode ler, escrever e dormir durante a viagem. Cláudio, que gostava muito de jogar dados, tinha um carro com mesinhas fixas, para jogar a sua partida durante a viagem.

Esta magnificência de equipagem, luxo e confôrto, durante o trajeto, tinham a sua razão na falta de hospedarias confortáveis e atraentes. Os ricos, dispondo de centenas de escravos, possuíam assim os meios de conseguir, mesmo em viagem, as satisfações e as comodidades dos seus palácios, cousa que os hoteleiros difficilmente se achavam em condições de realizar. E os viajantes ainda gozavam de uma vantagem que era o clima meridional permitir passar a noite nas tendas portáteis.

Sem dúvida, alguma, existiam hotéis confortáveis, alguns até de luxo, nos quais se podia passar o tempo em descanso; e isso especialmente nas cidades comerciais, sobretudo nas principais cidades de banhos. Em regra, porém, eram deficientes, e aqueles que levavam tendas e meios próprios, quando não encontravam hospedagem em casa de amigos, preferiam viver nas suas tendas.

Hospedarias comuns havia-as em todas as cidades de alguma importância; e frequentemente as estações, lugares onde se trocava de cavalos, tiravam o nome dêstes hotéis, *tabernae*, como se chamavam na língua do tempo. Lembra-se assim as estações das *tres tabernae*, junto da via Ápia; *ad novas, ad medias, ad pictas (tabernas)*; ou da insígnia do hotel: *ad gallum gallinaceum, ad stabulum olearum, ad aquilam maiorem, ad aquilam minorem, ad draconem* e semelhantes. As insígnias eram frequentemente figuras de animais. Havia inscrições que convidavam os viajantes a tomar hospedagem, prometendo um serviço cheio de atenções, com banhos e todas as comodidades, “como na capital”, acrescentava-se geralmente na Itália. A legenda de um hotel de Lião, frequentado provavelmente por viajantes de comércio, dizia: “Aqui Mercúrio promete bons negócios, Apolo boa saúde, Stimano boa recepção e boa mesa. Quem se hospedar aqui achar-se-á satisfeito. Estrangeiro, observa bem onde vais hospedar-te”. Todos os hoteleiros, como ainda se faz nas cidades pequenas, cumulavam os hospedes de gentilezas e de cumprimentos, elogiando as vantagens e a limpeza da casa, embora, de ordinário, nada houvesse no hotel, de convidativo. A sociedade que aí se encontrava era das mais baixas, aposentos pouco limpos, travesseiros e colchões cheios de fôlhas de caniço em vez de penas, *coma arundinis pro pluma strata*, diz Plínio, formigando de pulgas no verão.

As diárias em hotéis dêste gênero eram naturalmente baratas. Segundo uma inscrição descoberta não há muito, uma refeição, sem vinho, pois o vinho pagava-se em separado, (e era baratissimo), custava três asses, algo como três tostões, e o feno para o cavalo dois asses. Nos tempos de Políbio, como afirma êste historiador, o viajante não pagava mais do que meio asse para as consumações de todo o dia.

Obstáculo maior às viagens era a falta de segurança dos caminhos, mesmo os mais frequentados. Os assaltos não eram raros, especialmente nas províncias mais longínquas, e sobretudo nas montanhas, apesar das providências tomadas pelo Estado para impedi-los. Varrão, no *De re rústica*, deplora êste fato, contrário à extensão da agricultura: “Muitos campos magníficos — diz — não podem ser cultivados por causa dos roubos a que estão sujeitos, como na Sardenha e na Espanha, do lado de Portugal”.

Estas e outras dificuldades não conseguiram contudo

impedir as viagens, que se fizeram mais frequentes, como disse, depois da pacificação; sobretudo porquê a imensa extensão do território sujeito ao Império, sôbre o qual não só os cidadãos Romanos, mas todos os povos podiam mover-se livremente, era por si só um incentivo à deslocação dos individuos de um lugar para outro. O serviço militar dava origem a frequentes transportes de homens de uma para outra guarnição. Os funcionários superiores raramente chegavam ao fim de sua carreira sem ter passado pelas províncias mais longínquas, e quando se moviam, eram sempre acompanhados por grande séquito de subalternos e de escravos, formando verdadeiros exércitos, como vimos.

O movimento mais importante era, sem dúvida, o que afluía das províncias no sentido de Roma. Não faltavam, porém, o movimento contrário de Roma para as províncias e o de uma província para outra. Não havia cidade onde os estrangeiros não fossem numerosíssimos, pelo que Sêneca pôde dizer, com razão, que na própria ilha da Córsega, montanhosa e, naquele tempo, inhospita, havia mais estrangeiros que nascidos no país. As relações dêstes emigrados com parentes e amigos que ficaram na terra natal, eram naturalmente ativíssimas, dando assim origem a viagens frequentes em todas as direções. Numerosas profissões, sobretudo a dos comerciantes, obrigavam os que as exerciam a passar a maior parte da vida em viagem. A conquistista do Egipto iniciara uma era nova para o comércio, abrindo-lhe o caminho das Índias. Para chegar a êste país embarcava-se em Alexandria, no forte do verão, aproveitando os aliseos do norte, para subir o Nilo até Coptos, onde se chegava em doze dias, tendo um vento favorável. Daí, servindo-se de camelos, chegava-se, em seis dias, ao pôrto de Berenice, praça marítima muito animada naquele tempo. Esta etapa, que atravessava o deserto, fazia-se de noite, para evitar os grandes calores. “Guiando-se pelas estrélas — diz Strabão — ia-se durante a noite de um para outro oasis, e aí descansava-se durante o dia. De Berenice, ou de Mios Hormos, os navios, levando a bordo numerosos homens armados, para se defenderem contra os piratas, transportavam-se comerciantes e suas mercadorias para a Índia, e viceversa, atravessando o golfo arábico. Toda esta viagem, ida e volta, fazia-se em seis ou sete meses, desde o solstício de verão até o mês de fevereiro seguinte. Êsse comércio, que nos primeiros tempos era praticado pelos Gregos e pelos Egípcios, passou em grande parte aos Romanos sob o Império; de modo

que já Horácio, pôde dizer aos romanos que ambicionavam riquezas e, por isso, visitavam muito a Índia:

Impiger extremos curris mercator ad Indos

(Mercador incançável, corres até os índios longinquos).

Pelo mesmo motivo, as viagens dos romanos estendiam-se ao Ocidente, alcançaram toda a Gália até o Mar do Norte e à Bélgica, e, passando o estreito da Mancha, chegaram à Inglaterra, enquanto outros dirigiam-se para noroeste, percorrendo todo o mar Báltico, mar do âmbar, como se dizia antigamente, por ter sido aí encontradas as primeiras espécies desta matéria resinosa; como provam as moedas romanas encontradas nessa região, até Koenisberg.

Não era somente o comércio que estimulava os Romanos a viajar. Muitos decidiam-se a percorrer o mundo impedidos pelo desejo de saber, de aprender coisas novas, vendendo-as diretamente; e também porquê a ciência antiga era muito mais contemplativa do que a presente, e o estudo pelos livros oferecia maiores dificuldades e certeza menor. Não somente os homens de ciência precisavam verdadeiramente ver e observar de modo direto com os próprios olhos, mas também os geógrafos, os estudiosos da arte e da antiguidade, os naturalistas e os médicos, a respeito dos quais é suficiente lembrar os nomes de Diodoro, Strabão, Pausânias, Dioscóride, Galieno, que fizeram grandes viagens com finalidade exclusivamente científica.

Muita gente também corria mundo simplesmente pelo gosto de viajar, como fazem muitos turistas dos nossos dias. Um amigo de Plutarco, Cleómbroto de Sparta, homem rico e em condições de dispor de seu tempo como mais lhe agradasse, fez grandes viagens unicamente para satisfazer à sua curiosidade, penetrando no Egito muito a dentro, até as plagas dos Trogloditas, visitou o oráculo de Amon, passando, em seguida, através da Etiópia, até o Mar Vermelho.

Era, porém, sobretudo a mocidade que se interessava pelas viagens, para estender o seu horizonte além da própria terra natal, como afirma Filóstrato. Era muito comum ver moços que abandonavam a casa paterna, para adquirir alhures uma instrução mais ampla. Todos os distritos, todas as cidades que dispunham de uma cultura superior, tornavam-se centros de estudos, e a mocidade dos arredores, e muitas vezes dos lugares mais afastados do Império, aí se reunia, como faz hoje onde existem grandes Universidades.

Nestas condições achavam-se Milão, na então Gália Cisalpina, hoje Itália superior; *Augustodunum*, atual Autun no antigo país dos Éduos, atual Nivernês; Apolônia, no Epiro; Marselha, a mais importante de todas as nomeadas, frequentadas às vezes até por estudantes romanos. Nas províncias asiáticas. Tarso era a que reunia o maior número de estudiosos da Ásia. Vinha em seguida Antióquia, na Síria, que Cícero, na oração *Pro Archia*, chama de cidade *eruditissimis hominibus liberalissimisque studiis affluentem*.

As cidades, porém, que sob êste ponto de vista sobrepujavam todas as outras, eram Roma, Alexandria e Atenas, para as quais afluía a mocidade estudiosa de todo o mundo. Especialmente Roma e Atenas, pelas escolas públicas e pelas cadeiras oficiais instituídas e mantidas pelo govêrno, eram as que mais se assemelhavam às nossas Universidades. E ainda hoje as principais Nações mantêm escolas em Roma e em Atenas, onde mandam a sua mocidade aperfeiçoar-se em estudos especiais.

Doutro lado, os professores viviam vagabundeando de uma cidade para outra; especialmente os retóricos e os sofistas, que corriam de um para outro lugar para conquistar glória e riquezas. Os professores mais célebres, sobretudo, nunca paravam muito no mesmo lugar, e muitas vezes transferiam-se de uma cidade para outra, levando consigo parte dos seus discipulos. Esta tradição, aliás, manteve-se também na Idade Média com os famosos Goliardos, conhecidos também com o apelido de *clerici vagantes*, os estudantes de tuna de Portugal, espíritos irrequietos e irreverentes; e na Renascença, que fez reviver a época clássica não somente na mentalidade, mas também nos costumes.

A maior parte dos artistas e dos artesãos exercendo artes que se relacionavam com os artistas, estavam também em movimento contínuo. Numa inscrição ainda existente, Zenon de Afrodisiade diz que, confiando unicamente na sua arte, percorreu numerosas cidades. Foram encontrados pedestais de estátuas com o nome dêste artista em Roma, em Siracusa e em outras cidades.

A vida dos artistas da cena, atores, cantores, atletas e outros, devia ser mais nômade ainda. Viajavam sós ou em companhias como fazem atualmente; sobretudo na Grécia e na Ásia Menor onde também as pequenas localidades tinham teatros, recebendo entre outros prêmios, o título de cidadão. Aurélio Carino, cantante célebre, que ganhára coroas em todos os concursos sagrados, desde os capitulinos até os de An-

tióquia, além de cidadão desta cidade o era também de Nicomédia, de Atenas e outras. O atleta Asclepiades era cidadão de Alexandria, de Ermópolis, de Pozzuoli, de Nápoles e da Élide, senador de Atenas, e de muitas outras cidades.

Numerosos eram também os que viajavam por motivo de saúde, sobretudo nas doenças do peito, contra as quais, como conta Plínio, o Velho, os médicos recomendavam o clima do Egito, ou o das montanhas ricas em árvores resinosas, lugares estes onde se podia fazer também um tratamento lácteo. Entre os lugares mais procurados havia Anticira, que produzia o heléboro contra a loucura, lembrado também por Horácio quando, falando de uma cabeça meio louca chama-a de *tribus Anticyris caput insanabile*, cabeça que não se cura nem com o heléboro de três Anticiras. Grande também era a afluência aos templos dos deuses que curavam doenças, como os de Esculápio, de Isis e de Serapis, santuários aos quais geralmente se anexavam estabelecimentos de banhos para tratamento de doentes.

Não faltavam, já disse, os que viajavam simplesmente por viajar, como os modernos turistas, pela paixão da novidade, de trocar de país, e ver terras novas, coisas de que ouviram falar ou leram nos livros. *Hominum natura novitatis ac peregrinationis avida*, diz Plínio, o naturalista; o que, desde aquele tempo, provava-se pelos numerosos indivíduos que viajavam simplesmente para ver países novos, como fazia o imperador Adriano, tão amante de novidade, que não deixava de visitar qualquer país do qual tivesse ouvido falar com interêsse.

Estas viagens, porém, nada tinham de comum com as dos modernos descobridores, que enfrentam dificuldades e perigos de toda espécie para descobrir terras novas e aumentar assim o patrimônio científico e econômico da humanidade. O desconhecido não atraía os antigos, em geral, limitando-se eles aos territórios conhecidos, considerados como limites naturais do mundo, mesmo pelos comerciantes e pelos homens de ciência. Nenhum navegante tinha a ousadia de se aventurar na imensidade do mar ocidental, considerado impraticável, como o do norte, depois de uma certa distância das costas; a-pesar-de não poucos, como Strabão, Pausânias e o próprio Platão, julgarem provável a existência de um continente entre a Europa e a Ásia. Do lado meridional, dizia-se, os desertos e o calor insuportável tornavam candentes as pedras e a areia, de modo que os indígenas eram obrigados a viver em cavernas subter-

râneas. A serra de Atlas vivia circundada de lendas misteriosas, aceitas pelo próprio Plínio, como de montes dominados durante o dia por uma terrível solidão, e de noite, quando se iluminavam de fogos misteriosos, cheios de rumores e gritos terrificantes. Aumentavam as lendas relativas ao oriente e ao norte, a terra dos Hiperbóreos, espécie de paraíso terrestre, onde o sol se levantava e se punha uma só vez cada ano. Plutarco diz ter ouvido pela bôca de um seu amigo, grande viajante, Demétrio de Tarso, que as ilhas do norte, além da Britânia, eram habitadas por espectros, e que numa dessas pequenas ilhas se acñava Cronos (Saturno), adormecido e guardado pelo gigante Briareu.

Mas mesmo aquêem dêstes territórios fabulosos, os limites entre os quais se mantinham os turistas de toda espécie, eram restritos; pois poucos se arriscavam a ultrapassar as fronteiras do Império. Strabão pensava que nenhum geógrafo tivesse viajado mais do que êle, que tinha percorrido o mundo de leste para oeste, desde a Armênia até as costas ocidentais da Europa, e do norte para o sul, desde o Ponto Euxino (Mar Negro), até as lindes da Etiópia. Sômente as províncias ocidentais, a Gália e a Espanha, desde o comêço do Império começavam a despertar a curiosidade e o interêsse dos Romanos, e as viagens nestas regiões não eram raras, sobretudo na primeira, que em breve se mostraria muito diversa do que a haviam considerado nos tempos de Cícero, segundo o qual nada oferecia ela que pudesse despertar o interêsse do estrangeiro.

A maioria, porém, dos que não se limitavam à Itália e à Sicília, já ricas de belezas naturais e creadas pela arte, dirigiam-se para oriente e para o sul, visitando a Grécia, a Ásia Menor e o Egito, terras cheias de atrativos de toda espécie, naturais, artísticos e históricos.

A Itália oferecia em todas as direções o que mais servia para chamar os excursionistas. Os arredores de Roma, tanto do lado dos Apeninos, como do mar, apresentam lugares encantadores, aos quais pediam confôrto os Romanos no verão, para fugir aos calores sufocantes e às febres da cidade. Os poetas do Império estão cheios de elogios por essas belezas. Ao iniciar-se da primavera, os arredores da capital fervilhavam de visitantes. Óstia, Astura Fórmia, Ancio, Tívoli, Preneste, Arícia, Túsculo, Alba eram os lugares preferidos. Os que gostavam de ir mais longe, encaminhavam-se pela Via Ápia e dirigiam-se à Campânia, sobretudo no inverno, onde o clima é mais doce, e onde se encontra-

vam as mais elegantes moradias da época. Para os grandes de Roma ter uma vila nas praias de Nápoles era indício de bom gosto e de luxo, como atualmente para os Paulistas ter uma casa na praia de Santos ou do Guarujá.

Depois da Itália, era, sem dúvida, a Sicília que oferecia aos turistas as maiores atrações, pelas suas maravilhas naturais, pela doçura do clima, pela beleza e renome das suas cidades, pelas inúmeras tradições históricas, que remontam aos tempos mais antigos, até as origens mitológicas da ilha e do povo, a respeito da qual Lucrécio diz que a terra que pode ufanar-se de possuir o Etna e Caribdes

...cum magna modis multis miranda videtur
Gentibus humanis regio visendaque fertur,
Rebus opima bonis, multa munita virum vi

versos assim traduzidos por A. José de Lima Leitão:

Ilha admirável por mil modos grande,
Rica de quanto é bom, digna de ver-se,
Por varões esforçados defendida.

A Grécia, para os Romanos, era a terra do passado, onde a civilização, as artes, a filosofia, as ciências tiveram o seu berço, era a cidade *lumiére*, a Paris da época antiga; mas uma Paris mais idealizada, mais intelectual e purificada pelas suas condições de vencida, que vence o vencedor, com a sua tradição e com as suas fábulas que a tornam venerável perante os olhos dos triunfadores, os quais, na palavra de Plínio, o Moço, veneravam as cinzas de tamanha grandeza;

Fama manet, fortuna perit: cinis ipse iacentis
Visitur, et tumulo est nunc quoque sacra suo.

(a fama fica, a fortuna desaparece: a própria cinza da desaparecida é visitada e venerada no seu túmulo). Este sentimento de veneração pela Grécia, entre os Romanos, nasceu muito cedo, antes da conquista, já durante a segunda guerra Púnica. Os embaixadores de Rodes, falando no Senado, no ano 191 a. C., quasi meio século antes da conquista, diziam. “A maior parte de vós visitou as cidades da Grécia e da Ásia”; e Paulo Emílio, no ano 169 da mesma era, fez uma viagem à Grécia, visitando os templos e as cidades mais célebres, para conhecer as coisas admiráveis de que tanto fa-

lava a fama — como dizia em seu relatório. E acabava afirmando que o que o tinha impressionado e comovido mais profundamente fôra Olímpia, onde o Júpiter de Fídias lhe dera a impressão de se encontrar diante do próprio Deus.

Atenas, naturalmente, era a que exercia maior atração sôbre os visitantes, pela riqueza dos seus monumentos, que ainda hoje não encontram rivais senão em Roma. Si, porém, Atenas encantava os amantes da arte e da antiguidade, Corinto não exercia menor atração, por motivos muito diversos, quasi dir-se-ia opostos. Corinto era a cidade do movimento, da atividade, do comércio, devido à sua posição sôbre dois mares, *bimaris*, como a chama Horácio. Como estivesse em decadência juntamente com a restante Grécia, foi reconstruída pelos Romanos, que dela cuidaram desde César até Adriano, transformando-a numa cidade nova e quasi completamente romana, com população prevaemente romana, o que a indicou para sede do Governador da província.

Muito visitada pelos Romanos era Epidauro, cidade do Peloponeso, pelo famoso templo de Esculápio; e, sôbre todas, Rodes, a capital da ilha dêsse nome, que Horácio chama de *clara*. Na segunda metade do primeiro século da nossa era, Rodes era a cidade mais rica e mais brilhante de toda a Grécia, e tal se conservou até o meado do século II, quando um terrível terremoto lhe derrocou os principais edificios.

Os Romanos, em geral, depois de ter visitado a Grécia, passavam para a Ásia menor, onde, para êles, os atrativos, não eram menores, considerando esta terra como a sua primitiva pátria, pois, segundo a lenda, Enéias, com os seus companheiros, teria vindo de Tróia para dar origem ao povo

.....genus unde Latinum
Albanique patres atque altae moenia Romae

canta Virgilio (donde o povo Latino, os pais Albanos e os muros da excelsa Roma). Ai toda a praia ainda resoa das batalhas cantadas por Homero, em toda parte se fala de Aquiles, de Heitor de Príamo, de Enéias, de Tróia. Uma pequena aldeia chamada Ilion é considerada como o resíduo da antiga Tróia, e os Romanos, em sinal de gratidão, fazem dela uma cidade. A Jônia, com suas tradições artísticas e históricas, as cidades de Éfeso, já sede de uma das

sete maravilhas do mundo antigo, Smirna e outras menores completam o encanto que chama à Ásia tantos admiradores e tantos turistas.

Si o Egito apresentava maiores empecilhos pela distância e pelas costas que tornavam difícil a entrada no pôrto de Alexandria, tanto assim que, já desde os tempos de Augusto, o govêrno imperial mantinha à sua custa um farol, a abundância de monumentos, as tradições antiquíssimas, a riqueza do país, as belezas naturais, o mistério dos costumes e das suas religiões, e muitos outros fatos excitavam a curiosidade dos Romanos, que porisso visitavam frequentemente a terra das pirâmides, apesar das grandes dificuldades da viagem.

Já disse que o movimento comercial entre Roma e Alexandria era ativíssimo, sendo esta o entreposto de todo o comércio com a Ásia oriental, sobretudo com a Índia. Não menor, porém, era o movimento dos turistas e dos que no Egito procuravam as fontes da antiga sabedoria e das crenças misteriosas, que, depois da batalha de Ácio, se difundiram em todo o Ocidente.

Alexandria, fundada por Alexandre, o Grande, três séculos antes da era vulgar, tornara-se a capital do Egito, com uma população que se aproximava de um milhão. Dotada de elegantes palácios públicos e particulares, centro de vida intelectual, sobretudo pelo helenismo que da Grécia passara para esta grande metrópole, com grandes bibliotecas e escolas que lhe deram a fama de primeiro centro intelectual do mundo durante alguns séculos, devia exercer uma atração não igualada talvez por nenhuma outra cidade no tempo antigo. A elaboração da literatura, da filosofia, da ciência alexandrina, como da própria religião cristã, que teve na foz do Nilo um centro de preparação e de difusão não inferior à da própria Roma, provam exuberantemente a importância dessa cidade e consequentemente o movimento de viajantes que de todos os lados se dirigia para Alexandria, e daí se espalhava por todo o Egito.

Com o Egito completa-se o quadro, ou melhor, o esboço do grande movimento turístico dos Romanos, que, uma vez conquistado o mundo, tinham interesse em conhecê-lo, em estudar-lhe as belezas e, talvez ainda mais, as riquezas.

Resta a ver as causas principais que induziam os Romanos a empreender tantas viagens; indagação interessante, porquê nos serve também para compreender a psi-

cológia dêsse povo, estudada nas suas tendências e nos seus gostos.

Em primeiro lugar, deve-se colocar o interêsse, a curiosidade que nos Romanos despertavam as lembranças históricas e as originalidades naturais. E como umas e outras se encontravam sobretudo nos templos, eram êstes os primeiros que atraíam a atenção dos visitantes, ao entrar pela primeira vez numa cidade. Êstes templos eram geralmente ricos de objetos preciosos, especialmente de pinturas, esculturas e outros tesouros de arte, ex-votos particulares ou presentes de congregações religiosas, muitas vezes depositados nestes lugares sagrados, porquê julgados os mais seguros e os mais visitados. Os templos, dêste modo, funcionavam como os modernos museus; porquê, além das numerosas obras de arte, continham interessantes curiosidades naturais, tais os crânios de elefantes, que se encontravam em muitos templos, entre outros no de Diana, em Cápua; dentes de elefantes, grandes serpentes, e até, num deles, um crocodilo encontrado por Juba num lago da Mauritânia, etc.

As raridades e preciosidades históricas também eram numerosíssimas nesses templos, sobretudo objetos que pertenceram a personagens célebres. No templo de Marte conservava-se a espada de Júlio César; Varão diz ter visto no templo de Sanco (deus sabino) o fuso e a roca de Tanaquil. Num templo de Atenas conservava-se a couraça de Masístio, que comandara a cavalaria persiana na batalha de Platéia, juntamente com a espada de Mardónio, e muitas outras do mesmo gênero. O que, porém, despertava maior interêsse eram as relíquias dos tempos heróicos e lendários. Em muitos templos, encontrava-se uma grande variedade de ovos de Leda, muito provavelmente ovos de avestruz, um copo de âmbar oferecido por Helena ao templo de Minerva, o modelo exato dos seios da bela mulher de Menelau, os navios de Agamemnon, na Eubéia, de Enéias, em Roma e de Ulisses, em Córçira. Remontava-se às vezes também a tempos mais antigos, como acontecia com o templo de Pano péia, na Fócida, onde se via um residuo do barro com que Prometeu plasmara os homens, barro que — dizia-se — tinha cheiro humano. Acontecia também encontrar-se o mesmo objeto em dois lugares diversos; assim em Captos como em Menfi podiam-se admirar os cabelos que Isis arrancara à sua cabeleira, chorando a morte de Osiris. No pôrto de Salamina, via-se a pedra sôbre a qual se sentara o

velho Telamão, assistindo à partida do filho para a guerra de Tróia. Outros indicavam o lugar exato onde Cadmo semeara os dentes de dragão, dos quais surgiram homens armados da cabeça aos pés.

Teria de continuar durante horas inteiras, si quisesse enumerar todas as raridades de toda espécie que se encontravam nos templos da antiguidade, e que atraíam a curiosidade dos visitantes, no que eu corria o risco de me transformar num daqueles *periegetes*, como os chamavam os gregos, ou *cicerones*, como os chamam ainda hoje em Roma, que a trôco de espórtulas, se encarregavam de guiar os estrangeiros nessas visitas, explicando as maravilhas, as raridades existentes. Gente terrível, faladores incansáveis, que tudo sabem, sem nada saber, que tudo explicam, sem nada explicar, capazes de mostrar, com descaramento desabusado, o lugar onde Lucrecia assassinou Marco Antônio, ou onde Numa casou com Pompílio.

Num poema atribuído a Lucilio, o moço, depois de lembrar o interesse pelas antiguidades históricas, que induzia os Romanos a visitar os países mais longínquos do Império, alude êle ao interesse pelas belezas artísticas da Grécia e do Oriente. Os Romanos, de fato, ávidos de se instruírem, para formar o gosto artístico não deixavam nas sua viagens de examinar as obras de arte tão numerosas e tão espalhadas na Grécia e na Ásia Menor. Cícero, na oração *De imperio Pompei*, para mostrar o grande interesse que o famoso general romano tinha pela empresa que lhe fôra confiada pelo Senado, diz que atravessou a Grécia sem se deixar distrair das obras de arte de que o país era tão rico: *Signa et tabulas ceteraque ornamenta Graecorum, quae alteri tollenda esse arbitrantur, ea sibi ille ne visenda quidem existimavit*. Propércio em Atenas, não queria somente, estudar Platão, Demóstenes e Menandro, mas contemplar as imagens e as obras da escultura e da pintura.

Muitas vezes, empreendiam-se viagens unicamente para admirar essas obras artísticas, segundo Cícero, que visitou Tespis para ver o Cupido de Praxitele, e Plínio que foi a Gnido para admirar a Venus do mesmo artista.

A admiração, porém, chegava a ponto tal que, para que o gosto artístico fosse compartilhado por todos os habitantes de Roma, as obras de arte eram carregadas para a cidade eterna, que se transformava assim no mais rico museu do mundo.

Coisa que, aliás, fazem todos os conquistadores. Napoleão ainda, há pouco mais de um século, nas suas expedições à Itália deu aos Italianos, como dizia, a liberdade, mas tirou-lhes centenas de obras primas, das quais sòmente uma parte foi restituída depois de 1815, enquanto a maior parte continua nos museus e nas pinacotecas de Paris.

Napoleão, como estamos vendo, podia justificar plenamente os seus roubos artísticos nos ensinamentos do mais puro classicismo!...

XV - A Literatura

O século de Péricles, o século de Augusto, o século de Leão X, o século de Luiz XIV... Que é que significam estas frases que ouvimos tão frequentemente, para indicar um período histórico de especial importância e com características próprias, que o distinguem dos outros todos? Êsses felizardos que deram o nome a um período histórico, teriam enchido aquele tempo com a sua ação em todos os campos da atividade humana; pois a denominação abrange-as todas, desde a política até a filosofia, desde a economia até a religião? Seria absurdo pensar nisto, a-pesar-de se tratar de individualidades de valor e merecimentos não comuns. Trata-se de felizardos, disse, que, por condições especiais, foram colocados em posição particular, que os tornou expoentes da época em que viveram. Assim "século de Augusto" significa aquele movimento que, em todos os campos da atividade humana, representa a passagem do período republicano para o período imperial: no campo político econômico, literário, filosófico, religioso e moral.

Tratando hoje do movimento literário durante êsse período, não pretendo fazer a história das letras daquele tempo, que é sem dúvida o mais brilhante e o mais rico da literatura romana. O que, mesmo que não fosse muito particularizado, nos prenderia anos inteiros. Tocarei simplesmente em algumas das características, que distinguem êste dos outros períodos da literatura, e que justificam o apelido de clássico com que é geralmente indicado.

Antes de mais nada, deve-se pôr bem claro que com o apelido "clássico" não se pretende dizer que tanto o conjunto da atividade literária, como os autores, particularmente considerados, sejam superiores aos do período que precedeu e ao que se lhe seguiu. Em primeiro lugar, é preciso reconhecer que algumas formas literárias, já florescentes, desa-

pareceram, como o teatro que, afora a *atelana* e o *mimo*, formas de arte dramática inferior, se reduziu a quasi nada durante o periodo imperial, como vimos numa precedente palestra. Mas mesmo nos gêneros que tiveram as suas mais importantes expressões, como a lírica, a história e a eloquência, não é possível dizer que este periodo superou os outros. Quem teria a coragem de afirmar a superioridade épica de Virgilio sobre Lucrécio, que tanto vigor, tanto brio soube infundir a um tema árido e pobre, como é a doutrina epicúrea? Qual o trecho virgiliano que pode sustentar o confronto com o admirável hino à Venus, com que Lucrécio abre o seu poema? Todo o helenismo horaciano, toda a graça tibuliana, toda a erudição de Propércio e toda a sensualidade de Ovidio, não conseguem vencer o ímpeto lírico e a sinceridade sentimental de Catulo. Tito Lívio não conseguiu por certo ultrapassar César e Salústio, que lhe foram predecessores e mestres; e, no entanto, foi superado, na interpretação filosófica dos acontecimentos e no vigor do estilo, por Tácito, que veio um século mais tarde. Não falo da filosofia, porquê Sêneca, o único grande filósofo, que teve Roma — si não se quer chamar de filósofo àquele grande compilador que foi Cícero, — pertence também ao periodo post-augústeo. Quando Augusto morreu, Sêneca estava com pouco mais de quinze anos.

Em que consiste, portanto, a superioridade do periodo augústeo, chamado de clássico, palavra que passou a significar perfeição em todas as coisas, sobretudo em literatura?

Disse-se, com razão que a literatura de um povo é a expressão do pensamento, da consciência desse povo. As relações entre esses dois elementos, portanto, são relações de substância à forma, de conténte a conteúdo, relações que nem sempre se acham em perfeito equilibrio, desenvolvendo-se, em geral, a primeira muito mais rapidamente, que a outra e precedendo-a por isso mesmo. Assim, em Roma, o desenvolvimento nacional precedera de muito o desenvolvimento intelectual, sobretudo o desenvolvimento literário; e, como sabemos, o Estado Romano já era grande, quando a sua literatura estava no seu início. Para aumentar essa falta de equilibrio, existia outro fato não menos grave: a influência do helenismo na vida romana. O periodo que precede à idade de Augusto, apresenta uma literatura de evidente influência grega, em que o helenismo ocupa lugar preponderante. O próprio Catulo, tão pessoal e tão original nas suas concepções, esteticamente mantém-se fiel à arte

grega. Lucrécio vai buscar a inspiração e a matéria do seu poema na filosofia da Grécia. Cícero, repetidas vezes, mas sobretudo na oração *Pro Archia*, declara que tudo deve à influência grega; e, com o exagêro próprio de orador, que mira unicamente ao triunfo da causa que está patrocinando, começa a sua oração: *Si quid est in me ingenii*, si há em mim alguma luz de inteligência, alguma habilidade oratória e noção racional do que é arte de falar, confesso que devo tudo isso a A. Licínio Arquia; e continua fazendo votos para que a literatura romana se fortaleça, caminhando sôbre as pégadas da grega. O próprio Virgílio, moço, nos seus primeiros trabalhos, ressentia-se ainda muito da influência helênica, e as suas éclogas são todas de inspiração e de forma grega.

Esta falta de equilíbrio, devida à disparidade entre a consciência e à sua representação, aumentada pela influência grega, desaparece na época de Augusto, devido a causas numerosas, sobretudo à paz, que permite maior dedicação às letras e à estabilização de uma nova consciência nacional, convencida do seu valor e da sua capacidade. A harmonia tranquila, que reina em Roma, depois da batalha de Ácio e a conquista do mundo, na confiança de ter, com o mundo, conquistado o direito a uma dominação perpétua, reina também na literatura, e constitui a nota característica, a base do chamado classicismo. É um equilíbrio estável que se estabelece entre os diversos elementos constitutivos da literatura, que em Roma são a tradição, a consciência nacional e a influência helênica, e que se harmonizam numa forma estética nova, na qual o conceito grego deixa de ser influência estrangeira, para se transformar em estética nacional, ou melhor, elaboração nacional do que fôra simples arte grega. A literatura clássica do período augústeo, portanto, representa a elegância brilhante dos gregos enxertada sôbre a solenidade romana, em forma estável.

Anteriormente a Augusto, o exercício da literatura era abandonado aos escravos e aos libertos. Os Romanos faziam literatura simplesmente por distração, e escreviam versos ou prosa nas horas vagas, como um passatempo qualquer, como teriam jogado uma partida de dados, entre uma e outra sessão do Senado, ou entre um ou outro exercício militar. Nos tempos de Cícero, ainda se encontram indícios desse estado de espírito, e o grande orador, muitas vezes, se esforçou para convencer os seus patrícios da importância dos estudos literários. Sob o Império, com o *otium* da paz,

desenvolve-se também o gôsto literário, que serve para encher o vácuo deixado pelo abandono da atividade política e dos seus cuidados. Este o motivo pelo qual homens de alta posição, que já ocuparam cargos elevadíssimos no exército e na pública administração, ou abandonam espontaneamente ou são afastados da coisa pública e, como consôlo desta *diminutio* da personalidade política, dedicam-se às letras, tornando-se êles próprios poetas ou prosadores, ou protegendo e encorajando os que das letras faziam a própria profissão.

Afastada neste modo, ou talvez melhor, impedida de se imiscuir em política, a literatura, em regime monárquico, transforma-se e torna-se fim de si mesma, isto é, determina-se pelo princípio da arte pela arte. A consecução da beleza literária é o único escopo da literatura imperial. Augusto e os seus amigos e auxiliares compreendem a grande vantagem dêste novo rumo e procuram favorecê-lo de todos os modos, fazendo dele um sistema de govêrno, como já o haviam feito com o teatro e com os jogos de circo e de anfiteatro. Começam, assim, os favores, os encorajamentos, as lisonjas para os poetas, sobretudo para aqueles que manifestavam engenho privilegiado, porquê nos elogios, e muitas vezes nas bajulações dêstes poetas, os Imperadores e os seus amigos viam também a própria glória e a satisfação da própria ambição. Pela difusão que a literatura, especialmente a poesia, conseguira entre o povo, o qual se interessava pelas obras dos grandes autores, os imperadores viam nas aprovações e nos elogios dos poetas um meio também para tornar mais facilmente aceito o novo regime.

O primeiro a dar o exemplo foi, naturalmente, Augusto, que era, aliás, quem nisso tinha mais interêsse. Fez-se logo promotor da literatura e protetor dos literatos, fazendo donativos, fundando bibliotecas, no que fôra precedido por Asínio Polião, dando incumbências ricamente remuneradas, e manifestando grande deferência pelos poetas. Foi êle também escritor, tendo escrito — dizem os seus historiadôres, sobretudo Suetônio — um poema, *Sicilia*, um livro de epigramas, um dos quais, muito licencioso, é conservado por Marcial; um livro de Memórias, uma resposta ao panegirico de Catão, e umas exortações à filosofia. O valor literário de Augusto, porém, não devia ser grande, si, apesar do seu nome, nada se conservou, afora da famosa inscrição ancirana, esculpida no bronze.

O mais vâldo auxiliar que Augusto teve nesta obra de

adormecimento, para não dizer de corrupção, foi Mecenas. Pertencente a antiquíssima família etrusca, de temperamento doce e generoso, amante da boa vida e do ócio, mais que dos cargos públicos, nunca quis ocupar lugares de importância política, a não ser em casos especiais e a pedido de Augusto, do qual foi o mais fiel dos amigos e dos conselheiros. Distinguia-se por certas formas amaneiradas de vestir e de escrever, vivendo segundo o próprio gosto, circundado de homens de letras e de artistas. A casa dele era um centro em que se reuniam os homens mais cultos e as inteligências eleitas de Roma; pelo que ser admitido na casa de Mecenas era a aspiração de todos os que se dedicavam às letras. Além de Virgílio e Horácio, que foram as estrélas de primeira grandeza dessa constelação, frequentavam a casa de Mecenas, Propércio, Quintílio Varo, Tuca Melisso e muitos outros. Sendo riquíssimo, Mecenas auxiliava largamente êsses escritores, aos quais nada deixava faltar, incitando-os, muitas vezes, e sugerindo-lhes os assuntos de sua preferência, de modo que bom número das obras de Horácio, Virgílio e Propércio são devidas à sugestões de Mecenas. Horácio, mais que todos, vivia com Mecenas em grande intimidade, e recebera dele grandes favores, compreendida uma quinta na Sabinia. Correspondendo a tamanha amizade, Horácio dedicou a Mecenas numerosas odes, entre estas a primeira do livro primeiro, a conhecidíssima *Mecenas atavis edite regibus*.....

Outro centro literário, até certo ponto em opposição ao precedente, era o de Messala. M. Valério Messala Corvino, companheiro de estudos, em Atenas, de Horácio e do filho de Cícero, foi incluído nas listas de proscrição do ano 43 a. C. por estar, como os seus companheiros de estudo, do lado de Bruto e de Cássio, com os quais ficou até a batalha de Filipos. Pouco depois, desligou-se, aproximando-se de Antônio, e, em seguida, de Otávio, tornando-se um dos personagens mais importantes do Estado, especialmente nas coisas militares. Tomou parte na batalha de Ácio, comandando depois diversas expedições na Síria, na Cilícia e na Gália, conseguindo triunfos. Pela sua alta posição e pelo seu valor pessoal, manteve-se sempre independente e pôde retirar-se à vida privada, quando se achou em discórdia aberta com Augusto. Foi homem de grande cultura e de fino gosto, sobretudo orador elegante, como testemunha Cícero, cuja escola seguia e que chamava de *verissimum genus dicendi*; de modo que, ainda mais tarde, era conside-

rado orador de primeira ordem. Tácito, no Diálogo *De oratore*, coloca-o antes de Cícero, pela pureza e elegância da língua *Cicerone mitior Corvinus et dulcior et in verbis magis elaboratus*; (Corvino foi mais doce e mais suave e na escolha das palavras mais esmerado que Cícero); Retirando-se da vida pública, Messala dedicou-se exclusivamente às letras, fazendo de sua casa um cenáculo de poetas, cujo expoente principal era Tibulo, o fino dlegiaco, que se manteve afastado do centro mecenatiano. Dominava neste cenáculo, um certo vento de “fronda”, tanto quanto era possível, numa época em que a vontade única de Augusto dominava soberana. Não se tratava, entretanto, propriamente de duas escolas, mas de dois partidos, de dois cenáculos distintos, em concorrência entre si. Além de Tibulo, pertenciam ao cenáculo de Messala diversos outros poetas e até poetisas, entre estas Sulpícia, de quem falaremos mais adiante, e cujos versos, juntamente, com os de outros vates, foram, por muito tempo, confundidos com os de Tibulo.

Um terceiro cenáculo reunia-se em redor de Asínio Polião, que se afastara também da vida pública, depois de nela ter tomado parte ativíssima. Como escritor foi por certo muito superior aos precedentes, tendo sido historiador, poeta, tragediógrafo, orador e crítico. Na ode primeira do livro segundo, Horácio faz o elogio da história da guerra civil, que Polião estava escrevendo, chamando-a de *periculosae plenum opus aleae*, obra cheia de perigos, pela qual o autor caminha sobre as brasas cobertas de cinza. Aproveita também a ocasião para elogiar as outras obras dele, sobretudo as tragédias, que Virgílio considera nada menos dignas de Sófocles. Como crítico, foi êle que descobriu em Tito Lívio aquela *patavinitas*, influência linguística da província em que o grande historiador nascera, e da qual os críticos modernos ainda falam. Asínio fundou uma biblioteca pública antes do próprio Augusto, como também organizou uma grande coleção de obras artísticas, que abriu ao público. Foi êle também que introduziu o hábito daquelas *recitationes*, que, pelo abuso que delas se fez, se tornaram uma das causas da decadência literária.

Nestes três cenáculos, pode-se dizer, elaborou-se a literatura do período augústeo, a literatura clássica. O primeiro, o de Mecenas, era propriamente o cenáculo oficial, que seguia, através de quem lhe deu o nome, a inspiração de Augusto. A obra mais perfeita de Virgílio, de fato, “As Geórgicas”, sabe-se que foi escrita sob a inspiração de Au-

gusto, ao qual o poeta leu primeiro o seu trabalho, modificando até um trecho que, por razões políticas, não era do gosto do ditador. O próprio Horácio, apesar do seu caráter independente e de ter recusado cargos honoríficos que o imperador lhe oferecia, como o de fazê-lo seu secretário, não pôde escapar à influência que dominava o cenáculo do qual era um dos principais ornamentos, escrevendo numerosas odes em honra de Augusto, e muitas outras, por encomenda do mesmo, entre estas o famoso *Carmen saeculare*, uma das poesias mais perfeitas do Venosino.

Os outros dois cenáculos tinham algo de independente, de *frondeur*, como já disse, tanto quanto o permitiam as condições políticas, não certo favoráveis à liberdade de manifestação literária menos que ortodoxa. Ao cenáculo de Messala pertenceu também uma poetisa, Sulpícia, cujos versos são indício da independência do seu caráter, não somente, mas do espírito irrequieto e rebelde que dominava naquele centro.

Já tive ocasião, anteriormente, de dizer como o amor pela poesia se tivesse comunicado também às mulheres; muitas das quais liam e apreciavam os versos, e algumas também os compunham. O incitamento às letras começava na escola, pelo menos nos cursos superiores, frequentados por numerosíssimas moças de famílias patricias, onde se dava instrução clássica, no dizer de Quintiliano. Uma mulher, para ser perfeita, segundo Marcial, devia ser *dives, nobilis, erudita, casta* (rica, nobre, culta e casta). Stácio diz culta a mulher de Lucano, porquê dotada de bom gênio. Plínio, o Moço, cobre de louvores sua própria mulher, pela parte que tomava nos seus sucessos literários. Friedlaender, a êste respeito, escreve: “Na casa de Augusto, que favorecia positivamente e encorajava as tendências literárias, as mulheres não podiam deixar de se associar também a êste movimento literário. Otávia aceita a dedicatória de uma obra filosófica de uma mulher; a cultura profunda do espírito de sua filha Júlia, e o interesse que ela dedicava à literatura, contribuem a crear a grande popularidade de que êle gozava. Lêm-se ainda hoje certos versos com os quais o poeta Crinágoras acompanhava as poesias de Anacreonte, enviadas à bela e virtuosa Antônia, mulher de Druso”.

As mulheres daquela época ocupavam-se de literatura, não somente como estudosas e amadoras, mas também como escritoras. A espôsa do poeta trágico Vário era mu-

Iher de muitas letras, *Varii tragaediarum scriptoris uxor literatissima*, e Perila, filha de Ovidio, foi poetisa como o pai. Infelizmente, porém, nada delas sobreviveu, a não ser seis breves elegias, que Sulpícia dirige ao seu amado, Cerinto. Até quasi o meiado do século passado, nunca se falara em Sulpícia, apesar das dúvidas que havia acêrca da autenticidade da maior parte das alegias do quarto livro de Tibulo; até que Grupe primeiro, e depois Rossbach, mostraram que as breves composições 7-12 dêsse livro pertencem à poetisa até então desconhecida.

Todo o romance de Sulpícia, pois trata-se de um verdadeiro romance, está contido nos seis bilhetes, que impressionam profundamente, sobretudo pela sinceridade e impetuosidade do sentimento, que caracteriza êsse amor. Sulpícia ama ardentemente Cerinto, moço de condição social inferior à sua. Cerinto é, com toda probabilidade, um pseudônimo, sob o qual a poetisa oculta o nome verdadeiro, como, aliás, costumavam fazer os poetas daquela época, que indicavam sempre por pseudônimos gregos as suas amigas: Lésbia, Délia, Némesis, Clicera, Cíntia, etc. Acêrca desta jovem poetisa nada sabemos, afora do que resulta dos versos dela, que durante tantos séculos ficaram ocultos, como o nome da sua autora, menos feliz nisso do que a sua homônima, a Sulpícia mulher de Caleno, que viveu nos tempos de Domiciano, da qual nada sobreviveu, mas que Marcial enaltece em quatro epigramas, 35, 36, 37, 38, do Livro X, collocando-a acima de Safo pela arte e pela pudicícia:

Hac condiscipula vel hac maģistra

Esse doctior et pudica Sappho;

E recomendando a leitura dos versos dela às moças que gostam de ser amadas por um único homem, e aos maridos que desejam ser amados por uma única mulher:

Omnes Sulpiciam legant puellae
Uni quae cupiunt viro placere;
Omnes Sulpiciam legant mariti
Uni qui cupiunt placere nuptae.

Mas voltemos ao nosso assunto. Sôbre esta poetisa, te-rei talvez, de fazer proximamente uma conferência especial. No entanto a lembrança que aqui fiz, serve para mostrar como a paixão pela poesia, naquela época, foi grande e di-

fundida também entre as mulheres, e que si Roma não teve uma Safo, teve, porém, numerosas mulheres que gostaram da poesia e que escreveram versos.

No ano 14 da nossa era, morre Augusto e começa a decadência da literatura latina, escrevem geralmente os historiadores. É uma das numerosas afirmações convencionais de que está cheia a história de todos os povos. Na história não há solução de continuidade, e todas as divisões cronológicas não passam de ficções, de datas convencionadas para simbolizar um fato, uma passagem, que, às vezes, precisou de séculos para se realizar. Cada período histórico, mesmo os mais brilhantes e grandiosos, traz em si os germens da sua decadência e dissolução e, nas suas mais altas expressões, já se manifestam os sinais do futuro declínio; antes, há um momento em que, enquanto se admira a altura vertiginosa alcançada pela obra do homem, se observam, também, os primeiros indícios da sua próxima depressão. Valha o exemplo da grande arte quinhentista italiana. Si eu tivesse de designar o ponto em que a escultura italiana toca as culminâncias do gênio e, ao mesmo tempo, deixa transparecer, ou melhor, suspeitar, a futura decadência, eu escolheria o “Moisés”, de Miguel Ângelo. Não há, talvez, obra escultórica, que impressione mais profundamente do que essa estátua. Quem a vê pela primeira vez, fica estático na admiração de tamanha potencialidade de expressão e de vigor, que falta na maior parte das pessoas vivas. Quando, porém, passado o primeiro arrebatamento, se começa a examinar calmamente essa obra e analisar-lhe os particulares e a técnica, descobrem-se mil pequenos defeitos, sobretudo mil exagerações: aquela barba, que nunca foi vista senão feita de estopa, aqueles cabelos, que serviriam magnificamente para a reclamação de uma loção para carecas, e outras coisas semelhantes, que somente o gênio podia transformar em grande arte. Venha outro depois, que não disponha do gênio de Miguel Ângelo, e nos dará o barroco, o seiscentismo, o gongorismo, a decadência.

Isto deu-se com a literatura romana. A decadência começou com os escritores augústeos, com Ovídio, com Propércio, com Tito Lívio, nos quais já se observa aquela falta de equilíbrio, que foi, como disse, a característica do classicismo romano. Querendo ser rigoroso, dois escritores somente salvar-se-iam desse defeito pela serena calma e soberana fatura clássica que domina em toda a sua obra: Virgílio e Horácio; e isso devido, para o primeiro, ao seu

temperamento um tanto primitivo, que nunca o abandonou, nem nos momentos de maior sucesso, e, para o segundo, à sua filosofia entre estóica e epicúrea, que achava a sua expressão no famoso *si fractus illabatur orbis impavidum me ferient ruinae* (si o mundo se esfacelasse, eu ficaria impávido sobre os seus destroços).

Além desta lei geral, que estabelece quasi um revezamento das manifestações intelectuais, como das políticas, que Dante resumia num verso.

...una gente impera ed altra langue;

há numerosas causas especiais, que explicam a rápida decadência da literatura latina, no século de Augusto.

Em primeiro lugar, deve-se colocar a decadência política, a perda da liberdade e o absolutismo monárquico. A monarquia de Augusto, que se esforçara em manter as formas republicanas, suprimira a liberdade política, sem comprimir por completo a manifestação do pensamento, como se deu com os sucessores, começando pelo próprio Tibério, que, tomando, ou fingindo tomar interesse pelas letras, encorajando-as e protegendo-as, na verdade as sufocava e impedia o seu livre desenvolvimento. Sob esta opressão, que se exercia especialmente sobre as classes mais elevadas e mais cultas, o caráter corrompia-se e a corrupção refletia-se sobretudo nas obras da inteligência, que deviam adaptar-se à imposição e aos caprichos do tirano, perdendo a sinceridade e espontaneidade indispensáveis para dar uma verdadeira obra de arte. Privada destes dotes, a literatura tornava-se insincera, hiperbólica, amaneirada aos gostos da corte, cheia de preciosidades e de fórmulas retóricas, tendo em vista unicamente o rebuscamento da forma, e, no verso, a harmonia, iniciando assim aquele gênero de poesia que não diz nada ao sentimento e ao cérebro, procurando satisfazer unicamente o ouvido, que um poeta italiano, Hugo Fóscolo, exprobrava com o conhecidíssimo:

“Odio il verso che suona e che non crea.”

Ao lado desta causa de ordem geral e de ordem extrínseca, há outras de ordem intrínseca, que concorrem diretamente para a decadência da literatura romana. Durante a República, desde o terceiro século a. C., a literatura grega exercera a sua influência sobre a latina. Tratava-se, po-

rém, de uma literatura formada, perfeita que, com os seus modelos, não podia exercer senão uma influência benéfica. Além disso, a influência grega nunca conseguiu anular a tradição e o fundamento nacional dos Romanos, que aceitavam a arte grega no que tinha de belo, sem perder as características próprias. Plauto imita, às vezes, e traduz as comédias gregas, romanizando-as, porém, e fazendo delas produções verdadeiramente romanas. E quando os sofistas gregos, com Carneade, pretendem abrir escola em Roma, ensinando os seus sofismas, o Senado fá-los voltar, sem mais, para a sua pátria.

Sob o Império, porém, não é mais a pequena e culta Grécia que leva para Roma os seus costumes, a sua literatura, a sua filosofia. São todos os povos conquistados, isto é, todos os povos conhecidos daquela época, que trazem para a cidade eterna os seus costumes, os seus gostos, a sua religião, a sua concepção artística e literária, como também a sua língua: é o cosmopolitismo, que tudo invade e tudo absorve. Até aquela época, os escritores romanos foram todos, senão de Roma, pelo menos italianos e, portanto, separados apenas, por diferenças regionais. Vimos, contudo, que Polião exprobrara a *patavinitas* de Tito Lívio. Depois de Augusto, são os vencidos, os súditos, os estrangeiros, que entram na literatura latina, como na cidade, e até mesmo no Senado, vindo da Ásia, da África, da Espanha, da Gália e até da Bretanha, trazendo cada um as suas qualidades e os seus defeitos. Começam os Espanhóis, com Sêneca, Lucano, Quintiliano, Marcial; vêm depois os Africanos, com Frontão, Apuleio, Tertuliano, S. Cipriano, Arnóbio; em seguida são os Gauleses, com os panegiristas Ausônio, Santo Hilário, etc. Com toda esta confusão a literatura deixa de ser romana, para tornar-se cosmopolita. E com isso, o sentimento nacional perde o caráter e a dignidade, torna-se servil para com o tirano e com os poderosos, desaparece aquele orgulho tão característico do *civis romanus*, que se encontra nas Odes cívicas de Horácio, na épica nacional de Virgílio, na tradição de Tito Lívio, para deixar lugar às bajulações e às zombarias de indivíduos, que, tendo perdido a pátria própria, não sabem afeiçãoar-se a uma pátria nova, de adoção. Há exceções, é verdade; há exceções, como seriam Sêneca, Juvenal, Pérsio, Plínio, Tácito, que, porém, servem para pôr mais em evidência a miséria em que caiu a poesia romana, tão gloriosa antes.

A língua também ressent-se dessa decadência geral,

perdendo aquela simplicidade e, sobretudo, aquela exatidão quasi matemática, que lhe era peculiar, transfigurando e traindo frequentemente a expressão do pensamento. Introdzem-se, no vocabulário latino, têrmos e frases vulgares ou próprias da gíria de certas categorias de gente baixa; helemismos, galicismos, orientalismos e arcaísmos, muitas vezes usados até fora de propósito; há abuso de neologismos e têrmos abstratos, tão contrários à natureza do temperamento romano; há inversões e derrogações sintáticas, que tornam frequentemente o pensamento incompreensível. Êstes e outros são os defeitos que se infiltram na língua do Lácio, iniciando aquella obra de corrupção, que, depois de alguns séculos, tornará essa língua incompreensível aos próprios Romanos.

Tudo isso era facilitado pelos usos que invadiram Roma, devido à difusão artificial das letras, provocada pelos impedidores e pelos seus validos interessados em se servir dêsse meio para distrair a atenção do povo das coisas públicas. As formas piores dêsse diletantismo foram as declamações e as leituras públicas.

A eloquência, que já grangeara tamanho favor e occupava lugar de tanta importância na vida de Roma, sendo considerada como qualidade indispensável para os homens públicos, com o advento do Império perdera muitíssimo de seu valor, tornando-se um simples exercício retórico. A eloquência é uma arte, uma grande arte, que, porém, só pode viver em regime de liberdade, quando o orador pode expor livre e completamente o seu pensamento. Faltando-lhe essa atmosfera, definha, e si não morre, reduz-se a mesquinho exercício retórico, a discursos académicos, a elogios para vivos e para mortos, a mútuas bajulações, que têm uma única virtude: conciliar o sono dos ouvintes... A isso reduziu-se a eloquência nos primeiros tempos do Império. As escolas de retórica, bastante numerosas, porquê a eloquência era ainda considerada parte indispensável da educação das classes superiores, consistiam em exercícios de declamação sobre temas obrigatórios designados pelo mestre, relativos a questões abstratas e literárias, e nos casos melhores relativos a questões políticas, *suasoriae*, ou a causas judiciais, *controversiae*.

Os poucos que ainda conservavam o sentido da verdadeira eloquência, revoltavam-se contra êstes métodos, que serviam unicamente a crear autómatos falantes, sem ânimo e sem vigor. Cássio Severo afirma que, quando declama,

parece-lhe trabalhar como num sonho, e Votieno Montano desvenda francamente os defeitos dêsse gênero de eloquência. “Quândo se declama — diz — fala-se para agradar ao público, procura-se a elegância e descuida-se da argumentação, o orador contenta-se em acariciar o ouvido com palavras harmoniosas e rumorosas; quer triunfar, e não fazer triunfar a causa que defende”. Os outros resignavam-se de boa vontade a ser simples declamadores, repetindo os velhos e sovados lugares comuns, enchendo as suas orações de figuras retóricas e de imagens empoladas, capazes de superar todos os gongorismos e marinismos seiscentistas. O efeito era o de imbecilizar os alunos que frequentavam essas escolas, e Petrônio, sempre arguto e cáustico, diz a êsse respeito: *Adulescentulos in scolis stultissimos fieri, quia nihil ex iis quae in usu habemus aut audiunt aut vident* (os moços estultificam-se nas escolas, porquê nada ouvem e nada vêm do que interessa à vida prática).

A coisa faz-se pior ainda passando das declamações às leituras, tão em voga naquele tempo. O uso das leituras públicas, feitas geralmente pelos autores, perante cenáculos e círculos de amigos e intelectuais, introduzido por Asínio Polião, como já disse, correspondia, no comêço, senão a uma necessidade, pelo menos à uma comodidade para muita gente, seja pelas dificuldades que apresentava a leitura das obras manuscritas, às vezes cheias de erros, devidos aos copistas nem sempre cultos; seja pelas inflexões da voz do autor ou do leitor, que muitas vezes servia de comentário à obra.

Êste uso excelente em si, não demorou muito a degenerar, como era inevitável, devido, de um lado, à grande multidão de ociosos, atraídos, por tudo que servia para encher as horas vagas, a matar o tempo, como dizemos modernamente; e, do outro, ao grande número de indivíduos que faziam versos como diletantes, e se julgavam poetas, e que morriam do desejo de satisfazer a própria vaidade pela leitura dos seus versos a um público disposto a recebê-los com indulgência, na esperança de receber o mesmo favor, por sua vez. *Veniam damus petinusque vicissim*, já dissera Horácio (perdoamos para que também nos perdoem). Já para Horácio, o maior espanto era o poeta nos seus delírios de furor, agitando-se como um urso colérico, que conseguiu quebrar os ferros da sua gaiola, êsse impiedoso leitor que faz fugir toda a gente, mas que, quando pode agarrar um infeliz, não o larga mais e mata-o sob o pêso das suas leituras, como a

sanguessuga, que não larga a cutis à qual aderiu, *nisi plena cruore*, si não está cheia de sangue.

Entre os personagens do romance de Petrónio, há um velho poeta, possuído do furor da improvisação e da recitação, que, a bordo de um navio que está próximo a submergir, diante da morte, continua ainda a recitar versos com voz estentórea, e a escrevê-los sôbre uma imensa fôlha de pergaminho. Em todas as reuniões públicas, onde há gente, está sempre pronto a recommençar as suas declamações; mas, em toda parte, é corrido a pedradas. O poeta com o seu manuscrito — diz Marcial — é mais terrível e mais temível do que a onça, à qual foram arrebatados os filhotes, que a serpente mais venenosa, que o escorpião. Agarra a sua vítima no meio da rua, persegue-a até os banhos, até à mesa, ou arranca-a ao sono. Apenas aparece, toda a gente foge espantada. O personagem de uma sátira de Juvenal, Umbrício, entre as causas que o induzem a sair de Roma, além dos frequentes incêndios e desmoronamentos das casas, põe o perigo de se ver obrigado a assistir às leituras dos poetas em pleno mês de agosto.

Em tudo isso há exagêro, não há dúvida. Os que falam, são poetas satíricos; e todos sabem que a sátira, como a caricatura, consiste no exagêro de algumas notas características. Não deixam, por isso, de dizer grandes verdades, quando atribuem a êsse uso boa parte da decadência e do descrédito em que caiu a literatura na época imperial, quando a poesia se tornara moda, e que ser poeta era considerado quasi característica indispensável para ser julgado pessoa de fina educação e de bom trato. Essa paixão chegou a ponto de certos individuos desprovidos de inspiração poética, mas largamente fornecidos de dinheiro, comprarem versos dos poetas pobres para os recitar como de sua lavra, e julgando-se no pleno direito de fazer isso, porquê os que os escreviam, geralmente, eram seus escravos ou seus clientes. Marcial no, epigrama 20 do livro II, diz com muito chiste:

Carmina Paulus emit: recitat sua carmina Paulus,
Nam quod emas possis iure vocare tuum.

(Paulo compra poesias: Paulo recita as suas poesias; porquê podes chamar de próprio o que tu compras).

Êsse hábito encontrou grande favor, e os poetas neces-

sitados continuaram a vender os próprios versos e continuam ainda presentemente. Antes, o costume ampliou-se, estendeu-se, generalizou-se, e hoje não somente os versos vendem-se, mas também a prosa, sobretudo os discursos pelos quais alguns ricos conquistam a fama de grandes oradores...

XVI - A Religião no Século de Augusto

O rebaixamento do sentimento e da fé religiosa tinha-se generalizado, no século que precedeu a vinda de Cristo, entre os homens de letras da Grécia e de Roma. e Horácio encontra em si mesmo o exemplo dêsse enfraquecimento religioso, na ode XXXIV do livro I, que começa com os conhecidos versos:

Parcus deorum cultor et infrequens
Insanientis dum sapientiae
Consultus erro

(Fraco e negligente adorador dos deuses, vou errando, cheio de uma louca sabedoria); aludindo dêste modo à filosofia entre estóica e epicúrea que professava. Na literatura latina dêsse século, e do primeiro da nossa era, reinam tendências diretamente antirreligiosas. As classes que nós chamamos de intelectuais ou dirigentes, reconheciam a utilidade e, às vezes, a necessidade de uma religião, unicamente, como meio de manter sujeitas as massas populares, isto é, como *instrumentum regni*. Lucrécio foi por certo o exemplo mais completo dêste espírito de incredulidade, ou melhor, de ódio contra a religião, que considera como uma monstruosa quimera, que se levanta sôbre a humanidade, inspirando-lhe espanto e terror: *Tantum religio potuit suadere malorum*, diz referindo-se ao sacrifício de Efigênia, aconselhado pela religião (a tamanho crime a religião pode induzir os homens).

Não era, porém êsse ceticismo filosófico a negação completa da religião ou dos deuses: era a afirmação de que nós nos achamos na impossibilidade de conhecê-los e ter deles uma noção suficiente. Os próprios epicuristas admitiam a

existência dos deuses, mas os colocavam nos espaços interplanetares, gozando de uma paz e de uma felicidade imperturbável, indiferentes, portanto, às misérias humanas. A divindade, diz o epicúreo Filodemo, pode passar muito bem sem as nossas homenagens; mas é da nossa natureza reverenciá-la, sobretudo por imitação do que fizeram os nossos pais.

A grande maioria das pessoas instruídas, que, sem pertencer a uma determinada escola filosófica, estava, contudo, em contacto, direta ou indiretamente, com o movimento da filosofia, mostrava uma certa tolerância para com as crenças populares, embora fossem elas monoteístas, panteístas ou fatalistas, ou tivessem perdido completamente a fé tradicional, sem ter adquirido uma nova. Tácito, por exemplo, falando da religião judaica, mostra-se contrário, não pela religião em si, mas porquê concorria à diminuição e ao menosprêzo da religião tradicional, hereditária, à qual os Romanos tanto deviam, até o apóio nas batalhas, como acontecera na batalha de Treves, na qual *nec sine ope divina mutatis repente animis terga victores verterunt* (não sem intervenção dos deuses as condições do combate se mudaram e os inimigos, já vencedores, deram-nos as costas). Quintiliano pertencia à classe numerosa daqueles cujas idéias politeístas se entrelaçavam com as tendências monoteístas, sem ter a coragem de confessá-las, nem a si próprio. Plínio, o Velho, ia além, chegando a um verdadeiro naturalismo. Segundo êle, Deus e a natureza eram inseparáveis, constituindo a verdadeira divindade, o *Cosmos*, eterno e sagrado na sua imensidade e no seu infinito. Toda a mitologia, para êle, não é senão um disparate pueril; atribuir aos deuses adultérios, rixas e ódios, crer na existência de divindades da fraude e do crime, é o cúmulo da impudência.

Embora a negação das crenças religiosas fosse, em grande parte, efeito das doutrinas filosóficas, havia, contudo, tendências de filosofia com as quais as crenças religiosas eram não sòmente conciliáveis, mas achavam nelas apóio, como o estoicismo, tão difundido naquela época, que se esforçava para explicar e justificar as crenças populares, distinguindo do Deus supremo, creador e dominador do mundo, os deuses subalternos, admitindo a existência de numerosos démones (espíritos) intermediários entre Deus e a humanidade. Tudo é cheio de deuses e de démones, diz Epípeto. Esta explicação, que conciliava com as crenças novas a religião tradicional e nacional, correspondia a uma necessidade natural dos espíritos, e foi considerada como

uma descoberta quasi sobrenatural. Plutarco, na vida de Rômulo, diz a êste respeito: “Os que descobriram a existência de uma espécie de démones, ocupando um lugar intermédio entre os deuses e os homens, unindo-os mutuamente por uma cadeia de comunicações, resolveram, com esta doutrina, uma dificuldade mais importante da que foi resolvida por Platão, com a sua doutrina da matéria”. Do mesmo modo, Apuleio e Máximo de Tiro representam os démones ou gênios como intermediários entre o mundo dos deuses e o dos homens, do sobrenatural com o natural.

Feita a exceção de poucos incrédulos — diz Máximo de Tiro — todo o gênero humano concorda na crença de um único Deus, rei e pai, como na existência de numerosos deuses menores, filhos dele e a êle associados no reino, intermediários entre a fraqueza humana e o esplendor divino. “São êles que aparecem aos homens e lhes falam, vão e voltam no meio deles e lhes prestam a assistência divina de que os humanos sempre precisam. Curam as doenças, aconselham nas dificuldades, erguem os caídos, auxiliam no trabalho e guiam no caminho; uns exercem sua ação nas cidades, outros, nos campos férteis; êstes. sôbre a terra, outros, sôbre o mar; outros ainda, comportam-se como os gênios protetores dos individuos, alguns terríveis, outros cheios de amor do próximo, com preferências pela vida civil ou pela guerra; porquê quantas naturezas humanas se encontram, outras tantas há de démones ou gênios”.

Também a literatura grega do primeiro século da era cristã está cheia dêsse espirito de renascença religiosa, sobretudo do desejo de conciliar a religião tradicional com a razão, espirito que não é cristão, mas que faz pressentir o cristianismo, e que constitue um preciosíssimo indicio dos tempos que se aproximavam.

A incredulidade dos filósofos, as idéias que o monoteísmo, o panteísmo e o ateísmo fizeram ressoar tão profundamente na literatura daquela época, não encontraram eco na fé popular pelas antigas divindades, fé que se enraizara na consciência de milhões de homens; apesar da introdução de tantas divindades e de tantos cultos novos, vindos do oriente e do occidente.

Enganam-se aqueles que pretendem ver nessa imensa introdução de novas divindades uma causa de enfraquecimento do sentimento religioso. Para sustentar isso, seria preciso provar que, pela introdução de novas divindades, fôra abalada a fé nas divindades antigas. Mas isso não se

deu de modo absoluto, porquê, ainda nos tempos de Augusto, e muito depois, se veneravam os deuses primitivos de Roma, conservando os rituais antigos numa língua já ininteligível aos próprios sacerdotes. Aliás, seria inconcebível o enfraquecimento da fé pela simples introdução de novos deuses numa religião politeísta, uma vez que esta introdução se iniciara desde tempos antiquíssimos, anteriores às guerras púnicas. Mas si isso fôra possível, só pelos contactos que Roma tivera com povos novos, muito mais devia acontecer quando êsses povos entraram a fazer parte do Império. Com o estabelecimento do domínio universal de Roma, Isis, Osiris, Baal, Astarté, Mitra e outras divindades dos povos conquistados, foram admitidas no Olimpo romano, como os povos correspondentes foram admitidos no Império, alcançando algumas até lugar de destaque e preferência sôbre as outras, pelo interêsse que desperta sempre a novidade.

Com a transformação sucessiva do estado religioso, transformava-se também a idéia de superstição, ou, como entendiam os Romanos, idolatria e veneração de divindades estrangeiras não reconhecidas pelo Estado. Pouco a pouco, os cultos proibidos no comêço, adquiriram o direito de cidade, e perdeu-se até a lembrança da época em que foram introduzidos; sendo já recebidos e tratados em condição de igualdade com os deuses autóctones. Era uma verdadeira naturalização, feita não por lei, mas pelo uso secular, que se processava mais ou menos rapidamente, segundo as maiores ou menores simpatias que a divindade encontrava. O próprio Augusto era muito devoto dos cultos estrangeiros, antigos e reconhecidos, como os mistérios de Eleusis, enquanto desprezava os de Apis e o dos Judeus. O grau de respeito por um culto dependia também, em grande parte, da importância do povo que o professava, sobretudo si êsse povo era considerado bárbaro. Plínio, o Velho, conta, a êste respeito, uma anedota engraçadíssima. Um veterano, do qual Augusto foi hospede em Bolonha, interrogado por êste príncipe si era verdade que o autor da primeira pilhagem do templo da deusa Anaitis, venerada na Armênia e na Capadócia, morrera cego e paralítico, não duvidou em responder que o autor dessa pilhagem era êle próprio, e que até uma perna da deusa servira para as despesas do banquete. O que não impediu que Augusto, com toda a sua devoção pelas divindades estrangeiras, gostasse do rico banquete e fizesse uma boa digestão.

E' verdade que a mistura, cada dia crescente e sempre mais e mais confusa da multidão de deuses, provocava os motejos dos incrédulos. Luciano, especialmente, fez repetidas vezes a mesclada sociedade dos deuses objeto das suas mofas. Numa assembléia de deuses, Mercúrio recebe de Júpiter a ordem de classificá-los segundo o merecimento artístico e o valor intrínseco das suas estátuas. Acontece assim que, pela preferência concedida às estátuas de ouro sôbre as de mármore, Bendis, Anubis, Atis, Mitra e uma divindade asiática da Lua, conseguem os primeiros lugares; enquanto num banquete de deuses, Atis e Sabácio, deuses duvidosos e vindos do estrangeiro, são relegados ao fundo da mesa, ao lado de Pan e dos Coribantes. Outra vez, os deuses estão deliberando sôbre a admissão de uma multidão de novos deuses intrusos e com títulos muito duvidosos. Momo pede a palavra e expõe assim o seu parecer sôbre as divindades orientais: — “O lugar de Mitra, com o seu “caf-tan” de Meda e a sua tiara não é no Olimpo. Esse deus nem sabe o grego, e não vos compreenderá, quando o convidardes a beber. — Os Egípcios são ainda mais insuportáveis: Anubis, com o seu vestido ridículo e a sua cabeça de cão que ladra, o touro Apis, que lança oráculos, os ibis, os macacos, os bodes sobretudo.” Momo, considerando que tanta gente, sem legitimidade, se intrometera entre os deuses, e que o nectar e a ambrosia estão para acabar, e que o preço de uma canada do primeiro já subiu a uma “mina” pela excessiva procura, pois os deuses estrangeiros afastam des-pudoradamente todos os outros afim de se collocarem nos primeiros lugares, expulsando os deuses anciães dos seus postos, propõe que se nomeie uma comissão de sete deuses de autenticidade insuspeita, para proceder à verificação da legitimidade de cada um dos presentes. Júpiter, prevendo uma maioria contrária, não julgou conveniente pôr em votação essa moção, mas transformou-a simplesmente em decreto, e ordenou a todos os deuses que se munissem, para a próxima verificação, dos títulos necessários e atestados, indicando os nomes dos pais, lugar de nascimento, maneira como tinham chegado à divindade, etc.

Este ceticismo, que Luciano blazona tão sarcasticamente, no *Concílio dos deuses*, dominava em Roma desde os últimos tempos da República, e Cícero faz-se eco dele nos seus escritos filosóficos, sobretudo no *De divinatione*. Uma das preocupações de Augusto foi essa decadência da crença, e da reforma religiosa fez objeto de uma das suas for-

mas de atividade. Estabelecida a paz, as coisas não se modificaram de muito, devido à decadência já adiantada dos costumes e do sentimento religioso, especialmente nas classes superiores, que continuavam como antes, isto é, na ignávia e na depravação, apesar da nova constituição e das leis emanadas pelo Senado, sob o impulso de Augusto; fato observado por Horácio na pergunta: *Quid leges sine moribus — Vanæ proficiunt?* (A que servem as leis, sem melhorar os costumes?)

A reação contra essa decadência veio, antes de Augusto, daquela fração de cidadãos que ficara sã e pura da corrupção generalizada, manifestando-se por um movimento de puritanismo religioso e moral, que tinha as suas raízes na filosofia estoíca, e, sobretudo, no pitagorismo renascente. A manifestação mais importante desta tendência reformadora, foi a seita dos Séstios, que encontrou grande favor também nas classes superiores, parecendo a ela ter pertencido também Tibério, o futuro imperador. Era esta seita dos Séstios, pai e filho, uma reação não somente doutrinal, mas prática, contra a depravação dos costumes, ensinando, com o exemplo, a prática da virtude, mediante a frugalidade, a temperança, o culto da verdade, a simplicidade, a firmeza de espírito e também o vegetarianismo, no sentido moderno, isto é, a abstenção do uso da carne. que, diziam, fomenta a luxúria e a crueldade. E' algo que já faz presentir as regras dos conventos cristãos a aparecerem alguns séculos mais tarde diz Ferrero, em "*Grandeza e Decadência de Roma*".

Esta seita, pois, transformara-se em verdadeira escola, grangeou em breve grande favor entre os intelectuais, pelas adesões que lhe vinham de toda parte, e si não teve maior séquito, foi devido a ter sido sufocada pela violência, segundo Sêneca: *Sextiorum noua et Romani roboris secta, inter initia sua, cum magno impetu cepisset, extincta est*, tão forte era o sentimento de reação contra o estado de decadência religiosa e moral que naquele momento Roma estava atravessando, e tão alta a aspiração para algo de mais nobre e de mais elevado, que uma grande parte dos Romanos ainda acalentava no seu peito.

A emprêsa de que estamos falando, isto é, a sufocação da seita dos Séstios, não foi difícil, porquê de origem essencialmente filosófica, e o povo romano, formado na ação e ao contacto direto e contínuo com a realidade, não era, por natureza e pela sua formação, acessível às especulações

abstratas da filosofia. Era, porém, profundamente religioso, de uma religião realística, como provam as suas divindades aborígenes, e Augusto, com o seu tino político finíssimo, bem compreendeu a importância que, para o governo do Império, sobretudo de Roma, tinha o elemento religioso. A reforma dos costumes não era possível sem a reforma religiosa, e para um Romano como Augusto, a reforma religiosa não podia ser senão a renascença do antigo culto que fizera de um humilde grupo de choupanas cobertas de palha, a grandiosa *Urbs*, que não tinha igual no mundo. A consecução desse fim conspirava toda a literatura que gozou da proteção de Augusto, a começar pela Eneida, obra pela qual Augusto dedicava tanto interesse e cujo desenvolvimento acompanhava ininterruptamente, pretendendo que o poeta o mantivesse a par de seu andamento e do seu progresso.

Mas a Eneida não é somente o poema heróico, e sim, e talvez mais ainda, o poema religioso de Roma. Os dois motivos predominantes em todo o poema são a glorificação, quasi diria a divinização, da família Júlia e a elevação da antiga religião nacional. Esses dois motivos entrelaçam-se, confundem-se e formam o substrato da obra, prevalecendo o primeiro nos seis primeiros livros e o segundo, nos restantes. Gaston Boissier, na sua magnífica obra sobre a religião romana, desde Augusto até os Antoninos, foi quem, primeiro, pôs em evidência esse caráter do poema virgiliano. Os verdadeiros heróis da Eneida não são os homens, mas sim os deuses. O poema, de fato, começa por uma tempestade, que os deuses levantam para impedir a chegada de Enéias. na Itália, onde fundaria Roma, destinada a destruir Cartago, protegida pela deusa que provoca a tempestade. E' uma divindade também que salva Enéias e os Troianos, que inspira a Dido a paixão por Enéias, obrigando depois éste a abandonar a rainha infeliz, porquê assim o queria o futuro destino de Roma, e para crear quasi um precedente que justifique o ódio indomável entre Cartagineses e Romanos, que acabará somente com a destruição de Cartago: *et nostrae secum ferat omina mortis*, diz Dido, atirando-se sobre o ferro que lhe transpassa o peito e lhe dá a morte. (Leve consigo o triste agouro da minha morte). Com estas palavras a fundadora de Cartago acompanha o Troiano, que a abandona para ir fundar Roma. Antes de chegar à Itália, Enéias desce aos Infernos, onde encontra, juntamente com todos os símbolos da lenda, os grandes espiritos

do passado, até o pai Anquises, que o esclarecem acêrca dos futuros acontecimentos, sobretudo sôbre a família da qual sairá Augusto. Voltando à luz dêste mundo, retoma o seu caminho, ou melhor, a sua missão, que é de *condere urbem et inferre Deos Latio* (fundar Roma e introduzir os Deuses no Lácio), como diz nos primeiros versos do poema. De fato, quando, perdida toda a esperança de resistência, não há mais salvação senão na fuga, Enéias, na hora de abandonar a casa paterna e Tróia, pensa em salvar os seus e os deuses nacionais e familiares. Carrega por isso o velho pai às costas e, não ousando fazê-lo êle próprio, porquê impuro em consequência da matança em que tomara parte, recomenda ao pai que leve os objetos sagrados e os Penates:

Tu, genitor, cape sacra manu, patriosque Penates:
Me, bello e tanto digressum et caede recenti,
Attrectare nefas, donec me flumine vivo
Abluero

que Odorico Mendes traduz:

Tu, padre, o que há de sacro e os divos toma:
Eu, da matança tinto, impio é tocá-los,
Sem que me expurgue em vivida corrente.

Qual era o direito que lhe assistia de ir ocupar o Lácio e de fazer de Lavinia sua espôsa, já prometida a outro? Nenhum, afora o da vontade divina. São os deuses que o guiam, são os deuses que o sustentam em todas as dificuldades e que, mesmo à custa de numerosas injustiças, o fazem triunfar. Porisso Enéias, mais que herói de guerra, é herói de bondade, e dificilmente o poeta pronuncia o nome dele sem acompanhá-lo com o adjetivo *pius*: sua caraterística não é a *virtus militaris*, mas a *pietas religiosa*.

Enquanto Virgílio, sob a inspiração de Augusto, se esforçava para restaurar o sentimento religioso, e restaura-o... no papel, os costumes continuavam como dantes, senão piores, e o culto ficava à mercê do pontífice máximo, que naquele tempo era Lépidio. Êste antigo triúnviro, já companheiro de Augusto no segundo triunvirato, e que fôra despojado de todo poder político antes da batalha de Ácio, andava descontente, azedado e rancoroso, e retirara-se para a sua quinta próxima ao monte Circeu, e aí vivia indifferente a tudo o que acontecia no mundo político como no

religioso. Por êste motivo, todos os esforços de Augusto em favor da restauração religiosa, esbarravam na resistência passiva daquele que, em religião, representava a suma autoridade, e devia ter o maior interêsse no trabalho do imperador.

O partido tradicionalista, que apoiava as tendências reformadoras de Augusto, bem convencido de que toda reforma moral e política seria impossível, si não se começava pela restauração religiosa, e que, mais de uma vez, já tentara substituir Lépido por Augusto, quando no ano 12 a. C. morreu o *Pontifex Maximus*, aproveitou-se da ocasião para conferir aquele cargo, juntamente com os muitos outros que já ocupava, ao ditador, e o fez com uma eleição muito movimentada, a-pesar-de não haver concorrentes, para dar prova da importância que ligava a êsse cargo, e da vitalidade que o espirito tradicional tinha ainda em Roma, apesar do progresso feito pelas tendências inovadoras, que à tradição preferiam as satisfações de uma vida de luxo e de volúpias.

Não demorou Augusto em dar início à sua obra de restauração do sentimento e da fé religiosa, e, poucos meses depois da sua eleição, começou por abolir e proibir os falsos oráculos sibilinos, que durante a revolução foram introduzidos em grande número por exploradores da boa fé do povo, e que serviam sòmente para confundir a consciência popular, e, às vezes, também a política. Mandou, portanto, que todos os que possuíam coleções de oráculos, as entregassem ao pretor durante um determinado espaço de tempo. Passado o tempo marcado para a entrega, mandou fazer uma escolha de dois mil oráculos sibilinos, julgados autênticos. Êstes foram guardados em dois escrínios dourados, no templo de Apolo, no monte Palatino, os restantes foram queimados.

Suetônio, donde tiro estas noticias, continua enumerando as reformas religiosas introduzidas por Augusto, dizendo que êle restituiu ao seu estado primitivo o calendário organizado por Júlio César, no qual a negligência dos pontífices introduzira desordem e confusão, dando o nome de agôsto ao antigo mês *sextilis*; aumentou o número dos sacerdotes, assim como a dignidade e as vantagens que auferiam, sobretudo as das virgens Vestais. Quando uma delas morria, era preciso substituí-la, e muitos recorriam a manobras, afim de furtarem as filhas ao sorteio. Augusto, ao contrário, certa vez, jurou que, assim que uma das suas netas atin-

gisse à idade requerida, a ofereceria espontaneamente. Restabeleceu algumas antigas cerimônias caídas, aos poucos, em desuso, como o Flaminato de Júpiter, as festas lupercálias, os jogos seculares e os jogos em honra dos deuses lares. Ordenou que, duas vezes por ano, se ornassem os lares com pitais com flores da primavera e do verão. Conferiu as mais altas honras, depois das outorgadas aos deuses imortais, à memória dos chefes que souberam conquistar para o Império romano, a princípio tão débil, a sua soberana potência.

Estas reformas e outras numerosíssimas na ordem política e moral, concorreram para crear em redor de Augusto aquela auréola religiosa, que lhe valeu o apelido de *divus*, usado em seguida também pelos seus sucessores, e as numerosas estátuas que lhe foram dedicada, como a um deus, até aquela ara de Lião, que significa a adesão definitiva da Gália ao Império de Roma.

Depois de todas estas reformas, julgar-se-ia que o espírito religioso em Roma e em todo o império triunfara, voltando à tradição antiga. Puro engano. O sentimento religioso é um fato íntimo da consciência e não se pode crear nem restaurar a golpes de leis e de decretos. Ainda mais quando estes decretos têm natureza e fim evidentemente políticos, como eram as reformas e as leis emanadas por Augusto, que, como sabemos, tinham a finalidade de fazer renascer as antigas tradições, fazendo da religião um instrumento dirigido para esse fim. A classe aristocrática, interessada na obtenção do fim colimado por Augusto, favorecia, de todos os modos, a obra deste, creando em redor da sua pessoa uma espécie de mística, sempre eficaz nos meios populares, tratando-se de assuntos transcendentais, e da qual frequentemente os homens políticos abusam. Não estamos, talvez, na hora presente, assistindo a fatos dessa natureza, relativamente a homens falíveis, como todos os outros, já circundados de fama superior de infalibilidade, da qual abusam para os próprios fins e as próprias ambições?

Augusto e, mais do que elle, os seus partidários, abusaram desse estado de espirito em que se achava, naquele momento, o povo de Roma e do mundo romano, o qual, perdida a fé antiga, estava ansiosamente buscando uma fé nova, na qual pudesse descansar o espirito inquieto e angustiado pelas agitações de que fôra parte e pelas ruínas em que se via arrastado. Mas esta apoteose de homens ainda vivos, sobretudo quando estes homens se chamam Tibério, Calígula,

Nero, cobertos de crimes e de infâmias, não pode, por certo, concorrer para fortalecer o sentimento e a fé religiosa. O culto religioso, nestes casos, transforma-se em sustentáculo do despotismo e da injustiça.

Em vez de uma religião sincera, então, multiplicam-se as superstições de toda espécie, os *prodigia*, já tão comuns na tradição antiga e agora explorados pelas ambições políticas; os oráculos, caídos em pleno descrédito entre a gente culta, mas que representavam ainda um dos meios mais eficazes para enganar a boa fé dos ignorantes; as pretensas profecias, cuja desautoração Tito Livio profundamente lastima; os preságios, dos quais ainda tanto abusam os modernos espiritas, tomam o lugar da fé verdadeira, e enchem de si todo o culto religioso do período imperial. Tudo isso devia não somente destruir os últimos resíduos da antiga fé, mas oferecia matéria aos mais duros sarcasmos e às críticas mais ferozes. Já Cícero exercia a sua ironia contra a arte dos arúspices e a inspeção das entranhas dos animais sacrificados em geral, reproduzindo a êste respeito a frase atribuída a Catão, o qual se admirava de como um arúspice pudesse olhar na cara de um seu colega sem dar uma risada, e a resposta de Anibal ao rei da Prússia, que pretendia fazer depender o resultado de uma batalha da inspeção dos intestinos de um animal sacrificado; ao que Anibal rebatia: — “Então, o senhor acredita mais numa costeleta de boi que na capacidade de um velho, general?”

As superstições, contudo, apesar do sarcasmo e do ridículo, aumentavam, e às antigas, acrescentavam-se outras novas, vindas do estrangeiro, sobretudo do Oriente. A astrologia, que em Roma tinha tradições antiquíssimas, como consta pela lenda de Rômulo e de Remo, que interrogaram os astros sobre qual deles devia ser o rei da nova cidade, adquiriu maior voga e novos créditos com a conquista do Oriente e a introdução em Roma dos costumes e superstições orientais, sobretudo caldaicas, a ponto de Caldeus em latim tornar-se sinônimo de astrólogo, advinho e charlatão. Tácito, cuja seriedade ninguém põe em dúvida, nos Anais, queixa-se, porquê devido à má fé de alguns, caíra em descrédito a arte de predizer o futuro, *ita corrumpi fidem artis, cuius clara documenta et antiqua aetas et nostra tulerint* (por ter assim desacreditado uma arte, da qual deram provas de verdade os tempos antigos e os modernos). O mesmo, na “História”, admira-se de haver Galba desprezado *tonitrua et fulgura et caelestes minas* (as trovoadas e os

lanpejos e as ameaças celestes). E si isso se dava com Tácito, fácil é imaginar o que acontecia com os outros, que não tinham a seriedade do grande historiador.

Do Oriente, sobretudo, vinha a crença na interpretação dos sonhos e na sua veracidade. Pensadores e filósofos acreditavam nos sonhos e na sua interpretação, considerada como uma verdadeira ciência, que Roma recebera primeiro dos Etruscos. Homens eminentíssimos davam aos sonhos grande importância e, frequentemente, por êles se guiavam nas circunstâncias mais importantes da vida. O próprio Augusto prestava importância não comum aos sonhos. Suetônio escreve a êste respeito: “não menosprezava os sonhos, nem os seus, nem os dos outros, si êstes lhe diziam respeito. Na batalha de Filipos resolvera não sair da sua tenda, em virtude do mau estado da sua saúde. Porém, prevenido pelo sonho de um amigo, saiu, no que fez muito bem, pois, tomado o seu acampamento, os inimigos se atiraram contra a sua liteira, furaram-na e reduziram-na a cacos, como si êle ali estivesse dormindo. Ao tempo em que frequentava assiduamente o templo dedicado a Júpiter Tonante, no Capitólio, sonhou que Júpiter Capitolino se queixava do afastamento dos seus adoradores e que êle lhe respondera que a falta cabia ao Tonante, que lhe servia de porteiro. Em consequência, mandou pendurar campainhas na cumeeira do edificio, como se penduram comumente nas portas. Foi também em virtude de uma visão noturna, que êle pediu esmola ao povo, em determinado dia do ano, estendendo a mão em concha às pessoas que lhe ofereciam moedas”. Havia, acêrca dos sonhos, uma verdadeira literatura, da qual só chegou até nós o tratado de Dião Cássio.

Esta inquietação, esta insatisfação dos espiritos, esta procura de novidade, disposta a aceitar também as crenças e as superstições mais absurdas, todas estas extravagâncias invadem Roma, em nome da verdade religiosa, e multiplicam os deuses até o infinito, com prejuizo da fé sincera e profunda que animava o povo romano dos primeiros séculos. Contra esta excessiva abundância de deuses, que desvalorizava, diluindo-o, o sentimento religioso, coloca-se decididamente um principio novo, o monoteísmo, representado primeiro, pelo judaísmo e, em seguida, pelo cristianismo.

Os Judeus eram bastante numerosos em Roma, desde os últimos tempos da República, onde tomavam conta sobretudo, do mercado e ocupando, para êsse fim, quarteirões

especiais perto do Tibre, locais em que ficava a maior parte dos armazéns comerciais e onde descarregavam as suas mercadorias os pequenos navios que subiam o rio. Os Judeus, com o espírito de proselitismo que caracteriza esse povo, introduziram em Roma as primeiras idéias de mono-teísmo, encontrando, porém, dificuldades grandíssimas. Antes de tudo porquê o judaísmo também já entrara num período de decadência, devido às diversas seitas em que estava dividido, em luta acérrima entre si. O judaísmo oficial se esgotara, caindo no formalismo, contra o qual Jesus atirará os seus dardos, para mostrar que perdera êle o valor moral, que já formara a sua grandeza, uma vez que transformara a doutrina profundamente humana de Moisés e dos profetas em árido culto exterior, que não falava aos espíritos sedentos de justiça e de bondade, mais do que falavam os velhos deuses, nacionais e importados. Depois os Judeus que viviam em Roma, encontravam oposição pela sua qualidade de comerciantes habilíssimos e açambarcadores, que provocavam os ciúmes dos concorrentes. Como aconteceu em todos os tempos, e acontece ainda hoje, o antisemitismo tem as suas bases, sobretudo, na questão econômica. Daí o limitadíssimo proselitismo dos Judeus em Roma, apesar dos esforços feitos para conquistar a cidade eterna, especialmente pelos Fariseus, que eram os mais ativos na propaganda das doutrinas judaicas, demasiadamente em contraste com as pagãs. Tácito, considerando os ritos judaicos sob o ponto de vista exclusivamente romano, os declara contrários aos de todos os outros povos. “Moisés — diz no Livro V das “Histórias” — procurando assegurar-se para sempre o império sôbre o seu povo, introduziu ritos novos e contrários aos de todos os outros mortais. Aí é profano tudo o que entre nos é sagrado; ao contrário, é permitido entre êles o que para nós é considerado abominável”.

A coisa apresentou-se muito diversa quando foi a vez do cristianismo. Não que êste ferisse menos diretamente as crenças e os ritos dominantes em Roma e em todo o mundo pagão, pois no seu apostolado Paulo, declarava abertamente querer destruir os ritos pagãos, mas pelo seu conteúdo moral, pelo seu valor, além de religioso, profundamente humano, que correspondia exatamente àquele estado de inquietação que atormentava o espírito romano. Cristo, verdadeiro Deus e verdadeiro homem, disse a palavra que saciou os famintos, que desalterou os sedentos, e elevou-se acima das religiões e das doutrinas que a precederam.

Si a própria natureza do judaísmo, na sua qualidade de religião de um povo eleito, creava barreiras à sua propagação, o cristianismo, ao oposto, não somente trazia em si a tendência para abater todos os obstáculos que podiam opor-se ao seu caminho no mundo, mas também o vigor necessário para chegar ao fim a que era destinado; e si, para os Judeus, a conversão de um infiel era, no máximo, obra meritória, para o cristão não havia dever mais nobre e mais sagrado que a propagação da doutrina de salvação. O exemplo dos primeiros apóstolos não deixava de suscitar entre eles, em número sempre maior, êmulos que, seguindo as doutrinas do Evangelho, distribuíam suas riquezas entre os pobres e tomavam o bordão do peregrino, para levar a palavra de Deus de terra em terra, sem que o seu zêlo diminuisse ou resfriasse, mesmo diante das maiores dificuldades e dos mais terríveis perigos, considerando as perseguições e o martírio como um favor divino, que lhes abria as portas do reino de Deus.

Fervor êsse desde muito desconhecido pelo mundo pagão. Que é que podia, diante desta fé que não conhece obstáculos, a filosofia que se fecha em si mesma e faz da virtude uma abstração, um consólo individual, ou, no máximo, põe toda esperança de salvação numa conjuração de palácio, que espera achar a liberdade matando um tirano para o substituir por outro? Que valor pode ter uma arte que se faz fim a si mesma, ou se prostitue em elogios à tirania, que sufoca no sangue os últimos resíduos de um mundo em dissolução?

Um grande pensador italiano, que foi também dramaturgo, Giovanni Bóvio, no "*S. Paulo*", pinta de forma viva, como poucas vezes foi feito, êsse drama que envolveu a humanidade inteira, num diálogo entre Paulo, que é a fé cristã; Sêneca, a filosofia estoica; Lucano, a arte sem ideais, e Eleazar, o fariseu que não sabe desvencilhar-se do antigo formalismo judaico. Ao filósofo, ao poeta, ao fariseu que falam de força, de direito, de razão, Paulo opõe: "Armas, leis, império, razão, sim... O homem falta. Todos falais em armas, em leis, em razão, e sois menos fortes que uma mulherzinha que diz: JESUS."

O diálogo faz-se improvisamente rápido:

SÊNeca — Ou pensar ou crer.

PAULO — A fé inspira-se, não se demonstra.

ELEAZAR — Pensando, eu creio.

PAULO — E não crês.

SÊNECA — E não pensas.

PAULO — O espírito diz...

ELEAZAR — Que é o espírito?

SÊNECA — E' a mente.

LUCANO — E' o gênio.

PAULO — E' a graça.

LUCANO — A graça é grega.

SÊNECA — E' humana.

PAULO — E' divina.

SÊNECA — Divino é o sábio que pensa.

LUCANO — E' o artista que crea.

PAULO — E' a virtude que salva.

Mas entra Epicari, a primeira mártir da nova fé, coberta de vendas, sinal dos martírios suportados, porque não quis dizer os nomes dos conjurados que queriam matar Nero, cai aos pés da cruz que se acha no fundo da prisão que encerra Paulo, e dirigindo-se para o símbolo da redenção exclama: "Eis-me, vou"

LUCANO — O fato é mais do que a palavra. Sôbre a frente daquela mulher repousa uma paz que nunca vi sôbre a tua, oh estóico.

SÊNECA — Luta estranha a que começa, desconhecida dos nossos antepassados. Si ouvires que um homem morreu, procurando em si a própria redenção, dirás que, naquela hora, morreu Sêneca.

PAULO — Nós sabemos reviver. (dirigindo-se à mulher caída) Epicari, dize a êste estóico a palavra em que revives.

EPICARI — (levantando-se sôbre o cotovelo) CRISTO (recai, morta).

PAULO — (aos dois algozes que querem levar a morta) Deixai-a aqui, no limiar de duas Romas... Quem a fizer sua, verá depois de vós. E deixai que lhe coloco sôbre o peito esta lembrança. (toma de uma pequena tábua e escreve): ROMA ESPERAVA A REDENÇÃO POR UMA CONJURAÇÃO. CAVALHEIROS, SENADORES, MATRONAS FALARAM. ESTA CRISTÁ CALOU E DIANTE DESTES PRIMEIROS MARTÍRIOS, OS DEUSES DO LÁCIO EMIGRARAM.

XVII - A Filosofia no Século de Augusto

A filosofia, em Roma, teve um desenvolvimento paralelo ao da religião, com a qual durante muito tempo se confunde, formando um corpo único de sentimentos e de idéias simples, primitivas, essencialmente práticas. Isto, aliás, acontece entre todos os povos, entre os próprios Gregos, para os quais, durante séculos, a religião é a única doutrina normativa da vida. E quando, na Grécia, se inicia uma verdadeira filosofia (já estamos no século VI a. C.) acha-se o país já num período muito adiantado da sua civilização e da sua história. A afirmação dos que pretendem seja a filosofia romana exclusivamente grega, tem o mesmo valor que aquela que afirma o mesmo de sua literatura. A filosofia romana, quando começou a ser importada a filosofia grega, achava-se no mesmo ponto em que se achava esta, quando Tales, pela primeira vez, tentou dar uma explicação do mundo e das causas que lhe deram origem; isto é, era filosofia exclusivamente ético-religiosa, que das normas primitivas ditadas, segundo a tradição, por Numa Pompílio, chegara às sentenças morais de Ápio Cláudio Cego e do velho Catão. Nesta situação se encontrava o pensamento romano, quando irrompeu com a violência de um rio caudaloso, a filosofia grega, já adulta e, como alguns querem, em período de decadência.

A passagem era excessivamente rápida, o salto demasiadamente brusco, para não provocar uma reação. Um povo simples, de filosofia religiosa, de moral singela e um tanto tosca, lançado, de repente, num mundo de sofistas, de cépticos, de discursadores elegantes, mas capciosos, capazes de sustentar sucessivamente as teses mais opostas e desencontradas, lançado sobretudo num mundo sem fé, que perdeu até a fé em si mesmo, não podia deixar de reagir,

como fez realmente, em defesa da própria consciência e da própria integridade moral e política, pressentindo o perigo que trazia consigo essa filosofia dissolvente. Catão, o Velho, é o simbolo dessa reação, que encontrou um eco profundissimo na mentalidade do povo romano. O Senado fez-se instrumento e executor dessa mentalidade, expulsando duas vezes os filósofos gregos, que visitavam Roma com a intenção de aí difundir as suas doutrinas: a primeira em 173, a. C., quando expulsou os epicúreos Alceu e Filisco, a segunda, em 155, por ocasião da embaixada dos três filósofos, Carneade, Diógenes e Critolau, que, aproveitando-se da imunidade que lhes conferia a qualidade de embaixadores, pretenderam expor publicamente os seus jôgos sofisticos. O Senado, porém, liquidou laconicamente a questão que levava a embaixada a Roma, e mandou que, mais que de pressa, voltassem para a sua pátria êsses visitantes, que considerava perigosos para a consciência nacional.

Não se deve crer, porisso, que a filosofia grega ficasse em Roma completamente desconhecida até os tempos de Cícero, que dessa filosofia foi grande admirador e partidário. Houve alguns personagens de alta distinção, que gostaram dessas doutrinas e tomaram sob a sua proteção, recebendo-os em sua própria casa, filósofos gregos. Mas foram exceções. A opinião comum via, nas discussões filosóficas, unicamente uma bacharellice inútil e nociva, um modo de perder tempo no ócio. E, mesmo aqueles que, neste período, se ocupam de filosofia, fazem-no mais como exercicio intelectual que como norma de vida. Dedicam-se a um ou a outro sistema filosófico, segundo êste se conforma mais ou menos com as suas tendências, ou as suas occupações profissionais. Assim, os juristas, que precisavam de uma forma de raciocínio lógico, cerrado e, às vezes, um tanto sofisticado, preferiam a dialética estoíca. Os oradores, que precisavam de uma forma de raciocínio mais ampla e harmoniosa, voltavam-se para os acadêmicos e os peripatéticos. Uns e outros, porém, dão a essas doutrinas uma côr essencialmente prática, applicando-as, sobretudo, à formação jurídica e à prática do direito, que é a grande formação e principal preocupação do espirito romano.

O pitagorismo e o epicurismo não acharam grandes admiradores em Roma: o primeiro, pela sua forma excessivamente abstrata, o segundo, pela opposição que encontrava no espirito religioso e conservador dos Romanos. A única grande expressão que êste segundo encontrou, foi na obra

poética de Lucrécio, na qual sòmente acham explicação alguns pontos da filosofia epicúrea.

Uma verdadeira filosofia, não no sentido de um sistema filosófico, mas de um profundo e sistemático estudo dessa matéria, encontra-se em Cícero, que dedicou os últimos anos da sua existência e de ócios forçados, aos estudos filosóficos. Mas nem em Cícero se deve procurar o verdadeiro filósofo, no sentido de sistema orgânico de pensamento. Cícero foi um eclético, como é geralmente qualificado; isto é, um dileitante que não pára sòbre um determinado ponto, mas que quer tudo ver, tudo conhecer, sem nada aprofundar, aceitando o que lhe parece mais aceitável de todos os sistemas. E, como jurista e advogado que êle era, na filosofia procura uma arte de raciocinar, um fundo para a sua arte de falar, mais que uma interpretação científica do mundo ou uma norma de vida. Na oração *Pro Murena*, de fato, exprobra Catão por ter estudado a filosofia *neque disputandi causa, sed ita vivendi* (não para aprender a disputar, mas para aprender a viver).

Eram estas as condições da filosofia em Roma, quando Augusto tomou a direção da cidade e do seu vasto Império. E conquanto, depois da queda da República, as influências favoráveis à propagação da filosofia grega no mundo romano, tivessem aumentado, a aversão que contra ela alimentavam os Romanos da antiga quadra, continuava como antes; e os homens de Estado, até o próprio Tácito, pensavam ainda como Ênio: que, si era agradável conhecer um pouco de filosofia, não convinha, porém, abismar-se nela, como faziam os Gregos; pois, com as suas especulações, conduzia à indiferença para com o Estado e para com os seus interesses mais importantes. Tácito ainda era contrário ao estudo da filosofia, que fosse além das primeiras noções, e lembra o perigo que ameaçou Agrícola, quando estudante em Marselha, de ser distraído dos outros estudos pelo amor da filosofia, à qual se dedicara *acrius, ultra quam concessum Romano ac senatori* (com ardor excessivo, além do que era permitido a um Romano e a um senador). O mesmo, no “diálogo dos oradores”, fala com finíssima ironia de um certo *odoratus philosophiae*, pelo qual se desvaneciam os retóricos e os pedantes, mas que desgostava a gente séria e de bom gôsto. Helvidio Prisco, digno genro de Petus Trasea, que estudara filosofia estóica para se premunir contra a sorte adversa, era para Tácito uma exceção; enquanto o famoso Musônio Rufo é pelo mesmo ridicularizado,

quando, no ano 70, pretendeu impressionar as legiões de Antonino, que estavam formadas diante das portas de Roma, mediante declamações acêrca dos benefícios da paz e os males da guerra. Alguns, diz Tácito, acharam isso divertido, os outros, porém, em breve cançaram-se, e teriam castigado gravemente o orador, si êste não se tivesse retirado, abandonando a *intempestivam sapientiam*.

Quintiliano também contrapõe o cidadão verdadeiramente sábio, que não se dedica a discussões ociosas, mas sim à administração pública, aos filósofos, que não pensam senão em se subtrair a todos os cargos e a viver tranquilamente. Plínio, o Moço, faz o elogio de Tito Aristone, homem de pureza de sentimentos e nobreza de caráter, apesar-de não ter frequentado nenhuma escola filosófica e não perder o seu tempo em discussões. Marco Aurélio é criticado por se entregar aos estudos filosóficos, por fazer pesquisas sôbre os elementos e os espíritos, como sôbre a virtude e a justiça, enquanto negligencia as coisas do Estado e permite que os funcionários se enriqueçam, roubando o dinheiro público.

Os círculos imperiais, que tinham interêsse em manter a ordem constituída, não desprezavam tanto a filosofia, como a temiam, vendo nela um perigo. O discurso no qual, segundo Dião Cássio, Mecenas expõe, perante Augusto, os princípios da política imperial, include um aviso ao imperador para que se precavenha com os filósofos, que propagam idéias revolucionárias, aconselhando-o a não julgar indivíduos honestos e fiéis todos os filósofos, ou que tais se declaram, sòmente porquê Areo e Atenodoro deram provas de bondade e fidelidade. Não se enganava Mecenas. De fato, já os assassinos de Júlio Cesar, e muitos dos senadores mais eminentes opositoristas do govêrno imperial, pertenciam à escola estóica. Além de Trasea Petus e Helvidio Prisco, seu genro, dos quais já falamos e que foram mártires da liberdade, os principais conjurados que atentaram contra a vida de Nero, no ano 65, pertenciam à escola estóica, como Sêneca e Lucano.

Outros estóicos, como também filósofos de outras escolas, entre êstes, o cínico Demétrio, muito admirado por Sêneca, manifestaram idéias incompatíveis com a ordem existente, e foi por isso que, entre os anos 71 e 75, foram expulsos de Roma todos os filósofos, excetuado Musônio Rufo, que fôra exilado no império de Nero. Uma segunda expulsão de filósofos foi decretada no ano 93 por Domi-

ciano, em seguida ao processo contra o estoíco Júnio Aruleno Rústico, que apelidara Trasea de santo homem, num escrito em louvor dele e de outros senadores das mesmas idéias. Foi somente depois da morte de Domiciano que as coisas mudaram, e a filosofia não somente foi tolerada, mas também protegida e encorajada, sobretudo sob o imperador Marco Aurélio. Com êsse imperador no trono, o estoicismo, antes perseguido, tornou-se título de benemerência e de recomendação, de modo que Roma e a própria côrte imperial encheram-se de filósofos de toda a espécie e de todas as escolas, neles compreendidas as mulheres. Dêste modo, essa turba de filósofos, com as suas longas barbas e as suas capas grosseiras, tornou-se em breve dona de Roma e, às vezes, embaraçante, como se vê do requisitório que Muciano, em Dião Cássio, endereça a Vespasiano, contra o estoicismo. Os estoícos — diz — andam cheios de vaidade e de arrogância. Basta que um individuo tenha uma barba comprida, as sobrançelhas estendidas sôbre a fronte, uma capa grosseira e os pés nus, para que pretenda ser considerado homem de caráter, sábio, justo, com direito a emitir as suas farfalhadas, mesmo que lhe faltem os elementos primários da sabedoria.

Outra causa, e muito importante, concorria, juntamente com a antipatia, a aumentar o ridiculo e o desprezo dos ignorantes sôbre essa classe de gente, que punha a sabedoria acima de tudo: os filósofos nada de útil produziam, nem para si, nem para a sociedade. Pérsio, na sátira V, representa êsse desprezo contra a filosofia na palavra de um centurião, que, na sua singeleza de soldado, pretende mostrar toda a inutilidade do saber filosófico. “Os homens mais eminentes — diz — os Fabrícios, os Décios, e outros, chegaram a ser o que foram sem filosofia, enquanto das escolas dos filósofos saíram os maiores criminosos, e da própria escola de Sócrates, saíram tiranos e inimigos da pátria”. Trimalcião, o protótipo da ignorância enriquecida, dispõe para que sôbre o seu túmulo seja escrito: “Começou modestamente, mas tornou-se grande; deixou uma herança de 30 milhões de sestércios, mas nunca compreendeu coisa alguma de filosofia”.

Círculos numerosos e de espécies diversas não escondiam a própria malquerença e hostilidade contra a filosofia: os patriotas romanos, os conservadores por convicção, por instinto ou por interesse, os espíritos vulgares, ofendidos por tudo que se elevava acima da sua vulgaridade, os utilitaris-

tas, que não viam senão as próprias vantagens, os adversários de toda espécie de especulação intelectual, todos combatiam a filosofia sob o ponto de vista do seu próprio interesse. Uns combatiam os filósofos que, pregando a inutilidade e o desprezo das riquezas, procuravam contudo o dinheiro; outros ridicularizavam-nos pela sua pobreza. Ulpiano, tratando do processo relativo a honorários devidos por lições ou outros serviços prestados por pessoas cultas, diz que os filósofos não deveriam ter ação judiciária para reivindicação de honorários, desde que costumam mostrar desdém por toda forma de trabalho assariado; enquanto Sêneca se esforça, numa longa dissertação, para demonstrar que os filósofos têm o direito de ser ricos. Ele, de fato, era rico, possuindo uma fortuna de 300 milhões de sestércios. Esta contradição entre as doutrinas pregadas pelos estóicos e a realidade da vida, não era feita certamente para aumentar o bom nome deles; como reconhecia o próprio Sêneca, constatando que entre eles havia não poucos, aos quais se podia exprobrar a vida pouco séria e os costumes nada exemplares; como aquele estóico, Egnácio Celer, que no ano 66 traía ignominiosamente o seu senhor, e que, muitos anos depois, como afirma Tácito, era ainda lembrado pelos detratadores da filosofia.

Si os filósofos, que dispunham de grandes riquezas, eram exprobrados por serem ricos, dizia-se ao contrário que aos pobres custava pouco mostrar-se desprezadores das riquezas que não possuíam. Marcial, sempre arguto e maligno, num dos seus mais finos epigramas, diz: “O estóico Cheremon quer que eu o admire pelo desprezo que êle mostra pela morte. O que lhe dá esta fôrça de espirito é a sua indigência; é não ser proprietário senão de um pote quebrado, um fogareiro apagado, um capacho cheio de percevejos, um leito nu e uma toga curta, que durante a noite lhe serve também de cobertor. E’ preciso ser um grande homem para ter a coragem de renunciar a um pouco de água-pé, de pão preto e a uma liteira nua? Si êle vivesse circundado de riquezas e de comodidades, desejaria uma vida tripla da de Nestor, e não sacrificaria nem um dos seus dias”. E remata o epigrama com esta sentença:

Rebus in angustis facile est contemnere vitam:

(Nas estreitezas e nas dificuldades, o desprezo da vida torna-se fácil). Apiano diz que, em toda parte, onde os filósofos chegaram ao governo, exerceram-no mais duramente do que os tiranos sem instrução.

A má disposição e os ataques contra os filósofos aumentaram à medida que aumentava o número deles e que a sua sociedade se tornava mais misturada, recebendo gente de toda a qualidade: indício da propagação constante da filosofia em Roma, na segunda metade do século primeiro da nossa era. Quintiliano atira-se, mais de uma vez, animosamente, contra êsses homens que, depois de ter assistido por algum tempo a um curso de filosofia, acham meios de se fazerem considerar filósofos, mediante gestos hipócritas e barbas compridas, fingindo rigidez de costumes, ar sombrio e taciturno, mas abandonando-se a toda espécie de devassidão em particular. Juvenal, na sátira II, nos dá um quadro completo da vida dêsses pseudo-filósofos.

Foi, porém, o bando dos cínicos, escola que ressuscitara com o mesmo nome, depois de longo silêncio, no comêço da era cristã, que mais contribuiu a cobrir de desprezo os que se chamavam de filósofos. Havia, entre êstes cínicos, algumas figuras distintas e dignas, é verdade. A massa, porém, sobretudo para o fim do primeiro século, tornara-se um conjunto de elementos impuros, que formavam uma verdadeira companhia de pedintes, não diferentes dos que se encontram mais tarde, na Idade Média, com a diferença que, em vez de pedir em nome da religião e da beneficência, pediam em nome da filosofia e por conta própria. Eram numerosas caricaturas de Diógenes e de Antístenes, que passeiavam pelas cidades e pelas aldeias, cobertos de uma capa esfarapada, ou de uma pele de urso ou outro animal, os cabelos e a barba incultos, o bordão e o alforge. O cosmopolitismo para êles transformava-se em vagabundagem e em pretensão de voltar ao primitivo estado de natureza. A falta de toda espécie de bens servia-lhes de pretêsto para uma mendicidade impudente e para toda espécie de baixaza e de parasitismo, mascarados sob o pretêsto de curar a humanidade dos defeitos, que lhe comunicara a sociedade corrupta.

Estas figuras repugnantes, amplamente descritas por Luciano, encontram-se também em outros escritores, especialmente em Epiteto, que opõe ao ideal do cínico antigo, os cínicos dos seus tempos, cães importunos, que se sentam à mesa de qualquer casa, que procuram imitar Diógenes unicamente na sem cerimônia mais reles, fazendo consistir o cinismo no bordão e no alforge. Aulo Gélio conta que, achando-se um dia na casa de Herodes Ático, um dêstes pedintes, de cabeleira comprida e com uma barba que caía

até o umbigo, aproximou-se do dono de casa, estendendo a mão e pedindo dinheiro para comprar pão. Perguntando-lhe Herodes quem era, respondeu arrogantemente: — “Não estas vendo? Sou um filósofo”. Ao que Herodes rebateu, com a conhecidíssima frase: *Video barbam et pallium, philosophum nondum video* (Vejo a barba e a capa, não vejo, porém, o filósofo). Contudo, tendo-lhe alguém da sua comitiva dito que o homem era uma língua capaz de achincalhar até os santos, mandou-lhe dar uma importância correspondente ao pão de trinta dias. Como Herodes Ático, muita gente, ou por medo da sua maledicência, ou por respeito ao ar venerável que manifestavam, presenteava-os largamente, de modo que muitos conseguiam juntar boas economias. No alforge de alguns foram encontradas moedas de ouro, espelhos de prata e outros objetos preciosos, e não poucos conseguiram comprar terras, casa e viver lautamente.

Apesar do descrédito que reinava entre as diversas classes sociais pela filosofia e a aversão contra os filósofos, a grande maioria da gente culta dos países ocidentais estava convencida de que a filosofia era a lâmpada que melhor guiava os homens na senda da vida e os encaminhava para a sua suprema finalidade moral. Já Cícero, nos últimos tempos da República, representava esta convicção, que, em seguida, devia tornar-se geral. Precedendo de dezoito séculos J. J. Rousseau, segundo o qual o homem nasce naturalmente bom, e é corrompido pela sociedade, Cícero pensava que não haveria necessidade de filosofia, si os germens da virtude, inatos na consciência humana, pudessem desenvolver-se livremente. Mas estando o homem sujeito a uma contínua obra de corrupção que começa pelas primeiras impressões e se absorve quasi que com o leite, continuando com uma série ininterrupta de erros que lhe são inoculados pelos parentes, pelos mestres, pelos poetas e pelo mundo em que vive, contagiando-o e deformando-o, para sarar dessa doença e evitar essa deformação, não há outro meio senão a filosofia. Quintiliano também, apesar de pouco favorável à filosofia, considerando-a somente como auxiliar, *ancilla eloquentiae*, reconhece contudo que não se pode ser moralmente bom, sem o ensino da virtude e da justiça. O orador, segundo o seu modo de ver, depois de ter completado a sua educação em todos os sentidos, deve receber ainda uma educação filosófica mais completa possível, e aprender o que se refere à física ou filosofia natural, à dialética e à ética.

Tácito, com o seu conceito de absoluta romanidade inflexível, pensa que o estudo da sabedoria deveria limitar-se ao mínimo. Sêneca, porém, não sabe conceber a filosofia como um acessório; pois, ela é uma senhora que diz: — Eu não me dou por satisfeita com as horas de descanso, pois, sou eu que marco os descansos. Ela é o único terreno no qual as máximas da moral podem deitar raízes, e do qual ela pode tirar sempre nova seiva. Unicamente a filosofia pode nos dar a saúde do espírito, ensinar a arte suprema, a arte de viver, e nos guiar no caminho da moral. Não há virtude sem filosofia, como não há filosofia sem virtude.”

O maior número de filósofos ensinava em Roma e nas outras cidades ocidentais, sobretudo em Marselha, um dos principais centros intelectuais, desde os tempos de Strabão. Entre os diversos sistemas filosóficos, o que mais se adaptava à natureza e ao caráter dos Romanos, era o estoicismo, que também contava o maior número de adeptos entre os que tendiam realmente a um aperfeiçoamento moral. Pertenceram a essa escola, de fato, os homens mais ilustres, durante boa parte do primeiro século, e muitos deles deram prova irrefutável da sinceridade e firmeza com que professavam as doutrinas estoicas, enfrentando as perseguições e alguns também a morte. As obras filosóficas romanas deste período pertencem quasi que exclusivamente a essa escola. O epicurismo ocupa o segundo lugar. Vinham, em seguida, as outras escolas, e todas tinham em Roma os seus representantes, fato muito conforme ao caráter eclético dos Romanos.

O curso de filosofia não começava pela mocidade romana, senão depois de ter acabado o curso de gramática e de retórica. *Orator a dicendi magistris dimissus... maiora sibi auxilia ex ipsis sapientiae penetralibus petit*, diz Quintiliano. (O orador, uma vez licenciado pelos mestres de eloquência, procura os seus maiores auxílios nos mais profundos segredos da filosofia). Aulo Gélío, que foi apaixonado cultor desses estudos, não se dedicou à filosofia senão depois dos vinte e cinco anos. Muito provavelmente os moços romanos entravam na escola de filosofia, a escola que devia fazer deles homens completos, diz Sêneca, quando vestiam a toga viril (entre os dezesseis e os dezessete anos); como fez Pérsio:

Cum primum pavido custos mihi purpura cessit
.....
Me tibi supposui.

diz dirigindo-se ao seu mestre de filosofia, Cornuto: “Quando tímido e duvidoso deixei a pretexto... submeti-me aos teus ensinamentos”.

A grande maioria dos alunos, com certeza, não continuava a frequentar os cursos de filosofia, senão até o casamento ou à colocação na vida; a-pesar-de se acharem, muitas vezes, indivíduos casados ou ocupando posições sociais, que ainda continuavam a frequentar as escolas filosóficas. Sêneca tinha sessenta anos quando, em Nápoles, frequentou a escola do filósofo Metronax. Na carta em que dá notícia disso, acrescenta: “Esta escola admite alunos de todas as idades; porquê deverei eu envergonhar-me de entrar nela?”

O estudo da filosofia dividia-se em três partes, como admitiam todas as escolas: a lógica, a física e a moral. Sómente os platônicos conservaram o hábito de acrescentar ainda o estudo da matemática, vendo-se nas suas aulas, diz Luciano, tábuas para traçar figuras geométricas e fazer cálculos, como se vêm nas nossas escolas, fazendo-se questões de alta matemática, segundo Plutarco.

Nas escolas dos estóicos, de que temos maiores notícias, começava-se geralmente pela lógica e pela dialética. Sêneca chama a lógica de alfabeto dos filósofos, e a-pesar-de terem os estóicos feito da ética o objeto principal e fim do seu ensino, considerando as outras partes quasi acessórias, não deixavam de considerar a lógica como fundamento indispensável dos estudos filosóficos; sobretudo para aqueles que pretendiam dedicar-se à eloquência e fazer da filosofia uma auxiliar dessa arte, porquê achavam nesse estudo todas as subtilezas de raciocínio e de argúcia pela qual podiam facilmente brilhar nas discussões. “Uma vez bem fundados nessa ciência, diz Aulo Gélío, um desejo insaciável de aprender apossa-se de nós, desejo que precisa ser refreado, si não se quer acabar submergidos nesse dedalo de silogismos e de dialética. Os mais enfadonhos dos silogismos são os que, apresentando uma certa atração, prendem e seduzem com o exercício de uma sagacidade aparente, enquanto uma multidão de coisas mais importantes nos aconselha a ir além, sendo a vida inteira apenas suficiente para nos ensinar a desprezar a vida, o que é o fim da filosofia.”

Não tenho coragem suficiente para concordar com Gélío, a-pesar-de considerá-lo um grande erudito. E parece que com êle não concordava também a maioria dos seus correligionários, porquê os estóicos, que cultivavam êsse ra-

mo da filosofia, escreveram numerosos livros que tratam da arte de fabricar silogismos capciosos, com o único fim de confundir e “embrulhar” o adversário. Infelizmente, diz Sêneca, os mestres que nos ensinam a discutir, em vez de nos ensinar a viver, submetem-se facilmente demais a essa direção de espírito dos alunos, mais desejosos de aprender a exercitar sua argúcia, que a formar o caráter; e é por isso — exclama melancolicamente — que a filosofia se reduziu a ser unicamente uma ciência de palavras, uma logomaquia.” Epiteto, o outro grande estóico, por sua vez acrescenta: “Atualmente põe-se a máxima preocupação em resolver silogismos e em fazer progressos nessa arte; enquanto antigamente a preocupação principal consistia em manter a melhor parte do espírito em estado de normalidade.”

A filosofia natural, ou física, achava-se em grande conexão com a moral, e chamava por isso diretamente a atenção dos estóicos. O próprio Sêneca, que tinha grande tendência para as observações e as questões naturais, não se applicava a elas senão enquanto tinham relação com a moral e podiam contribuir ao seu aperfeiçoamento. O espírito precisa da contemplação da natureza para se recrear e elevar à contemplação pura dos objetos de que se ocupa. Pela contemplação do universo e do seu autor, o indivíduo livra-se do peso da matéria, aprende a conhecer a sua origem e o seu destino, a ter em pouca conta o corpo e as coisas materiais e a afastar todas as preocupações. Isto, porém, apresentava o perigo de o espírito se habituar a fazer o que lhe agradasse, mais do que era necessário para a própria salvação, fazendo da filosofia um simples passatempo, como dizia Propércio, que se propunha procurar distração nos problemas filosóficos, quando pela idade fosse obrigado a renunciar ao amor.

A física e a lógica, contudo, eram sempre colocadas em posição tão inferior, relativamente à ética, que esta parecia o objeto essencial, para não dizer único, da filosofia. Diz Plutarco, a este respeito, no “Tratado sobre a educação”: “Do mesmo modo que a ginástica e a medicina providenciavam para a saúde do corpo, a filosofia, única, cura as doenças do espírito. E’ por ela, e com o seu auxilio, que chegamos a conhecer o que é nobre e o que é indigno, o que é justo e o que é injusto, o que devemos procurar e o que devemos evitar; é por ela que aprendemos como nos devemos comportar para com os deuses, os parentes, a velhice, as leis, os estrangeiros, os governantes, os amigos, as mu-

lheres, as crianças e os homens; sobretudo a não nos alegrar excessivamente nas felicidades, e abater nas infelicidades, a não nos deixar dominar pelos prazeres, pela paixão e pela cólera”. E em outro ponto da mesma obra: “Os pais ignorantes, que não cuidam de dar uma boa educação aos seus filhos, em geral arrependem-se tardiamente dessa incúria, quando os filhos chegam à idade das paixões juvenis, e em vez de ter uma vida normal e razoável, atiram-se a toda espécie de intemperança e de deboche”.

Em toda parte onde a instrução filosófica era assim concebida, onde os filósofos eram considerados não somente como preceptores, mas sobretudo como mestres, encarregados da educação e da cura direta das almas dos seus alunos, deviam necessariamente esforçar-se, de todos os modos, para aperfeiçoar os seus alunos da melhor maneira, mesmo fora da escola e do ensino propriamente dito, exercendo uma vigilância contínua sobre a conduta deles em geral, mediante conselhos, exortações e repreensões, quando as julgavam convenientes. Dêste modo alguns homens, de alto valor moral, conseguiram exercer profunda influência sobre gerações inteiras, como mestres de filosofia e de moral; e boa parte da mocidade daqueles tempos estreitava com os seus mestres relações de intimidade, que se protraía frequentemente muito além do período dedicado aos estudos, e se mantinha viva durante toda a existência. Já vimos a gratidão e o amor que Pérsio tinha por seu mestre, Cornuto, ainda quando êste já estava adiantado nos anos, atribuindo-lhe tudo o que de bom se achava no seu espírito. Aulo Gélío também deixou uma imagem das relações do filósofo platônico Tauro com os seus discípulos. Êste filósofo não somente permitia aos seus alunos o lhe fazerem todas as perguntas que achavam convenientes, mas, depois da lição diária, convidava os que mais se haviam familiarizado com a sua companhia, a tomar parte no seu pasto frugal, consistente em geral numa sopa de lentilhas do Egito e em abóboras temperadas com azeite, continuando assim a lição, que se tornava mais familiar e mais eficaz. Ia visitar os seus alunos, quando se achavam doentes, manifestava livremente a sua opinião sobre o modo de viver deles e sobre os seus estudos, aconselhando-os e corrigindo-os em todas as circunstâncias. O estóico Atalo, que tinha em Roma uma escola, à qual Sêneca, quando moço, chegava sempre primeiro e saía por último, gostava de responder a todas as questões que os seus discípulos lhe propunham na escola e du-

rante os frequentes passeios. “Quem vai à casa de um filósofo, dizia, deve levar cada dia alguma coisa boa para a sua residência; pois a filosofia tem a virtude de ser proveitosa não somente às pessoas que se dedicam ao estudo das suas doutrinas, mas também às outras, que com essas pessoas têm relações”.

Geralmente, portanto, os filósofos desenvolviam uma atividade prática, e, por isso, exerciam uma influência imediata sobre a educação moral dos seus contemporâneos, em três condições diversas: como amigos e conselheiros de certas pessoas particulares; como professores de moral, nas suas cadeiras públicas; como missionários e apóstolos populares. Esta última função pertencia quasi que exclusivamente aos cínicos, que dela fizeram a própria missão, percorrendo as praças e as ruas, muitas vezes com aquela ostentação e aquele exagêro que já conhecemos, e que frequentemente os tornava ridículos; a-pesar-de ser também útil essa forma de ensino, pela franqueza e sem-cerimônia com que reprovavam os defeitos e os erros de muita gente.

Enquanto a grande maioria era obrigada a se contentar com um ensino filosófico limitado, havia pessoas ricas que se afeiçoavam a um filósofo e o admitiam na própria casa, não somente como mestre dos seus filhos, mas como conselheiro perpétuo, como homem de confiança e guia nos momentos mais difíceis. Este uso, comum nos tempos imperiais, já era também praticado no fim da República, sendo no comêço confiado especialmente a individuos de nacionalidade grega. Esta posição, que os filósofos se incumbiam de sustentar, não durava senão enquanto durava a estima reciproca entre as duas partes, e frequentemente desaparecia depois de algum tempo; seja porquê nem sempre o filósofo conselheiro se achava à altura da função que era chamado a desempenhar, seja porquê difficilmente o Romano podia esquecer o orgulho da sua posição de dominador em confronto com a do conselheiro, que, a-pesar-de ser filósofo e douto, não deixava de pertencer a uma classe inferior, especialmente si estrangeiro, como acontecia muitas vezes, tratando-se de Gregos. Daí, a condição de inferioridade, e muitas vezes humilhante, em que se achavam êses preceptores, condição que, frequentemente, não se diferenciava muito da dos escravos, e os obrigava a uma submissão completa e a uma renúncia aviltante dos princípios professados. Era assim que filósofos de idade madura e de vida respeitável se viam obrigados, para viver, a esquecer todos os elogios da

liberdade de Platão, de Crisipo, de Aristóteles, e a se venderem, aceitando a condição humilde e vergonhosa de verdadeiros escravos intelectuais. Como a restante multidão dos servidores, entre os quais se distinguiam unicamente pela capa grosseira, cada manhã eram obrigados ao seu serviço, que durava sem interrupção até a noite, sujeitos a humilhações e afrontas de todo gênero. Depois, quando tinham acabado a sua função, ou o dono estava cansado da sua companhia, aproveitava-se do primeiro pretêsto ou inconveniente qualquer, para despedi-los sem a mínima justificativa, numa noite chuvosa, sem meios de viver e privados de tudo. Na côrte, a posição do filósofo era ainda mais difícil do que nas grandes casas particulares, pela vida de suspeita e de espionagem que nela dominava, e mais inconciliável com as tendências ideais da filosofia. Por algumas notícias casuais, acêrca da presença de certos filósofos, na côrte de Augusto, de Nero, de Trajano e de Adriano, parece que os professores de filosofia, como outros sábios, ocupavam, senão continuamente, pelo menos muito frequentemente, um lugar marcado nas rodas do imperador, como companheiros, recebendo também um salário por êsse serviço. Luciano diz que alguns, dentre os filósofos mais estimados, se faziam pagar para fazer companhia aos imperadores, mas que essa condição os obrigava a segui-los nas suas viagens, como lacaios ordinários.

A maior parte dos filósofos, aqueles, pelo menos, que tinham consciência do próprio valor, preferiam o ensino público à mais brilhante posição na côrte, ou junto das grandes famílias. O estóico Apolônio, chamado pelo imperador Antonino Pio para a função de mestre do moço Marco Aurélio, decidiu-se a emigrar de Calcide para Roma, acompanhado por bom número de seus discipulos; mas recusou-se a estabelecer-se no palácio onde vivia Marco Aurélio, dizendo que o aluno devia procurar o mestre, não êste aquele. O herdeiro do trono, de fato, ia diariamente tomar as suas lições na casa do filósofo.

Pode-se, portanto, concluir que, durante êsse século, a-pesar-de que aproveitadores e indivíduos desclassificados desacreditassem o nome de filósofo, a filosofia foi realmente considerada pelo mundo instruído e culto, como o meio melhor e mais eficaz para a educação e moralização do gênero humano. A prova desta apreciação está no fato de que homens de alta distinção, pela nobreza do seu caráter, por sua própria confissão, à filosofia se julgavam devedores. da

educação que os tinha elevado; e, mais ainda, na grande veneração daquela época e da posteridade pelos filósofos verdadeiramente eminentes. Num mundo que não reconhecia aos escravos o direito de homem, é suficiente o fato de Epiteto, antigo escravo, ser respeitado e venerado por todos os seus contemporâneos, e a sua amizade procurada pelo autocrata dos seus tempos, o imperador Adriano, para mostrar a consideração em que era tida a filosofia, quando professada honestamente.

Uma época que se eleva a idéias morais mais puras e mais humanas do que as precedentes, que não somente produz um Musônio, um Epiteto, um Marco Aurélio, sobretudo um Sêneca, na qual estes afirmadores de uma moral doce e verdadeiramente humana são geralmente admirados, e as suas doutrinas espalham-se em toda parte, não pode ser uma época de profunda e geral decadência, como muitos afirmam. Este erro é devido, em grande parte, ao costume de louvar o passado para deprimir o presente, aos *laudatores temporis acti*. que, louvando o passado, esperam achar uma desculpa para a própria fraqueza. Que assim fosse, que a decadência não fosse grave como muitos pretendem, já o afirmavam os homens daquela época, sobretudo Sêneca e Tácito. O primeiro escrevendo: “Os nossos antepassados queixavam-se, nós queixamo-nos, e os nossos descendentes queixar-se-ão da decadência dos costumes. Na realidade, porém, a situação não muda, mas fica e ficará sempre a mesma. Os vícios não são próprios dos tempos, mas sim dos homens. Nunca houve época sem defeitos”. Tácito também estava convencido de que os tempos passados não eram melhores do que os da época em que vivia, que produzira coisas dignas de admiração e que se recomendavam à imitação da posteridade.

Tudo isso é altamente confortador e serve para nos defender contra aquelas profecias. que, continuando um pouco louvável tradição, pintam os nossos tempos com côres desalentadoras, predizendo uma decadência geral e irreparável.

Não. Olhando para o passado podemos erguer a cabeça e reanimar as nossas esperanças. O mundo não vai piorando, mas sim melhorando, a-pesar-de muito vagarosamente, caminhando para o bem, para a verdade e para a justiça.

XVIII - Roma e o Império ao tempo da morte de Augusto

Poucas vidas de grandes varões, que deixaram profundos sulcos na história, tiveram um ocaso triste como a de Augusto. De compleição fraquinha e doentia, como já vimos, êle pôde chegar aos setenta e cinco anos, sômente pelos contínuos cuidados, e por um meticoloso sistema de vida, feito de privações e de sacrifícios. Seu corpo — escreve Suetônio — era cheio de manchas. Seu peito e seu ventre apresentavam, aqui e ali, sinais naturais que faziam lembrar, pela forma, disposição e número, as estrélas da Ursa celestes. Uma coceira contínua e o uso incessante e violento da almofaça tinham-lhe produzido calosidades sob a forma de dactros vivos. O quadril, a coxa e a perna esquerda, possuía-os fracos, pois claudicava dêste lado. Remedava esta fraqueza com a aplicação de areia e canas. De tempos em tempos, sentia enfraquecer-lhe também o index da mão direita, tão fraco que quando o frio o entorpeceria e contraía, apenas podia escrever com o uso de um anel de chifre. Da mesma forma queixava-se da bexiga e não encontrava alívio à sua dor, senão depois de haver expellido os cálculos.

“Foi vítima, durante o curso de sua vida, de numerosas moléstias graves e perigosas, principalmente depois da submissão dos Cantabros, quando um catarro no fígado o levou ao desespero. Seguiu o método arriscado dos contrários, e como os tópicos quentes não lhe serviam de nada, foi obrigado, por determinação de Antônio Musa, a recorrer aos frios. Estava também sujeito a afecções anuais que o atacavam em épocas determinadas. Ao aproximar-se o dia do seu aniversário natalício ficava, de ordinário, abatido. Ao começar a primavera, padecia sempre de um tumor no diafragma. O vento do meio dia produzia-lhe constipações.

Seu corpo, assim abalado, não suportava facilmente nem o frio, nem o calor. No inverno usava uma toga larga e quatro túnicas de uma vez e, sob a última, um colete de lã. Enrolava as coxas e as pernas em faixas. Sustentava a sua débil saúde à força de cuidados.

Houve, porém, na vida de Augusto, sobretudo nos seus últimos anos, algo de mais grave do que a invalidez do corpo; houve uma série de contrariedades particulares e públicas, que conseguiram abalar o seu espírito, tão equilibrado e sereno.

Êste homem frio, calculador, verdadeiro tipo do que modernamente chamamos de diplomático, era dominado por um profundo afeto pela família, um pouco também, parece que devido ao desejo de crear uma dinastia, da qual êle seria o fundador. Contra toda esperança, porém, não teve senão uma filha, Júlia, nascida do seu casamento com Scribônia, que desposara por conveniência política, mas que repudiara depois de pouco tempo. Esta única filha foi contudo suficiente para lhe proporcionar os maiores desgostos, como veremos em breve.

Do seu casamento com Livia Drusila, divorciada de Tibério Cláudio Nero, casamento de amor, que durou por toda a existência, não teve filhos. Livia já tivera um filho, Tibério, e quando entrou na casa de Augusto, estava em estado interessante, dando à luz três meses depois, o que deu lugar aos motejos dos malignos, que repetiam o verso do poeta grego: “aos privilegiados nascem filhos também aos três meses de casamento”.

Perdida a esperança de ter um continuador direto ficou todas as suas atenções sôbre a filha Júlia, casando-a ainda muito nova com o sobrinho Marco Marcelo, filho de sua irmã Otávia, moço prendado de ótimas qualidades, e que êle iniciou imediatamente nos negócios públicos, destinando-o aos mais altos cargos. Mas êste morria aos vinte anos, deixando a desolação na família, especialmente no coração de Augusto, que via desaparecer uma nova ilusão. E' sôbre o sepulcro dêste moço que Virgílio espalha as suas flores purpúreas:

Manibus date lilia plenis

Purpureos spargam flores...

Não se deu, contudo, por vencido, e fez a filha casar, em segundas núpcias, com Vipsânio Agripa, obrigando êste a divorciar da mulher Marcela, filha de Otávia. Nasceram,

dêste casamento, cinco filhos, primeiro dois homens, Cáio e Lúcio, depois duas mulheres, Júlia e Agripina, e por último outro homem, Agripa, que, por ter nascido depois da morte do pai, foi apeidado de Póstumo. Viviam também na côrte, junto do padrasto, os dois filhos de Lívía, Tibério e Druso, êste nascido três meses depois que Lívía entrara na casa de Augusto; pelo que, e pela predileção que o ditador lhe dedicava abertamente, corria voz que fosse filho dêste.

Toda esta familia, porém, em breve devia desaparecer. Os dois primeiros filhos de Agripa e de Júlia morreram, o primeiro em Marselha, quando se preparava para ir a Espanha, o segundo no Oriente. O terceiro, Agripa Póstumo, pela sua devassidão ou pelas calúnias de Lívía, foi relegado numa ilha. Druso, o preferido de Augusto, pereceu também; de modo que não sobreviveram senão Tibério e Júlia, esta viúva de Agripa. Foi então que Augusto, sempre na esperança de ter um sucessor, obrigou Tibério a divorciar da mulher Agripina e casar com Júlia. Mas a conduta excessivamente livre desta durante o primeiro casamento, não era certamente do agrado de Tibério, que acabou por abandonar a côrte para se retirar na ilha de Rodés. Ficando livre de qualquer observação, Júlia abandonou toda reserva e deu-se a uma vida verdadeiramente escandalosa, dando argumento para todas as bisbilhotices e maledicências de Roma, até que tudo chegou aos ouvidos do velho pai, para o qual o golpe foi tão terrível, que o prostrou. Durante alguns dias ficou fechado em sua casa, não tendo a coragem de se apresentar perante o senado. A luta entre o amor paterno e o dever do magistrado foi dura e longa; mas êste acabou por vencer, e o moralizador dos costumes, o regenerador da familia, o autor da *lex de maritandis ordinibus* e da *lex de adulteriis* com o coração em frangalhos, assinou o decreto que exilava a filha na ilha de Pantadatria e mais tarde em Régio, proibindo, no testamento, que as cinzas dela fossem recolhidas ao sepulcro da familia.

Era o triunfo definitivo de Lívía, a mulher que se tinha apossado completamente do coração de Augusto, e que, para fazer passar o dominio de Roma da gente Júlia para a "gens" Cláudia, não poupou esforços nem crimes, pesando sobre ela suspeitas acêrca da morte dos dois filhos de Agripa e de Júlia, como pela de Marcelo. E Augusto, já velho e alquebrado, à mercê dessa mulher voluntariosa, sentindo-se incapaz de sustentar o grande pêsso que sobre êle exclu-

sivamente incumbia, cedeu às insinuações e aos pedidos de Livia, revocou Tibério da vida privada em que se achava, associou-o a si no govêrno e proclamou-o seu sucessor, adotando-o como filho, a-pesar-de lhe conhecer os defeitos, que o tornavam perigoso para o povo romano; mas *vitiis Tiberii virtutibusque perpensis* diz Suetônio, pesados os vícios e as virtudes de Tibério, achou que as virtudes pesavam mais do que os vícios, e jurou perante a assembléia que o adotava no interêsse da coisa pública.

Começa assim o último decênio do govêrno de Augusto, que mais do que de Augusto, já se pode dizer de Tibério, seja pela fraqueza em que Augusto se achava, seja pelo espirito autoritário de Tibério. O próprio Augusto compreendera a necessidade em que se achava o Império de uma direção mais jovem e mais enérgica, e de boa vontade cedia o lugar ao enteado que adotara, especialmente pelo que dizia respeito às coisas militares, como consta, de uma carta do próprio Augusto a Tibério, em parte conservada por Suetônio, na qual diz: *sive quid incidit, de quo sit cogitandum diligentius, sive quid stomachor valde, Medius Fidius Tiberium meum desidero*: (ou se me depare um negócio que exija maduras reflexões, ou me sobrevenha um forte acesso de humor, juro-te que tenho saudade de ti, meu Tibério.)

Para bem compreender as condições políticas de Roma, neste momento, é oportuno lembrar o que já era, desde aquele tempo, o futuro imperador e tirano. O próprio Suetônio, tão medido nas suas expressões e opiniões monárquicas, lembra a tradição, segundo a qual, depois do último colóquio, no qual Augusto dava a Tibério as instruções extremas, depois de ter êste saído, o moribundo exclamasse: “Infeliz povo romano, que vai cair sob tão pesadas mandíbulas”. O mesmo autor também não põe em duvida que autor da morte de Agripa Póstumo tenha sido Tibério, unicamente para livrar-se de um possível concorrente, completando assim a obra da mãe, que o fizera desterrar, pelas suas intrigas junto de Augusto.

Tibério pertencia a uma das famílias mais aristocráticas e conservadoras de Roma, que fazia subir as suas origens até o período dos reis. Antigamente usavam, juntamente com o de Cláudio, o prenome de Lúcio, que mais tarde repudiaram, por haverem sido, dois que o usavam, condenados; um, por banditismo, outro, por assassinio. Muitos Cláudios distinguiram-se na história de Roma, alguns por

atos de valor, outros por graves crimes. Pertenceram à família Cláudio Apio Cego, que dissuadiu a conclusão de uma aliança com Pirro; Cláudio Caudex, que expulsou os cartaginenses da Sicília; Cláudio Nero, que esmagou Asdrubal, impedindo que fizesse junção das suas tropas com as do irmão Anibal. Mas pertenceram também à mesma família, Cláudio Apio Regiliano, o decênviro que tentou apoderar-se de Roma e provocou o drama de Virgínia, da qual queria abusar, fazendo-a escrava; Cláudio Druso, que também tentou fazer-se tirano da Itália. Não falta, na série da família Cláudia, o episódio alegre, que se deu com Cláudio Pulcro, na Sícia, o qual, vendo que os frangos que deviam servir para os auspícios não comiam (o que era de mau agouro), mandou atirá-los ao mar, para que bebessem, si não queriam comer. Orgulhosos, como disse, e ferrenhos conservadores dos privilégios da aristocracia, alguns chegaram a agredir os tribunos da plebe, para impedir que defendessem os interesses do povo, como era de seu dever. Famosíssimo foi Públio Cláudio, aquele que se fez adotar por um plebeu, afim de ser nomeado tribuno da plebe e conseguir a expulsão de Cícero. “Todos os Cláudios — diz Suetônio — foram aristocratas e partidários absolutos das prerrogativas e do poder dos patricios, e se mostraram tão violentos e opiniáticos a respeito do povo, que, mesmo sob o golpe de uma acusação capital, nenhum quis tomar o hábito de suplicante, nem humilhar-se em fazer rogos.”

Compreende-se facilmente, depois disso, a mudança radical que se deu na política imperial, durante o último decênio do governo de Augusto. Não era mais êle que dirigia as coisas do império, mas sim, Tibério, no qual se encarnava o orgulho tradicional da sua família. À habilíssima política de conciliação e de apaziguamento, seguida por Augusto, e que dera os magníficos resultados que conhecemos, substituiu-se uma política de reação, a política tradicional do patriciado, com uma série de leis que provocaram a cólera, não sòmente da plebe, mas dos cavalheiros e das classes médias. Estas leis e os novos impostos para sustentar as despesas da guerra contra os povos germânicos, crearam um descontentamento tal, que acabou em verdadeiros motins, que, por se verificarem na ausência de Tibério, então na Boêmia, em guerra contra Marbod, atemorizaram Augusto, o qual se apressou em fazer concessões e em atenuar as consequências das leis de inspiração tiberiana, o que concorreu a tornar mais impopular o nome de Tibério.

A *lex de maritandis ordinibus* e a *de adulteriis*, tinham por fim corrigir os costumes e incentivar o aumento da população, em plena decadência, o que creava a impossibilidade de renovar suficientemente as legiões, desfalcadas pelas continuas guerras, e em perigo de não conseguir mais a sua renovação, ou de ser obrigadas a admitir nas suas fileiras escravos ou estrangeiros. Era um pressentimento do que aconteceria pouco mais tarde, e que foi a causa principal da decadência militar do Império: a admissão. no exército romano. de estrangeiros e de bárbaros. Esforços inúteis, porém. No ano 8 da era cristã, novos escândalos comoviam a opinião pública e o espírito já tão abalado de Augusto. Júlia, sua neta, seguindo o exemplo da mãe exilada, com o seu luxo e os seus costumes libérrimos, punha o pobre velho na necessidade de tratá-la, como fizera com a filha, mandando-a para o exílio juntamente com os seus cúmplices; o que elle fez do modo mais brando possível, sob a forma de convite a partir voluntariamente para o exílio, afim de evitar a denúncia, o processo, o escândalo, e a perda dos bens.

Um dos exilados, nesta ocasião, foi Ovídio, o poeta predileto daquela sociedade corrupta e licenciada; que ia acabar os seus dias em Tomi, longe da elegância de Roma, que tanto amara, e das belas damas, das quais fôra quasi o oráculo.

A estas desilusões internas e familiares, acrescentava-se no ano 9, o desastre militar de Teutoburgo, no qual Varo perdia, com a vida, três das melhores legiões romanas, e a esperança de submeter toda a região de além Reno. Dizem os historiadores antigos que Augusto, ao receber essa notícia, rasgou as roupas de que estava coberto, bateu a cabeça contra as paredes da casa, urrou desesperadamente e caiu como enlouquecido pela dor. Não se pode dizer com certeza si tudo isso aconteceu realmente, como dizem os historiadores; talvez houvesse, por parte destes, algum exagero. Certamente foi este um golpe terrível para o pobre velho, já tão atormentado. Depois de ter assistido ao esfacelamento da própria familia, cujos membros alguns haviam desaparecido quando mais davam a esperar de si, e outros, perdidos no escândalo e no deboche, o que era ainda pior; ainda tinha, antes de fechar os olhos para sempre à luz do sol, de ver ruir e despedaçando-se, o edificio ao qual dedicara toda a sua existência. Elle tomara a si a missão da restauração nacional, de reerguer aquella aristocracia,

que fizera a grandeza de Roma, fiando nas promessas do próprio patriciado, que se mostrava disposto a acompanhá-lo nesta obra de regeneração. Mantivera, de fato, o empenho tomado, pelo espaço de quasi quarenta anos, a-pesar-de se ver abandonado ou fracamente auxiliado por aqueles que o tinham encorajado, quando se poz nesse caminho. A-pesar-de todos os seus esforços, porém, apesar das leis sociais do ano 18 a. C., aquela aristocracia, sôbre a qual especialmente contava para conduzir a bom térmo a sua obra, abandonava-o, cada dia mais dominada pela inércia, pela moleza e pelos vícios, invadindo-lhe até a própria casa e destruindo-lhe a família. Com a conquista da Germânia propusera-se não sômente adquirir novas terras e novas riquezas para Roma, mas abrir um caminho para o renovamento daquelas virtudes, que se iludia em ressucitar, numa classe enfraquecida e desnaturada pelo luxo e pela incontinência, e que, às armas de Marte, preferia as armas de Venus, fazendo próprio o verso de Ovidio:

(Haec mea militia est, ferimus quae possumus, arma esta (as batalhas de Venus) é a minha milícia, cada um usa das armas de que dispõe). E Varo, crescido neste meio, amante das comodidades e do luxo, mais que dos combates, que transportara para o campo, no coração da Germânia, os costumes a que se habituara, em Roma, com o desastre de Teutoburgo pôs fim às ilusões de Augusto e dos poucos que, com êle, ainda acreditavam na renascença das antigas virtudes romanas. Para reconstituir as legiões, precisa recorrer aos elementos mais corruptos e desclassificados, como diz Tácito: *vernacula multitudo, nuper acto in urbe delectu, lasciviae sueta, laborum intolerans*. (Uma multidão de gente do povo e de escravos, arrolada recentemente em Roma, acostumada às molezas e incapaz de suportar as fadigas).

Tudo estava em plena decadência. O próprio Senado, reduzido a uma sombra do que fôra nos tempos áureos de Roma, pois ninguém mais queria submeter-se aos cargos e às responsabilidades públicas, passou, no ano 13, por uma nova reforma, na esperança de lhe infundir nova energia, transformando-o, porém, num *consilium principis*, encarregado de homologar as deliberações tomadas pelo govêrno. Segundo esta reforma, todas as deliberações tomadas por Augusto, de acôrdo com Tibério, os cônsules em exercício, os sobrinhos adotivos e todos os cidadãos que achasse conveniente consultar, tinham fôrça de *senatus consulti*. Tornara-se, contudo, emprêsa difficilima reunir o Senado, de

modo que cada vez que isso queria obter, para não governar sózinho. Augusto devia recorrer a algum pretêsto ou expediente particular, não sendo já o Senado senão o esqueleto do que fôra o órgão vital, o coração da administração da República. Também os comícios eram abandonados e ninguém mais se interessava por êles, por terem sido as eleições reduzidas a simples formalidades. Era a abdicação das classes que tinham constituído a grandeza de Roma, sobretudo dos Senadores e dos cavalheiros, que renunciavam espontaneamente, ou melhor, que “facevam per viltade il gran rifiuto”, preferindo viver no seu egoísmo satisfeito, abandonar-se à moleza e ao vício, antes que se preocupar com a coisa pública. O governo, dêste modo, transformava-se rapidamente, não somente por culpa de Augusto e sim, sobretudo, pela ignávia das classes interessadas em mero negócio da família do príncipe.

Mas um individuo sózinho, seja êle poderoso rico, respeitado e admirado, como era Augusto, auxiliado somente por alguns parentes e amigos, não podia impor, a toda uma nação, os deveres e os sentimentos de dignidade, que ella não sentia, e dos quais perdera até a noção; não podia fazer reviver as tradições seculares esquecidas, a disciplina pública e particular, sobretudo o vigor das antigas instituições.

Enquanto isso acontecia no interior e a alta direção do Estado restringia-se cada dia mais nas mãos de um velho, do qual se pressentia próximo o fim, o perigo, nas fronteiras, fazia-se sempre maior, apesar das últimas vitórias conseguidas e das revoltas dominadas por Tibério, único general sobrevivente em Roma, capaz de defendê-la contra os assaltos que se faziam gradualmente mais ameaçadores. A aristocracia, sobretudo, preocupava-se com êste perigo, de mêdo de perder aquella paz interna e externa que lhe assegurava o gôzo tranquilo das suas riquezas e dos ócios que lhe conquistara o valor dos seus antepassados.

Daí o problema da sucessão. Que aconteceria com a morte de Augusto? Quem tomaria o lugar dele? Ninguém mais sonhava com a possibilidade de uma restauração republicana. O verdadeiro problema consistia na substituição de um príncipe por outro. E na condição presente, não viam outra pessoa capaz de substituir Augusto, senão Tibério, que reparara o desastre creado pela derrota de Varo e sufocara as temíveis revoltas da Panônia; e isto deviam

reconhecer mesmo aqueles — e eram numerosíssimos — que conservavam as antigas aversões e ódios contra Tibério.

Isto acontecia em Roma. Mas Roma já não era o Império; e não somente não podia dispor a seu talante do destino dele, mas a sua própria sorte dependia em grande parte da daquele. E o Império queria a continuação da política de paz e de prosperidade, iniciada por Augusto, que oferecia aos países conquistados condições mais prósperas das que gozavam antes. A unidade do império fora construída sobre a ruína de numerosos estados, mais ou menos amplos, que, porém, antes da conquista romana, estavam sujeitos a governos que os exploravam, especialmente nas partes orientais, com o seu luxo, os seus esbanjamentos, as suas extorsões. Passando sob o domínio de Roma, todos esses centros de delapidação desapareceram. É verdade que Roma cobrava tributos dos países conquistados e anexados ao seu império; e que alguma vez acontecia que os publicanos e os governadores das províncias, abusando da sua posição, explorassem os contribuintes e os povos governados. Não é menos verdadeiro porém que o Estado nunca abusou dessas cobranças, e que já desde os tempos da República se mostrou severo contra os seus funcionários que, para se enriquecer, roubavam os povos governados. As ladroeiras e as malversações de Verre, na Sicília, contra as quais Cícero atirou as suas veementes verrinas, são uma das tantas provas da moderação de Roma, nas suas relações com os povos conquistados.

Estas condições melhoraram ainda com a política de Augusto, tendente a deixar às províncias a maior autonomia possível, — como fez sobretudo, com o Egito, que organizou quasi em Vice-reinado — e, ao mesmo tempo, em não abusar dos impostos, preferindo estabelecê-los na própria Itália, à custa da popularidade de que gozava, e, quando era necessário, preferindo sacrificar as suas riquezas pessoais, que eram grandíssimas, antes que descontentar as populações de recente anexadas ao Império, o que teria acarretado gravíssimas dificuldades. Princípio, aliás, compartilhado também por Tibério e resumido na famosa frase lembrada por Suetônio: as ovelhas se devem tosquiar e não esfolar.

Esta política concorreu largamente, antes de tudo, para afeiçoar as províncias ao Império, devido aos benefícios que auferiam com este regime; de modo que, depois de algum tempo, a nova organização não somente foi aceita sem opo-

sição, mas considerada como um fato natural e benéfico, criando assim aquela base moral, que em seguida constituirá a verdadeira fôrça do Império e o sustentará durante tantos séculos. Foi esta fôrça moral, que fez ressucitar o Império, depois que um bárbaro o declarara decaído, quando um Pontífice colocou a coroa imperial sôbre a cabeça de um outro bárbaro; que creou à mentira de um Sacro Romano Império Germânico, e que ainda hoje constitúe a aspiração de numerosos povos, que não souberam inventar nada de melhor do que o que tinha feito Roma.

Ao lado dêste, porém, outro fenômeno não menos importante se produziu, devido à sábia administração iniciada por Augusto: o rápido progresso das províncias. Enquanto os últimos resíduos da aristocracia romana olhavam tristemente para o ocaso de seu poder, convencidos de que não havia possibilidade de salvação, senão voltando ao passado, e, persistindo nesta convicção, preparava a ruína definitiva da antiga romanidade; os gérmens espalhados por Roma no mundo mediterrâneo, frutificavam admiravelmente, desenvolvendo aquele movimento que foi a verdadeira continuação, e talvez a glória maior da civilização romana. Reunindo, numa unidade política, os numerosos Estados que viviam às margens do Mediterrâneo, eliminara as numerosas rivalidades dos antigos dominadores, industriais e comerciais, abrindo os caminhos terrestres e marítimos, criando uma unidade econômica, que não podia demorar muito em manifestar os seus benéficos efeitos. Todas as nações sujeitas ao domínio de Roma viram, no primeiro meio século do novo regime, reflorescer as suas fontes de riquezas e surgir outras novas. O Egito, a Síria e a Ásia Menor, que haviam sido as três maiores nações industriais da antiguidade, refloresceram rapidamente, encontrando no Império pacificado, novos mercados e novos clientes para as suas indústrias. As províncias da África e da Europa oriental, especialmente as regiões danubianas, até aquela época sem indústrias, foram invadidas por mercadores, artesãos, escravos, aventureiros de toda espécie, que despertaram, entre aqueles povos atrasados e primitivos, uma atividade até então desconhecida. Tiro e Sidon refloresceram à antiga prosperidade, o Egito acrescentou às suas grandes riquezas os novos lucros que lhe vinham do comércio com todo o Império, e até a Grécia pôs-se no caminho dos melhoramentos; como a África, quasi abandonada depois da destruição de Cartago, com a paz de Augusto, se tornou sede de vastas

propriedades agrícolas, nas quais foram introduzidas as culturas da videira e da oliveira.

Onde, porém, os progressos foram verdadeiramente admiráveis, foi na Europa Ocidental, na Espanha e sobretudo na Gália. A primeira, depois de longas e renhidas resistências, que custaram a Roma sangue e riquezas, apaziguada finalmente, tornara-se uma das províncias mais ricas e de maior vantagem para o Império. Os montes da parte nórdica, aqueles montes cantábricos e asturianos, que ainda hoje constituem objeto de cobiça e de lutas entre os povos europeus, começaram a ser esgravatados e sondados em todos os sentidos por nacionais e estrangeiros, especialmente pelos inúmeros escravos que Roma aí acumulou, para lhe explorar as riquezas metálicas em ouro, prata, cobre, chumbo e outros metais, de que as suas entranhas estavam largamente fornecidas. A parte meridional, ao oposto, a Turdêtania, a Bética, toda a região que modernamente chamamos de Andalusia, com as suas férteis planícies e as colinas dadivosas, habitadas por gente mais adiantada pelos contactos e pela fusão com povos civilizados, como foram os Gregos e os Fenícios, voltara-se para a agricultura e fornecia a Roma e aos outros países, ótimos vinhos, azeites finíssimos, toda espécie de frutas, bem como ótimos cavalos, muito procurados pela sua agilidade e resistência.

Mas onde os progressos foram mais rápidos e mais impressionantes, porquê menos esperados, foi na Gália, na qual já o próprio Augusto previra o Egito do Ocidente. Pacificada, depois de breve resistência, e organizada juridicamente, sobretudo pelo que diz respeito à propriedade fundiária, de modo que a agricultura pôde desenvolver-se tranquilamente, pela segurança que ofereciam as leis do Império, primeira, entre as nações ocidentais, a Gália transformou-se em país industrial, capaz de imitar as artes dos países orientais, disputando-lhes os clientes, compreendida a própria Itália, e introduzindo os primeiros rudimentos de civilização e de luxo entre os povos germânicos. A indústria do linho, que começara pelo preparo dos tecidos grosseiros, que serviam para as velas dos navios, aperfeiçoou-se em breve, preparando tecidos, que podiam sustentar a concorrência com muitos congêneres do Oriente. As cerâmicas importadas pelos ricos Romanos, que, estabelecendo-se na Gália, não queriam abandonar as comodidades e o luxo a que estavam acostumados, acharam brevemente limitadores, de modo que, depois de meio século, surgiram, entre os Arvér-

nios, fábricas de objetos artisticos, feitos em cerâmica, iguais e alguns, até superiores aos do Oriente e da Itália, donde tiraram os primeiros modelos. Plínio fala da indústria do vidro, que, si na Gália não chegou à exportação, foi pelo menos suficiente para o uso interno. A metalurgia foi aperfeiçoada e enriquecida com novas aplicações, inventando-se a arte de estanhar e pratear objetos de ferro. A produção da lâ e a sua aplicação, quasi desconhecida, desenvolveu-se em breve, espantosamente; como também o esmalte, que da Gália se difundiu por todo o Império.

Enquanto em Roma, em redor de Augusto — diz Ferrero — a restrita oligarquia dos dominadores, fechada em si, convencida que dela depende tudo, inclusive o futuro do mundo, esgota-se em lutas furiosas e em tentativas disparatadas e inconciliáveis para plasmar o futuro a seu gosto, este plasma-se de per si, no vasto império, independente e muito diverso do que Roma imaginava e desejava. Enquanto Augusto cansava-se para reconstruir, em Roma, o govêrno aristocrático, milhões de homens espalhados no enorme Império, pertencentes, havia pouco, a nações diversas, que nem se conheciam entre si, pouco a pouco, sem êles próprios o saberem, vinham reunindo-se numa compacta unidade econômica, os seus interesses entrelaçavam-se numa imensa rede, e coligavam-se mais tenazmente do que o teriam podido fazer as leis e as legiões de Roma. A força que se desprendia destes interesses, era tão grande, que já nada podia interromper o movimento por ela imprimido à sociedade do Império, nem desviar o mundo do caminho sobre o qual se colocara durante os quarenta anos de *paz augustea*.

A Itália como a Gália, a Espanha, como as províncias danubianas, o planalto da Ásia Menor, como a África setentrional, os povos de civilização antiga como os jovens bárbaros, a plebe como as classes médias e altas, numa palavra, todo o Império é impellido pela paz, pela prosperidade, pelo comércio que difunde a civilização e os costumes de Roma, a entrar na órbita traçada pelo povo romano, através de seis séculos de trabalho e de lutas; o Império cobre-se de cidades construídas à imagem e semelhança das cidades italianas, os *oppida* indígena da Dalmácia e da Panônia transformam-se em *municipia* latinos; a grandeza do Império é simbolizada pelo fulgor maravilhoso das suas cidades maiores, sobretudo de Roma, que os imperadores se esforçam por engrandecer e embelezar, não somente para o gozo do povo da *Urbs*, mas sobretudo para deslumbrar e incutir

respeito aos povos conquistados e imprimir-lhes na mente o conceito da superioridade do Império.

Política admirável, que deu admiráveis resultados. Os povos do vasto Império, uma vez entrados neste caminho, transformam-se rapidamente, aceitam os princípios dominantes, adaptam-se às condições da nova civilização, dedicando-se à agricultura ou à indústria, segundo as condições do país, aperfeiçoam as suas artes simples e formas de produção, vendem os seus produtos em países longínquos, imitam as indústrias dos povos mais adiantados, especialmente na arte dos tecidos, que chega até os Germanos refratários e belicosos, os quais começam a lidar com os teares, como diz Plínio o Velho: *Galliae universae vela texunt, iam quidem et transrhenani hostes.*

Juntamente com o comércio e as indústrias, espalham-se em todas as partes. as letras e as artes, que encontram cultores ilustres e apaixonados, não somente nos países que já tinham uma tradição literária, mas também, e sobretudo, nos países novos do Ocidente, que em breve dão a Roma o número maior e mais importante dos seus poetas e pensadores, como vimos ao tratar das letras no período imperial. Estabelece-se, dêste modo, um comércio intelectual atívisimo entre a capital e as províncias, uma espécie de exomose e endomose intelectual, pela qual as províncias restituem à metrópole o que receberam, ou pelo menos os frutos da obra de civilização exercida pela cidade eterna.

A êste estado florescente, que poder-se-ia chamar idade do ouro, sucedeu, é verdade, o período da decadência, as idades do bronze e do ferro; quando as fontes dessa prosperidade se esgotaram, também a coesão se enfraqueceu e a mole imensa se desmantelou. Mas para isso foram necessários séculos. Quando Augusto, em 23 de agosto do ano 14, já velho, na idade de 75 anos, morreu, os efeitos da sua política e das novas condições, o procedimento de unificação do Império estava apenas no seu início. As bases do grande edifício, porém, estavam assentadas solidamente. e, apesar da corrupção e da decadência da cidade, o Império, continuaria na sua ascensão durante quasi dois séculos, devido sobretudo aos elementos novos. que, por uma aparente contradição, sustentavam a metrópole que os sujeitara e os iniciara no novo caminho. Contradição que, porém, desaparece, quando se lembre a natureza essencialmente republicana, ou, para usar um termo moderno, de monarquia constitucional, que Augusto dera ao seu príncipado;

pois, também depois da morte de Augusto, sob os imperadores que se lhe seguiram, mesmos os que se manifestaram de espírito mais absoluto e tirânico, para o romano o Estado continuava a ser a *res publica*, a coisa pública, a coisa de todos, e os magistrados que o governavam eram os representantes do verdadeiro senhor impessoal, o *populus romanus*.

A política republicana de Augusto, continuada por Tibério nos primeiros tempos do seu governo, a obstinação com que êle quis manter intactos os princípios tradicionais do espírito romano, contribuíram grandemente a transferir e estabilizar no Império, a idéia latina da indivisibilidade e universalidade do Estado e, portanto, a arraigá-la tão profundamente na consciência de todos os povos sujeitos a Roma, que continuou viva através dos séculos, apesar da decadência da metrópole donde saíra.

Roma perdeu a sua grandeza, decaiu, foi tomada, saqueiada pelos bárbaros, que antes tremiam diante do seu poder, os seus monumentos mais grandiosos foram reduzidos a montões de ruínas, mas o conceito do Império, mas Roma como dominadora do mundo, como sede do direito que rege a sociedade, continuou viva na consciência do mundo civilizado. Quando, nos séculos mais tenebrosos da decadência, tudo é esquecido, quando lingua e literatura latina clássicas se perdem nas nuvens seculares, sobrevivem, porém, os nomes de Augusto e de Roma, entrando a fazer parte da tradição cristã. O primeiro porquê sob o seu império Roma foi levada ao mais alto grau de prosperidade, e porquê foi durante o seu reinado que quis nascer Jesus, confundindo-se êstes dois motivos num motivo único, segundo o poeta do *De laudibus divinae sapientiae*:

Salvator voluit sub tanto principe nasci;
Nam pax sub pacis principe nata fuit

(O Salvador quis nascer sob o governo de tamanho príncipe — por que a paz nasceu sob o príncipe da paz); a segunda porquê o primado e a universalidade de Roma foram geralmente reconhecidas na Idade Média. Todas as crônicas em prosas e em versos estão cheias desta convicção, desde Rutilio Numanciano, que, apostrofando Roma, diz

Fecisti patriam diversis gentibus unam
.....
Urbem fecisti, quae prius orbis erat

(fizeste dos diversos povos uma só pátria... do mundo inteiro fizeste uma única cidade), afirmando assim a universalidade do Império; até Dante que considera Roma e o Império predestinados para a sede da Religião cristã:

La quale e il quale, a voler dir lo vero
Fur stabiliti per lo loco santo
U' siede il successor del maggior Piero.

Os apelidos de *mater urbis*, *mater imperii*, *domina mundi*, sobretudo de *caput mundi*, além de se encontrar em toda a literatura medieval, encontram-se gravados em muitos sinetes imperiais, particularmente o último que foi usado por Henrique II, Conrado II, Lotário II, Frederico II e Ludovico, o Bávaro. Em muitas coroas imperiais lia-se o verso:

Roma caput mundi regit orbis frena rotundi

(Roma cabeça do mundo governa o mundo em toda a sua redondeza), fazendo alusão àquele direito, que foi a maior criação e a maior glória da cidade romúlea, pelo qual ainda hoje é admirada em todos os países que põem a justiça acima de todos os partidos, de todas as filosofias, de todos os ideais.

208

289

ÍNDICE

	Pgs.
Prefácio	5
A fortuna de Augusto	7
Origem do Império	23
A cidade de Roma	39
A côrte imperial	55
As classes sociais nos tempos de Augusto	71
O ventre de Roma	87
O exército e as guerras de Augusto	101
A política de Augusto	117
As mulheres no século de Augusto	133
O luxo no século de Augusto	149
As belas artes	163
Do circo ao anfiteatro	179
O teatro no século de Augusto	195
Viagens e turismo	209
A literatura	225
A religião no século de Augusto	241
A filosofia no século de Augusto	257
Roma e o Império ao tempo da morte de Augusto	273
